UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

SARAH TORTORA BOSCOV

**Vivências e Experiências do Tempo: A Capitania de São Paulo, c. 1750 c.
1808**

(Versão Corrigida)

SÃO PAULO
2018

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

**Vivências e Experiências do Tempo: A Capitania de São Paulo, c. 1750 c.
1808**

(Versão Corrigida)

SARAH TORTORA BOSCOV

Dissertação Apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em
História Social do Departamento
de História da Faculdade de
Filosofia, Letras e Ciências
Humanas da Universidade de São
Paulo, para a obtenção do título de
Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. João Paulo Garrido Pimenta

SÃO PAULO
2018

ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA DISSERTAÇÃO/TESE

Termo de Ciência e Concordância do (a) orientador (a)

Nome do (a) aluno (a): Sarah Tortora Boscov

Data da defesa: 10/10/2018

Nome do Prof. (a) orientador (a): João Paulo Garrido Pimenta

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, 29/12/2018

(Assinatura do (a) orientador (a))

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

B741v Boscov, Sarah Tortora
 Vivências e Experiências do Tempo: A Capitania de
São Paulo, c. 1750 c. 1808 / Sarah Tortora Boscov ;
orientador João Paulo Garrido Pimenta. - São Paulo,
2018.
 288 f.

 Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia,
Letras e Ciências Humanas da Universidade de São
Paulo. Departamento de História. Área de concentração:
História Social.

 1. História do Tempo. 2. História dos Conceitos. 3.
São Paulo colonial. 4. História do Cotidiano. 5.
História da Cultura. I. Pimenta, João Paulo Garrido,
orient. II. Título.

Nome: BOSCOV, Sarah Tortora

Título: Vivências e Experiências do Tempo: A Capitania de São Paulo, c. 1750 c. 1808

Dissertação Apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
História Social do Departamento de História da Faculdade de
Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São
Paulo, para a obtenção do título de Mestre em História.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Ao meu pai, que me apresentou São Paulo e sua história
À minha mãe, que sempre soube que meu futuro estava no passado

AGRADECIMENTOS

Devo grande parte desta dissertação ao meu orientador, professor João Paulo Pimenta, a quem sou imensamente grata por todos estes anos de acompanhamento, paciência, atenção, interesse em meu progresso como historiadora, por cada leitura atenta e crítica. Já são alguns anos que o João (Big Boss) me orienta, precisamente desde a graduação, e o tempo, esse ser objetivo e fluido, fez com que meu orientador se tornasse um grande amigo, que me incentiva, acolhe, compreende e busca despertar o melhor de meu lado profissional, mas também pessoal. Meu muito obrigada a você, Boss!! Esta pesquisa contou com o importante apoio financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo qual sou muito grata pela bolsa concedida, que viabilizou a execução desta pesquisa.

Agradeço aos professores Valdei Araujo e Carlos Bacellar, pelas críticas e sugestões, não só dadas no momento do Exame de qualificação, mas também por aquelas feitas quando este trabalho era ainda uma pesquisa de Iniciação científica. Agradeço aos colegas pesquisadores do LabMundi, Virgínia Castro, Marco Aurélio dos Santos, José Evandro de Melo, Marcelo Ferraro, Felipe Alfonso, e ao professor Rafael Marquese, que leram, criticaram, e contribuíram muito para esta pesquisa durante as reuniões e debates desse laboratório. Em especial, gostaria de agradecer ao Rafael Fani e Mariana Paulino, que viram esse trabalho nascer, e desde de sua concepção foram importantes interlocutores para a compreensão das questões “temporais” que envolvem esta pesquisa. Sou grata da mesma forma aos professores Fabio Wasserman e Guillermo Zermeño, que leram o projeto desta dissertação e colaboram de forma precisa com sugestões valiosas.

Minha gratidão a Cristiane Camacho, que mesmo de tão longe se fez presente com suas palavras de apoio e ânimo nos momentos mais cruciais da elaboração desta dissertação. Sou igualmente grata ao meu caríssimo amigo e colega de ofício, Wendell Maia, por todas as sugestões, debates e taças de vinho. Da mesma forma agradeço as minhas amigas Elis Pacífico, Mariana Aguilera e Tábata Leal, por me apoiarem nesse caminho de pesquisa pelo qual todas passaram antes de mim, obrigada por todo incentivo e suporte emocional. Agradeço muito a Maria Leite e ao Elias Louzeiro, grandes companheiros desde a época em que eu pensava que meu futuro estaria na

medicina, amigos que me viram abandonar uma carreira e ingressar em outra completamente diferente, e nunca deixaram de me apoiar. Sou muito grata, igualmente, a minha amiga Aline Satelos, por cada palavra carinhosa que me estimulou e não me deixou desanimar em meio a essa jornada.

Aos meus pais, Alfonso & Sônia, meu muito obrigada desde sempre, por tudo que me tornei, por serem meu esteio, e por me apoiarem em tudo que realizei até hoje. Sem os passeios ao centro histórico de São Paulo com meu pai, e o apoio incondicional de minha mãe durante minha transição de carreira, talvez, esta dissertação, tivesse menor significado. Por todo amor, por todo companheirismo, disposição e solicitude, agradeço a minha amada irmã Samantha, nos momentos mais críticos dessa pesquisa sua presença foi um refrigerio. Aos meus sogros, Tolhia & Jô, minha gratidão por me ampararem como a uma filha.

Em especial, quero agradecer ao meu querido André — parceiro, amigo, meu entusiasta, aquele que me encoraja constantemente, admirador de meu trabalho —, agradeço por toda dedicação a mim, conforto, alento, e compreensão durante o tempo que passei compenetrada nesta dissertação. A este último, minha enorme gratidão, por acreditar em mim sempre, e por fazer de todos os meus dias singulares.

“Que é o tempo? Um mistério: é imaterial e — onipotente”

(Thoman Mann, 1924)

RESUMO

Esta dissertação aborda as formas de viver o tempo em meio ao cotidiano da capitania de São Paulo, entre finais do século XVIII e início do século XIX. Chamamos essas formas, genericamente, de vivências e experiências, e buscamos em meio a uma pluralidade de tempos sociais sintetizar o que é, em geral, referido como tempo histórico. Para tanto, os capítulos se dedicam a diferentes formas de viver o tempo: os tempos religiosos, os tempos envolvidos nos ritmos administrativos, questões relativas à morte, padrões, rotinas e formas de dimensionar o tempo, conceitos de tempo elaborados em obras de historiografias do século XVIII.

Palavras-chave: São Paulo, século XVIII; História do tempo; História dos conceitos; História do cotidiano.

ABSTRACT

This master thesis demonstrates ways to experience time in São Paulo's captaincy everyday life, between late eighteenth and early nineteenth centuries. We call, generically, that ways as experience and perception, and seek among a multiplicity of social times to synthesize what is commonly referred to as historical time. Therefore the following chapters will be about different ways of experience time: religions times, administrative times and its rhythms, questions about death, patterns, routines and ways to measure time, concepts of time in 18th-century historians.

Keywords: São Paulo, 18th century; History of time; Conceptual history; History of everyday life.

ABREVIATURAS

A.C.M.S.P. *Atas da Câmara Municipal de São Paulo*

D.I.H.C.S.P. *Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo*

Sumário

Introdução	11
Capítulo 1	19
<i>Os tempos segundo os espaços: São Paulo no século XVIII</i>	<i>19</i>
Capítulo 2	66
Religiosidade, a vida e a morte.....	66
Capítulo 3	137
<i>Tempos laicos: natureza e técnica.....</i>	<i>137</i>
Capítulo 4	188
<i>Ritmos da política e da administração</i>	<i>188</i>
Capítulo 5	210
<i>História, memória e projeto: conceitos de tempo</i>	<i>210</i>
Considerações finais	264
<i>Velhos tempos, novos tempos?</i>	<i>264</i>
Bibliografia.....	266
Fontes	266
Referências bibliográficas	275

Introdução

O cotidiano é a esfera de vida que abarca todo ser social. Homens e mulheres vivem muitos tempos em meio ao cotidiano que os cerca e que dá significado a suas existências. O cotidiano é vivido individual e coletivamente, sendo que cada época possui especificidades quanto a sua experimentação. O cotidiano é composto de ciclos e pode adentrar em ciclos maiores, onde “os começos são recomeços e renascimentos”¹, pois há no cotidiano o potencial de repetibilidade, e é esta que possibilita sua apreensão por parte do historiador.

A importância do cotidiano reside no fato de ser este a real “essência da substância social”, por encontrar-se localizado no “centro do acontecer histórico”² das sociedades. Ao assimilar o cotidiano de sua época — embora esta assimilação possa ser inconsciente³ — os agentes deixam marcas nas quais, juntamente com a possibilidade de repetição, pode-se vislumbrar a dinâmica temporal de determinado momento, em boa medida pelo fato dos acontecimentos serem irreversíveis, e por ser o tempo histórico a “*irreversibilidade dos acontecimentos sociais*”.⁴ O trabalho, o lazer, o descanso, a vida religiosa, visões de mundo e ações no mundo, inclusive os “fatos miúdos que quase não deixam marca no tempo e no espaço”⁵ devido as suas repetições, o que os torna generalidades estruturantes da cotidianidade, são elementos que compõem a vida cotidiana. Tais fatores, ordenados hierarquicamente, explicitam aquilo que se revela como normalidade, onde coexistem várias esferas de vivência e de multiplicidade de tempos, e é nessa heterogeneidade, banal e vulgar, que os indivíduos em sociedade vivem a maioria de seus tempos coletivos, históricos.

No cotidiano, há ritmos variados de vivência que se ligam às dinâmicas próprias do espaço onde este é experienciado, e ao tipo de atividade praticada no dia a dia. Desta maneira, pode haver no cotidiano acelerações e desacelerações, bem como quebras temporais em seus ritmos, provocadas pela unicidade de um fato. Mas há, também, a possibilidade de haver rupturas cíclicas causadas por fatos esperados dentro de um ciclo

¹ Henri Lefebvre, *A vida cotidiana no mundo moderno*. São Paulo: Editora Ática, 1991, p. 11.

² Agnes Heller, *O Cotidiano e a História*. São Paulo: Paz e Terra, 2008, p. 34.

³ Ibidem, p. 34.

⁴ A. Heller, *O Cotidiano e a História...*, cit., p. 13.

⁵ Fernand Braudel, *Civilização material, economia e capitalismo*. Séculos XV-XVIII. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009, v. I, p. 13.

maior da cotidianidade. O cotidiano, assim como a história, é composto, portanto, de fatos únicos que surpreendem e são irreversíveis, ao mesmo tempo em que repousa sobre “estruturas de repetição que não se esgotam na unicidade”⁶.

A experimentação do cotidiano está intimamente conectada ao tempo histórico em que se vive. Ao nascer, todo ser humano possui ou começa a desenvolver tempos biológicos, mas logo se deixa envolver também por instituições sociais com dinâmicas temporais mais ou menos impositivas que lhe são inseparáveis; durante o transcorrer da vida, tal indivíduo assimila, familiariza-se e tende a reproduzir a(s) temporalidade(s) que estruturam a sociedade à qual pertence.⁷ Toda sociedade cria mecanismos para se relacionar com o tempo, organizando-se em torno de estruturas temporais manifestadas em várias esferas sociais, inclusive na cotidiana. Os indivíduos que compõem uma sociedade, por si sós, nem sempre são capazes de forjar conceitos de tempo, apesar de invariavelmente terem noções do mesmo, pois o tempo pode se apresentar de muitas formas, com variáveis graus de consciência, inclusive como representações sociais⁸. Ao conjunto destes fatores convergentes, chamamos *tempo histórico*.

O tempo histórico — ou o tempo social — apresenta as especificidades de um dado momento da história. Ao se estudar o tempo histórico torna-se possível investigar,

⁶ Reinhart Koselleck, *Los estratos del tiempo: estudios sobre la historia*. Barcelona: Paidós I. C. E. /U. A. B., 2001, p. 36-37.

⁷ Agnes Gruart/José Maria Delgado/Carolina Escobar/Raúl Aguilar, *Los relojes que gobiernan la vida*. México: FCE, 2002; Norbert Elias. *Sobre o tempo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998. Para abordagens filosóficas quanto ao ser enquanto indivíduo social e suas formas de lidar com o tempo: Martin Heidegger, *Ser e Tempo*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 4ª ed., 2009; e Paul Ricoeur, *A memória, a história, o esquecimento*. São Paulo: Editora Unicamp, 2007. Heidegger introduz a questão do tempo inserido na busca de sentido para a vida do ser, o qual está no mundo com outros seres (um grupo, uma comunidade) e é dotado de ação; antes mesmo deste ser existir, havia uma comunidade e, portanto, uma forma preexistente de lidar com o tempo, como é o “ser para a morte”. Em outra perspectiva, Ricoeur apresenta a temporalidade como característica essencial do ser, da qual resulta uma experiência *necessariamente narrada*, ademais compósita com fenômenos como a história, a memória e o esquecimento.

⁸ Reinhart Koselleck desenvolveu uma téttrade para caracterizar a presença dos conceitos na chamada “modernidade” (*grosso modo*, quando da passagem de meados do século XVIII a meados do XIX no mundo ocidental): *temporalização, ideologização, politização e democratização*. Baseando-se em tal proposta, João Paulo Pimenta concebeu também uma téttrade de certo modo a ela complementar, porém com vistas à apreensão do tempo como *fenômeno social* (isto é, não necessariamente em uma abordagem estritamente conceitual): *noções-concepções-representações-conceitualizações* de tempo. *Noções de tempo* podem ser formas preliminares ou apenas presentes no inconsciente dos agentes históricos de determinada época. Tais *noções* podem ou não levar a *concepções do tempo*, isto é, à formulação de ideias mais bem acabadas acerca do que é o tempo. Neste processo, há a possibilidade de surgimento de uma ou mais formas de *representar o tempo*, expressas por vias geralmente indiretas e simbólicas. Finalmente, *conceitualizações* e *representações* podem se articular a *conceitos*, com o quê esta proposta se submete, novamente, à de Koselleck. J. P. Pimenta. “Notions and concepts of time in late eighteenth-century Brazil” (*paper* apresentado no 13. Internationaler Kongress zur Erforschung des 18. Jahrhunderts, Graz, 2011).

segundo Koselleck, “o[s] espaço de experiência e o[s] horizonte[s] de expectativa associados a um determinado período”⁹, isto é, articulações entre *passado*, *presente* e *futuro* e seu peso concreto em uma sociedade; abre-se, igualmente, uma oportunidade de se estudar conjuntamente espaço e tempo, dimensões históricas que, a rigor, são inseparáveis¹⁰.

As experiências vividas no passado se articulam em tempos históricos, e são por estes significadas, pois tanto os conteúdos quanto as formas dessas experiências não são meras construções por parte dos analistas. As experiências são referências de uma realidade empírica de ações e eventos que estão no passado, e também são mostras de vários níveis de percepção e interpretação subjetiva dos eventos.¹¹ As experiências do cotidiano — que podem ser únicas de um indivíduo, reiteradas e comunicáveis entre sujeitos, e geradas continuamente por fatos que se repetem — exibem modificações e continuidades que são registradas, capturadas e socialmente elaboradas em um fundo de condições repetitivas. Em eventos distintos, condições similares podem estar presentes porque apoiadas em estruturas de longa duração. Os acontecimentos são sempre diferentes, mas suas condições prévias são geralmente contínuas por conta das estruturas sobre as quais assentam¹². Com isso, toda e qualquer sociedade pode ser parcialmente compreendida por meio de uma perquirição de suas múltiplas e variadas formas de viver e experimentar o tempo. Por outro lado, debruçar-se sobre esta questão gera, portanto, a possibilidade de análise do cotidiano por meio do estudo dos *tempos históricos* que o compõem, e também nos dá oportunidade para realizar um inventário de tais tempos em uma situação histórica específica. Desta maneira, tomamos como estudo de caso a capitania de São Paulo, detentora de um vasto território e de pessoas de diversa condição social, que viviam seus cotidianos imersos em múltiplas temporalidades que se entrecruzavam e conectavam-se às formas de vivência específica (coletiva ou individual), e que poderiam ser interpeladas por novas formas de vivência a

⁹ R. Koselleck, *Futuro Passado*. Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto/ Ed. PUC-Rio, 2006, p. 104.

¹⁰ F. Braudel, “História e ciências sociais: a longa duração”. In: *Escritos sobre a História*. São Paulo: Perspectiva, 1976.

¹¹ Jörn Leonhard, “Language, Experience and Translation: Towards a Comparative Dimension”. In: Javier Fernández Sebastián (Ed.), *Political Concepts and Time*. New Approaches to Conceptual History. Santander: Cantabria University Press/McGraw-Hill Interamericana de España, D.L. 2011, p. 248.

¹² F. Braudel, “História e ciências sociais...”, cit.; R. Koselleck, *Historias de Conceptos*. Estudios sobre semántica y pragmática del lenguaje político y social. Madrid: Editorial Trotta, 2012, p. 30.

depender de acontecimentos pontuais e especiais (quebras da ordem, eventos políticos, instabilidade nas fronteiras, guerras, etc.).

A realização de um inventário dos tempos corriqueiros vividos na capitania paulista entre meados do século XVIII e início do XIX norteia esta pesquisa. Em meio ao cotidiano de São Paulo, existem várias camadas que dão contingência ao estabelecimento de um diálogo entre dimensões amplas, estruturais, de vivência do tempo à época, com aspectos eventualmente específicos, decorrentes de características próprias de tal localidade. Muitos dos habitantes da capitania tinham noção do tempo em que viviam, mas nem todos elaboravam concepções a respeito. Assim como muitos acontecimentos que se repetiam na cotidianidade paulista são imagens da concepção de mundo da época em que estava envolvida esta parte da América portuguesa. Deste modo, podemos observar a história em variadas dimensões de movimento, que se determinam reciprocamente, mas implicam fenômenos específicos a depender do *estrato de tempo*¹³ ao qual cada uma esteja vinculada.

Para tanto, se faz primordial compreender o espaço que a capitania de São Paulo ocupava na América portuguesa e no tempo. No capítulo primeiro desta dissertação, nos ocupamos com características do momento e do espaço de São Paulo a partir, aproximadamente, de 1765, primeiro ano do governo do Morgado de Mateus à frente da capitania, sendo também este o primeiro governo pós-restauração de sua autonomia administrativa¹⁴, o que impele a uma série de mudanças sentidas na esfera do cotidiano de seus habitantes. A partir de então, observa-se um aumento no número de núcleos urbanos, da população, e de investimentos na melhoria das comunicações, dos caminhos e dos espaços urbanos. Estas iniciativas foram fomentadas pelas administrações reformistas dos capitães gerais que passaram pelo governo de São Paulo, movidos por interesse políticas ilustradas portuguesas em terras brasílicas. Após a restauração, a

¹³ *Estratos de tempo* é uma metáfora formulada por Reinhart Koselleck, inspirada nas formações geológicas remete as distintas profundidades, dimensões e velocidades que as camadas de tempos estruturantes da história possuem. Koselleck, elaborou tal metáfora buscando complexificar a teoria dos tempos históricos dividida, basicamente, em tempo linear e tempo recorrente/circular. Para Koselleck a dualidade em que se pensava a teoria do tempo é insuficiente, pelo fato de que “toda sequência histórica contém tanto elementos lineares quanto elementos recorrentes”. Valer-se da teoria dos *estratos de tempo* auxilia nos estudos históricos por revelar faixas temporais intercaladas, e que se remetem umas às outras sem se desvincularem do conjunto temporal em sua totalidade. R. Koselleck, *Los estratos del tiempo*..., cit.

¹⁴ A perda de autonomia e subsequente subordinação da capitania ao governo do Rio de Janeiro ocorre no ano de 1748; sua restauração em 1765. Maria Beatriz Nizza da Silva (Org.), *História de São Paulo Colonial*. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

capitania de São Paulo conviveu com o ritmo acelerado destes administradores reais que pretendiam adiantar sua agricultura, reforçar a posição da capitania nas rotas comerciais atlânticas, produzir gêneros para a exportação, e ocupar espaços nas fronteiras para, assim, garantir a expansão da ocupação portuguesa no interior da América. De muitas maneiras, estas ações transmitiam a parcelas da população a sensação de um tempo acelerado em seus cotidianos; no geral sensações aprofundadas com o traslado da Corte para América em 1808, marco final de nossa investigação. Os acontecimentos no reino por conta das guerras na Europa, acabariam por permitir, na América portuguesa, uma condição nunca antes vivida — a de ser sede da Corte —, e que acarretou um tempo histórico fortemente — mas não absolutamente — novo. Como um espaço colonial, São Paulo vivenciou, como veremos, essa experiência.

Contudo, em meio a novas temporalidades, coexistiam na capitania formas tradicionais de vivências. Tempos religiosos, as fases da vida, as atitudes perante a morte, dentre outras, são formas representativas de se experimentar o cotidiano da época. Como veremos no capítulo dois, as festas do calendário religioso, as obrigações em relação aos mortos, modos de se pensar a geografia de um mundo do além, permeavam a vida do português de São Paulo, e mesclava tempos e esferas materiais e espirituais em ritmos próprios. Os tempos da vida, a *privatização*¹⁵ da sociedade paulista, bem como novos conceitos de saúde, interferiram na vivência, mas não romperam com os ritmos já existentes em um cotidiano apoiado em estruturas de longa duração, de ritmos mais lentos. Daí a possibilidade de vislumbrar o surgimento de novas formas de vivência dos habitantes da capitania.

O capítulo três, se detém em tempos que poderíamos chamar de “mais objetivos”, isto é, medidos por instrumentos e por técnicas; igualmente medidos não-mecanicamente por rotinas de dada região, ocupação profissional ou, camada social. Os tempos que demonstram a fluidez do tempo linear e dos tempos cíclicos do ano (e suas subdivisões) e, da natureza, também estão presentes nas formas de mensurar o tempo na capitania de São Paulo. Também há nestas esferas de vivência diferentes ritmos de acordo com o local, limitados ou favorecidos por certas tecnologias, capazes inclusive de provocar sentimentos de ansiedade e impaciência. Nos ritmos da política e da administração, estas questões são evidenciadas, juntamente com esperas impostas por

¹⁵ Momento em que o Ocidente está delimitando melhor os contornos do *público* do *privado*, e que juntamente com a individualização progressiva social, abre espaço maior a socialidade e vivência privada.

distâncias e dificuldades que o ambiente colocava aos deslocamentos e às transferências da comunicação. Veremos melhor no capítulo quatro como estes tempos eram sentidos e, eventualmente, contornados em São Paulo colonial.

A experiência do passado, as delimitações intelectuais do tempo histórico e das temporalidades que o conformam são analisadas nesta dissertação através da linguagem escrita, que apreende parte das experiências sociais. A reflexão sobre a linguagem histórica, “sobre os atos linguísticos que ajudam a criar acontecimentos ou a constituir uma narrativa histórica”¹⁶ perpassa toda esta pesquisa, mas especialmente no capítulo cinco nos deteremos em nas narrativas elaboradas em meados do século XVIII sobre o passado da capitania de São Paulo, e em alguns conceitos nelas presentes. Aqui, os conceitos de *verdade*, *história* e *memória* jogam luz na forma como aqueles homens e mulheres concebiam parte dos tempos (em) que viviam. O estudo dos conceitos é importante como prática de uma história social em si, da mesma forma que impõe uma história de temporalidades sociais, já que todo conceito — termos-chave que articulam significados de outros termos em um dado contexto de enunciação e significação — é portador de ritmos de desenvolvimento inerentes à sua história (sua criação, alocação, reprodução e dinâmica em meio a uma sociedade ou em parte dela). O conceito de *tempo histórico* por si próprio já é de grande significado para a compreensão do passado, por estar associado à ação humana, social e política. Por meio de alguns destes conceitos, podemos discutir a inserção da capitania de São Paulo no processo geral de formação de uma *modernidade* do mundo ocidental ao final do século XVIII, conforme as assertivas de Reinhart Koselleck; a temporalização da vida (principalmente da política), a aceleração progressiva do tempo (onde o futuro e o passado se realinham reciprocamente e alternadamente de maneira contínua, distanciando-se cada vez mais), e a abertura de um horizonte de expectativas a um futuro incerto¹⁷. A escala de observação que utilizamos no último capítulo desta dissertação é socialmente mais limitada em comparação a dos demais capítulos, por ser tratar de um nicho específico de letrados que se colocam a pensar o passado da América portuguesa colonial e de São Paulo. Apesar de tal limitação, esta escala de observação é importante, porque de certa maneira complementa as demais; além disso, carrega consigo um potencial de

¹⁶ R. Koselleck, *Futuro Passado...*, cit., p. 268.

¹⁷ Ibidem.

espraçamento em meio àquela sociedade, mas principalmente em direção a outros espaços americanos coloniais, e a outras épocas.

Diante disso, como apreender, em fontes da época, vivências e experiências do tempo? Se faz necessário que as fontes sejam múltiplas, variadas, e que deem conta de várias dimensões da realidade. Além disso, demandam um tratamento sensível, muitas vezes de apreensão de atitudes pouco evidentes, de acontecimentos aparentemente banais, ou mesmo de palavras pouco eloquentes à primeira vista.¹⁸ As fontes aqui utilizadas para a história do tempo na São Paulo colonial foram, principalmente, os *Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo*¹⁹ e as *Atas da Câmara Municipal de São Paulo*²⁰, tomados por amostragem e selecionados de acordo com o recorte temporal da pesquisa. Concentramo-nos em detectar e deferir os discursos sobre o tempo neles presentes, e também informações deles extraídas que, com variados

¹⁸ De certo modo — parcial e não integral — a pesquisa realizada para esta dissertação é tributária de uma história das mentalidades “clássica”, traçada pela busca daquilo que Jacques Le Goff e Pierre Nora denominaram de “novos problemas, novas abordagens, e novos objetos”. Tal perspectiva de renovação é amparada por uma concepção redefinida de *totalidade* na história, no qual deve-se delimitar o objeto de investigação e considerá-lo como uma totalidade em si, recortado de uma realidade multifacetada. Fernando Novais e Rogério Forastieri, criticaram os ideais de renovação de Le Goff e Nora, pois entendem que dentre “novos problemas”, “novas abordagens”, e “novos objetos”, apenas a última proposição teve sua finalidade cumprida, posto que a renovação de problemas e abordagens já tinham sido renovados antes pela Nova História. Jacques Le Goff & Pierre Nora (Dir.), *História: Novos Problemas*. 2.^a ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora S.A., 1979; dos mesmos autores, *História: Novas Abordagens*. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora S.A., 1976; Idem, *História: Novos Objetos*. 4.^a ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora S.A., 1995; Fernando Antônio Novais & Rogério Forastieri da Silva, “Introdução”. In: _____. & _____. (Orgs.), *Nova História em perspectiva*. São Paulo: Cosac & Naify, 2011, v.1, p. 63-64.

¹⁹ Os *Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo* são uma coletânea de documentos do século XVIII e XIX reunidos em 95 volumes. A iniciativa de tal coleção partiu do primeiro secretário eleito do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, Antonio Toledo Piza, em 1894. Toledo Piza era também diretor do Arquivo do Estado de São Paulo, onde encontravam-se manuscritos de documentos de São Paulo à época da Colônia. Sendo assim, iniciou as transcrições e publicações de tais documentos intitulado-os de *Documentos interessantes*. A coleção foi então publicada pelo Arquivo de São Paulo, e atualmente encontra-se digitalizada e disponibilizada pela Universidade Estadual Paulista (UNESP) por meio do site da instituição. Há nesta coletânea cartas, ofícios, alvarás, bulas, etc., dos mais variados assuntos. A grande maioria deles é de cunho burocrático, mas existem também cartas pessoais. Os remetentes são capitães-generais, reis, secretários de Estado, vice-reis, ou seja, aqueles que possuíam cargo na monarquia portuguesa e no posterior Império brasileiro. Para um apanhado geral sobre a documentação presente na coleção dos *Documentos interessantes*, e as intenções da Repartição do Arquivo do Estado (que se via como detentora de parte da memória paulista) na elaboração de uma passado histórico conservador, bandeirista, e tradicional de São Paulo, ver: André Oliva Teixeira Mendes, *Os “Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo”*: subsídios para a construção de representações. São Paulo: FFLCH/USP, 2010 (Dissertação de Mestrado).

²⁰ As *Atas da Câmara* estão reunidas em oitenta e sete volumes, que compreendem o período de 1562 a 1903. A partir de 1904 passam a ser registrados em Anais. As *Atas*, do período aqui contemplado, foram publicadas pela Duprat & Cia, em 1915, e Typographia Piratininga, entre 1919 e 1921. Atualmente as *Atas* se encontram todas digitalizadas e disponíveis no site do *Centro de Memória da Câmara Municipal de São Paulo*. Acesso: <http://www.camara.sp.gov.br/memoria/atas-e-anais-da-camara-municipal-2/>

graus de objetividade, forneçam pistas sobre vivências temporais. Ou seja, analisamos, simultaneamente, *discursos* sobre o tempo e *informações* sobre ele encontradas em tais fontes, sendo o fim último experiências de vivência do tempo daquela sociedade por meio da recuperação de seu cotidiano.

A pesquisa empreendida para esta dissertação não implica em adesão direta e/ou total ao modelo de *modernidade* koselleckiana, tampouco sua imposição à realidade de São Paulo de fins do século XVIII. O objetivo primordial do trabalho que aqui apresentamos é iluminar aspectos de uma história específica, de um local e de uma época específicos, mas que parecem capazes não só de alargar o espectro de observação para outras regiões da América portuguesa, mas também para outras pertencentes ao mundo ocidental da mesma época. A observância dos tempos históricos em meio ao cotidiano é passível de investigação em meio ao mundo que estava passando por transformações graves em meados do século XVIII; transformações essas que interpelaram as vivências por todo Ocidente e que estiveram suportando eventos que ocorreram ao longo do século XIX. Parte das mudanças sociais e políticas imprimidas no Setecentos, tiveram potencial de espraio pelo Ocidente, e possibilitaram novas experiências temporais assim como novas formas de vivência do tempo histórico. Assim, o estudo das diferentes dimensões da vivência de tempos, bem como seus variados ritmos de existência e transformação em meio aos cotidianos de diversas localidades, possibilita descortinar as experiências de agentes passados e a suas formulações quanto a um dado momento em uma determinada época, e em última instância, possibilita a compreensão dos tempos históricos passados.

Capítulo 1

Os tempos segundo os espaços: São Paulo no século XVIII

São Paulo até o ano de 1709 pertencia à capitania de São Vicente, que por sua vez era subordinada à do Rio de Janeiro. Com a crescente descoberta de minas no sertão e a falta de fiscalização destas áreas, fez-se importante uma redivisão do território mais ao sul e centro da América portuguesa, visando maior controle de tais localidades²¹. O monarca português à época, D. João V, comprou²² a parte referente ao Planalto e à região das Minas Gerais e adjacências para “melhor acerto da administração da justiça e das Minas de Ouro”²³, com pretensão de aumentar a arrecadação aos cofres do império (tendo em vista ser a região detentora das principais jazidas de ouro e metais preciosos), defasados desde a queda da economia açucareira e dos efeitos negativos de tratados comerciais pós-União Ibérica²⁴.

São Paulo e Minas Gerais, assim, compuseram uma só capitania, a qual abrigava aproximadamente os territórios que correspondem aos atuais estados de São Paulo, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. A partir de 1720 a capitania paulista foi sendo sucessivamente desmembrada, inicialmente com a decisão da Coroa em separar Minas Gerais, para um

²¹ Heloísa Liberalli Bellotto crê que o papel principal da capitania de São Vicente no início da colonização portuguesa já era o de propulsora de forças para o sertão em busca da prospecção do ouro. Neste sentido, não é de estranhar-se a divisão e redivisão de capitanias que ocorreram no sudeste da América portuguesa no século XVIII. *Autoridade e conflito no Brasil colonial: o governo do Morgado de Mateus em São Paulo (1765-1775)*. 2ª. ed. São Paulo: Alameda, 2007, p. 21. Para o mesmo assunto, ver também M. B. Nizza da Silva (Org.), *História de São Paulo...*, cit.

²² Havia a possibilidade dos donatários venderem as capitanias mediante aprovação prévia régia. A capitania de São Vicente se confundia com a de Santo Amaro (atual região do Guarujá e adjacências) no século XVII, e, foi posta à venda em 1709, sendo a Coroa a maior interessada por fazer parte de seus domínios a região mineradora lusoamericana. A escritura foi lavrada em 19 de setembro de 1711, porém a real venda foi da Capitania de Santo Amaro e não São Vicente. Mesmo assim, a capitania vicentina foi incorporada à Coroa, pois neste momento — início do século XVIII — as capitanias estavam deixando de ser donatarias para serem de posses reais. Esta questão ficou conhecida na historiografia paulista como compra da capitania de São Vicente e ainda no século XVIII gerou polêmica por direitos requeridos pelo Conde de Vimieiro a sua possessão (retomaremos brevemente ao assunto no capítulo 5 desta dissertação). M. B. Nizza da Silva (Org.), *História de São Paulo...*, cit, p. 13-19. Para questões específicas da legislação de capitanias e sesmarias ao longo do período colonial: Costa Porto, *O sistema sesmarial no Brasil*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, s.d.

²³ “Separação de São Paulo e Minas da Capitania do Rio de Janeiro. Carta Régia de 23 de Novembro de 1709”. D.I.H.C.S.P.. São Paulo: Departamento do Arquivo, 1913, v. 4, p. 3.

²⁴ Nuno Gonçalo Monteiro, “A monarquia barroca (1668-1750)”. In: Rui Ramos (coord.), *História de Portugal*. 3ª. ed. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2010, II parte “Idade Moderna (Séculos XV-XVIII)”, cap. 6, p. 339.

controle mais efetivo da crescente exploração mineradora. A Ilha de Santa Catarina e Rio Grande de São Pedro foram os próximos a serem separados de São Paulo, por Provisão Régia de 1738, que passava a administração destas localidades ao governo do Rio de Janeiro. Por fim, em 1748 criou-se as capitanias de Goiás e Mato Grosso, ao mesmo tempo que a capitania de São Paulo era submetida ao gerenciamento do Rio de Janeiro²⁵.

Até a anexação ao Rio de Janeiro em 1748, os capitães gerais de São Paulo estavam mais interessados nas recentes descobertas das minas de Goiás e Mato Grosso²⁶, negligenciando a governança da capitania; mas não eram só os capitães gerais à frente do governo que tinham seus olhos voltados as regiões mineradoras. Se por um lado havia certo relapso do governo local, por outro a economia paulista foi favorecida pelas atividades nestas regiões, tendo seu mercado interno voltado para o abastecimento e transações lucrativas demandadas pela economia do ouro. Com isso houve a possibilidade de crescimento desta sociedade em taxas constantes, ao mesmo tempo em que se tornou possível a consolidação de fortunas — suscitando o interesse posterior (meados do século XVIII, conforme veremos adiante) da Coroa na região, principalmente no esforço de ampliar a produção de gêneros coloniais para exportação.²⁷ As sucessivas desagregações deixaram São Paulo com os importantes portos de Santos, São Sebastião, Ubatuba e Paraty, e com as regiões produtoras de ouro de Cuiabá; por outro lado, a capitania foi submetida militarmente à praça de Santos, o que significava perder sua autonomia não só administrativa, mas também política.

O período entre as décadas finais do século XVII e a restauração da autonomia de São Paulo em 1765, é comumente visto pela historiografia por três principais visões,

²⁵ A subordinação da região sul ao governo do Rio de Janeiro estava ligada à defesa da América portuguesa em sua parte litorânea. A Coroa entendia que dispor os portos destas regiões sob uma supervisão única seria mais conveniente para a defesa do território. Quanto a Goiás e Mato Grosso, a intenção era o controle das minas e segurança da aquisição dos metais pela monarquia, mas também a ocupação efetiva do território e a defesa das fronteiras mais ao oeste. H. L. Bellotto, *Autoridade e conflito...*, cit., p. 21-26.

²⁶ O Conde de Sarzedas, Antônio Luís de Távora, governador da capitania paulista entre 1732-1737, passou a maior parte de seu governo na região de Goiás, localidade aurífera. Seu sucessor, o Conde de Bobadela (Gomes Freire de Andrade), governador interino entre 1737-1739, sugere, logo ao tomar posse, que São Paulo fosse submetida ao governo da capitania do Rio de Janeiro, unificando os governos, já que Bobadela era o então governador do Rio de Janeiro. Todavia, não foi em seu governo que São Paulo perdeu sua autonomia, mas sim no de Luís de Mascarenhas (1739-1748), sucessor de Bobadela. Paula Porta (Org.), *História da Cidade de São Paulo. A cidade Colonial (1554-1822)*. São Paulo: Paz e Terra, 2005, v. I.

²⁷ Maria Aparecida de Menezes Borrego, *A teia Mercantil. Negócios e poderes em São Paulo Colonial (1711-1765)*. São Paulo: Alameda, 2010.

responsáveis por terem fixado no imaginário comum a ideia de que a capitania só se tornaria relevante no século XIX, quando se converte em província produtora de café. O debate historiográfico clássico até a década de 1960 imputa a São Paulo o caráter de isolamento por duas frentes opostas: a visão do isolamento positivo e a do isolamento negativo. A visão positiva liga-se ao Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, responsável por produzir o que Ilana Blaj intitula de historiografia “paulística”²⁸: a historiografia a respeito do bandeirante como síntese do homem paulista - leal, independente, intrépido, desbravador e corajoso, e que teria vencido com coragem o isolamento do Planalto, promovido a integração do território regional e descoberto riquezas. A região da qual estes bandeirantes eram originários caracterizar-se-ia como autossuficiente, abrigando homens rebeldes e regida por uma autarquia pouco dependente da Metrópole e de outras regiões²⁹. Essa visão não foi significativamente revista até meados de 1940, quando aparece sua oposição negativa, a de uma historiografia na qual a ideia de isolamento persiste, porém articulando-o à percepção de que, no século XVIII, a capitania ganha *status* periférico em relação a outras partes da América Portuguesa, especialmente em contraposição às áreas próximas de Minas e Rio de Janeiro, polos exportadores que articulavam as colônias portuguesas à metrópole via mercancia. São Paulo passou a ser entendido como região de abastecimento das minas, mas sempre pensada em função comparativa, e não em sua especificidade. Deste modo, “cristaliza-se, (...), uma nova imagem com relação ao núcleo de Piratininga: o de uma sociedade extremamente pobre, isolada, praticamente sem dinamismo e voltada à subsistência”³⁰, e que em consequência da perda das minas de Goiás e Mato Grosso caíra no ostracismo³¹.

²⁸ Ilana Blaj, “Mentalidade e Sociedade: Revisitando a Historiografia sobre São Paulo colonial”. *Revista de História*, n. 142-143, São Paulo, 2000, p. 239-259.

²⁹ Exponentes de tais ideias são Toledo Piza (“Chronicas dos tempos coloniaes. A miséria do sal em S. Paulo”, *Revista do Instituto Histórico e Geographico de São Paulo*. São Paulo, v.4, 1889) e Alcântara Machado (*Vida e morte do bandeirante*. [1929] São Paulo: Edusp/ Belo Horizonte: Itatiaia, 1980), Alfredo Ellis Júnior (*A evolução da economia paulista e suas causas*. São Paulo: Nacional, 1937), dentre outros.

³⁰ I. Blaj, “Mentalidade e Sociedade...”, cit., p. 242.

³¹ Como representantes de tais visões, temos, Celso Furtado (*Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Nacional, 1980), Roberto Simonsen (*História econômica do Brasil [1500-1820]*. São Paulo: Nacional, 1978), dentre outros. Mafalda Zamella em sua tese de doutorado defendida em 1951 (hoje livro: *O abastecimento da Capitania das Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo: Hucitec/Edusp, 1990) dá início a uma evolução em torno de um pensamento positivo a respeito da capitania paulista, na medida que passa a visualizar na região paulista comunicação, movimento e tipos mercantis provocados pelo comércio com as Minas. Sérgio Buarque de Holanda analisa de perto a sociedade do planalto em seu comércio, produção e parte do cotidiano, e avança também nesta área, tal qual afirma Maria Aparecida Borrego, demonstrando que os deslocamentos populacionais que muitos historiadores anteriores

Uma reavaliação substantiva de tais visões ocorreu nos anos de 1980 e 1990, onde destacaram-se os trabalhos de John Monteiro e de Ilana Blaj. Monteiro, inicialmente em doutorado defendido em 1985 e posteriormente livro³², repensa a atividade escravista da região do planalto paulista de fins do XVII e inícios do XVIII, e percebe que a escravidão negra influenciou a sociedade e sua economia; mas para tanto, havia nesta sociedade base prévia que acabava por afetar o próprio comércio de escravos. Parte da mão de obra cativa negra do século XVIII permaneceu na capitania, e fez com que senhores de escravos se destacassem como elite agrícola; outra parte era vendida para as Minas, o que conferia à cidade de São Paulo papel de entreposto de comércio³³; ou seja, o comércio com as Minas dinamizava São Paulo, e a entrada de africanos — introduzidos formalmente por meio de um alvará de 1701 que permitiu a uma parte dos que viessem de Angola que ficassem em São Paulo, devido às descobertas de ouro³⁴ — introduziu um novo contingente social e financeiro. Ilana Blaj³⁵ aborda São Paulo como região na qual a Coroa via importância por conta da produção agrícola e do comércio — que já ocorria no século XVII — entre Rio de Janeiro e Santos. Com o advento das regiões mineradoras, São Paulo incluiu em suas relações mercantis as localidades mineiras, fornecendo a elas produtos de sua produção e compondo uma rede de negociações, além de participar da rota que levaria aos portos no litoral. Desta maneira, não estava São Paulo inerte ao sistema colonial, como pensava a historiografia clássica³⁶. A revisão historiográfica nos é importante porque traz à luz camadas temporais que seriam ignoradas caso tomássemos a história da capitania em uma perspectiva majoritariamente de imobilidade. Quanto mais dinâmica uma sociedade, maiores as chances de repetidas experiências virem a se transformar em

enxergavam como prova de decadência, eram na verdade “traços constitutivos das dinâmicas econômica e social paulistas (...) a população remanescente (...) passava, então, por um processo de acomodação e reorganização social”. M. A., Borrego, *A teia Mercantil...*, cit., p. 44.

³² John Manuel Monteiro, *Negros da Terra*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

³³ A vila de São Paulo torna-se cidade em 1711, o que demonstra sua crescente dinamização.

³⁴ M. B. Nizza da Silva (Org.), *História de São Paulo...*, cit., p. 75.

³⁵ I. Blaj, *A Trama das tensões: o processo de mercantilização de São Paulo colonial (1681-1721)*. São Paulo: Humanitas/Fapesp, 2002. Inicialmente Blaj apresentou este trabalho em forma de tese de doutorado em 1995 vindo a ser publicado em livro sete após sua defesa.

³⁶ Nesse ponto, obras posteriores às de Monteiro e Blaj seguem e corroboram suas teses, como o já citado livro de Maria Aparecida Borrego, *A teia Mercantil...*, cit.; Ana Paula Medici, *Administrando Conflitos: o exercício do poder e os interesses mercantis na capitania/província de São Paulo (1765-1822)*. São Paulo: FFLCH/USP, 2010 (Tese de Doutorado); Paulo Eduardo Zanettini, *Maloqueiros e seus Palácios de Barro: O Cotidiano doméstico na casa Bandeirista*. São Paulo: MAE/USP, 2005 (Tese de Doutorado), dentre outros.

um estrato de tempo que transpõem determinada duração a envolver tais experiências³⁷. Mais adiante observaremos com maior atenção aspectos da vida paulista colonial, como o comércio e as festas que, dentre outros, tinham seus próprios ritmos, e que davam cor à multiplicidade temporal do século XVIII paulista.

Durante o reinado de D. João V (1707-1750), algumas áreas coloniais americanas adquiriram nova relevância em razão de o reino passar, desde a segunda metade do século XVII, por crise em suas finanças. Na visão de estadistas da época, tal crise se aplacaria através da preservação e reforço do exclusivo metropolitano; desta maneira, de acordo com Fernando Novais, as colônias portuguesas na América seriam o remédio e a conservação de Portugal³⁸, o que não tirava de vista o inconveniente da pequenez das nações Ibéricas, o que forçou os estadistas “a encararem o grande problema da modernização”³⁹. Passada a fase de reafirmação do trono português com o fim da União Ibérica (1640) e a paz com Espanha, e com as subsequentes descobertas de ouro, as atenções da Coroa se voltaram animadamente para a América Portuguesa. Doravante, a prioridade da política metropolitana seriam sempre as colônias do continente americano, em detrimento das Índias⁴⁰. Em busca da consolidação desses interesses na América, Portugal firmou o Tratado de Madri com a Espanha em 13 de janeiro de 1750, o qual substituiu definitivamente o de Tordesilhas visando fixar limites territoriais problemáticos entre as Coroas Ibéricas. Todavia, o maior interesse desse tratado seria a questão da Colônia do Sacramento — no estuário do Rio da Prata —, foco permanente de tensão com a Espanha.⁴¹ Com o tratado, Portugal cedia a colônia e adquiria em troca os chamados Sete Povos das Missões, localizados nos atuais Rio Grande do Sul e Uruguai, legando importantes consequências ao reinado de D. José I (1750-1777), sucessor de D. João V.

³⁷ R. Koselleck, *Los estratos del tiempo...*, cit.

³⁸ F. A. Novais, *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. 9ª. ed. São Paulo: Hucitec, 2006, p. 175-176.

³⁹ Kenneth Maxwell, *A Devassa da Devassa. A Inconfidência Mineira: Brasil e Portugal 1750-1808*. Rio Janeiro: Paz e Terra, 1978, p. 22.

⁴⁰ N. G. Monteiro, “A monarquia barroca... cit., p. 353.

⁴¹ A Colônia do Sacramento, localizada no extremo Sul da América Portuguesa, porém em território espanhol, era um ponto estratégico para as coroas Ibéricas. A região do Rio da Prata era zona fronteiriça de intensos movimentos militares e comerciais desde sua criação em 1680. Os conflitos que se davam na Europa entre as potências ibéricas refletiam diretamente nesta parte do Atlântico, daí a relevância de tal localidade. No século XVIII, após a morte de Filipe V, de Espanha (1746), teria início uma busca pela pacificação desta região e das relações externas de ambas as coroas. N. G. Monteiro, “A monarquia barroca...”, cit.

No reinado de D. José I, a Capitania de São Paulo começa a adquirir maior relevância à monarquia portuguesa. Com a Guerra dos Sete Anos (1755-1763), na qual os Estados Ibéricos se mantiveram de lados opostos, a região sul da América portuguesa mostrou sua vulnerabilidade. Durante a guerra, a Colônia do Sacramento e outras partes da América portuguesa foram invadidas por espanhóis advindos de Buenos Aires, colocando em questão a urgência de proteção à região sul das colônias portuguesas⁴². Desse modo, a questão da restauração da Capitania de São Paulo é colocada em voga, não apenas por ser útil à defesa destas partes, mas também para produção de gêneros alimentícios, além do controle dos portos e da circulação do ouro vindo das Minas do Sertão, uma vez que, nas palavras de Sérgio Buarque de Holanda, “sem os de São Paulo não se poderiam aproveitar devidamente aqueles sertões”.⁴³

Na metrópole, o cargo de secretário de Estado durante o reinado de D. José I era ocupado por Sebastião José de Carvalho e Melo, que viria a tornar-se marquês de Pombal em 1769. Muito se discute quanto ao caráter “iluminista” do governo de Pombal⁴⁴, mas de toda forma é possível afirmar que este partilhava “de uma certa consciência do defasamento que julgavam existir entre Portugal e as outras monarquias da Europa Ocidental”⁴⁵, consciência esta que caminhava lado a lado com a crítica aos fundamentos estruturais da sociedade portuguesa -, em resumo, ao clero⁴⁶ e à nobreza.

⁴² N. G. Monteiro, “O tempo de Pombal”. In: R. Ramos (Coord.), *História...*, cit., cap. 7. Não só esta região da América foi invadida, outras localidades da América espanhola (Havana e Manila em 1762 foram tomadas pelos britânicos) foram atacadas e expuseram a vulnerabilidade das costas ocidentais e orientais americanas. Tais invasões foram levadas em conta quando da restauração da capitania tendo em vista um maior controle da costa sudeste da América portuguesa. K. Maxwell, *A Devassa da Devassa...*, cit., p. 54.

⁴³ Sérgio Buarque de Holanda, “Metais e pedras preciosas”. In: Sérgio Buarque de Holanda (Org.), *História geral da civilização brasileira*. 6.^a ed. São Paulo- Rio de Janeiro: Difel, 1985, t.I, vol. 2, p. 272.

⁴⁴ N. G. Monteiro, “O tempo de Pombal”..., cit. O autor discute a questão à luz da realidade portuguesa por acreditar ser difícil definir o que teria sido o Iluminismo. No caso de Portugal, não classifica de “iluministas” os governantes do século XVIII, julgando mais apropriado chamá-los “reformistas”, pois “boa parte de suas ideias vinham do século XVII e só muito indiretamente ecoavam aquilo que, em meados do século XVIII, foi propriamente a cultura europeia das Luzes”. A historiadora Ana Rosa Cloquet, delimita que houve rejeição ao termo e a definições precisas tanto no Reino como nas colônias americanas por conta das origens esparsas do termo “iluminismo”, “pelas circunstâncias históricas que o viram nascer, ou ainda pelas profundas divisões que separam os que se definiam *iluministas*, num mesmo espaço cultural”. Ana Rosa Cloquet da Silva, *Inventando a Nação: Intelectuais ilustrados e estadistas luso-brasileiros na crise do Antigo Regime português*. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 2006, p. 30-31.

⁴⁵ N. G. Monteiro, “O tempo de Pombal”..., cit., p. 357.

⁴⁶ Pombal tinha interesse no reequacionamento das questões dos privilégios dos nobres e dos clérigos para que desta forma houvesse gradual imposição, no caso do clero, do poder temporal sobre o espiritual, e em sua totalidade sujeitar todas as esferas ao poder real. A luta de Pombal contra o clero é personificada nas ações deste contra a Companhia de Jesus que foi expulsa do Reino e demais partes do Império em 1759. Não era uma luta contrária a fé católica, mas era, sim, a busca da supremacia do poder régio. A. Cloquet da Silva, *Inventando a Nação...*, cit.

As intenções de Pombal eram centralizadoras em torno do poder governamental, e seriam “efetivada graças à montagem de um novo aparato institucional e administrativo que (...) trazia consigo a figura do burocrata”⁴⁷. Apoiado na ótica binominal *Reformismo-Pedagogismo*, o Marquês de Pombal repensou a máquina estatal, lançou mão de projetos modernizantes e valeu-se do mercantilismo para que desta forma fossem renovados a economia, a política e a sociedade. Suas ações revelaram-se amplas e articuladas, e estavam voltadas ao reino e ao Ultramar, revestidas de uma “nova noção de Império que esgarçava a centralidade do Brasil”⁴⁸.

Assim sendo, a prosperidade de Portugal estava estabelecida nas flutuações da economia colonial. Logo quando da posse de Pombal, os produtos vitais do comércio entre metrópole e possessões coloniais - a saber: ouro, fumo e açúcar - “seriam protegidos por disposições legais e defendidos os interesses estabelecidos”⁴⁹, mas não só a produção primária foi fomentada⁵⁰, como houve neste ínterim o encorajamento para o estabelecimento de manufaturas na América portuguesa. O Marquês do Lavradio, Vice-Rei do Brasil, foi instruído na busca de novos produtos, encargo que cumprira, nas palavras de Kenneth Maxwell, com afinco. Neste contexto, o Vice-rei dedicou-se a buscar novos métodos para incrementar a produção da colônia por acreditar que o comércio para a Europa não deveria se resumir aos gêneros tradicionais, “com até então; mas se deviam explorar as amplas possibilidades da agricultura colonial, para abrir novas frente de mercado”⁵¹. Nesse sentido, o Vice-Rei fez vir da Bahia homens que compreendiam a cultura do tabaco para que a aplicasse em várias localidades de São Paulo e Rio de Janeiro. As estruturas fiscais e militares foram bastante modificadas. Ao Ultramar foram mandados peritos militares para reorganizarem as milícias e forças de armas, e o modelo tributário foi renovado, fundamentado no novo sistema desenvolvido após a instalação da Real Fazenda em Lisboa (dezembro de 1761), cujo objetivo era a “centralização da jurisdição de todos os assuntos tributários na tesouraria, constituída em única responsável pelos diferentes setores desde a administração tributária e receitas

⁴⁷ A. Cloclet da Silva, *Inventando a Nação...*, cit., p. 54.

⁴⁸ Ibidem, p. 98.

⁴⁹ K. Maxwell, *A Devassa da Devassa...*, cit., p. 32.

⁵⁰ Ibidem, p. 59.

⁵¹ F. Novais, *Portugal e Brasil na crise...*, cit., p. 255.

alfandegárias até os monopólios reais”⁵². Em todas as capitanias foram instituídas *juntas de fazenda* que deveriam remeter minuciosamente a Lisboa seus gastos e receitas.⁵³

Foi nesse contexto que, em 1765, Sebastião de Carvalho e Melo promoveu a restauração da capitania de São Paulo, nomeando para o governo de São Paulo o capitão general D. Luís de Antônio de Souza Botelho Mourão, o Morgado de Mateus, o qual viria para América com claras metas, exemplificadas nas palavras de Pombal a D. Luís de Souza Botelho: “O espírito...pode ser reduzido a três pontos principais, o primeiro, garantir a fronteira, o segundo, povoar de modo que elas possam se defender, terceiro, fazer uso proveitoso das minas e riquezas que possam ser descobertas neste vasto continente”⁵⁴. Isso se traduziria em investimentos em exploração territorial, urbanização, povoamento, fomento econômico, aumento do contingente de pessoas, fortalecimento militar da capitania, e proteção dos portos, além de tentativas de sedimentação das fronteiras com a Espanha na região conflituosa do Rio da Prata⁵⁵. A reinstalação de um governo em São Paulo é a clara demonstração de novos ares na política portuguesa em relação aos domínios ultramarinos. A capitania se tornava exemplo “dos novos tempos, de um Portugal que buscava reafirmar seu poderio e preeminência”⁵⁶ não apenas em questões de economia, mas também na efetivação do território da América, onde São Paulo era ponto estratégico para a posse do sul⁵⁷, e seu capitão general parecia a personificação do homem público capaz de executar reformas ilustradas, portando em seu bojo ferramentas para a reestruturação interna do Estado português⁵⁸. A burocracia à qual o Estado português estava submetido produziu homens

⁵² K. Maxwell, *A Devassa da Devassa...*, cit., p. 63.

⁵³ A. Clclet da Silva, *Inventando a Nação...*, cit., p. 96.

⁵⁴ Citado por K. Maxwell, *A Devassa da Devassa...*, cit., p. 65.

⁵⁵ Glória Porto Kok, *O Sertão itinerante: expedições da capitania de São Paulo no século XVIII*. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 2004, cap. 2 e H. L. Bellotto, *Autoridade e conflito...*, cit.

⁵⁶ Vera Lucia Amaral Ferlini, “Uma capitania dos novos tempos: economia, sociedade e política na São Paulo restaurada (1765-1822)”. *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*. v. 17. n. 2, São Paulo, Jul/Dez, 2009, p. s/n. (formato eletrônico). Acesso: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-47142009000200012#back17

⁵⁷ A região sul da América portuguesa distava muito do Rio de Janeiro em um período que as comunicações eram difíceis e sua população e fronteiras frágeis. Tais elementos contribuíram para a restauração da capitania paulista em 1765. *Ibidem.*, p. s/n.

⁵⁸ A. Clclet da Silva, *Inventando a Nação...*, cit., p. 48. Tanto o Morgado de Mateus quanto o Vice-Rei do Brasil, eram íntimos de Pombal, conforme nos informa Maxwell, e os capitães gerais que passaram pela capitania pós restauração eram parte portugueses da nobreza, como Bernardo José de Lorena que governou a capitania entre 1788 e 1797 e que pertencia às mais antigas linhagens nobres portuguesas, parte do exercício militar. Isso mostra que nem todos os privilégios da nobreza foram suprimidos, apesar do esforço pombalino em relação a isso. A experiência mostrou as “limitações e ambiguidades (...) do projeto reformista que, embora visando a transformação das estruturas vigentes, não podia prescindir do

igualmente burocráticos e que alimentavam o caráter sistemático estatal. O pensamento racionalizante presente do século XVIII português pode ser entendido como produto da mudança de pensamento do qualitativo para o quantitativo que teria se iniciado no século XVI, de uma reflexão da realidade em termos de quantidades onde as demandas do mundo deixavam de ser aceitas com base em explicações conclusivas e emocionalmente satisfatórias⁵⁹. Burocratizar, organizar, sistematizar, reformar para modernizar, era no século XVIII a tônica do reino que se prolongava intensamente para América portuguesa, e a capitania paulista não foi preservada desse movimento.

Ao assumir o governo, o Morgado de Mateus recebeu claras instruções com o intuito de reorganizar a economia e a sociedade, e para cumprir seus propósitos seriam necessários: fomento à agricultura, descobrimento de novos produtos para manufaturas⁶⁰, realização de censos, organização de milícias que deveriam defender São Paulo de possíveis ataques dos espanhóis, construção de fortalezas, elaboração de mapas, medição e demarcação de territórios, instauração de rotas, e povoação do território por meio da ereção de novas vilas⁶¹. Para tanto, o novo capitão general, logo após sua chegada ao porto de Santos em 1765, despachou ordens para um levantamento populacional de todos os municípios da capitania⁶², o qual resultaria em 80.000 habitantes em 1765, passando para 100.537 em 1772, 158.450 em 1798, e chegando a 188.379 em 1803. A partir de então, o levantamento populacional ocorreu praticamente em todos os anos com menor ou maior regularidade, alcançando a população paulista o número de 244.405 em 1822⁶³. Percebe-se que a população triplicou, a partir de 1765, em pouco mais de meio século. Tal aumento não se deve apenas à taxa de crescimento

próprio regime absolutista”. Ibidem, p. 64-65; K. Maxwell, *A Devassa da Devassa...*, cit., p. 64-65; A. P. Medicci, *Administrando conflitos...*, cit., p. 113.

⁵⁹ Alfred W. Crosby, *A mensuração da realidade. A Quantificação e a Sociedade Ocidental (1250-1600)*. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

⁶⁰ O Morgado de Mateus em seu impulso modernizante voltou-se a exploração de minas de outros metais não preciosos e, estimulou a produção de Ferro das minas de Ipanema. Kenneth Maxwell relata que em 1765, o Morgado enviou ao Marquês de Pombal o primeiro ferro forjado em Sorocaba por Domingos Ferreira Pereira. Em 1777, Domingos Pereira recebeu de sua majestade permissão para a fundação de uma fábrica com privilégios exclusivos para mineração e fundição do ferro na capitania de São Paulo. K. Maxwell, *A Devassa da Devassa...*, cit., p. 60.

⁶¹ V. L. A. Ferlini, “Uma capitania dos novos tempos...”, cit. & H. L. Bellotto, *Autoridade e conflito...*, cit.

⁶² Carlos Almeida Prado Bacellar, “Arrolando os habitantes do passado: as listas nominativas sob um olhar crítico”, *Locus*, v. 14, n. 1, Juiz de Fora, 2008, p. 114. Acesso: <http://www.ufjf.br/locus/files/2010/02/55.pdf> & Maria Luíza Marcílio, *A Cidade de São Paulo. Povoamento e População 1750-1850*. São Paulo: Pioneira, 1974, p. 77. Maria Luíza afirma que o estabelecimento das listas de censos foram, antes de qualquer coisa, de ordem militar, sendo a tarefa capital dos governadores da capitania “conservar a todo preço os territórios da Coroa Portuguesa”. p. 78.

⁶³ M. L. Marcílio, *A Cidade de São Paulo...*, cit., p. 99.

vegetativo (22,4% para a população livre, e 16,5% para a escrava, em 1808, se comparado ao censo de 1798 e excetuando-se a cidade de São Paulo⁶⁴), mas também à vinda de migrantes de capitanias vizinhas, sobretudo de áreas mineradoras decadentes⁶⁵, atraídos pela fundação de novas vilas; prática esta que se tornou recorrente após a restauração da capitania, que saltou do número de 19 vilas em 1765 para 35 em 1803⁶⁶. Durante o século XVI, ainda como parte da capitania de São Vicente, foram criadas 14 vilas, dentre elas Santana de Mogi das Três Cruzes (1611), São Sebastião (1636), São Francisco das Chagas de Taubaté (1645), Nossa Senhora do Rosário de Paranaguá (1653), Nossa Senhora do Desterro do Campo Alegre de Jundiá (1655), Nossa Senhora da Candelárias de Outú Guaçu (Itú, 1657), Nossa Senhora da Ponte de Sorocaba (1661). No século XVIII antes da restauração da capitania de São Paulo em 1765, foram criadas mais cinco vilas, tal qual a de Nossa Senhora do Bom Sucesso de Pindamonhangaba em 1705. Após 1765, foram criadas 15 vilas no século XVIII, sendo as primeiras a serem erigidas: São José do Paraíba (1767), Itapeva da Faxina (1769), São João Batista de Atibaia (1769) e São José de Mogi Mirim (1769).⁶⁷

O acréscimo expressivo no número de vilas funcionou como ambiente atrativo para o contingente populacional o qual, por sua vez, interferiria diretamente na forma como o tempo seria experienciado tanto nas áreas urbanas como rurais, e que em algum grau encontravam-se interligadas. O aumento no número de pessoas provocará uma maior circulação de ideias, um aumento na demanda por serviços públicos e terciários, uma maior procura por gêneros alimentícios (o que consequentemente estimulará a produção), bem como acentuará o interesse das câmaras e dos dirigentes estatais em melhorias nas estruturas das vilas e cidades. Conglomerados humanos propiciam trocas de certas experiências ali elaboradas, as quais poderão interferir em ritmos pessoais e coletivos que, em última estância, implicam formas centrais de vivências do tempo.

⁶⁴ M. B. Nizza da Silva (Org.), *História de São Paulo...*, cit, cap. 3, p.160.

⁶⁵ Na década de 1760 teve início a depressão das zonas auríferas. A produção do ouro aluvial estava esgotando-se, e não foram desenvolvidas novas técnicas que quais pudessem enfrentar os problemas impostos pela exploração. As Minas Gerais reduziram drasticamente sua produção, o que acabou por impactar não só a economia do Império português, assim como “a vulnerável interconexão que ligava os ingleses ao ouro de Minas Gerais e à rede de contrabando de prata e ouro da América”. Isto contribuiu para uma baixa no comércio entre Inglaterra, Portugal e América portuguesa, já que grande parte das exportações inglesas iam diretamente para a América portuguesa, sem antes passar por portos em Portugal e, como contrabando, para América espanhola. K. Maxwell, *A Devassa da Devassa...*, cit., p. 66-67.

⁶⁶ M. L. Marcílio, *A Cidade de São Paulo...*, cit., p. 101.

⁶⁷ Aroldo de Azevedo, *Vilas e Cidades do Brasil Colonial*. Ensaio de geografia urbana retrospectivo. São Paulo: FFLCH/USP, Boletim n.28, Geografia n.11, 1956, p. 28-29 e p. 44-45.

A composição social revelada no censo não diferia da grande parte do resto da América. Dos primórdios da capitania até o início do século XVIII, a força de trabalho tinha sido majoritariamente indígena, o que não exclui a presença da mão de obra negra que esteve sempre presente na capitania paulista, sendo seu contingente mais expressivo a partir do século XVIII⁶⁸. Trazidos dos sertões pelos paulistas, no século XVI os indígenas eram levados inicialmente aos engenhos do litoral da então capitania de São Vicente, e sua maioria era absorvida no trabalho açucareiro, em uma época que os portugueses buscavam progredir na economia do açúcar também naquela área da América portuguesa. O século XVII trouxe mudanças em relação ao destino destes cativos. Grande parte dos indígenas apreendidos passaram a ser destinados para o cultivo de terras e fazendas, principalmente de trigo e algodão que eram os mais importantes produtos das regiões piratininganas, seguidos do milho, feijão e cana. Vale destacar a atividade criadora de gado conjuntamente à lavoura comercial, sendo a ocupação rural mais costumaz da região paulista por quase todo Seiscentos⁶⁹. Com isso, muitos paulistas tornaram-se senhores de escravos indígenas⁷⁰, tendo alguns consideráveis números destes em suas fazendas. Deve-se agregar ao grupo da mão de obra nativa os que eram protegidos e incorporados ao trabalho nas propriedades das ordens religiosas. Houve conflitos entre as ordens e portugueses paulistas, relativos ao cativo indígena, bem como aos aldeamentos e terras dos aborígenes tanto no século XVII quanto XVIII. Com as descobertas das minas de ouro, primeiramente as chamadas

⁶⁸ M. B. Nizza da Silva (Org.), *História de São Paulo...*, cit, p. 75 & J. M. Monteiro, *Negros da Terra...*, cit.

⁶⁹ Gustavo Velloso, *Ociosos e Sedicionários*. Populações indígenas e os tempos do trabalho nos Campos de Piratininga (século XVII). São Paulo: FFLCH/USP, 2016 (Dissertação de Mestrado), p. 48-82. O autor trata dos tempos e ritmos do trabalho dos indígenas no século XVII, apresentando a forma como estes viam a imposição do trabalho e sua estranheza diante dos ritos e costumes portugueses implantados na América, especialmente aqueles associados aos religiosos da Companhia de Jesus. Nos deteremos com mais atenção a estas questões no capítulo 3 desta dissertação. Para maiores detalhes: Fernanda Sposito, *Santos, Heróis ou Demônios?* Sobre as relações entre índios, jesuítas e colonizadores na América Meridional (São Paulo e Paraguai/Rio da Prata, séculos XVI-XVII). São Paulo: FFLCH/USP, 2012 (Tese de Doutorado) & Carlos Alberto de Moura Ribeiro Zeron, *Linha de Fé: a Companhia de Jesus e a Escravidão no Processo de Formação da Sociedade Colonial (Brasil, séculos XVI e XVII)*. São Paulo: Edusp, 2011.

⁷⁰ J. M. Monteiro, *Negros da Terra...*, cit. Nas fontes utilizadas para a realização deste trabalho, deparamo-nos com o nobiliarquista Pedro Taques de Almeida Paes Leme informando, no século XVIII, a posse de grande quantidade de escravos indígenas por determinados personagens da *Nobiliarquia Paulistana*, obra que será analisada no capítulo 5. Por ora, destacamos que mesmo que os números registrados por Taques em relação à quantidade de escravos falem com a exatidão, não se pode negar que, entre os habitantes da capitania, existiam aqueles que eram classificados como senhores de escravos, o que coloca a localidade paulista em consonância com o sistema colonial do Antigo Regime. *Nobiliarquia Paulistana Histórica e Genealógica*. 5ª. ed. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia/São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1980, 3t.

Gerais (c.1693), e posteriormente as do sertão de Cuiabá e Mato Grosso (1719) e Goiás (1722), e com o declínio da população indígena por conta de doenças, pobreza, desgaste físico, enfrentamento com colonos, dentre outros fatores, têm-se mudanças na economia e no tipo de mão de obra da capitania. A questão indígena sempre foi um elemento que perpassou fortemente a sociedade colonial da capitania de São Paulo desde sua fundação. Veremos mais adiante o quanto as alternâncias de política e usos deste tipo de mão de obra afetaram temporalidades dentre os ameríndios.

Quanto à estrutura da sociedade de São Paulo, há duas ênfases interessantes: uma em contraponto às características do nordeste açucareiro, e outra, na sociedade como partícipe da “unidade estrutural da formação brasileira” fundamentada na propriedade, escravidão, símbolos de prestígio e honrarias⁷¹. De acordo com Laura de Mello e Souza, a sociedade estamental mostrava-se em seus sinais exteriores na região nordeste da América portuguesa, porque desde o início era imagem, por imitação, da composição social do reino; estava apoiada em – mas não reduzida a – um dualismo constante entre os opostos, senhor e escravo, fidalgo e plebeu, católico e pagão. Já em São Paulo — e também nas Minas — seus habitantes relativizavam e reelaboravam mais livremente estas questões em consonância com as especificidades locais. Assim, por exemplo, nas regiões nordestinas ligadas ao cultivo e produção de cana tinha-se em maior estima a posse de terra do que em São Paulo, onde a posse de ameríndios e outros elementos da cultura material local eram mais valiosos que casas ou terrenos.⁷² Para Ilana Blaj, a busca de qualificação, nobilitação e enriquecimento, que eram a tônica da mentalidade senhorial-escravista, criaram uma sociedade hierarquizada e desigual que estruturava o sistema colonial aplicado a terra brasílicas, incluindo a capitania de São Paulo. Conforme Blaj, nas regiões paulistas houve a reprodução da empresa colonial, onde “colono e Metrópole uniam-se e articulavam-se constantemente em torno da exploração colonial, seja via agricultura, seja na busca incessante dos minérios preciosos. Em torno na empresa colonial ambos se completavam.”⁷³ Assim, o interesse final do colono era o enriquecimento e diferenciação, sendo a posse de terras e de escravos sinal distintivo da dupla função mercantil e estamental. Isto posto, Ilana Blaj assegura:

⁷¹ I. Blaj, “Mentalidade e Sociedade....”, cit., p. 242.

⁷² Laura de Mello e Souza, *O Sol e a sombra: política e administração na América portuguesa do século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 151-153.

⁷³ I. Blaj, “Mentalidade e Sociedade....”, cit., p. 245.

“Somente tendo claro que terras e escravos significavam, ao mesmo tempo, a viabilidade de uma produção mercantil e, principalmente, os fundamentos primeiros da distinção social, é que podemos entender a luta dos paulistas, geralmente dedicados a uma produção para o mercado interno, por largas extensões de terra e a posse de inúmeros indígenas.”⁷⁴

Por fim, a autora conclui que tanto São Paulo quanto o Nordeste tinham a mesma base fundamental estrutural social, a qual no século XVIII formará, na capitania paulista, uma elite agrária detentora de grandes extensões de terra recebidas por sesmarias e tomadas dos indígenas, e uma outra elite também possuidora de escravos, porém com seus negócios voltados ao abastecimento interno. Ambas tinham em seus horizontes o ideal de *senhor*.

De toda maneira, a parcial troca do trabalho compulsório indígena pelo africano promoveu uma mudança significativa na estrutura demográfica, social e cultural da região paulista. Segundo Luna & Klein, a mão de obra vinda da África solucionou a crise provocada pelo crescente declínio da população indígena até então usada como trabalho escravo, da mesma maneira que “harmonizou a capitania com o restante da Colônia” em termos de composição social⁷⁵. No início do século XVIII, a escravidão africana se expandiu em São Paulo, trazendo mudanças importantes na organização econômica local. Como vimos anteriormente, com a crescente descoberta de ouro nas minas, São Paulo tornou-se um entreposto comercial de escravos, de modo que uma parte destes foram aproveitados e integrados às grandes propriedades rurais da localidade⁷⁶. A Capitania passou, então, a importar uma quantidade significativa de escravos negros, chegando-se a estimar o número de 23.333 para esta população em 1768, sendo que 60% já era nascida na capitania⁷⁷. É com o fortalecimento do mercado açucareiro na década de 1790 provocado pela revolta de escravos e libertos na colônia francesa grande produtora açucareira nas Antilhas, Saint-Domingue, que a população cativa negra tornou-se numericamente expressiva na capitania, em razão da elevada

⁷⁴ I. Blaj, “Mentalidade e Sociedade...”, cit., p. 246.

⁷⁵ Francisco Vidal Luna & Herbert S. Klein, “São Paulo até 1800”. In:____, *Evolução da Sociedade e Economia Escravista de São Paulo, de 1750 a 1850*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005, p. 45. A ideia de “harmonizar” pode ser um tanto excessiva; certamente pode-se falar, ao menos, de uma maior aproximação entre as duas regiões.

⁷⁶ J. M. Monteiro, *Negros da Terra...*, cit., p. 221.

⁷⁷ F. V. Luna & H.S.Klein, “São Paulo até 1800...”, cit., p. 45-46.

importação de escravos gerada pela procura destes trabalhadores para suprimento dos engenhos⁷⁸. O açúcar nos mercados europeus elevou-se até por volta de 1800, reflexo da revolução haitiana. São Paulo foi favorecido por esta alta no mercado açucareiro, tendo aumentado as exportações deste produto de tal maneira que, no século XIX, o produto da cana tornar-se-ia sua principal exportação, abrindo caminho para que posteriormente o café assumisse este papel⁷⁹. Dessa forma, a presença marcante de escravos negros se dava no meio rural. Os dados para 1804 mostram que 75,5% dos cativos eram ocupados com a agricultura, 7% envolvidos com comércio e o restante em outras atividades. Quanto à distribuição pelo território no mesmo ano de 1804, 87% se encontrava no oeste, principal região monocultora, e o restante distribuído pela capitania⁸⁰.

A presença de escravos na sociedade colonial luso-americana ostenta o que Fernando Novais atribui como uma das características mais relevantes do “viver em colônia” a clivagem básica dessa sociedade – já mencionada há pouco: aquela em torno de dois polos aproximativos e gerais, os dominantes e dominados, os senhores e escravos, os que trabalham e os que não trabalham:

“A *clivagem* intransponível entre as gentes é, pois, uma das categorias essenciais a definir o quadro no qual se desenrolam as vivências do dia a dia. (...) A criação de zonas intermediárias ou momentos de aproximação (amaciamento, diria Gilberto Freyre) passa a constituir um traço marcante da vida de relações na Colônia.”⁸¹

No entanto, como bem é demonstrado pela historiografia já desde muito, há que se considerar, entre estes dois polos, uma amplitude de matizes, grupos sociais, atitudes e formas de viver, as quais são constitutivas da esfera do cotidiano – logo, de suas

⁷⁸ A rebelião, que levaria à criação do Haiti, impulsionou a produção de açúcar em outras áreas da América portuguesa juntamente com o aumento da procura por braços na África. Neste momento, a região angolana continua a ser vital para a reprodução da economia colonial americana. O Rio de Janeiro era o principal porto de entrada dos cativos de Angola desde 1720; na década dos levantes de escravos antilhanos o Rio de Janeiro era o maior exportador de cachaça (geribita), que era trocada por escravos na região angolana. Andréa Slemian & J. P. Pimenta, *A corte e o mundo: uma história do ano em que a família real portuguesa chegou ao Brasil*. São Paulo: Alameda, 2008, p. 84.

⁷⁹ Stuart Schwartz, *Segredos internos*. Engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p. 347.

⁸⁰ M. B. Nizza da Silva (Org.), *História de São Paulo...*, cit, p. 160-161.

⁸¹ F. A. Novais, “Condições da Privacidade na Colônia”. In: _____. (Dir.) & L. M. Souza (Org.), *História da Vida Privada no Brasil*. Cotidiano e vida privada na América Portuguesa. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, v. I, cap. 1, p. 27-28.

vivências de tempo. Na Capitania de São Paulo isso ocorre, em grande medida, pela quantidade de mestiços; inclusive parte da camada social mais elevada apresentava traços de mestiçagem, pela quantidade de trabalhadores mecânicos ou oficiais deste gênero, autônomos, comerciantes, e prestadores de serviços específicos como, por exemplo, parteiras e padeiras (os); mas também pelo considerável número de pequenos núcleos familiares entre os meios urbanos e as propriedades rurais maiores, e que existiam como camadas intermediárias e influenciavam a vida e os códigos do dia a dia⁸².

À vista disso, a sociedade colonial paulista apresentava em geral, em sua composição, camadas populacionais urbanas tais quais as de outras regiões da colônia, pessoas que desempenhavam ofícios variados ou mesmo não possuíam nenhum, e populações pobres habitantes destes núcleos urbanos. Outra parte de indivíduos detentores de pequenas propriedades ou arrendatários viviam nas regiões rurais, ocupando-se da agricultura e de lavrar a terra em regimes de trabalho variados. Nos espaços urbanos, as atividades exercidas por livres e por escravos de ganho também eram diversificadas. Através dos censos e listas populacionais, identificam-se carpinteiros, açougueiros, comerciantes, barbeiros, cabelereiros, ourives, médicos e escrivães, dentre outras tantas ocupações. No final do século XVIII, as atividades urbanas expandem-se não só pelo aumento do número de centros urbanos (anteriormente mencionado), mas em grande medida devido à incrementação de obras públicas, e pela diminuição dos conflitos militares nas fronteiras com os espanhóis ao sul e oeste, o que acabou por disponibilizar braços e recursos antes usados para a proteção destas áreas⁸³. Muitos desses trabalhadores eram mulatos e brancos livres, mas também cativos, o que nos canteiros de obras públicas acabou por instituir uma hierarquização quanto à remuneração: escravos com especialização poderiam receber mais que um homem branco sem qualificação; além disso, muitos escravos e forros buscariam uma identificação com alguma profissão para, dessa forma, se distinguirem de cativos sem ofício específico⁸⁴. Indígenas — a despeito de seu declínio — e mestiços, já mencionados, também faziam parte das camadas urbanas; compunham uma parcela da população pobre, em grande medida pela miscigenação com brancos que os

⁸² S. B. Holanda, *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 88.

⁸³ Amália Cristovão dos Santos, *Em obras: os trabalhadores da cidade de São Paulo entre 1775-1809*. São Paulo: FAU/USP, 2013 (Dissertação de Mestrado), p. 154.

⁸⁴ A. C. Santos, *Em obras...*, cit., p. 128 e p. 156.

levava à alforria, em muitos casos por parentesco, acabando por constituir “a população pobre das vilas e das áreas rurais”⁸⁵. Percebe-se por meio da diversa conformação social a existência de ritmos distintos de trabalho e ócio no meio urbano e rural; mais adiante veremos que estes ritmos se conformavam de acordo com o tipo de trabalho e local, e sua forma de marcação se caracterizava conforme fatores externos relativos ao tempo natural e maior ou menor dependência das técnicas relativas ao trabalho, não existindo, por conseguinte, uniformidade entre as atividades em relação aos períodos de trabalho e duração das jornadas. No meio urbano paulista encontravam-se, além dos já destacados grupos acima, homens ligados aos governos locais, como os camarários e funcionários públicos, e uma camada importante de comerciantes. Ambos eram detentores de tempos específicos — os quais serão também tratados mais adiante — em razão de suas atividades, e contribuía para a composição de ritmos citadinos.

Os donos de grandes extensões de terras e fazendas, e agricultores, formavam o grosso da população rural. Em geral, os agricultores eram pequenos proprietários que mesclavam trabalho familiar com compulsório, além de arrendarem suas terras para o plantio de certas culturas ⁸⁶. Tal observação corrobora o que Stuart Schwartz examinou para a Bahia colonial: ao redor dos engenhos proliferavam pequenos lavradores e proprietários de terras, arrendatários, com poucos cativos ou nenhum, e que colocavam suas terras para uso local, contribuindo para a formação social e dinamização da economia abastecendo engenhos e vilas⁸⁷. Vera Ferlini, também analisando o nordeste colonial açucareiro, igualmente destaca a posição dos lavradores na hierarquia social colonial: grande parte destes arrendavam as terras, e no auge da produção o fornecimento de cana provinha dos lavradores, ficando ao engenho apenas a processamento do açúcar. Em consequência, do ponto de vista social, estabeleceu-se uma relação assimétrica de dependência que constituiu redes de solidariedade e formas

⁸⁵ J. M. Monteiro, *Negros da Terra...*, cit., p. 212. O autor destaca que estas alforrias aconteciam por ser a população desde o começo da colonização miscigenada com o indígena. Desta maneira, havia um grande número de bastardos que eram filhos de brancos com os *negros da terra* (denominação dada aos índios pelos demais habitantes da capitania), daí que muitos pais acabavam por alforriar as mães para que seus filhos ficassem livres. De toda maneira, John Monteiro salienta que a partir “dos últimos anos do século XVII, os índios alforriados contribuíram para a expansão de uma população de condição incerta, entre escravidão e a liberdade”, além do encurtamento social entre brancos e índios por conta destas relações. Ibidem, p. 210-212.

⁸⁶ M. L. Marcílio, *A Cidade de São Paulo...*, cit., p. 132.

⁸⁷ S. Schwartz, *Segredos internos...*, cit.

de estimular e afirmar a lavoura.⁸⁸ É possível assinalar a existência de relações semelhantes em São Paulo. A produção de açúcar e de outros gêneros na capitania se fez mais preponderante desde a sua restauração, sendo por isso possível destacar os tipos rurais, produtores e roceiros, na paisagem do campo e, junto a eles, as relações de produção de diversos gêneros de subsistência e exportação.

No que diz respeito a clivagens de gênero, as mulheres eram em maior número em meio à população livre de São Paulo; já entre os cativos, a proporção inversa era enorme: para cada mulher havia 114 homens em 1776, passando a 117 em 1798, e a 119 em 1804, o que demonstra a preferência pela aquisição de escravos do sexo masculino⁸⁹. As mulheres livres da capitania poderiam ser cabeças de domicílio gerindo seus lares como herdeiras, viúvas ou na ausência do marido. Na Bahia colonial, muitas tornavam-se proprietárias de terras e engenhos, no caso da morte do marido, para que se mantivesse a propriedade no seio familiar. Em fins do século XVIII, o grupo dos mais ricos proprietários do Recôncavo contava com mulheres⁹⁰. É bem provável que muitas herdeiras e viúvas de grandes proprietários da capitania de São Paulo fossem colocadas à frente de suas famílias pelo mesmo motivo; entretanto, era no meio urbano que “as mulheres, à exemplo da população livre e pobre, aí encontravam maiores oportunidades de atuação, por necessidade ou circunstância⁹¹”. Ocupavam-se de atividades relegadas ao gênero feminino, pois tinham menos possibilidades de ação que os homens, ainda que fossem as responsáveis por suas casas. Muitas eram padeiras, quitandeiras, vendeiras, senhoras que alugavam cativos e, deste jeito, sobreviviam sem a dependência direta masculina e sem a necessidade de recorrer à prostituição⁹². Muitas cativas eram empregadas em setores domésticos nas vilas e nos campos paulistas. Na cidade de São Paulo era muito comum a presença de escravas de ganho, tal qual seus congêneres do sexo oposto, que tinham autonomia para vender seus quitutes pelas ruas em troca de pagamentos semanais parcialmente entregues aos seus senhores. Tanto estas quanto as

⁸⁸ V. L. A. Ferlini, “A Subordinação do Lavradores de Cana aos Senhores de Engenho: Tensão e Conflito no Mundo dos Brancos”. *Revista Brasileira de História*, v. 6, n. 12, São Paulo, mar./ago., 1986, p. 151-168.

⁸⁹ M. B. Nizza da Silva (Org.), *História de São Paulo...*, cit., p. 162.

⁹⁰ S. Schwartz, *Segredos internos...*, cit., p. 242.

⁹¹ Eni de Mesquita Samara, *Lavoura cafeeira*. Trabalho livre e cotidiano. São Paulo: EDUSP, 2005, p. 41.

⁹² A. C. Santos, *Em Obras...*, cit., p. 135-137.

escravas domésticas e jornaleiras possuíam maior liberdade de atuação do que as escravas rurais, inclusive no tocante à possibilidade de obterem sua própria liberdade.⁹³

Cabe ainda destacar a presença do agregado, que aparece nas listas e censos. Estes eram despossuídos que passavam a morar junto com donos de “fogos” e lavravam a terra destes. Em muitos casos, relações paternalistas acabavam por integrar o agregado que não tinha nenhum parentesco à família do proprietário⁹⁴. Porém, como pode-se ver no recenseamento de 1765⁹⁵, havia agregados que eram parentes do proprietário, os quais agregavam-se por solteirismo ou pobreza⁹⁶. De fato, alguns destes são declarados como “irmão agregado”, por exemplo.

Uma das medidas reformistas do governo do Morgado de Mateus, e que perdurou no de seus sucessores, dizia respeito ao avivamento da agricultura e, por conseguinte, da economia como um todo. A produção destinada ao consumo interno (gado, feijão, trigo, algodão) e externo cresceram excepcionalmente. Ao final do século XVIII, arroz, tabaco, farinha de mandioca, café, couro e, em especial, açúcar, tornaram-se os principais componentes da pauta de exportação da capitania, em meio ao comércio atlântico⁹⁷. As exportações paulista foram favorecidas com a política para as áreas coloniais do período ilustrado e que aboliram, em 1765, o sistema de frotas — que foi bem recebido por aqueles que faziam parte da rede comercial da América portuguesa diante da possibilidade de maior abertura e de crescimento do comércio exterior⁹⁸ —, e pelo alvará de 2 de junho de 1766 que liberava as embarcações para se dirigirem diretamente a metrópole sem terem de passar antes pelos portos do Rio de Janeiro ou Bahia⁹⁹. O porto de Santos se torna daí em diante a principal saída de São Paulo para o Atlântico. Açúcar de boa qualidade vinha sendo produzido na capitania já desde antes da crise mundial da produção açucareira de 1791¹⁰⁰, já apontada como responsável por alavancar a produção em São Paulo. Com a retomada da autonomia política desta em

⁹³ E. M. Samara, *Lavoura cafeeira...*, cit., p. 42-44.

⁹⁴ Ibidem, p. 26 e p. 93.

⁹⁵ “Recenseamento de 1765”. D.I.H.S.P.. São Paulo: Edição do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, 1937, v. 62, p. 49-61.

⁹⁶ E. M. Samara, *Lavoura cafeeira...*, cit., p. 28.

⁹⁷ A. P. Medicci, *Administando conflitos...*, cit., p. 24 & F. V. Luna & H. S. Klein, “São Paulo até 1800”..., cit., p. 51.

⁹⁸ S. Schwartz, *Segredos internos...*, cit., p. 340.

⁹⁹ M. B. Nizza da Silva (Org.), *História de São Paulo...*, cit., p. 190.

¹⁰⁰ F. V. Luna & H. S. Klein, “São Paulo até 1800”..., cit., p. 51-52.

1765, a lavoura açucareira se expandiu, chegando a existir, em 1798, um número aproximado de 483 engenhos, aumentado para 574 no ano subsequente.¹⁰¹

A produção canavieira no período aqui analisado encontrava-se “nas vilas marítimas” e nas porções de terra de “Serra Acima”, como são nomeadas as localidades do litoral e interior nos documentos da época. A principal região produtora era o Oeste Paulista, que envolvia os municípios de Campinas, Jundiaí, Itapeva, Itu, Mogi Mirim e Porto Feliz. As regiões litorâneas, como São Sebastião e Ubatuba, estavam em desvantagem por não atingirem quantidades suficientes em suas produções que as colocasse nas redes de comércio mais lucrativas¹⁰². Não foi por falta de incentivo do governo paulista, dado o interesse em aumentar a produção de toda a capitania, que “as vilas marítimas” não atingiram altos graus de produção. Relativos ao governo de Bernardo José de Lorena (1788-1797), identificado na historiografia tradicional colonial paulista como o capitão general que ampliou ainda mais a lavoura açucareira sob as bases lançadas pelo Morgado de Mateus, encontram-se ofícios direcionados ao estímulo à produção do litoral paulista; por exemplo, um que foi enviado à vila de São Sebastião em 1788, pedindo ao capitão mor daquela vila que examinasse a quantidade e preço do açúcar da região, e “não deixe sair nenhum [açúcar] para o Rio de Janeiro enquanto houver quem o queira desta Capitania, ou para ir embarcar para a Europa no Porto de Santos”¹⁰³. As localidades de “Serra Acima” do Oeste paulista eram pontos de passagem dos caminhos mercantis que levavam às minas de Goiás, Cuiabá e Gerais, havendo nelas comércio local para subsistência do viajante e estalagens¹⁰⁴. O fomento da economia, a integração e a “modernização” de partes do Império luso a partir de 1750, e a posição estratégica do entroncamento de caminhos entre São Paulo e as minas

¹⁰¹ Maria Isabel Basilisco Celia, *Economia mercantil de abastecimento e rede tributária*: São Paulo, séculos XVIII e XIX. Campinas: IE/UNICAMP, 2006 (Tese de Doutorado), p. 84.

¹⁰² A. Slemian & J. P. Pimenta, *A corte e o mundo...*, cit., p. 106.

¹⁰³ “Para o Capitão Mor Manoel Lopes da Ressureição”. D.I.H.S.P.. São Paulo: Publicação do Arquivo do Estado de São Paulo, 1924, v. 46, p. 7.

¹⁰⁴ Luciene Cristina Scarato, *Caminhos e descaminhos do ouro nas Minas Gerais*: administração, territorialidade e cotidiano. São Paulo: FFLCH/USP, 2009 (Dissertação de Mestrado), p. 41-57. A autora traça as principais rotas coloniais que, de São Paulo, davam acesso às Minas. Ao longo de seu trabalho, mostra quem eram as pessoas que moravam nestes locais de cruzamento de rotas, suas atividades de sobrevivência, assim como detalhes da cultura material destes locais. Ao traçar as rotas mais utilizadas entre 1733-1783, Scarato traça também o perfil sócio econômico dos moradores daquela região, mostrando as muitas redes de comércio existentes entre estas localidades, as Minas e os pontos de partida dos viajantes. Por meio do estudo dos topônimos e da cartografia, a autora reforça a influência não apenas portuguesa, mas também indígena e católica na formação destes espaços de interligação entre as partes da colônia por meio do comércio.

de ouro, possibilitaram aos comerciantes, sobretudo de gado, e produtores agrícolas e artesanais presentes nas rotas de pouso e abastecimento o acúmulo de capital¹⁰⁵, a expansão da lavoura açucareira no oeste após 1765.

Acompanhando o avanço açucareiro, o anteriormente referido comércio de escravos também aumentou, extrapolando a esfera dos grandes produtores. O pequeno e médio lavrador passaram igualmente a ter mais acesso a este tipo de mão de obra, o que beneficiou o fabrico de outros produtos para abastecimento da população local, pois muitos dos lavradores menores conseguiriam produzir excedentes para o mercado interno¹⁰⁶ e movimentar as transações comerciais paulistas. Ana Paula Medici reforça a importância fundamental da produção de víveres que acompanhou o crescimento da produção açucareira. A historiadora destaca que a produção de excedentes de milho, arroz, feijão e porcos para consumo, venda, e alimentação dos animais, foi importantíssima no amparo do desenvolvimento, entre 1750-1850, das novas culturas de exportação para o mercado atlântico¹⁰⁷. Deve-se ter em conta que os investimentos governamentais em estradas e portos, e a dilatação da mercancia com o Rio de Janeiro, capital do Vice-reino desde 1763¹⁰⁸, foram fatores que ajudaram em muito o aumento do comércio externo e interno da capitania.

O Vale do Paraíba, futuramente importante região produtora de café no século XIX, floresceu em torno do açúcar ao findar o século XVIII. As vilas de Taubaté, Guaratinguetá, Lorena, Jacareí e São José cresceram econômica e demograficamente ao longo do Setecentos, em grande parte por serem a principal ligação entre Rio de Janeiro (Parati) com São Paulo, e desta com as minas de ouro do sertão. A região era subdividida entre o sul, mais ligado à cidade de São Paulo, e o norte articulado ao Rio de Janeiro por São Sebastião e Ubatuba através de seus portos¹⁰⁹. Esse crescimento foi beneficiado pela existência do chamado “Caminho Velho”, que ligava as ditas vilas aos mercados de Minas. Mesmo com a abertura de uma nova estrada na primeira década do XVIII que facilitava o trajeto, transporte e fiscalização do ouro — o nomeado “Caminho Novo”, finalizado por volta de 1718, que conectava diretamente o Rio de Janeiro a

¹⁰⁵ A. P. Medici, *Administrando conflitos...*, cit., p. 24, p. 32; F. V. Luna & H. S. Klein, “São Paulo até 1800”..., cit., p.25.

¹⁰⁶ M. B. Nizza da Silva (Org.), *História de São Paulo...*, cit, p. 162.

¹⁰⁷ A. P. Medici, *Administrando conflitos...*, cit., p. 28.

¹⁰⁸ F. V. Luna & H.S. Klein, “São Paulo até 1800”..., cit., p.41.

¹⁰⁹ A. P. Medici, *Administrando conflitos...*, cit., p. 35.

Minas e encurtava o caminho sem ter que passar pelas vilas do “Caminho Velho” — as zonas do antigo caminho continuaram a se desenvolver e prosperar com o aumento demográfico e comercial¹¹⁰, dado que o contato com o planalto paulista e a circulação de bens e pessoas em direção às regiões mineradoras mantiveram-se, ainda que em menor medida pelo “Caminho Velho”.

Outra região de grande importância era a de Sorocaba. Ponto estratégico para o comércio de gado, situava-se como relevante centro comercial no século XVIII, por ser rota obrigatória das tropas de mulas que vinham do Sul dirigindo-se à cidade de São Paulo, e dali para Minas e Rio de Janeiro¹¹¹. É provável que o capital proveniente de apresamento indígena e de descobrimentos de ouro nas minas cuiabanas tenha possibilitado o investimento comercial em bois, cavalos e muares¹¹² na região. Em 1750, a vila sorocabana tornou-se ponto de fiscalização tributária da coroa portuguesa sobre o comércio de muares, tendo em conta o alto fluxo de negócios ali realizados, e que ia mais à frente do comércio de animais. Negociantes de cartas de crédito e de fazendas secas também integravam o comércio local, configurando a vitalidade deste. Encontrava-se em Sorocaba uma conhecida feira de mulas, que atraía negociantes de partes da capitania de São Paulo, das regiões mineradoras e do Rio de Janeiro, o que, concomitantemente aos negócios de fazendas secas e arrematação de impostos¹¹³, viabilizou a concentração de cabedais provenientes das negociações de tropeiros, os quais tinham Sorocaba como a melhor localidade para suas operações comerciais¹¹⁴.

Os investimentos na economia da capitania após 1765 rendem novas atividades e recaracterizam atuações profissionais já existentes. Os tropeiros, por exemplo, em fins do século XVIII e inícios do XIX, ascendem a importante posição na economia da

¹¹⁰ M. B. Celia, *Economia mercantil...*, cit., p. 72-73.

¹¹¹ Ibidem, p. 62.

¹¹² C.A.P. Bacellar, *Viver e sobreviver em uma vila colonial: Sorocaba, séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Annablume/ FAPESP, 2001, p., 101. O autor aponta que o comércio de gado sorocabano encontra seu ápice no século XIX, sobretudo após a chegada da família real e posteriormente com a cafeicultura, quando a demanda por gado subiria consideravelmente.

¹¹³ Carlos Bacellar atribui a riqueza das abastadas famílias sorocabanas às atividades com fazendas secas (botões, tecidos, facas, etc...) e comércio de gado. Mesmo havendo atividade agrária na região, não foi esta a origem principal das fortunas sorocabanas. Com o aumento de seus cabedais, muitas famílias procurariam casar seus filhos com famílias “da elite agrária” produtora de açúcar a partir de 1790. Para estes senhores de engenho, os sorocabanos eram o meio para que tivessem acesso às praças comerciais do Centro-Sul da colônia — e posteriormente do Brasil independente. Por sua vez, os sorocabanos viam nestas famílias produtoras de açúcar a chance de adentrar em seu reservado mundo social açucareiro, tendo como consequências destas uniões titulações de nobrezas imperiais. *Viver e sobreviver em...*, cit., p. 109 et. seq.

¹¹⁴ M. B. Celia, *Economia mercantil...*, cit., p. 63.

capitania — e da posterior província. Com a formação de uma economia múltipla (agricultura, gado, comércio, transporte, dentre outros gêneros e produtos manufaturados) o tropeirismo absorve esta multiplicidade e a coloca em prática através da especialização em um ramo econômico, que passa a contar com uma rede de colaboradores para seus trabalhos cotidianos, ramificando a profissão¹¹⁵ e aumentando as conexões entre as partes envolvidas nas transações.

As regiões litorâneas ou das “vilas marítimas” dispunham das localidades portuárias mercantis como Cananéia, Ubatuba, São Sebastião e Santos. Escoavam produções ligadas ao comércio interno e externo, além de fazerem circular pessoas que se valiam da navegação para, por outros motivos, atingir pontos da América portuguesa, Europa e África. O volume de navios que saía da América aumentou muito a partir de 1750, reflexo das transações de ouro e da dinamização da economia que acabaram por especializar o tipo de frota que zarpava de alguns portos¹¹⁶. Com o aumento da produção de gêneros comerciáveis com a zona atlântica fomentada pelos capitães gerais, os portos de Santos, São Sebastião e Ubatuba destacaram-se, sendo predominante o porto santista, que ao final dos setecentos torna-se “o principal entreposto comercial da capitania”¹¹⁷, principalmente pela restauração do caminho que o ligava à cidade de São Paulo, e pela lei do “porto único” estabelecida no governo de Bernardo José de Lorena¹¹⁸. A lei foi revogada pelo governo seguinte e reestabeleceu-se com Franca e Horta (1802-1808). Esta medida de escoamento por um único porto foi adotada pelo capitão general Bernardo de Lorena para fortalecer o comércio direto com Portugal e atender aos interesses de grupos locais que não eram ligados à capitania fluminense, grupo no qual o próprio capitão general estava incluído, uma vez que possuía negócios diretos com o reino. Isto é, a lei foi aplicada, também, em benefício de suas próprias transações. Bernardo de Lorena era sócio de um negociante lisboeta que o

¹¹⁵ Ibidem, p.118-119.

¹¹⁶ Júnia Ferreira Furtado, *Homens de Negócio*. A interiorização da Metrópole e do Comércio nas Minas Setecentistas. São Paulo: Hucitec, 1999, p. 95-96.

¹¹⁷ Renato de Mattos, *Política, Administração e Negócios*: A capitania de São Paulo e sua inserção nas relações mercantis do Império Português (1788-1808). São Paulo: FFLCH/USP, 2009 (Dissertação de Mestrado), p. 22

¹¹⁸ Especificamente sobre as formas de governar, decisões políticas e econômicas do governo de Bernardo José de Lorena, ver o trabalho de Ronaldo Capel, *O Governo de Bernardo José de Lorena na Capitania de São Paulo*: aspectos políticos e econômicos (1788-1797). São Paulo: FFLCH/USP, 2015 (Dissertação de Mestrado).

representava na metrópole, e que foi chamado a investir em São Paulo justamente neste momento¹¹⁹.

A despeito das restrições comerciais impostas, muitos produtores dos gêneros exportados mantiveram o escoamento por meio dos outros portos da capitania¹²⁰. O sucessor de Bernardo de Lorena — capitão general Antônio Manuel de Mello e Castro (1797-1802) — revogou a lei do único porto para franquear os portos paulistas ao comércio intercolonial. Estes comportamentos contraditórios dos capitães gerais quanto à exportação no final do Setecentos na capitania de São Paulo, explica-se pelo choque de interesses que havia entre os produtores agrícolas, os quais negociavam com Portugal, e aqueles que se valiam do mercado interno, negociantes ativos maiormente com a praça do Rio de Janeiro¹²¹. As vilas de São Sebastião, Ubatuba e Paranaguá foram ferrenhas na crítica ao sistema de porto único, por estas localidades abrigarem produtores e comerciantes que articulavam-se ao comércio com os fluminenses e possuíam dívidas diretamente com os do Rio de Janeiro¹²². Estes grupos antagônicos exerciam pressão junto aos governadores e outras autoridades locais em prol de seus próprios benefícios. Mesmo que, em busca do reequilíbrio das finanças em meados do século XVIII, o incentivo da Coroa lusitana fosse voltado ao comércio entre o reino e a colônia, grupos mercantis paulistas de comércio interno achavam-se naquele momento ativamente estabelecidos nas redes comerciais circulantes nos domínios portugueses americanos, promovendo a multiplicidade da economia paulista e engendrando disputas internas.

Os grupos mercantis se fortaleceram por intermédio do comércio circundante à cidade de São Paulo, e de outros centros comerciais da capitania no decorrer do século XVIII. John Monteiro assinala que a abertura das minas, em fins do século XVII, foi um dos fatores essenciais que concorreram para este quadro da economia de São Paulo no Setecentos. Com o declínio da mão de obra indígena na virada do século XVIII, aqueles paulistas de maior condição financeira voltaram-se para o uso do escravo africano, sem suplantá-lo. Com isso, produtores rurais e comerciantes, estes portugueses em sua maioria, beneficiaram-se do tráfico de escravos negros para as minas, atividade de alta rentabilidade, e introduziram “um volume aumentado de capital comercial” o qual

¹¹⁹ A. P. Medicci, *Administrando conflitos...*, cit., p. 117-118

¹²⁰ R. Mattos, *Política, Administração e Negócios...*, cit., p. 33-39.

¹²¹ Ibidem, p. 39.

¹²² A. P. Medicci, *Administrando conflitos...*, cit., p. 117.

aproximou “a região mais estritamente à economia do Atlântico”¹²³. As relações com as regiões mineradoras proporcionaram aos grandes proprietários de fazendas a oportunidade de se especializarem em produtos para abastecer o mercado mineiro com produtos que compensassem o custo do transporte, feito por cavalgaduras e indígenas¹²⁴, colocando em voga a figura do tropeiro na rede mercantil do começo do XVIII. O grosso do comércio, no entanto, envolvia aguardente, escravos e gado, o que transformou as regiões de seara em pastos, além da montagem de alambiques no território¹²⁵.

A atratividade das minas devia-se às perspectivas imediatas – nem sempre confirmadas – de alta lucratividade desse comércio. Júnia Ferreira Furtado analisa os homens de negócio dessa região, e realça a riqueza que estas transações conferiram a muitos dos que estavam envolvidos em suas teias. As distâncias até Minas Gerais e o dificultoso transporte concorriam para que as mercadorias chegassem com preços exorbitantes, “tornando-a um mercado atrativo para o comércio”¹²⁶ de produtos de abastecimento de primeira necessidade e de luxo. Com isso, as Minas favoreceram redes de suprimentos que mobilizariam mercantes, boiadeiros, tropeiros e comboieiros vindos de distintos pontos do território português da América, inclusive de São Paulo. Tais afirmativas ligam-se às assertivas de Ilana Blaj, que afirma ser o desenvolvimento da vila de São Paulo e suas redondezas o pretexto que viabilizou o abastecimento do mercado mineiro, e não seu oposto¹²⁷, abrindo caminho para que grupos mercantes locais enriquecessem. As atividades mercantis da capitania promoveram o investimento de ponderável parte do capital acumulado, o qual estimulou ainda mais o próprio comércio, e incorporou aos paulistas, a médio prazo, o posto de “comerciantes audazes e, destes, já na segunda metade do XVIII, transformam-se em fazendeiros bem situados,

¹²³ J. Monteiro, *Negros da Terra...*, cit., p. 223-224.

¹²⁴ Ibidem, p. 224-225.

¹²⁵ J. Monteiro, *Negros da Terra...*, cit., p. 225. Monteiro demonstra que pequenos produtores foram relegados a marginalização e pobreza devido à escassez da mão de obra indígena, pois esta se direcionou para as zonas auríferas ou concentraram-se nas grandes unidades produtivas (p.226). Não obstante, Renato de Mattos observa em sua dissertação de mestrado que esta situação a qual John Monteiro refere-se não implicou no declínio das atividades econômicas de São Paulo em seu sentido mais amplo, e sim, na ruptura do tipo de mão de obra cativa “ora observados ao longo do século XVII, e que se prolongaria até o advento da lavoura canavieira, a partir da década de 1760, quando o volume de africanos escravizados cresce substancialmente na capitania.” *Política, Administração e Negócios...*, cit., p. 28.

¹²⁶ J. F. Furtado, *Homens de Negócio...*, cit., p. 198-199.

¹²⁷ I. Blaj, *A Trama das tensões...*, cit., p. 205.

voltados não apenas à produção para o abastecimento interno mas, igualmente, de gêneros agrícolas para a exportação.”¹²⁸

Os homens de negócios da cidade de São Paulo entre 1711 e 1765 controlavam e forneciam provisões para o mercado interno da capital, e também de outros espaços coloniais¹²⁹. Maria Aparecida Borrego refez o caminho das transações comerciais destes homens, e concluiu que “todos os negócios eram permeados por dívidas que prolongavam relações mercantis e pessoais dos dois lados do Atlântico”¹³⁰, um fio de negociação que interligava outros continentes desde São Paulo. A influência de seus interesses extrapolava seus negócios pessoais, fazendo-se sentir nas decisões da câmara quanto ao abastecimento alimentar da população. Muitos destes comerciantes eram reinóis e homens vindos de outras áreas da América portuguesa que se estabeleceram na capitania, nas áreas de maior concentração de pessoas (planalto paulista e campos de Curitiba) no início do século XVIII. Dedicavam-se a atender à crescente demanda do mercado interno paralelamente ao comércio dos gêneros de alimentos e manufaturas que abasteciam as minas. Uma fração destes homens foi a responsável “pela sobrevivência e desenvolvimento da capitania no período áureo da mineração. Tanto que quando os primeiros sinais do esgotamento das lavras foram sentidos, o comércio estabelecido na capitania já estava estruturado para buscar novas áreas consumidoras”, como a cidade do Rio de Janeiro¹³¹.

Comercializavam escravos, traziam carregamentos do Rio e os mandavam para as Minas, emprestavam dinheiro a juros, tinham escravos de ganho aplicados em vários serviços urbanos. Ainda assim, conforme Borrego, estes homens de negócios eram desejosos de prestígio social, o que apenas seus bens de raiz e a posse de escravos não forneciam, e para tanto, valiam-se de “bens simbólicos” como cargos na Câmara Municipal; participação em irmandades e confrarias; Companhias de Ordenanças e Santa Casa (onde concentravam-se os possuidores das maiores fortunas); e membros familiares do Santo Ofício e cavaleiros da Ordem de Cristo — o posto na Ordem de Cristo alçava os comerciantes de São Paulo para além da externalização do poder local,

¹²⁸ I. Blaj, “Agricultores e comerciantes em São Paulo nos inícios do século XVIII: o processo de sedimentação da elite paulistana”. *Revista Brasileira de História*, v. 18, n. 36, São Paulo, 1998, s.n. (formato eletrônico). Acesso: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01881998000200012

¹²⁹ M. A. Borrego, *A teia Mercantil...*, cit., p. 129.

¹³⁰ Ibidem, p. 298.

¹³¹ M. A. Borrego, *A teia Mercantil...*, cit., p. 48-49.

colocava-os no âmbito das nobilitações do Império português. Borrego aponta que os ricos comerciantes da capitania não se prendiam à aquisição de bens rurais como demonstrativo de *status* social, por acharem-nos pouco representativo em relação a suas fortunas¹³². A busca de distinção por vias nobiliárias nos possibilita compreender melhor as formas de externalização dos estratos sociais na capitania, bem como de seus valores que coadunavam com a particularidade colonial de hierarquização e estratificação assentados em base escravista, comercial e agrária. No capítulo cinco desta dissertação analisaremos a obra setecentista nobiliárquica de Pedro Taques, e veremos que o conteúdo da obra são as famílias consideradas nobres, que vieram de Portugal e se instalaram na capitania de São Paulo. Tal obra transpõe os ideais do século XVIII paulista de nobilitação, e reforça as aspirações de diferenciação hierárquica dos habitantes das colônias brasileiras.

Por fim, faz-se pertinente sublinhar que a vila — e posterior cidade a partir de 1711 — de São Paulo sempre esteve, ainda que em menor grau quando comparada a outras áreas das possessões portuguesas, articulada — através de uma economia múltipla — ao espaço intracolonial e Atlântico. Sua posição estratégica entre o mundo português e o sertão “selvagem” fazia de São Paulo parte perfeitamente integrante da colonização empreendida por Portugal já nos séculos XVI e XVII, inclusive conectado à América espanhola. Circulação de pessoas e mercadorias (inclusive livros) perfaziam estas redes que alcançavam as regiões do Peru e outras partes da atual América do Sul. Apoiado na ideia de que o império de Portugal estruturava-se “numa múltipla e diversificada rede comercial marítima”, José Carlos Viladarga nos permite “ver a vila de São Paulo como uma ponto interiorizado de colonização, como uma cunha a rasgar o território apontando para o sertão”, inserindo-a “na rede heterogênea dos modos de articulação da presença portuguesa no mundo”¹³³.

Devido às distâncias e extensões da capitania, constituíram-se formas variadas e originais de convívio social e privado nesta sociedade, em grande medida pelo distanciamento das influências europeias e pela dificuldade de transmissão das

¹³² M. A. Borrego, *A teia Mercantil...*, cit.

¹³³ José Carlos Viladarga, *São Paulo na Órbita do Império dos Felipes: Conexões Castelhanas de uma Vila da América Portuguesa durante a União Ibérica (1580-1640)*. São Paulo: FFLCH/USP, 2010 (Tese de Doutorado), p. 193.

comunicações entre as partes¹³⁴. Até a amplificação do comércio com exterior, a sociedade paulista poderia ser identificada como estável, no sentido de apresentar pouco vigor, se comparada, por exemplo, ao nordeste açucareiro. Porém, há aqui um paradoxo interessante: observa-se nesta sociedade uma formação social bastante móvel e instável¹³⁵. Ao se contrapor ao nordeste açucareiro — principal eixo da colonização portuguesa onde notava-se uma tendência de fixação à terra devido a produção, e consequentemente, a formação de uma ordem social, em tese, mais rígida e mais próxima da que havia em Portugal — regiões do sul e do centro-sul da Colônia mostravam-se iam mais fluídas, detentoras de um sentimento de *passagem* ou mesmo de *possibilidade de mudança*, mais do que *permanência*.

Ao longo do que vimos analisando até aqui, a sociedade paulista era permeada por mudanças decorrentes do surgimento de novas dinâmicas econômicas e sociais. Mesmo que o fim último dos que ascendiam socialmente fosse a diferenciação — inserir-se, de alguma maneira, no estilo de vida do regime monárquico nobiliárquico inerte assentado na tradição — o que dava a oportunidade para que isso ocorresse a homens comuns eram situações que abriam brechas e davam chance ao desenvolvimento de atividades novas ou ressignificantes de suas vidas e experiências. Daí decorrem novas temporalidades, que ao passarem a existir no cotidiano da capitania acabam por dinamizar o próprio tempo histórico como estrutura da história. As descobertas de metais e o interesse na segurança das fronteiras que movem pessoas para novas localidades, o surgimento de novas povoações, as novas atividades comerciais advindas dos incentivos da política, o melhoramento de caminhos antigos e aberturas de novos, tudo isso oferece aos habitantes de São Paulo possibilidades de ressignificarem seus tempos socialmente vividos.

Isto não quer dizer que não houvessem, claro, *permanências*, inclusive como sentimentos de pertencimento ao mundo. Aqueles sujeitos que não eram alcançados pelos componentes inovadores de experiências temporais não compartilhavam, evidentemente, de sensações significativas de *mudança*; mas isso não significa que, em suas vidas cotidianas, não pudessem experimentar quebras repetidas em suas rotinas e inflexões em seus tempos pessoais e coletivos, provocadas por fatores externos

¹³⁴ L. M. Souza, “Formas Provisórias de existência: a vida cotidiana nos caminhos, nas fronteiras e nas fortificações”. In: F. A. Novais (Dir.) & _____. (Org.), *História da vida...*, cit., cap. 2, p. 43.

¹³⁵ F. A. Novais, “Condições da Privacidade...”, cit., p. 25.

previstos ou não (falaremos mais disto no capítulo três deste trabalho). Pensar uma sociedade como a de São Paulo—certamente, também outras sociedades lusoamericanas— em termos exclusivamente de triunfo de tradições, inerciais e permanências encobre as nuances pelas quais o tempo histórico se apresenta e se dinamiza na capitania. Por isso, e seguindo uma lógica puramente histórica, não se deve tomar *mudança* como oposto à *permanência*; no caso de São Paulo da segunda metade do século XVIII, uma coisa ajuda a qualificar e a significar socialmente a outra. Isto equivale a pensar o passado como *presença* ou *ausência* tal qual formulado por Berber Bervenage¹³⁶: se o passado for analisado ponderando o par presença/ausência como dicotomias absolutas, e este par dicotômico especifica um conceito de tempo, este tem apenas duas saídas: ou é algo acabado, totalmente irreversível e, portanto, não pode ser atingido; ou, é algo continuamente presente e que deve ser remediado, expiado ou revertido. O passado, para Bervenage, é como uma sombra que depende da luz para ganhar forma, mas não é ausência absoluta nem mesmo presença constante. No caso de São Paulo de fins do século XVIII, não há uma forma absoluta a se tomar como ordem social, assim como não havia pessoas que vivam totalmente imersas em uma única temporalidade. Há, contudo, certas tendências, certas hierarquias temporais dinâmicas e apreensíveis pela análise histórica.

Boa parte da ideia de *passagem* deve-se aos “povoamentos rarefeitos, em permanente mobilidade”¹³⁷ por conta da saída de muitos habitantes destas regiões para as fronteiras e sertões e, como afirmado acima, pelo trânsito de pessoas em torno de seus negócios e redes comerciais, o que cooperava para a não fixação rígida à terra. A diversidade, a fluidez, a dispersão, são algumas das marcas da sociedade colonial que cabem à sociedade paulista, moldando o perfil da vida privada em São Paulo e seu cotidiano. Por outro lado, com a retomada de sua administração autônoma em 1765, a capitania viu áreas populacionais que passaram a expandir-se econômica e socialmente, revelando a viabilidade de uma noção renovada de *permanência*, noção esta que tendia

¹³⁶ Berber Bervenage, “Time, Presence, and Historical Injustice”. *History and Theory*, v. 47, n.2., Middletown-Connecticut, 2008, p. 149-167. Bervenage pensa o par *presença/ausência* baseado na forma como a justiça enxerga o passado, e na forma como a história o enxerga. O autor argumenta que a relação entre história e justiça é dominada tradicionalmente por uma ideia de que o passado é distante ou ausente, e mostra que o par *presença/ausência* está relacionado à diferença entre as noções de tempo e justiça. Desse modo, Bervenage interpreta o conflito entre tempo da jurisdição e tempo da história como um antagonismo derivado das respectivas *ênfases* na presença e na ausência, e no reversível ou irreversível dos eventos.

¹³⁷ F. A. Novais, “Condições da Privacidade....”, cit., p. 24.

a crescer nestes locais. Mesmo antes de 1765, a cidade de São Paulo e a vila de Santos já são exemplos da vivência de *permanência* por abarcarem em seu meio grupos sociais que se desenvolveram economicamente naqueles espaços, e passaram a constituir o tecido social destes. São Paulo, como qualquer sociedade, sempre conviveu com modalidades próprias de sensações coletivas de movimento e de alterações; aqui, por exemplo, com homens que se lançavam aos sertões em busca de preação indígena e de metais preciosos, e que retornavam com diferentes experiências; porém é fato que a existência de ações modernizadoras na capitania incorporaram uma nova velocidade a essas sensações, e a um tempo histórico. O aumento das iniciativas de renovação da capitania preencheram e encurtaram esse tempo de modo significativo até a chegada da Corte ao Brasil, em 1808, quando ele se acelera de forma provavelmente nunca antes experimentada na América portuguesa.¹³⁸ De toda forma, a possibilidade de identificar a existência de diferentes sensações de tempo em meio à sociedade da capitania de São Paulo se faz possível por constarem de quaisquer tempos históricos vários estratos que remetem uns aos outros, e sem que se possa separá-los do conjunto¹³⁹; igualmente possível é “medir velocidades distintas, acelerações ou demoras, e fazer assim visíveis distintos modos de mudança que põem de manifesto uma grande complexidade temporal” de uma determinada sociedade¹⁴⁰.

Em meio à crise do Antigo Regime português, a transferência da corte para o Rio de Janeiro em 1808 foi um marco histórico de aceleração temporal no mundo luso-americano. De acordo com os historiadores João Paulo Pimenta e Valdei Lopes de Araujo, os atores da época “são unânimes em perceber o caráter memorável do acontecimento, que não apenas acentuaria a ideia de especificidade do continente americano no conjunto do Império português, como lhe conferia uma nova dignidade histórica”¹⁴¹. A visão imperial apoiada na centralidade do sistema luso-americano é o

¹³⁸ J. P. Pimenta & Valdei Lopes de Araujo, “História”. *Ler história [on line]*, v.55, Lisboa, 2008 (acesso: <https://journals.openedition.org/lerhistoria/2231#tocto1n2>). Os autores afirmam que, no entanto, já nos últimos anos do século XVIII se tem na América portuguesa indícios de manifestações de mudança na relação social com o tempo. Segundo os autores, pode-se observar tais mudanças advindas do declínio do prestígio da concepção de história sagrada, e com o advento de uma unificação das várias “histórias” em torno de um campo de experiência comum. Em fins do XVIII, surgem no cenário colonial testemunhos preliminares “de uma fundamental alteração nas sensibilidades coletivas”, isto é, uma percepção de aceleração no tempo vivido e representado. Nada que se compare, porém, ao que ocorrerá a partir de 1808. Retomaremos a essa questão, em uma modalidade paulista colonial, no cap.5.

¹³⁹ R.Koselleck, *Los estratos...*, cit., p. 36.

¹⁴⁰ Ibidem, p. 38.

¹⁴¹ J. P. Pimenta & V. L. de Araujo, “História”..., cit., (parágrafo 16).

que abastece a iniciativa de mudança da sede da corte para a América, concretizada em 1808¹⁴². Após da morte de D. José I em 1777, assume o trono D. Maria I (em um governo que duraria até 1792, quando seu filho, D. João assumiu a regência diante do diagnóstico de doença mental da rainha), dando início à fase conhecida como “Viradeira”: no governo mariano, o Marquês de Pombal foi retirado do cargo de ministro, e surgiu um sentimento potente de reação aos pontos centrais das reformas pombalinas, ao passo em que seguram-se várias frentes do mesmo. Reação e afirmação, faces da mesma moeda, aparentemente antagônicas do governo de D. Maria I¹⁴³. Muitos interesses em torno dos empreendimentos levados a cabo por Pombal encontravam-se suficientemente arraigados tanto em Portugal quanto na América para serem simplesmente descartados, embora houvesse ainda uma mobilização imperial no sentido de reformas que possibilitassem a superação do “atraso” português na competição internacional, e a promoção da retomada do crescimento econômico; mobilização esta “reconhecidamente dependente da eficiência dos mecanismos de exploração colonial”¹⁴⁴.

D. Maria I, assim como seu pai D. José I, partiu da premissa de que as reformas imperiais seriam viáveis desde que metrópole e colônias se complementassem “em termos de geração de benefícios para o conjunto da nação portuguesa, e também de que, cada vez mais, o maior potencial de recuperação estava dado pela existência das colônias americanas”¹⁴⁵, reconhecendo a primazia da América portuguesa formando, desta forma, uma “grande família lusitana”;¹⁴⁶ assim, compreende-se “devidamente a coerência da ideia — finalmente concretizada em 1808 — de transformação de um espaço colonial sede do Império.”¹⁴⁷ As guerras entre Grã-Bretanha e França que se deram após a Revolução Francesa (1789) causaram um quadro de falta de instabilidade na Europa, e Portugal tentou se manter o máximo possível neutro em relação a ambos os lados, apesar de no século XVIII Portugal já tender a se posicionar ao lado dos britânicos no cenário das relações internacionais. Com o recrudescimento dos conflitos chegando à Península Ibérica, Portugal foi forçado a tomar medidas em prol da

¹⁴² A. Cloquet da Silva, *Inventando a Nação...*, cit.

¹⁴³ Ibidem, p. 103.

¹⁴⁴ A. Cloquet da Silva, *Inventando a Nação...*, cit., p. 106.

¹⁴⁵ A. Slemian & J. P. Pimenta, *A corte e o mundo...*, cit., p. 43.

¹⁴⁶ A. Cloquet da Silva, *Inventando a Nação...*, cit., p. 158.

¹⁴⁷ A. Slemian & J. P. Pimenta, *A corte e o mundo...*, cit., p. 44.

manutenção da monarquia e de suas porções imperiais. Como bem se sabe, antes da Espanha ser parcialmente subjugada por Napoleão, em 1807 havia a iminência da invasão franco-espanhola ao território português, o que colocou em pauta urgente a transferência da Corte para sua porção mais importante, a América. Tal ideia já havia sido aventada em outros momentos e conjunturas¹⁴⁸, mas foi de fato concebida como medida extrema e de último caso a partir de agosto de 1807. Naquele momento, D. Rodrigo de Sousa Coutinho voltava a ocupar o cargo de ministro do reino, o qual havia se demitido em 1803 em razão da oposição encontrada a suas ideias sobre a organização do Império – que inclusive relegavam o reino a segundo plano diante das colônias – e de sua inclinação aos interesses dos britânicos em questões políticas¹⁴⁹. Naquele ano de 1803, D. Rodrigo já havia sugerido ao então príncipe regente, D. João, que passasse a sede da monarquia para a América portuguesa, por entender que o príncipe não tinha melhor saída em caso do envolvimento de Portugal em conflitos externos. Para D. Rodrigo, se os franceses tomassem Lisboa, os britânicos ocupariam as partes brásílicas, daí ser melhor antecipar-se a ambos, tomando a iniciativa da transferência¹⁵⁰.

Diante da gravidade da situação imposta pela guerra em 1807, a medida emergencial foi concretizada em 26 de novembro daquele ano, quando a Corte finalmente embarcou em direção ao Rio de Janeiro (no dia 30 do mesmo mês, os franceses chegam a Lisboa). A medida a curto prazo foi bem-sucedida, mas não garantiu a longevidade do Império Português na América. A invasão da porção ibérica portuguesa forçou a saída da corte, mas “essa invasão era mais uma dentre os muitos e inesperados acontecimentos que se sucediam em um tempo e espaço em profunda convulsão. O que impedia planejamentos e certezas em relação ao futuro”¹⁵¹. Por

¹⁴⁸ Em 1640 após Portugal se separar da Espanha, surgiu a ideia de transferência para América. Posteriormente, também no reinado de D. João V. Em 1755, ela voltou à tona com o terremoto de Lisboa e, em 1762 devido a Guerra dos Sete Anos. Interessante notar que ideia semelhante não era alheia ao mundo espanhol. Na Espanha, pensava-se a política até o início do XIX como forma de fortalecer a monarquia através das reformas institucionais, o que incluía aproximar Espanha de suas partes americanas. O intuito dessa aproximação era o de recuperar a força de um império que outrora fora vigoroso no cenário mundial apoiado em seu patrimônio de grande valor, as possessões na América. “Por isso, tornar uma dessas regiões sede da monarquia era algo aventado à época, carregando consigo a ideia de que, sendo as Américas partes fundamentais nas monarquias ibéricas, esta seria uma forma de valorizá-las e garanti-las como patrimônio da monarquia.” A. Slemian & J. P. Pimenta, *A corte e o mundo...*, cit., p. 34.

¹⁴⁹ K. Maxwell, *A Devassa da Devassa...*, cit., p. 256-257.

¹⁵⁰ Ibidem, p. 258.

¹⁵¹ A. Slemian & J. P. Pimenta, *A corte e o mundo...*, cit., p. 49.

consequente, tanto Portugal quanto a América portuguesa estavam vivendo momentos ímpares de transformações.

A chegada de D. João ao Rio de Janeiro moveu intensamente as porções coloniais. Um conjunto de medidas foi logo colocado em prática, parte da preocupação do príncipe e de seus agentes mais diretos voltar-se-iam para a montagem de uma estrutura e de um aparato institucional e administrativo que fosse garantidor do sistema de governo centralizado agora na América.¹⁵² Para os americanos acentuou-se “uma sensação de sensível ruptura em relação ao passado: os contemporâneos projetaram para o Rio de Janeiro e para a América um futuro ‘grandioso’, portador de significativas mudanças no mundo português”¹⁵³. A capitania de São Paulo não passou inócua a estas mudanças, que tornaram o ambiente americano especialmente efervescente em termos de expectativas e visões diversas em relação ao futuro da monarquia portuguesa e de seus domínios. A partir de 1808, as vias de negócio interno que envolviam a capitania paulista foram potencializadas e rearticuladas economicamente, o que por sua vez criou a possibilidade de novas articulações políticas envolvendo o centro-sul e que mostrar-se-iam, em um futuro próximo, fundamentais para o surgimento e sucesso de um projeto de independência do Brasil¹⁵⁴. São Paulo seria diretamente atingido pela política tributária de D. João no Brasil para ampliação da arrecadação do Erário Régio. Muitos impostos foram introduzidos em 1808 e que favoreceram as capitanias do centro-sul, particularmente as de São Paulo e Rio Grande, que ganharam vantagens com taxações sobre trânsito de mercadorias e imóveis.¹⁵⁵ Mas não foi apenas no setor de tributação que São Paulo sentiu os efeitos da vinda da corte. Nos outros capítulos dessa dissertação, voltaremos ao tema. Por ora, vale sublinhar que o Vale do Paraíba e o oeste paulista foram os maiores beneficiários dos afluxos de capitais produzidos pelo aumento da demanda comercial de gêneros, em razão da presença da Corte na América¹⁵⁶.

Diante das especificidades da capitania paulista, se faz importante refletir a respeito do privado e do cotidiano — a esfera que contém a real “essência da substância social”, por encontrar-se localizado no “centro do acontecer histórico”¹⁵⁷ das

¹⁵² A. Cloquet da Silva, *Inventando a Nação...*, cit., p. 212.

¹⁵³ A. Slemian & J. P. Pimenta, *A corte e o mundo...*, cit., p. 58.

¹⁵⁴ Ibidem, p. 65.

¹⁵⁵ A. Slemian & J. P. Pimenta, *A corte e o mundo...*, cit., p. 69.

¹⁵⁶ Ibidem, p. 106.

¹⁵⁷ A. Heller, *O Cotidiano e a História...*, cit., p. 34.

sociedades—, os quais aproximam-nos inclusive do âmbito de vivências mais íntimas do tempo. O privado e o cotidiano em terras brasílicas se apresentam, ainda, de forma diversa da metrópole no século XVIII, porém aparentemente caminhando para o mesmo termo. Tanto em Portugal quanto na América portuguesa observa-se uma crescente privatização da sociedade, onde sujeitos estão se afastando de vínculos comunais tradicionais e individualizando-se, com o público e o privado ainda redefinindo-se mutuamente. No velho continente, entre o final do século XVII e início do XVIII o *público* estará claramente *desprivatizado*. Os espaços onde se desenrolam o *privado* passam a ser os ambientes reservados, separados do mundo exterior, voltados para a intimidade dos lares e das casas, em sincronia com as atitudes tidas como privadas: a leitura, a escrita, algumas formas de devoção pessoal, dentre outras. Sendo assim, o *público* não mais se confunde com os bens ou os interesses particulares, dando lugar para que o *privado* possa se organizar como um espaço fechado, separado do *público*, tornando-se progressivamente autônomo¹⁵⁸ – ao menos em partes da Europa. Na América portuguesa, esta *desprivatização* do *público* está em processo, de modo menos claro, mas certamente mais lento.

O dicionarista da língua portuguesa de começos do século XVIII, Raphael Bluteau, ao definir *privado*, afirma (1728):

Despojado. O que perdeu, ou a quem se tirou alguma coisa. (...)
Privado. Particular. Uma pessoa privada que não exerce ofício algum público, que trata só de sua família e dos seus interesses domésticos.
(...) A vida privada, a que se passa em particular, sem ofício público.
Privado. Oposto a público. Feito em presença de pouca gente. (...) ¹⁵⁹

O excerto acima mostra que *privado* é sinônimo de *sem algo*, de vazio ou perda de alguma coisa; ou seja, refere-se à impossibilidade de se portar alguma coisa por algo externo ao indivíduo. *Privado* é também um adjetivo de quem não tem ação em meio a outras pessoas que não seus familiares, ou que se preocupa apenas com os interesses de

¹⁵⁸ Philippe Ariès, “Por uma história da vida privada”. In: _____. & Georges Duby (Org.), *História da vida privada*. Da Renascença ao Século das Luzes. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, v. III, p. 24. Ao longo desta obra os autores concordam que na Europa de fins do século XVII e início do XVIII o privado resulta do fortalecimento do Estado Moderno e produz um espaço público completamente distinto daquele que é ocupado, sendo este monopolizado pelo Estado.

¹⁵⁹ Raphael Bluteau, *Vocabulario Portuguez & Latino*, aulico, antaomico, architectonico... Coimbra: No Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1728, v.6, p. 750. Acesso: <http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/002994-06#page/762/mode/1up>

sua casa, sem trabalho ou utilidade fora de seu lar. Neste sentido, o *privado* é separado do público por uma ação. *Privado* também é vida, uma vida que acontece apartada do público, sem demonstrações de vivência em meio comum. Por fim, *privado* é o oposto de público, é seu contrário, seu antagônico, seu inverso. No começo do século XVIII, o público é definido pelo privado, e vice e versa. Em 1789, Antônio de Moraes Silva, retificando parcialmente o dicionário de Bluteau, definiu *privado* como “(...) Despojado. Proibido/ (...) Não público/ Pessoa privada: sem emprego público”¹⁶⁰. Destacam-se, em relação à definição anterior, duas coisas: o acréscimo da palavra “proibido”, revelando que ser privado de algo não necessariamente está atrelado a perda ou vazio, mas sim ao impedimento prévio, mas também, está “proibido”, atrelado parcialmente à ideia de subversão, algo negativo. István Jancsó, em sua análise dos movimentos sediciosos mineiro, baiano e carioca ocorridos em finais do século XVIII, demonstra a relação entre *privado* e *subversivo* em meio colonial. As reuniões para leituras de livros, folhetos, textos manuscritos considerados proibidos se davam em espaço privado, local separado dos ouvidos públicos para discussão de ideias audaciosas. O *privado* foi particularmente favorável ao desenvolvimento de uma nova sociabilidade colonial, no caso sediciosa. Desta maneira, na trajetória dos eventos ocorridos em Minas, Bahia e Rio de Janeiro, “se manifesta, as dimensões privadas e públicas da vida social” se articulando “de maneira diversa das convencionais, uma vez que, confinados no restrito espaço da vida privada, os coloniais revelam, nas sedições, sua disposição de franquear os limites do que era tido por público”¹⁶¹. O segundo destaque que se faz pertinente na definição de Moraes Silva é a ausência de definição de *privado* através de seu oposto, o que demonstra que a oposição público/privado já estava presente em meio à sociedade, não carecendo mais dessa forma de definição. Já no século XIX, a definição de *privado* encurta-se e torna-se apenas: “que não é público”, conforme o dicionário de Luiz Maria da Silva Pinto de 1832¹⁶²; perde-se a definição de pessoa, vida, impedimento e

¹⁶⁰ Antônio de Moraes Silva, *Diccionario da lingua portugueza* — recompilado dos vocabularios impressos ate agora, e nesta segunda edição muito emendado e muito acrescentado, por Antonio de Moraes Silva. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813, v.2, p. 505. Acesso: <http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/2/privado>

¹⁶¹ István Jancsó, “A Sedução da Liberdade: cotidiano e contestação política no final do século XVIII”. In: F. A. Novais (Dir.) & L. M. Souza (Org.), *História da vida...*, cit., cap. 8, p. 389.

¹⁶² Luiz Maria da Silva Pinto, *Diccionario da Lingua Brasileira*. Ouro Preto: Typographia de Silva, 1832, p. 108. Acesso: <http://dicionarios.bbm.usp.br/en/dicionario/3/privado>

proibição. *Privado* é simplesmente o contrário de *público*, sendo assim o *público* quem define o *privado*.

Se voltarmos o olhar para as definições da língua portuguesa do século XVIII relativas a *privado*, vemos que, no campo das ideias, o *privado* encontra-se em consonância com o que estava ocorrendo no ocidente europeu. O privado está afastando-se do *público* e diferenciando-se pela intimidade e por atitudes particulares; destarte, o processo de *privatização* pelo qual as sociedades ocidentais passam no transcorrer do século XVIII e XIX cria formas e ambientes de sociabilidade que mesclam tradições e inovações entrepostas em uma dinâmica bastante complexa¹⁶³, o que explica a sensação de inversão que o historiador Fernando Novais aponta entre *público* e *privado* na América portuguesa. Para Novais, nas terras brasílicas, o *público* e *privado* confundem-se¹⁶⁴, e se tomarmos como exemplo as palavras de Frei Vicente do Salvador a respeito da colônia no século XVII — onde “verdadeiramente que nesta terra andam as coisas trocadas, porque toda ela é república, sendo-o cada casa”, já que nas “casas dos ricos”, conforme Frei Vicente, há todo tipo de provisão (azeite, vinho, carne, peixe) além de escravos, caçadores e pescadores, e “nas vilas muitas vezes não se acha isto a venda”¹⁶⁵ —, de fato encontraremos uma forte indistinção entre *público* e *privado*. Em São Paulo, no período que aqui tratamos, observamos o trajeto em direção à *privatização* da qual falamos acima. Ainda que o *público* e o *privado* se confundam, existe um processo de separação de ambos em andamento.

Nas *Atas da Câmara Municipal de São Paulo*, deparamo-nos com uma mulher chamada Maria de Azevedo Silva, a qual recebeu em 1772, como dádiva dos camaristas em atividade naquele ano, cinco braças de terras de frente para Tabatinguera, com catorze de costas para o rio Tamanduateí. Em 1773 a nova composição da Câmara precisou lidar com uma obra indevida feita na localidade que a dita mulher recebeu, pois ela

“abusou da mercê que se lhe fez em se adiantar a fazer amurar na frente as quatorzes braças de terra que se lhe tinham dado para os fundos, e porque nossos antecessores por pouco advertidos fizeram

¹⁶³ Ricardo Cicerchia, *Historia de la vida privada en la Argentina*. Buenos Aires: Troquel, 1998, p. 26.

¹⁶⁴ F. A. Novais, “Condições da Privacidade....”, cit.

¹⁶⁵ Frei Vicente do Salvador, *História do Brasil*, 1500-1627. Livro I “Em que se trata do descobrimento do Brasil, costumes naturais, aves, peixes, animais, etc., do mesmo Brasil”, cap. 2 “Do nome Brasil”. Brasília: Editora UNB/ Fundação Darcy Ribeiro, 2014, p. 10.

esta dádiva ainda que sem prejuízo de terceiro como é estilo praticado, conhecendo o prejuízo que se seguia a fizeram suspender a dita obra: e vendo-se esta Câmara perseguida com novos requerimentos por parte da mulher fomos novamente fazer vistoria no dito lugar, e achamos e acordamos que em semelhante paragem não devia ser admitida tal obra, não só por ser no logradouro público desta cidade e o único divertimento do povo desta cidade, além de ser lugar aonde (sic) se costuma tirar saibro para todas as obras desta cidade, e juntamente ter a dita mulher feito devasso todo aquele rio onde várias pessoas particulares vão lavar-se e tomar seus banhos, e outras pessoas pobres lavar suas roupas e à vista destes prejuízos resolveu este Senado por comum acordão de todos fosse notificado a dita mulher para não continuar a dita obra em tempo nenhum (...).¹⁶⁶

A construção feita por Maria Silva relata uma clara confusão entre os limites da coisa pública e privada, mas que só pode ser considerada indevida porque as duas coisas já *deveriam* ser distintas. A ela, uma pessoa particular, foram doadas terras pela Câmara. As terras foram uma dádiva, um presente, e não um espaço cedido para a construção. Maria Silva, não satisfeita com o tamanho do terreno na sua parte frontal, resolveu expandir para as mesmas quatorze braças que lhe foi concedida de fundo. Nisso a Câmara vê problemas e embarga a construção da parte da frente porque interfere nas questões públicas da cidade. Além da obra ser realizada em um espaço público onde as pessoas concorrem para se divertir, a atitude de Maria Silva em estender seu terreno atrapalharia na coleta de materiais de construção de obras públicas e impediria as pessoas de tomarem seus banhos e lavarem suas roupas. Maria Silva não vê problemas em ultrapassar os limites que lhe foram doados em direção as partes públicas por ignorar que o espaço que estava avançando era público. Se estivesse perfeitamente definido para Maria Silva as fronteiras entre *público* e *privado*, talvez ela levasse em consideração o uso daquele espaço pelas pessoas da cidade, e não alargaria a frente do terreno. O privado aqui está se apropriando do público por leviandades, mas aos olhos dos vereadores há uma distinção entre as divisas do público e do privado. Podemos da mesma forma destacar, por este documento, que o lugar público poderia

¹⁶⁶ “Termo de vereança feito aos 30 de Janeiro de 1773”. A.C.M.S.P.. São Paulo: Typographia Piratininga, v.16, p. 205-208. O documento não apresenta porquê especificamente, Maria Azevedo Silva, recebe estas terras. Diz apenas que fora uma “dádiva” da Câmara.

transformar-se no ambiente da intimidade, demonstrado pelas pessoas que vão tomar banho e lavar roupas no rio; no caso destaca-se a intimidade com o corpo provocada muitas vezes pela ausência de salas de banho nas casas. Cabe ainda uma ponderação: a diferenciação entre pessoas que transparece nesta ata. “Pessoa particular”, qual a definição de Bluteau, é a que não tem ocupação ou modo de vida público, e na ata são essas pessoas que vão ao rio tomar banho. Em contraposição destacam-se “pessoas pobres”, que não foram arroladas entre as pessoas particulares, ou seja, por oposição apreende-se que o pobre tem uma função ou vida pública, nas palavras da época “ofício público”, são pessoas sem vida privada.

Mais um caso semelhante ocorre em fins do XVIII, quando o Padre Ignacio Xavier Moreira foi intimado pela câmara para que deixasse as tropas (não há especificação de quais tropas fossem, provavelmente tropas comerciais de carregamento de gêneros alimentícios ou animais) passarem por suas terras, pois este as estava impedindo. Os camaristas ordenaram ao escrivão da câmara que escrevesse uma carta que obrigasse o dito padre ceder a passagem¹⁶⁷. O documento é sucinto, e este é um exemplo pontual dentre as fontes consultadas que levanta a questão da propriedade e do sentimento de posse desta; em outros termos, um sentimento de privado que se define por oposição ao interesse público. Neste caso quem força as barreiras do *privado* é o *público*, representado pelas tropas e pela câmara. O episódio nos possibilita vislumbrar uma parcela do que o dicionarista de 1789 expressou ao escrever o verbete *privado*, denotando-o como proibido. As terras são privadas, portanto proibidas a passagem de pessoas não autorizadas por seus proprietários, e podem acabar em conflito com o interesse público que, nesse caso, deve prevalecer. Dessa forma o privado é obrigado a render-se ao público por ser *privado* algo proibido, e que pode dar margem ao afrouxamento do *público*, tal qual destacamos anteriormente no tocante aos movimentos sediciosos coloniais em fins do Setecentos.

Mais dois exemplos das divisas entre *público* e *privado* na capitania podem ser encontrados nos pedidos da Câmara de São Paulo ou dos capitães gerais aos moradores da cidade para que coloquem luminárias em suas casas com fins públicos. Não cabia ao Estado em si cuidar da iluminação das ruas da capitania em momentos de festas e entradas solenes, mas aos seus moradores. Em uma época em que não havia

¹⁶⁷ “Termo de vereança que faz o juiz presidente e mais officiaes da Camara em sabbado 27 de setembro de 1794”. A.C.M.S.P.. São Paulo: Typographia Piratininga, 1921, v.19, p. 463-464.

iluminação pública artificial nas ruas da capitania, era obrigação dos moradores iluminar as ruas durante as celebrações públicas, por meio de luminárias festivas,¹⁶⁸ como têm-se, por exemplo, no pedido do Senado de 22 de março de 1766 para que se iluminassem as passagens públicas pela chegada do Morgado de Mateus à cidade de São Paulo¹⁶⁹. Em 1807, em carta do capitão general Franca e Horta enviada ao Capitão Mor da Vila de São Sebastião, há uma ordem para que os habitantes daquela localidade terminem as obras, que encontram-se paradas, do caminho de São Sebastião. Sua justificativa para isso é que “por quê como já disse a Vossa Mercê, as estradas públicas devem ser feitas pelo mesmo público”¹⁷⁰. Como não há ainda uma concepção definida de indivíduo, todos daquela região deveriam trabalhar, ou mandar em seus lugares braços que os substituíssem, no caso de terem dado dinheiro para a obra. Era comum nesta época a população ser obrigada a contribuir para trabalhos públicos direta ou indiretamente, sendo pelo próprio braço de trabalho ou enviando substitutos¹⁷¹, demonstrando a noção de coletividade que o funcionamento do espaço público tinha.

O Antigo Regime europeu possuía um forte traço constitutivo de *bem comum*, e em Portugal foi entre os séculos XVIII e XIX que este traço acentuou-se. O rei era a cabeça da sociedade a qual era ordenada naturalmente, “legada pelo tempo e em última instância consentânea com os desígnios do Criador, que se consubstanciava na sociedade tal como ela existia, quer dizer, nos seus distintos e naturais corpos, que configuravam a ‘constituição’ natural do reino, traduzida no Direito”¹⁷². Este direito era de matriz anti-individualista, e sendo o monarca sua cabeça, seu fim último era a administração da justiça, vista como preservação da “ordem natural” que significava “equilíbrio das instituições e dos poderes preexistentes”¹⁷³. O conceito de *bem comum* estava integrado ao sistema de poder da monarquia e se fazia necessário para a manutenção do regime, onde todos contribuíam para o funcionamento do corpo

¹⁶⁸ Maria Cristina Caponero, *Festas paulistanas em perspectiva histórica de longa duração: produção e apropriação social do espaço urbano, permanências e rupturas (1711-1935)*. São Paulo: FAU/USP, 2014 (Tese de Doutorado). p. 164. A obrigação de se colocar luminárias durante as festividades estava assegurada nas *Cartas Régias* desde o século XVI. Quanto as festas públicas, daremos conta no capítulo 2 desta dissertação.

¹⁶⁹ “Termo de vereança feito aos 22 de março de 1766 anos”. A.C.M.S.P.. São Paulo: Typographia Piratininga, 1919, v. 15, p. 145-146.

¹⁷⁰ “Para o Capitão Mor da Vila de São Sebastião”. D.I.H.S.P.. São Paulo: Edição do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, v. 57, p. 159-160.

¹⁷¹ A. C. Santos, *Em Obras...*, cit., p. 78.

¹⁷² N. G. Monteiro, “O Antigo Regime (Século XVIII)”. In: R. Ramos (Coord.), *História...*, cit., cap. 8, p. 393.

¹⁷³ *Ibidem*, p. 394.

ordenado pela cabeça. Baseava-se em uma ideia de reciprocidade, onde os súditos que cooperavam com os interesses da Coroa, para o *bem comum*, eram retribuídos com dádivas e mercês que reafirmavam a existência da hierarquia e estratificação social — conceito este que vinha se transformando desde finais do século XV. Segundo este conceito, os estados da sociedade “só podiam ser veneráveis e duradouros porque todos eles haviam sido instituídos por Deus”¹⁷⁴—, onde a mobilidade passava pelos serviços prestados ao rei e à *república*, sendo que “o conjunto da população livre — entendida no interior de uma sociedade hierarquizada de Antigo Regime — ou, o que é o mesmo, o público da *república* deposita, nas mãos dos privilegiados, parte de seu rendimento. Era o público que, de uma maneira direta ou indireta, sustentava os eleitos”¹⁷⁵. Em outras palavras, era o público, as pessoas da base da hierarquia, quem asseguravam o *bem comum*. Isto posto, compreende-se o pedido de Franca Horta transcrito acima: o público deve tender aos interesses da coisa pública, o que reforça a ordem natural e a função desse conjunto de pessoas que estão na parte inferior da sociedade estratificada. Com isso, vemos novamente o que o dicionarista Bluteau define como *privado*: aquela pessoa que não tem ofício público, que concorre aos interesses de sua casa e não aos interesses públicos. Pelo que foi dito até aqui sabe-se que todos os súditos deveriam colaborar para o interesse comum da monarquia e seu funcionamento; isto significa a prevalência do *público* sobre o *privado* que se submete, por seu turno, ao *público*. Contudo, repitamos, o *privado* está ganhando espaço como esfera autônoma da vida social.

Alguns modelos de espaço doméstico colonial português ter-se-iam configurado como locais cuja privacidade era reduzida, por serem espaços conectados¹⁷⁶ e pouco compartimentados — excetuando-se casas grandes de fazendas onde havia maior quantidade de cômodos —, cedendo, em alguns momentos, aos ambientes externos o papel de resguardo da intimidade. As áreas externas mais apartadas serviriam à busca do particular, fugir aos olhos vigilantes da família ou da comunidade, o que seria

¹⁷⁴ Johan Huizinga, *O Declínio da Idade Média*. Um estudo das formas de vida, pensamento, e arte em França e nos Países Baixos nos séculos XIV e XV. Lisboa/Rio de Janeiro: Editora Ulisseia, s.d., p. 59.

¹⁷⁵ João Ribeiro Fragoso; Maria de Fátima Silva Gouvêa; Maria Fernanda Baptista Bicalho, “Uma leitura do Brasil colonial: bases da materialidade e da governabilidade no Império”. *Penélope: revista de história e ciências sociais*, n. 23, Portugal, 2000, p. 68-73.

¹⁷⁶ Leila Algranti apresenta algumas plantas de casas coloniais portuguesa onde pode-se perceber as interligação dos cômodos, o que provinha menor privacidade. “Famílias e vida doméstica”. In: F. A. Novais & L. M. Souza, *História da vida...*, cit., cap. 3, p. 92-94.

favorecido de certa maneira pelo afastamento dos centros urbanos uns dos outros, e por serem os territórios portugueses na América pouco povoados em muitas partes, acarretando o surgimento daquilo que Sérgio Buarque de Holanda caracterizou como “sensação de desterro”¹⁷⁷, uma permanente sensação de vazio e isolamento do mundo, supostamente típica da vida colonial na América portuguesa.

Essa sensação, que também parece ser identificada em partes da América espanhola e que se relaciona, dentre outros fatores, com os tempos da espera nas rotinas diárias¹⁷⁸, pode-se identificar nas entrelinhas da carta que o capitão general de São Paulo, Martim Lopes Lobo de Saldanha (1775-1782), remeteu ao secretário da Marinha e Domínios do Ultramar, Martinho de Mello e Castro, em 26 de Abril de 1778. Em tal carta, Lobo de Saldanha pedia a Martinho de Mello e Castro um sucessor, pois cumprido os três anos que lhe tinham sido propostos já seria tempo de deixar a capitania. Para convencer a rainha, Dona Maria I, da inconveniência de manter-se no cargo, afirmava possuir dois filhos, que estes tinham adentrado ao exército e que com o soldo de capitão general não seria possível mantê-los; queria, assim, que lhe fosse permitido retornar a Portugal o quanto antes:

“tomara sua Majestade se digne dar-me sucessor, e se servir de atender a minha súplica desejava fosse mandado tirar uma residência por qualquer ministro, cujo com gosto esperarei no Rio de Janeiro, e sem a qual me não recolher a esta corte (...).”¹⁷⁹

Nem bem passados os três anos estipulados para sua estada, Lobo de Saldanha já pedia um sucessor. Não se pode retirar a importância da questão do soldo para a manutenção dos filhos, o que poderia soar como um pedido de aumento de valores à Coroa; porém, diante do adiantamento do mesmo em passar para o Rio de Janeiro, sede do Vice-Reino, enquanto aguardava a resposta e onde ficaria com gosto, aparenta-nos que havia por trás dessas palavras um desejo de conexão maior com o mundo. O Rio de Janeiro era uma das principais entradas para a América portuguesa, com seu porto de grande fluxo de pessoas, comércio e notícias, o que conferia à cidade uma maior dinâmica social se comparada a outras partes dos domínios portugueses na América.

¹⁷⁷ S. B. Holanda, *Raízes do Brasil*, cit.

¹⁷⁸ Iremos tratar mais cuidadosamente desta forma de tempo no capítulo 3 deste trabalho.

¹⁷⁹ “Documento número 8”. D.I.H.S.P.. São Paulo: Typographia Andrade, Mello & c. 1898, v. 28, p. 367-368.

Com isso, o sentimento do qual nos referimos como “desterro” é sublinhado nas palavras de Lobo de Saldanha. Faz-se pertinente um alerta: as sensações pessoais têm a ver com as formas de experiências individuais, com a forma como os agentes apreendem o tempo e o espaço historicamente¹⁸⁰; o que nos autoriza dizer que esta sensação poderia ser compartilhada por outros indivíduos daquela época na capitania de São Paulo e nas demais, mas não significa que esta fosse uma sensação obrigatoriamente produzida pelo espaço naqueles que viviam na capitania. Por fim, Lobo de Saldanha permaneceu à frente do governo da capitania por mais quatro anos, precisamente na cidade de São Paulo¹⁸¹.

Retornando aos espaços domésticos, as casas de moradia na capitania de São Paulo distinguiam-se, em geral, pela qualidade social de sua posse (ricas ou pobres) e pelo ambiente (urbano ou rural). Nas casas mais ricas, os cômodos geralmente eram interligados, o que fazia com que os moradores convivessem e controlassem de perto a vida um do outro. Nas mais pobres, constituídas em grande parte por apenas um cômodo, a vivência era ainda mais intrínseca¹⁸² a depender do número de componentes da família e agregados. Quanto à arquitetura, até meados do século XVIII não havia cozinhas nas casas da capitania de São Paulo. Os alimentos eram preparados do lado de fora, no alpendre, em tripés que faziam às vezes de um fogão¹⁸³. O compartimento

¹⁸⁰ Julio Cesar Bentivoglio, “Desconstruindo o Tempo Saquarema: perspectivas para o entendimento da vida política no Brasil durante o Império: rizomas, indivíduos, facções, partidos e linhas de fuga da política imperial”. Texto apresentado durante a conferência de abertura da *IX Semana de História Política: Política, Conflitos e Identidades na Modernidade/ VI Seminário Nacional de História: Política, Cultura e Sociedade*, Rio de Janeiro/UERJ, 2014. Acesso: https://www.academia.edu/26629799/Desconstruindo_o_Tempo_Saquarema_perspectivas_para_o_entendimento_da_vida_pol%C3%ADtica_no_Brasil_durante_o_Imp%C3%A9rio_rizomas_indiv%C3%ADduos_fac%C3%A7%C3%B5es_partidos_e_linhas_de_fuga_da_pol%C3%ADtica_imperial

¹⁸¹ A diretora argentina Lucrecia Martel elaborou esta questão (“desterro”) do ponto de vista cinematográfico, no longa *Zama*. A trama se passa no Paraguai colonial em fins do século XVIII, quando um oficial da coroa espanhola, Don Diego de Zama, é mandado à serviço do rei para a região. Durante sua estada nas paragens americanas espanholas, Don Diego se sente angustiado e cercado pelo sentimento de espera. O ambiente em que Don Diego passa a viver, parece repeli-lo, e imputa ao oficial da coroa espanhola a sensação de viver em um local onde não há movimento, tão pouco prestígio social. Don Diego tem o desejo de voltar a sua forma de vivência anterior a sua vinda à América, mas acaba sendo reprimido pela burocracia do Estado. O filme é um roteiro adaptado do livro argentino homônimo de 1956, *Zama*, de autoria de Antonio di Benedetto.

¹⁸² P. Zanettini, *Maloqueiros e seus...*, cit. Neste trabalho o autor dedica-se à evolução da casa bandeirista paulista ao longo dos séculos XVII-XIX por meio da arqueologia e historiografia. Para a América Portuguesa, também: Gilberto Freyre, *Casa Grande e Senzala*. 51ª ed. São Paulo: Global, 2006; e L. M. Algranti, “Famílias e vida doméstica”, cit.. Para Europa: P. Ariès & G. Duby (Dir.), *História da vida privada...*, cit., em especial a terceira parte: “A comunidade. O Estado e a família. Trajetória e tensões”, p. 397-593.

¹⁸³ Luís Saia, *Morada Paulista*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1972, p. 77-79 e p. 135. Este autor analisou e acompanhou as mudanças na arquitetura das casas de São Paulo colonial e seu período posterior.

sanitário não era encontrado dentro das casas¹⁸⁴, o que corrobora a concepção de que fora da esfera doméstica era possível se ter mais de privacidade. Essas configurações ganharão novos contornos no meio urbano paulista a partir do século XIX.

As moradas dos municípios paulistas apresentavam no século XVIII casas não tão amplas como as que surgem no começo do Oitocentos¹⁸⁵ — em 1809 na cidade de São Paulo, por exemplo, eram encontrados 161 sobrados de moradia¹⁸⁶. A maioria das casas setecentistas eram térreas, e as poucas assobradas eram indicativos de posses, segundo Pedro Taques em sua genealogia sobre a nobreza de São Paulo¹⁸⁷. Durante o Setecentos, as casas urbanas não possuíam muitos mobiliários, tendência que muda no século XIX, onde há um aumento da produção de mobílias paralelamente a mudanças estilísticas e decorativas devido à melhoria na qualificação dos artesãos de móveis. Assim, passaram as residências, pouco a pouco, a incorporarem mais peças de decoração, o que significava maior quantidade, nos interiores domésticos, de bens de consumo¹⁸⁸. Tais mudanças acompanharam o que ocorreu na Europa no século XVIII, com maior divisão de trabalho e especialização dos produtores¹⁸⁹, quando proliferaram novos modelos, novas funcionalidades e aumentou o consumo destes objetos. No período aqui contemplado, havia no espaço doméstico colonial tanto da América portuguesa quanto de São Paulo a coexistência de móveis de diferentes épocas no mesmo cômodo ou em ambientes distintos, sendo a maioria herdados ou comprados por motivos de matrimônio ou/e mudanças em sua funcionalidade. Mesmo com o aumento da produção, era comum a venda de móveis usados na América portuguesa tanto no Setecentos quanto no Oitocentos, o que mostra a circularidade e durabilidade da cultura material daquela época¹⁹⁰. A coexistência de móveis novos e antigos em um mesmo ambiente revelam camadas de tempo coexistentes nos espaços domésticos. Um

Há neste livro muitas plantas da casa urbana e do meio rural, e Saia aponta as diferenças não apenas na arquitetura, mas também as possíveis sociabilidades provenientes destes tipos de habitação, afirmando a existência de “mestiçagem arquitetônica” entre Europa e América, esta última de influência tipicamente indígena, o que resulta em um tipo de construção característico da região da antiga capitania paulista.

¹⁸⁴ Ibidem, p. 135.

¹⁸⁵ Ernani Silva Bruno, *História e Tradições da Cidade de São Paulo*. Arraial de Sertanistas (1554-1828). São Paulo: Hucitec, 1984, v.1, p. 132.

¹⁸⁶ Maria Lucília Viveiros Araújo, “Os interiores domésticos após a expansão da economia exportadora paulista”, *Anais do Museu Paulista*, v. 12, n.1, São Paulo, jan/dez., 2004, p. 134.

¹⁸⁷ P. T. Almeida Paes Leme, *Nobiliarquia Paulistana...*, cit., 3.t.

¹⁸⁸ M. L. Viveiros Araújo, “Os interiores domésticos...”, cit., p. 137.

¹⁸⁹ F. Braudel, *Civilização material...*, cit., p. 242.

¹⁹⁰ Maria Helena Ochi Flexor, *Mobiliário baiano*. Brasília: IPHAN/Programa Monumenta, 2009, p. 81-82.

habitante da capitania de São Paulo do século XVIII ou do XIX só poderia entender que seu mobiliário era antigo ou novo se possuísse uma noção de passado, mesmo que fluida e imprecisa, e que poderia, inclusive, a ele se apresentar por meio daquele objeto, ou por meio das mudanças de seu uso. O mobiliário, em nossa busca pela compreensão do tempo histórico aqui proposta, tem sua importância, tal qual a dos fatos históricos que podem revelar processos fundamentais por trás destes, ou até mesmo estruturas históricas (como o próprio tempo histórico, também ele estrutural). Através dos processos históricos é possível enxergar continuidades e rupturas, assim como ritmos distintos e simultâneos de transformações históricas das sociedades¹⁹¹. Com isso, como foi ressaltado por Reinhart Koselleck, o primeiro dado de experiência ao se questionar quanto ao tempo é a unicidade dos acontecimentos.¹⁹² A importância deste elemento deve-se ao fato de serem as coisas singulares e irreversíveis ao longo da história, além de ocorrerem em sucessões a liberarem “inovações que podem interpretar-se progressivamente”¹⁹³. Desta forma, assim como os fatos históricos, os objetos da cultura material são, de certo modo, únicos, e podem ser alocados de forma sucessiva e progressiva ao longo do tempo. Por outro lado, a presença de móveis e utensílios domésticos de diferentes épocas em um mesmo local se equipara a uma sequência histórica na medida em que há elementos lineares — os móveis que passam de uma geração para outra, por exemplo —, e elementos recorrentes, tais quais a introdução de um novo estilo, e/ou uma nova designação utilitária à um móvel antigo¹⁹⁴. Os estilos mudam, bem como as épocas que os produziram, o que abre a oportunidade de compreensão de uma época através da cultura material que essa época produziu, pois em meio à vida cotidiana se fazem presentes camadas de tempo que remetem umas às outras, mas que não necessariamente dependem umas das outras¹⁹⁵.

As moradas urbanas da capitania passam a ter cada vez mais compartimentos a partir de começos do século XIX. Aumentam a quantidade de salas, saletas, escritórios, e, junto com a maior compartimentação da casa, passa a haver uma crescente procura por móveis de sentar, que situavam-se preferencialmente na sala (nos inventários do

¹⁹¹ F. Braudel, “História e ciências sociais: a longa duração”. In: *Escritos sobre a História*. São Paulo: Perspectiva, 1976.

¹⁹² R. Koselleck, *Los estratos...*, cit., p. 36.

¹⁹³ Ibidem, p. 37.

¹⁹⁴ R. Koselleck, *Estratos do tempo...*, cit., p. 19.

¹⁹⁵ Ibidem, p. 20.

Oitocentos paulista as mesas e cadeiras são os móveis mais citados)¹⁹⁶. O interesse por este tipo de mobiliário desvela não apenas a conveniência em ocupar os novos espaços, mas essencialmente a *privatização* da sociedade, sobre a qual nos referimos anteriormente. O mobiliário com função de assento aponta para uma maior sociabilidade privada, onde a casa passa a ser um lugar de estar, não só de abrigo ou repouso, mas também de encontros na intimidade dos lares paulistas¹⁹⁷. Outro demonstrativo desta *privatização* mais acentuada no século XIX da capitania, está na separação gradual que ocorre neste momento da casa como lugar de negócios (função econômica) e como mundo familiar, contrapondo-se em grande medida do modelo mais comum do XVIII: casas mistas de moradia, local de trabalho, espaço religioso, ou em alguns casos objeto de investimentos em forma de locações¹⁹⁸.

As moradias do meio rural paulista da segunda metade do século XVIII mantiveram-se estruturalmente as mesmas, com poucas mudanças significativas. Os sítios eram pequenas fazendas, e à semelhança destas, geralmente, encontravam-se poucos móveis em seu interior, sendo mais proeminente a presença de instrumentos de trabalhos campestres (portanto exteriores), como moinhos, alambiques, prensas e olarias¹⁹⁹. A maioria destas localidades dispunham também de capelas que se localizavam no alpendre de entrada, e que possibilitava a participação, em ofícios e celebrações, de transeuntes que juntavam-se aos moradores da casa. A capela nestas residências era, assim, ao mesmo tempo pública e privada. Dispor de capela era motivo de prestígio de seus possuidores, tendo em vista o paternalismo que existia em maior ou menor grau naquela sociedade; além disso, capelas nutriam tempos religiosos, objeto de nosso próximo capítulo. No meio urbano, eram poucas as residências que dispunham dessa arquitetura específica, não obstante as moradas terem serventia como espaço religioso também em seu interior. Deve-se isto em parte à existência das igrejas urbanas que eram os principais locais de culto, e em parte por ter o meio urbano outra lógica de convivência, onde a casa estava se tornando gradualmente um espaço seccionado

¹⁹⁶ M. L. Viveiros Araújo, “Os interiores domésticos...”, cit., p. 139.

¹⁹⁷ A sociabilidade na América portuguesa se dava, durante os primeiros séculos da colonização, “fora das paredes do domicílio”, ou seja, na rua ou na igreja, “uma vez que os grandes momentos de interação social eram as festas religiosas”. L. M. Algranti, “Famílias e vida doméstica”..., cit., p. 113.

¹⁹⁸ M. L. Viveiros Araújo, “Os interiores domésticos...”, cit., p. 135.

¹⁹⁹ Ibidem, p. 135.

mormente para moradia e intimidade²⁰⁰. O que se contempla ao longo do século XVIII europeu — uma crescente busca da intimidade e *privatização* do indivíduo dentro da casa, vista no aumento da quantidade de quartos nas residências, de gabinetes e escritórios em meios mais abastados, em uma prévia do que costuma-se denominar de habitação burguesa²⁰¹ — está em processo igualmente na capitania de São Paulo, sobretudo, em seu meio urbano, tendo no século XIX uma importante mudança no consumo de bens e na procura de objetos mais luxuosos, como camas, armários, estantes e bufetes²⁰², adensando e melhor qualificando espaços e ambientes que estavam se tornando aqueles da privacidade.

Mediante o que foi exposto até aqui, evidenciamos — sem aprofundá-la — uma multiplicidade de condições de vivências de tempos na capitania de São Paulo ao longo do período proposto, em um território largo no qual estavam ocorrendo mudanças significativas em seus contornos e formas de vida cotidiana. Ao se dar a restauração da autonomia da capitania em 1765, e conseqüentemente uma mudança administrativa importante, o tempo pode ser mais uma vez — pois isso é um movimento constante em meios sociais — vivido e sentido por uma mescla de formas tradicionais com outras tendencialmente novas, devido a uma quebra da ordem — um evento — mesmo que esta seja parcial, momentânea e passageira. Cotidianamente, nem toda forma nova de vivência alcança a todos os homens e mulheres que continuam envolvidos em seus ritmos comuns conforme a organização das atividades que permeavam suas rotinas, porquanto, como enfatizado por Braudel, na esfera do cotidiano algumas coisas mudam mais lentamente que outras, seja porque são remanescentes, ou se repetem, ou mesmo por serem únicas e irreversíveis²⁰³. Os ritmos temporais distintos variam de acordo com a dinâmica de cada localidade e o tipo de atividade exercida: “o tempo do agricultor era marcado pela alternância da sementeira e colheita, e dos mineradores pelo período da

²⁰⁰ E. S. Bruno, *História e Tradições da Cidade...*, cit., p. 117; Luiz Mott, “Cotidiano e vivência religiosa: Entre a capela e o calundu”. In: F. A. Novais (Dir.) & L. M. Souza (Org.), *História da Vida Privada...*, cit., cap. 4; para uma análise de parte do mundo hispano-americano: Andrea Bentacur & Wilson González. *Muerte y Religiosidad en el Montevideo Colonial*. Una historia de temores y esperanzas. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 2008.

²⁰¹ Oreste Ranum, “Os refúgios da intimidade”. In: P. Ariès & G. Duby (Dir.), *História da vida privada...*, cit., v.3, parte II “Formas de privatização”.

²⁰² M. L. Viveiros Araújo, “Os interiores domésticos...”, cit.

²⁰³ F. Braudel, *Civilização material...*, cit.

seca e das águas que influenciavam o volume dos rios (...) enquanto o comércio pautava-se pelo ritmo das frotas²⁰⁴”.

Podemos compreender a capitania de São Paulo e seus múltiplos tempos com o auxílio daquilo que o historiador Julio Bentivoglio denomina de *rizomas*. Este esquema de compreensão do tempo histórico não descarta as diferenças que se mantêm acesas em meio a novas temporalidades, e não entende o tempo como um método vetorial de mão única, totalizante; em oposição a isto, os rizomas conectariam ritmos temporais distintos, simultâneos e de temporalidade diversas em meio a uma coexistência de sentidos. Por esta perspectiva, há a valorização da experiência histórica de cada lugar. Ao invés da homogeneidade, matizes. Os rizomas, em síntese, articulam vários centros, são multinucleares e integram amplos espaços desordenadamente²⁰⁵. Ao voltarmos os olhares para o espaço colonial paulista, encontramos conexões em formato de *rizomas*, que existem ao mesmo tempo em locais diferentes ou não, e que se conectam em meio ao tempo histórico; com isso têm-se mais uma possibilidade de verificação da heterogeneidade temporal da capitania — o que, ademais, reforça proposições básicas de Braudel e Koselleck apontadas anteriormente. Lugares como, por exemplo, Sorocaba, onde se dava um grande trânsito de animais, de feiras e negociantes compartilhava em parte tempos semelhantes a Porto Feliz, ponto de partida para monções de Cuiabá e, à época do Morgado de Mateus, para o Tibagy e Iguatemy²⁰⁶; mas também poderia ligar-se a lugares litorâneos como Lages, Paranaguá e São Sebastião. Do mesmo modo, um habitante da cidade de São Paulo poderia experimentar um tempo vivido em outra localidade, ou por outro grupo social sem fazer parte direta, necessariamente, destes complexos. Diminuindo o peso das hipóteses, passemos, então, à análise concreta de formas de vivência temporal centrais ao cotidiano desta capitania

²⁰⁴ J. F. Furtado, *Homens de Negócio...*, cit., p. 87-88.

²⁰⁵ J. C. Bentivoglio, “Desconstruindo o Tempo Saquarema...”, cit.

²⁰⁶ Estas duas localidades encontravam-se à oeste de São Paulo, no Mato Grosso. Foram conquistadas no governo do Morgado, pois faziam fronteira com os castelhanos e serviriam para demarcar o território português, além de expandi-lo. Para mantê-los e povoá-los, foram mandadas tropas e pessoas; todavia a forma de vida precária em tais localidades e a distância da cidade de São Paulo fizeram com que tais regiões não resistissem e sucumbissem. D. Luís de Souza Botelho passou boa parte de seu mandato tentando fazê-las vingar. Como Botelho vinha incumbido pelo marquês de Pombal para explorar e defender a capitania de São Paulo, o Iguatemi representava seu fiel cumprimento às ordens e serviço do reino, além de oferecer futura glória pessoal; no entanto, terminou seu governo assistindo aos insucessos do Iguatemi e Tibagi, legando ao seu sucessor os problemas com tais localidades. H. L. Belloto, *Autoridade e conflito...*, cit.

paulista que, em fins do século XVIII, adensava sua população, complexificava sua economia e diminuía a distância entre seus espaços físicos e sociais.

Capítulo 2

Religiosidade, a vida e a morte

A monarquia portuguesa constituía-se de forma dual na pessoa de seu soberano. Os reis eram simultaneamente governadores e administradores perpétuos da ordem de Cristo, o que significava uma mescla de direitos, privilégios e obrigações tanto temporais quanto espirituais. A coroa tinha autoridade sobre todas as funções eclesiásticas — responsabilizava-se, entre outras funções, pela administração dos bens, indicação dos vigários, apresentação dos bispos titulares das dioceses — e deveres, exercidos através do *Padroado*, chancela dada pelo Papa aos reis, não só de Portugal como de Espanha, tornando todas as conquistas de ultramar um feito “indissolúvel da cruz e da coroa” por proteção das armas²⁰⁷. A chancela dada aos reis portugueses permitiu que a evangelização e a presença missionária se estendessem às terras brasileiras, onde se fez sentir mormente por intermédio da ação dos jesuítas, de espírito puramente tridentino em suas concepções. O Concílio de Trento (1545-1563), em resposta à reforma protestante, propunha, em linhas gerais, um clero mais circunspecto, coeso e intelectualizado²⁰⁸, cujas ações deveriam estar o reforço da hierarquia eclesiástica e realização de visitas aos crentes, este um eficaz recurso de vigilância dos fiéis e do clero, bem como ferramenta de evangelismo²⁰⁹. Durante os primeiros momentos da colonização, a ação de Roma manteve-se mais fortemente concentrada em território Europeu, e no século XVIII a dinâmica tridentina, “no sentido de uniformizar a fé e desbastar a religião vivida das reminiscências arcaicas”²¹⁰, voltar-se-ia mais atentamente aos domínios de Portugal na América.

Tal intento foi impulsionado pelas *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*²¹¹(1707), as quais foram uma adaptação de legislações eclesiásticas portuguesas

²⁰⁷ Bruno Feitler, *Nas malhas da consciência*. Igreja e Inquisição no Brasil. São Paulo: Alameda/Phoebus, 2007, p. 21.; Adalgisa Arantes Campos, *Arte Sacra no Brasil Colonial*. Belo Horizonte: C/Arte, 2011, p. 32.;

²⁰⁸ Lana Lage, “As Constituições da Bahia e a Reforma Tridentina do Clero no Brasil”. In: B. Feitler & Evergton Sales Souza (Orgs.), *A Igreja no Brasil: Normas e Práticas durante a Vigência das Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*. São Paulo: Editora Unifesp, 2011, p. 148.

²⁰⁹ B. Fleiter, *Nas malhas da consciência...*, cit., p. 23.

²¹⁰ L. M. Souza, *O Diabo e a Terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986, p. 89.

²¹¹ O bispado da Bahia e da América Portuguesa, foi criado em 1551 tendo Salvador como sede até o fim do período colonial. Posteriormente, além da baiano, criam-se: Pernambuco (1676), Rio de Janeiro

às condições coloniais com o objetivo de reformular as práticas católicas manifestadas pela população sob os olhares do clero local²¹². Em uma época em que a religião católica regia a mentalidade das pessoas e ditava a moral em conformidade aos costumes da Igreja, as *Constituições Primeiras* foram de suma importância para pautar o comportamento das ordens religiosas, irmandades e dos fiéis, na medida do possível “regrando a vida cotidiana em sociedade e orientando sobre as condutas exigidas”, sendo acatada com rigor e eficácia variáveis em meio as práticas religiosas das capelas, freguesias, vilas e cidades da América portuguesa e da capitania de São Paulo.²¹³ As *Constituições Primeiras*, foram redigidas pelo arcebispo da Bahia, Monteiro da Vide, homem que pode ser visto, de acordo com Bruno Feitler, como um prelado tridentino que foi “além de seus antecessores na busca do cumprimento perfeito, ainda que nunca atingido, das diretivas do Concílio de Trento”²¹⁴. Ainda, segundo Feitler, Monteiro da Vide reunia em si traços de erudição e piedade católica; erudição que era posta a serviço das causas da Santa Igreja.²¹⁵ Os escritos da *Constituições Primeiras* buscavam enquadrar a vida religiosa da América às disposições tridentinas, o que não foi tarefa fácil na Europa, e muito menos na América. Para além das questões morais que as *Constituições Primeiras* pretendiam normatizar, existia em suas linhas o ordenamento do tempo religioso.

As *Constituições Primeiras* apresentavam as datas e horários das festas oficiais que deveriam ser celebradas aos santos e que não estavam no calendário litúrgico romano, bem como as formas de condução, locais, duração e organização social das procissões.²¹⁶ Tendo em vista que a “obrigação de honrar a Deus é tão natural aos homens (...) é muito justo, que tenhamos alguns dias todos dedicados ao Divino culto o qual determinou a Igreja, pondo-nos obrigação de guardar certos dias, e festas do ano”. Desta forma, “e para satisfazermos a este preceito é obrigação abster de todo trabalho

(1676), Maranhão (1677), Pará (1719), Mariana (1745) e São Paulo (1745). A. Campos, *Arte Sacra no Brasil...*, cit., p. 35.

²¹² L. Lage, “As Constituições da Bahia...”, cit., p. 149-151.

²¹³ Maria Cristina Caponero, *Festas paulistanas em perspectiva histórica de longa duração: produção e apropriação social do espaço urbano, permanências e rupturas (1711-1935)*. São Paulo: FAU/USP, 2014 (Tese de Doutorado), p. 144.

²¹⁴ B. Feitler, “Estudo Introdutório”. In: Sebastião Monteiro da Vide, *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*. São Paulo: Edusp, 2010, p. 13.

²¹⁵ Ibidem, p. 23. Bruno Feitler, destaca que esta mistura de erudição e piedade pode ser vista como contradição de um “homem barroco”, e que também é expressa “na maneira de harmonizar dois arquétipos do prelado tridentino: o ideal de pobreza, ou, em todo caso, de humildade, dos homens da Igreja, e a dignidade e grandeza que seu cargo implicava” (p. 24).

²¹⁶ M. C. Caponero, *Festas paulistanas...*, cit., p. 132-136.

(...) e guardar da meia noite, até a outra meia noite, e ocupando o dia em exercícios louváveis (...) e honra de Deus nosso Senhor; e em louvor dos Santos” se deveria guardar os dias específicos do ano. “E para que todo fiel cristão saiba os dias, que é obrigação guardar (...) nos pareceu declarar nesta Constituição, assim os que o direito manda guardar, como os que particularmente ordenamos se guarde neste nosso Arcebispado”²¹⁷. Monteiro da Vide, redator das *Constituições Primeiras*, acrescentou dias Santos fixos ao calendário religioso distribuídos por onze meses, com exceção do mês de abril, a saber:

Tabela 1, Datas das festas fixas presentes nas *Constituições Primeiras*

Janeiro	Dia 01 Circuncisão de Nosso Senhor Jesus Cristo	Dia 06 Epifania, que se diz dia de Reis	
Fevereiro	Dia 02 A purificação de Nossa Senhora	Dia 24 São Matias Apóstolo, e ano bissexto aos 25	
Março	Dia 19 São José, esposo da Virgem Nossa Senhora	Dia 25 A anunciação de Nossa Senhora	
Maiο	Dia 01 São Felipe & Santiago Apóstolos	Dia 03 A Invenção da Santa Cruz	
Junho	Dia 13 Santo Antônio, por ser natural do nosso Reino	Dia 24 O nascimento de São João Batista	Dia 29 São Pedro & São Paulo Apóstolos

²¹⁷ Sebastião Monteiro da Vide, *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*. Brasília: Edições do Senado Federal, v. 79, 2007, Título XII “Das obrigações de guardar os Domingos, e dias Santos, e quais sejam”, p. 147.

Julho	Dia 25 Santiago Apóstolo	Dia 26 Sant'Ana, mãe da Virgem Nossa Senhora		
Agosto	Dia 10 São Lourenço Mártir	Dia 15 A Assunção da Virgem Nossa Senhora	Dia 24 São Bartolomeu Apóstolo	
Setembro	Dia 08 O nascimento da Virgem Nossa Senhora	Dia 21 São Mateus Apóstolo	Dia 29 a Dedicção de São Miguel Arcanjo	
Outubro	Dia 28 São Simão & São Judas Apóstolos			
Novembro	Dia 01 Festa de todos os Santos	Dia 30 Santo André Apóstolo		
Dezembro	Dia 03 São Francisco Xavier (apenas para Salvador e subúrbios, por ser padroeiro da cidade) Dia 26 Santo Estevão Protomártir	Dia 08 a Conceição da Virgem Nossa Senhora, Padroeira do nosso Reino Dia 27 São João Apóstolo, e Evangelista	Dia 21 São Tomé Apóstolo Dia 28 os Santos Inocentes	Dia 25 o Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo Dia 31 São Silvestre Papa

(Fonte: Sebastião Monteiro da Vide, *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia. Título XII, "Das obrigações de guardar os Domingos, e Dias Santos, e quais sejam"*)

O controle religioso era caro à Coroa portuguesa, a ponto das *Constituições Primeiras* promoverem a imposição de um calendário oficial que estava entrelaçado ao calendário litúrgico, e que se sobrepunha ao calendário anual. Por ser o calendário um instrumento de representações temporais, de concepções e de passagens de tempo²¹⁸, podendo até mesmo o ser de estabelecimento de novas eras, o calendário das *Constituições Primeiras* expressou uma forma de tentativa de controle das ações futuras, antecipando-as para ser ter uma reorganização e um preenchimento do tempo social devotado, na colônia, à religião²¹⁹.

Stuart Schwartz descreve ações de senhores de engenhos da Bahia referentes à evangelização e observância de tradições religiosas, em relação a escravidão e demais residentes das fazendas do recôncavo. Schwartz apresenta ao leitor documentos de padres queixando-se da lassidão vista nestas localidades, muito por culpa dos próprios senhores de engenho, o que os fizeram denunciar ao Santo Ofício “que a maioria dos senhores de engenho baianos ignoravam os domingos e dias santos e ordenavam” que seus escravos trabalhassem, em detrimento da salvação de suas almas²²⁰. Mais adiante, o autor retrata a preocupação da coroa portuguesa, em fins do século XVII, quanto ao ritmo lento da evangelização dos cativos, o que levou em 1697 ao ordenamento de batismos em portos africanos e presença de um padre em cada navio negreiro para instrução da fé²²¹. Era uma tentativa de garantir e tornar mais eficiente a propagação do

²¹⁸ Alexandre Cherman e Fernando Vieira, *O Tempo que o Tempo Tem*. Por que o ano tem 12 meses e outras curiosidades sobre o calendário. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda., 2008; Ricardo Uribe, *Las dinámicas del tiempo*. Relojes, calendarios y actitudes en el Virreinato de la Nueva Granada. Medellín: La Carertera Editores E.U., 2016.

²¹⁹ As diretrizes das *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia* foram de importância tal que mantiveram-se até o final do Império Brasileiro, com algumas modificações. A última edição das *Constituições Primeiras* data de 1853. B. Feitler, “Estudo Introdutório”..., cit., p. 7; M. C. Caponero, *Festas paulistanas...*, cit., p. 144.

²²⁰ S. B. Schwartz, *Segredos internos...*, cit., p. 48.

²²¹ Ibidem, p. 316. No século XVII a queixa à respeito da lentidão em torno da evangelização dos cativos, bem como da negligência dos portugueses em terras americanas quanto a religião, era bem comum por parte dos agentes da fé católica. O Padre Antônio Vieira, inclusive, se manifestou em diversas ocasiões a respeito dessa situação diretamente ao rei de Portugal, em uma de suas cartas Padre Vieira relatou que “os portugueses vivem nessas partes em necessidade espiritual pouco menos que extrema, com grande falta de doutrina e de sacramentos, havendo muitos deles que não ouvem missa e pregação em todo ano por a não terem (...) o qual o desamparo é ainda maior nas mulheres, filhos e filhas, morrendo não poucas vezes uns e outros sem confissão”. (Padre Antônio Vieira, *Cartas do Brasil*, 1626-1697. Estado do Brasil e Estado do Maranhão e Grã Pará. São Paulo: Hedra, 2003, p. 432.). O historiador Bruno Feitler, ressalta que o interesse na vida espiritual dos cativos partia não apenas dos clérigos, mas do próprio monarca de Portugal. Durante o reinado de D. Pedro II (1683-1706), por duas vezes, pelo menos, o rei escreveu aos prelados da Bahia para que dessem maior atenção aos cativos. Preocupação esta que refletiu nas *Constituições Primeiras*, onde houve a inclusão de um catecismo adaptado para os negros cativos. Enquanto as *Constituições Primeiras* não estavam prontas, seu redator, o arcebispo Sebastião Monteiro da

evangelho antes de este ser responsabilidade dos senhores da América portuguesa. Estas medidas que visavam adiantar a conversão dos cativos, atestam as resoluções posteriores do século XVIII, representadas pelas *Constituições Primeiras* quanto à busca de revigorar a fé católica e suas práticas, caracterizadas por serem nas colônias multifacetadas em razão da multiplicidade de tradições pagãs, africanas, indígenas e judaicas que coexistiam com o catolicismo. Estas crenças faziam parte da vivência colonial, e “é nessa tensão entre o múltiplo e o uno, entre o transitório e o vivido que deve ser compreendida a religiosidade popular da colônia, e inscrito seu sincretismo”²²².

As formas de culto, os lugares para tal, a dispersão, o isolamento espacial de algumas áreas americanas, paralelamente ao número de sacerdotes que não era compatível com uma população crescente²²³, contribuíram para a práticas sincréticas com outras culturas, e consequente relaxamento quanto ao catolicismo. Mais túbio que o praticado em sua matriz europeia²²⁴, era, ainda assim, o eixo norteador que permeava a vida da maioria dos habitantes da terra, onde até em meio a práticas costumeiras, populares e altamente sincréticas, encontravam-se traços de elementos católicos, como foi demonstrado por Laura de Mello e Souza no tocante a sortilégios, orações, mandingas e outras “superstições”²²⁵. No decurso das análises feitas em seu livro, Melo e Souza mostra que em meio aos objetos para uso do feitiço, ou nas palavras e orações, ou nos ritos para concretude dos encantamentos, havia a presença do catolicismo, como por exemplo: adivinhar o futuro com um livro de horas de Nossa Senhora. Desde o século XVI, os principais aglomerados urbanos da América portuguesa possuíam igrejas matriz e capelas, que até mesmo em engenhos e fazendas funcionavam como uma espécie de centros irradiadores do *tempo religioso*, dado o caráter confessional do

Vide, mandou distribuir alguns livros de fácil método de catequização para que os escravos pudessem aprender de modo mais simples a doutrina cristã. B. Feitler, “Estudo Introdutório”..., cit., p. 15.

²²² L. M. Souza, *O Diabo e a Terra...*, cit., p. 98-99.

²²³ Breno Henrique Selmine Matrangolo, *Formas de bem morrer em São Paulo: transformação nos - costumes fúnebres e a construção do cemitério da Consolação (1801-1858)*. São Paulo: FFLCH/USP, 2013 (Dissertação de Mestrado), p. 27-28. Quanto ao crescimento populacional não ser acompanhado pelo aumento na quantidade de clérigos, a situação se agravava em consequência de ser o Estado português o nomeador dos oficiais da Igreja, ação que acontecia em menor velocidade que o aumento populacional.

²²⁴ Tanto Gilberto Freyre quanto Johan Huizinga destacam a forma dúplice que os fiéis católicos europeus viviam o catolicismo. Freyre refere-se as formas de vivência da religião em Portugal e suas posses americanas, enquanto Huizinga analisa França e Países Baixos em um período pré conquista da América; todavia, ambos destacam a presença marcante da religião vivida de formas pouco ortodoxas no cotidiano. Não é de estranhar que na América portuguesa sucedesse algo semelhante em razão das especificidades locais. G. Freyre, *Casa Grande e Senzala...*, cit.; J. Huizinga, *O Declínio da Idade Média...*, cit.

²²⁵ L. M. Souza, *O Diabo e a Terra...*, cit., p. 161.

Estado português. Na capitania de São Paulo, o século XVIII foi profícuo para a expansão dos templos católicos, sobretudo após a criação do Bispado de São Paulo em 1745. O número de paróquias do bispado paulista aumentou 50,80% em aproximadamente quatro décadas, passando de 63 em 1779 para 95 em 1822²²⁶, sem contar o aumento no número de igrejas, capelas e altares das irmandades e confrarias espalhadas pelo território da capitania. A ação da Igreja na América portuguesa pode ser compreendida, de maneira geral, por duas vertentes interpretativas: uma, a que entende que os clérigos eram meros funcionários da Coroa, tendo em mente a vigência do Padroado Régio; outra, a apontar que os oficiais da Igreja detinham certa autonomia diante dos funcionários da Coroa em terras do ultramar. Sobre esta vertente, paira como pano de fundo a concepção do exercício da religião de forma relapsa, e o interesse dos que compunham os quadros da Igreja portuguesa nas colônias na “real” difusão dos princípios católicos entre a população. Neste aspecto, o trabalho de Dalila Zanon é relevante para a compreensão das formas de vivência religiosa através da atuação dos bispos na capitania de São Paulo no século XVIII, e suas relações de poder no território paulista. Entre 1765 e 1808, a diocese de São Paulo teve dois bispos, D. Frei Manuel da Ressureição (1771-1789) e D. Matheus de Abreu Pereira (1795-1824); ambos trouxeram à capitania o peso da administração episcopal, no qual os capitães gerais pós restauração de 1765 foram confrontados com o poder destes oficiais da Igreja.

O poderio dos bispos era visto como superior ao de capitão general, pois os bispos eram articulados entre si e seus cargos eram essencialmente vitalícios, enquanto o de capitão general era controlado pelos monarcas e de grande circularidade. Os bispos nomeavam padres e cônegos, controlavam cargos da Igreja, cobravam e estipulavam taxas, reclamavam indulgências (ato que fora reafirmado pelo Concílio de Trento), e podiam encarcerar fiéis, dentre outras prerrogativas. Exerciam suas funções relegando, em muitos momentos, o Padroado. Embora necessitassem de aprovação régia, os bispos paulistas eram detentores de autoridade, muitas vezes maior que a dos capitães gerais — os bispos formavam um grupo mais coeso, com maiores chances de fazerem resistência ao poder régio, que por sua vez, os fortalecia frente às autoridades locais; daí

²²⁶ Comparada aos bispados do Rio de Janeiro e de Pernambuco, tal quantidade de paróquias era inferior; no entanto, como ressalta Maria Beatriz Nizza da Silva, os limites da capitania não coincidiam com as fronteiras do bispado, o que gerava discrepância no número de freguesias. M. B. Nizza da Silva (Org.), *História de São Paulo...*, cit, p. 251-252.

a quantidade de queixas à Coroa e conflitos de interesses entre Igreja e governantes coloniais serem bastante expressivos na capitania da época²²⁷.

De toda forma, nos interessa destacar as ações destes bispos na promoção da devoção entre os portugueses de São Paulo. Nestes dois governos episcopais houve o interesse em acompanhar de perto a vida religiosa dos fiéis, e para tanto foram incentivadas visitas ao maior número possível de freguesias, tanto pelos próprios bispos como pelos visitadores (cargo que aumentou em número, visando alcançar toda a capitania); investiu-se na melhor formação do clero, principalmente durante a administração de D. Frei Manuel da Ressurreição, conhecido pela historiografia como “Bispo Ilustrado”²²⁸. Também houve combate a “superstições” e a promoção de uma teologia moral; procura pela diminuição do tempo de vacância nos cargos sacerdotais; aplicação dos sacramentos a uma maior quantidade de pessoas, buscando aumentar o alcance da religião que era presente no dia a dia, mas não de maneira unívoca e uniforme; e esforços em centralizar as atividades religiosas nas paróquias a fim de aumentar o controle sobre estas²²⁹. Tais medidas retratam a preocupação que a Igreja católica, em concordância com a Monarquia portuguesa, tinha na manutenção e promoção da fé na capitania, o que indica novamente a existência de uma multiplicidade de tempos no cotidiano, neste caso tempos de ênfase religiosa. Práticas sincréticas conviviam e se reproduziam com a imposição da evangelização cristã católica, ambas convivendo lado a lado e interagindo com formas de catolicismo popular identificados nas irmandades e confrarias, assim como religiosidades mais caseiras, familiares, domésticas.

²²⁷ Dalila Zanon, *O Poder dos Bispos na Administração do Ultramar Português: O Bispado de São Paulo entre 1771 e 1824*. Campinas/SP: IFCH/Unicamp, 2014 (Tese de Doutorado).

²²⁸ D. Fr. Manuel da Ressurreição de fato mostrou-se em várias ocasiões um reformulador, no plano religioso, de ideias consideradas iluministas, e era próximo de Pombal, por quem fora nomeado. Como já destacado anteriormente, o governo pombalino tinha a intenção última de reformar alguns dos próprios fundamentos do Estado absolutista, amparando-se nas *luzes*, e fazia parte deste esquema a formação e aproveitamento de homens públicos que também se valessem da razão utilitária das *Luzes do Século* para, enfim, conceber e aplicar reformas consideradas necessárias ao Império. Pombal criticou os privilégios clericais, mas não abdicou da religião católica. Assim, a nomeação D. Frei Manuel da Ressurreição para o bispado de São Paulo preenchia os requisitos dos ideais pombalinos, e aumentava a centralização, em tese, do governo. D. Matheus de Abreu Pereira possuía estreita relações com D. Rodrigo de Sousa Coutinho, e também se valia de princípios ilustrados, inclusive a do Brasil como esteio da Monarquia. Com o aumento das tensões políticas no contexto imediatamente anterior à independência, D. Matheus de Abreu Pereira seria um dos personagens que se envolveu com a política a favor da separação do Brasil de Portugal, deixando algumas vezes a esfera espiritual para participar dos triunviratos que estiveram à frente da administração da capitania no século XIX; ainda assim, não deixou de dar interpretações religiosas para o que estava ocorrendo em seu tempo. D. Zanon, *O Poder dos Bispos...*, cit.

²²⁹ Ibidem.

As irmandades e confrarias eram grupos de homens e/ou mulheres leigos que se organizavam em torno da devoção a algum santo, de obras assistenciais e de ordens terceiras. As ordens faziam parte das irmandades, e eram associações laicas de pessoas comuns, solteiras ou casadas, por sua vez subordinadas às ordens regulares franciscana ou carmelita, sem terem a necessidade de confessarem os votos solenes de castidade, pobreza e clausura²³⁰. Eram associações de origem europeia que promoviam cultos, construía e mantinham locais de devoção, organizavam festas, participavam de funerais e procissões, e assumiriam ao longo do tempo um papel complementar ao da Igreja, convertendo-se em uma das principais expressões do catolicismo popular nos domínios ultramarinos portugueses²³¹²³². A participação nestes grupos conferia lugar de destaque a habitantes de espaços urbanos de vários centros coloniais, inclusive São Paulo, e era tida como garantidora de benesses neste mundo e no além, já que as irmandades tinham compromissos e estatutos voltados para o auxílio não só dos vivos, como das almas de seus integrantes²³³. Esta era uma forma de depender menos da comunidade cristã formal — que tinha entre suas obrigações rezar pelas almas do Purgatório, uma espécie “terceiro lugar” intermediário entre o céu e o inferno onde as almas permaneceriam a sofrer penas de acordo com seus pecados, e poderiam ter suas estadas neste lugar abreviadas pelos sufrágios, isto é, as ajudas espirituais dos vivos²³⁴ — e uma garantia de auxílio para a expiação após a morte. A participação em irmandades e confrarias era uma prevenção aos futuros sofrimentos quase certos da

²³⁰ A. Campos, *Arte Sacra no...*, cit., p. 96; M. C. Caponero, *Festas paulistanas...*, cit., p. 107-108.

²³¹ Para um contexto assistencialista inspirado em modelo lisboeta de assistência aos necessitados e enfermos, ver: Laima Mesgravis, *A Santa Casa de Misericórdia de São Paulo (1559-1884)*. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1976. Em 1543 é fundada a Santa Casa de Santos aos moldes da Casa-Mãe em Lisboa, primeiro centro da Irmandade da Misericórdia na América Portuguesa. Viviam de doações e subvenções estatais. Administravam hospitais, orfanatos, rodas dos enjeitados, boticas, cemitérios (na cidade de São Paulo, o cemitério dos Aflitos de 1774 era administrado pela Irmandade da Santa Casa — veremos mais a respeito deste tema ainda neste capítulo), visitavam presos, promoviam missas e distribuíam esmolas, sempre tendo em vista o ideal salvacionista das almas de seus participantes. As primeiras irmandades da Misericórdia em solo americano português acompanharam de perto o surgimento das vilas e arraiais no século XVI-XVII, e participavam da irmandade os segmentos mais abastados da sociedade. A reforma compromissal de 1618 estabelecia que os participantes deveriam ser homens, maiores de 25 anos, sangue limpo e sem traços de mecanicismo. Em São Paulo, os homens de negócios mais pujantes participavam da irmandade, como já dito no capítulo um. Em 1804, o então capitão general de São Paulo, se empenhou na fundação de mais duas misericórdias na capitania, Itú e Sorocaba. Ver, também: Renato Júnio Franco, “O modelo de assistência e a dinâmica das Santas Casas de Misericórdia na América Portuguesa”, *Estudos Históricos (Rio de Janeiro)*, v. 27, n. 53, Rio de Janeiro, jan./jun., 2014, p. s.n. (formato eletrônico). Acesso: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-21862014000100005

²³² B. S. Matrangolo, *Formas de bem morrer...*, cit., p. 31.

²³³ Ibidem, p. 91.

²³⁴ Jacques Le Goff, *O Nascimento do Purgatório*. Lisboa: Editorial Estampa, 1995, p. 15-17.

maioria das almas; era uma ação no tempo presente, no tempo dos vivos, que garantia o futuro, no tempo dos mortos, tempo este que possuía um papel importante naquela sociedade.

Os membros das ordens comumente doavam dinheiro e bens para o amparo de seus integrantes mais humildes e, quando do momento da morte, eram amparados por orações e missas por suas almas, além de poderem ser enterrados nos locais pertencentes a estas irmandades, solos que eram considerados especiais ou até mesmo sagrados. Fazer parte destes grupos religiosos era, assim, também forma de distinção social. Havia associações para brancos, pardos, negros e indígenas, bem como para ricos e pobres. Na capitania de São Paulo surgiram irmandades de negros no século XVIII, levando em conta o aumento significativo do número de braços cativos africanos naquele século, e ocorreu o aumento daquelas de maior prestígio devido à camada de comerciantes possuidores de bons cabedais e que buscavam *status* social na hierarquia colonial²³⁵.

Nas casas maiores e mais afastadas dos centros urbanos, bem como nas habitações rurais, as capelas, e em boa medida, os altares e oratórios do espaço doméstico²³⁶ cumpriam o papel da Igreja. De acordo com o que destacamos anteriormente, muitas das casas maiores rurais da capitania de São Paulo possuíam capelas, e as que se localizavam nos espaços urbanos faziam as vezes de local religioso, sobretudo no século XVIII, por intermédio dos altares, oratórios e imagens de santos devotos e protetores. Ricardo Cicerchia, investigando a cotidianidade no Rio da Prata do século XVIII, depara-se com estas mesmas práticas nas casas de elite, onde, segundo o autor, o ritual religioso era mais vigente, sendo rara a casa de família abastada que não rezasse o rosário à noite, o que ressalta a presença da igreja mesmo quando esta não estava fisicamente presente²³⁷.

Em um cotidiano onde a religiosidade tinha bastante destaque, a igreja poderia preencher os espaços que pudessem ser apreendidos pelo mal. Na “Benção do Ar”, onde

²³⁵ M. C. Caponero, *Festas paulistanas...*, cit., p. 107-109.

²³⁶ Para esta questão: L. Mott, “Cotidiano e vivência religiosa...”, cit.; e também G. Freyre, *Casa Grande...*, cit., ambos reproduzem plantas das casas americanas portuguesas onde é possível verificar em suas plantas o compartimento da capela. Em São Vicente (cidade localizada no litoral de São Paulo), no Engenho dos Erasmos, erguido no século XVI no início da colonização portuguesa e desativado no século XVIII, também identifica-se entre as ruínas a capela que havia ali, desvelando, novamente, o caráter religioso da época.

²³⁷ R. Cicerchia, *Historia de la vida...*, cit., p., 213.

se lê que, em nome da Santíssima Trindade, aquele que rezasse tais palavras, arrenegava para o mar sagrado qualquer “ar vivo, ar morto, ar de estupor, ar de perleza, ar arrenegado, ar excomungado” que viesse a penetrar no corpo tanto de humano quanto de animal “para que viva são e aliviado”²³⁸. Levando-se em conta a crença de que o poder da oração era tido como ilimitado em seu alcance, chegando até o outro mundo, por garantia, e até mesmo segurança, abençoava-se ou esconjurava-se o ar, que é o elemento que envolve todo e qualquer ser vivo, para que todo aquele que respirasse este ar estivesse livre de qualquer mal, já que este foi abençoado e purificado por meio da oração. A religião aqui apropria-se de elementos invisíveis da natureza, para que houvesse garantia de sua abrangência em todos os meios materiais e imateriais. Esta atitude de abençoar os meios invisíveis, além disso, era uma forma de proteger e desfazer magias lançadas em meio aéreo²³⁹, o que era considerado muito comum entre as práticas sincréticas efetuadas à época.

As práticas litúrgicas católicas eram mantidas mesmo em momentos adversos. Importava mantê-las, dado que estas eram marcas identitárias da religião católica, “uma instância geradora de preceitos, regras, deveres exteriores”²⁴⁰. Quando de uma expedição ao Tibagi, em 1769, o então capitão general, Morgado de Mateus, nomeou um reverendo para acompanhá-la. Deste modo, o vigário capitular do Bispado de São Paulo concedeu licença ao reverendo da vila de Paranaguá e no caso de sua ausência (o que já demonstra garantia e força da liturgia), ao de Cananéia, para que atendendo às necessidades espirituais pudessem:

“durante ela [expedição], e ou por algum incidente não ordenar o contrário que (...) levantar altar portátil em parte apta, e conveniente para poder dizer uma missa a cada Domingo ou dia Santo (...) e fora destes dias nomeados não poderá dizer, se não sendo necessária para se sacramentar por viático algum enfermo; e além do referido acima, lhe concedo as faculdades seguintes: poderá confessar, absolver dos reservados sinodais, ensinar a doutrina cristã, desobrigar o povo em

²³⁸ “Benção do ar”. D.I.H.S.P.. São Paulo: Typographia Cardozo Filho, 1913, v. 3, p. 58.

²³⁹ Para as formas e meio de encantamento praticados por indígenas, negros e brancos, ver: L. M. Souza, *O Diabo e a Terra...*, cit.

²⁴⁰ João Paulo Berto, *Liturgias da Boa Morte e do Bem Morrer: Práticas e Representações Fúnebres na Campinas Oitocentista (1760-1880)*. Campinas/SP: IFCH/Unicamp, 2014 (Dissertação de Mestrado), p. 18.

tempo de quaresma, benzer tudo o que for lícito (...) e finalmente ler os exorcismos.”²⁴¹

A presença de clérigos acompanhando expedições não era exclusividade desta em particular. A preocupação da Igreja com a execução de seus ritos era também uma afirmação da Monarquia católica portuguesa. O súdito era impreterivelmente praticante da religião da Coroa (oficialmente, mas nem sempre na prática de fato), e professar a fé em seu cotidiano era uma das faces da identidade do Império, donde o cuidado dos oficiais da Coroa em sempre agregar a Igreja em suas iniciativas. Em 1773, encontramos novamente na correspondência do Morgado de Mateus a nomeação de um padre, que atuava no hospício de Jundiaí, “em que achei concorrerem circunstâncias muito particulares para exercer o Ministério de Coadjutor do novo Descoberto do Rio Pardo”, e acrescentava: “de cujo serviço resultará ao Estado, e ao bem Espiritual das Almas uma grande utilidade, como se espera”²⁴². Tais pedidos demonstram certo desejo de manutenção do corriqueiro inserido nas práticas espirituais. A normalidade era mantida rezando-se a missa aos Domingos e dias Santos, ministrando-se os sacramentos, e se por ventura alguém viesse a falecer, lá estaria o padre para confessá-lo à hora de sua morte. Sem estas coisas, talvez nem se soubesse que dia da semana ou momento da vida estava-se vivendo durante estas expedições. A religião aqui, além de ditar um calendário, pautava inclusive a hora da morte, seja para assegurar o *post-mortem* — a salvação da alma, e sua vida na eternidade, o que significava dar continuidade à trajetória cristã no paraíso ou purgatório —, ou para trazer conforto pelo hábito regulador do cotidiano. A forma provisória do altar, demonstrado em seu caráter portátil, dá-nos uma prova disto: homens longe de seus locais de origem, moradia ou conforto, procurando recriar e garantir o “encanto morno do dia a dia”²⁴³. A prática dos sacramentos “revive” um passado, “refaz” algo que foi feito por Jesus quando esteve na terra. Daí a presença de uma circularidade temporal no cristianismo, e que é expressa nas práticas litúrgicas, sagradas, nas expedições e em meio ao fluir do tempo linear da vida do habitante de São Paulo. O cristianismo é uma prática da imitação que reproduz os gestos do Cristo, como ressalta Mircea Eliade, “a mensagem do Salvador é, antes de

²⁴¹ “Cópia da Licença de que acusa a carta supra”. D.I.H.S.P.. São Paulo: Typographia da Casa “Ao Mercurio”, 1894, v. 6, p. 3.

²⁴² “Para o provincial de São Bento”. D.I.H.S.P.. São Paulo: Typographia do Globo, 1939, v. 64, p. 169.

²⁴³ L. M. Souza, “Formas provisórias....”, cit., 81.

mais nada, um exemplo que exige imitação”, assim como os sacramentos, tal qual o casamento, que também conta com um modelo divino²⁴⁴.

Esta intimidade com o mundo espiritual também é comprovada pelo aparecimento dos chamados *paulistinhas*: santos de pequeno porte, feitos geralmente de barro queimado, facilmente transportados e confeccionados os quais na falta de um padre conferiam alívio na hora da necessidade²⁴⁵. A sombra da religião invadia muitos espaços, as expedições, os lares, o corpo, os cárceres — os presos comungavam atrás das grades. Há um pedido de 1809 da câmara de São Paulo para mandar fazer “uma toalhinha para a capelinha da cadeia para servir de dar comunhão aos presos”²⁴⁶.

O não cumprimento dos deveres religiosos gerava uma série de impedimentos. Os infratores poderiam ser punidos com penas de proibição de circulação pelo território, prisões, e em último caso, com a pena mais grave, a excomunhão, que retirava o fiel da comunidade, impossibilitando-o de comungar; era uma pena aplicada à alma e não ao corpo. A excomunhão trazia consigo um estigma, colocando o excomungado à margem da vida religiosa e, conseqüentemente, de uma das formas de vivência temporal coletiva mais importantes para a comunidade. O soldado da companhia de pé da Vila de Jacareí, João Pimenta de Carvalho, nos exemplifica este fato. Em 1768, chegou preso a São Paulo, por ter cometido faltas graves; a primeira da lista foi “ter faltado ao preceito da quaresma próxima passada”, ou seja falta recente e por isto foi excomungado; depois “por amancebado com uma mulher á muitos anos, e a tinha usurpado do seu marido”; “por [ser] criminoso na morte feita dia 9 de Outubro (...) e por dizer que já antes desta, tinha feito outra morte”²⁴⁷.

A prisão de João Pimenta foi ordenada por vários motivos, destacando-se em primeiro lugar os religiosos. João Pimenta foi preso porque descumpriu com os preceitos quaresmais, o que para a época era qualificado como rebeldia punida com excomunhão²⁴⁸. Ademais da não observação da Quaresma, foi agregado aos crimes de João Pimenta a ausência de moral, por a oito anos estar amancebado com uma mulher

²⁴⁴ Mircea Eliade, *O Mito do Eterno Retorno*. Cosmo e História. São Paulo: Mercuryo, 1992, 27-28.

²⁴⁵ G. P. Kok, *O sertão itinerante...*, cit., p. 111. Exemplos deste tipo de santo podem ser atualmente observados no Museu do Pátio do Colégio, em São Paulo, no Museu de Arte Sacra de São Paulo, e no Museu de Arte Sacra de Santos.

²⁴⁶ “Termo de vereança de 21 de agosto de 1809”. A.C.M.S.P., v. 21, p. 44.

²⁴⁷ “Termo da Junta que se fez sobre o que se devia obrar a respeito de ter vindo preso um soldado Auxiliar por culpas graves”. D.I.H.S.P.. São Paulo: Escola Typographica Salesiana, 1904, v. 15, p. 65-67.

²⁴⁸ D. Zanon, *O Poder dos Bispos...*, cit., p. 125.

casada; este crime é também transgressor da lei da Igreja, pois o matrimônio é um dos sacramentos. Por último, cometeu atentado contra a vida humana, era um homicida confesso. Os três crimes de João Pimenta perpassam pelo julgamento das leis da Igreja e dos homens, e é interessante notar o cruzamento destes com a vida cotidiana. Através das faltas de João Pimenta, observamos que a religião andava junto ao Estado. Ser considerado crime faltar à Quaresma, e este ser arrolado agravante dentre os crimes do faltante, mostra o quanto os atos e fórmulas da religião estavam introjetados na sociedade. Em suma, este episódio exprime algo importante: as leis da igreja podiam ser também as leis do Estado.

Outro caso que exemplifica esta questão está na ordem dada ao Sargento Mor de Cananéia pelo capitão general Franca e Horta (1802-1808):

“não se dê passaporte a homem algum que saia (...) para viagem dilatada, sem primeiro lhe constar ter cumprido com o preceito da Quaresma e se caso alguma pessoa não respeitar este decreto mande prender na cadeia (...) de onde não será solto, sem que eu depois de ciente do insulto, determine a (...) sua soltura²⁴⁹”.

Franca e Horta caracteriza a falta quaresmal como insulto, não só a Deus, mas a ele próprio. A ordem para a prisão dos que não cumprissem o preceito da Quaresma partiu do poder civil, e não do religioso. Era importante para o capitão general que os habitantes de São Paulo cumprissem os preceitos religiosos e que estes fossem externalizados. Não era permitida a saída da Capitania deixando para trás desacertos, e, portanto, Franca e Horta expede carta direto para as portas de saída da capitania, no caso a região portuária de Cananéia. Os habitantes eram parcialmente controlados pelo Estado e pela religião, e a ministração desta era uma forma de normatização moral e caracterização da sociedade no reino e nos domínios da América portuguesa.

As duas passagens acima trazem luz ao calendário religioso e à importância de sua observância ao longo da vida. Mircea Eliade identifica no Cristianismo uma valorização de um “tempo histórico”, no qual o tempo se iniciaria com a encarnação de Deus na pessoa de Jesus Cristo. Ao assumir Deus a forma humana, os fatos da vida de Cristo passam a ser historicamente condicionados e desenrolam-se na História, ocorrem

²⁴⁹ “Para o Sargento Mor de Cananéia”. D.I.H.S.P.. São Paulo: Edição do Instituto Histórico e Geográfico, 1937, v. 56, p. 68.

em um espaço/tempo determinados, e assim tornam a História susceptível de ser santificada. Deste fato advém a importância do calendário cristão litúrgico: ao participar do tempo designado por esse calendário, o cristão retoma no presente a vida e sofrimentos de Cristo, “*ilud tempus* onde Jesus vivera, agonizara e ressuscitara — mas já não se trata de um Tempo místico, mas do Tempo em que Pôncio Pilatos governara a Judéia”; desta forma, o cristão pode vir a vislumbrar a História como uma nova dimensão da presença de Deus no mundo, porém com um motivo trans-histórico: a salvação humana²⁵⁰. O tempo cristão é, em parte, um tempo linear, onde há um início delimitado a partir da existência humana de Deus na terra; mas também compreende uma circularidade, a do calendário religioso, e que espera a consumação dos tempos no Juízo Final, onde se encontram as pontas do tempo histórico chegando ao seu télos para dar lugar à preponderância da eternidade. O tempo cristão se inicia na criação do mundo, onde o caos dá lugar ao Cosmo por meio da palavra proferida por Deus, e por este motivo deve-se ter um final, o Juízo. Nas palavras de Eliade, a “cosmogonia justifica o messianismo e o Apocalipse”.²⁵¹

Na capitania, predominava um calendário litúrgico que não correspondia plenamente ao calendário civil, apesar de ser dividido em doze meses, e apenas algumas datas de ambos se mesclarem. O ano litúrgico se inicia antes do Natal, no primeiro domingo do Advento, portanto não é data fixa, e termina no sábado da última semana de Pentecostes, onde se comemora a festa do *Divino Espírito Santo*. Este ano é dividido em quatro faixas de tempo compostas por semanas: Tempo do Advento, do Natal, da Quaresma, Pascal e Comum (entre 33 ou 34 semanas). Cada um desses tempos é composto por dias santos, os dias litúrgicos, que se iniciam no domingo e formam o calendário litúrgico.²⁵² Nota-se que estes tempos e divisões não são precisos. Isso corresponde à própria história do calendário religioso e civil ocidental, onde solstícios e equinócios marcavam momentos importantes do ano para muitas sociedades antigas, e que acabaram sendo incorporados pelos romanos pós-cristianização. Igualmente foi colocado aos padres da Igreja Romana na Idade Média o problema da equiparação do

²⁵⁰ M. Eliade, *O Sagrado e o Profano: a Essência das Religiões*. Lisboa: Livros do Brasil, s.d., p. 93-94.

²⁵¹ Idem, *Mito do Eterno Retorno...*, cit., p. 63.

²⁵² M. C. Caponero, *Festas paulistanas...*, cit., p. 130-132. A autora destaca a diferenciação que a Igreja faz entre festas litúrgicas e celebrações litúrgicas. As festas são as que celebram os milagres de Cristo dentro dos tempos litúrgicos, as celebrações são os domingos do ano litúrgico da Igreja e que passam também por ciclos parecidos aos Tempos litúrgicos, com a diferença que nas celebrações de domingo há um tempo a mais, do Tríduo Pascal.

calendário cristão, baseado no sol, com os eventos bílicos, que eram inseridos no calendário judeu, por sua vez lunissolar; além do mais, a narrativa dos eventos bílicos não está originalmente submetida às marcações de tempo criadas pelas cronologias cristãs surgidas a partir do século III d.C., e organizadas com base no calendário juliano²⁵³. O calendário elaborado pela igreja levava em conta também o calendário agrícola sazonal do hemisfério norte europeu, tendo em vista a época do inverno onde o trabalho campesino era diminuto. Quando o papa Gregório XIII fez a reforma do calendário romano em 1582, ficaram de fora datas relativas a santos por conta dos ajustes em relação à astronomia. Assim, dentre as tradições das comemorações dos períodos importantes da história de Cristo, que correspondem ao calendário litúrgico, se acrescentaram ao calendário civil os dias dos santos, que variam de acordo com a localidade e a época de adoção²⁵⁴. Em contrapartida, a forma do calendário litúrgico tem correspondência com o pensamento medieval qualitativo, no qual os valores simbólicos superavam a precisão. Os números, por exemplo, não significavam exatamente uma quantidade invariável, mas estavam ligados à simbologia por trás destes. O número três, era o número da Trindade; o quatro, dos elementos presentes no mundo (fogo, ar, água, terra); o sete conectava-se à perfeição divina e sua criação do mundo em sete dias²⁵⁵. Portanto, este pensamento, nutria-se da ideia da essência e natureza dos seres ou das coisas, por isso os números, como exemplificados acima, possuíam uma qualidade, e alguns eram representativos de algo do mundo real ou espiritual.

Durante o período colonial paulista, muitas festas foram transplantadas do reino, e deveriam ser celebradas com procissões (quando faziam parte do calendário litúrgico), e as demais poderiam ser celebradas nos interiores das igrejas, e/ou com leituras que diziam respeito ao tema da festa durante a missa, porém se faz pertinente ressaltar que o uso do calendário europeu nas partes relativas ao hemisfério sul ocidental gerou um conflito de temporalidades entre o calendário agrícola europeu e o religioso, pois há inversão de épocas, solstícios e equinócios se alteram, e a sazonalidade se impunha de acordo com a localidade e clima. De todo modo, as principais festas do calendário religioso transferido para a colônia eram:

²⁵³ Hernâni Donato, *História do Calendário*. São Paulo: Melhoramentos, 1976; Sacha Stern, *Calendars in Antiquity*. Empires, States, and Societies. Oxford: Oxford University Press, 2012.

²⁵⁴ Anthony Aveni, *The Book of the Year*. A brief History of our seasonal holidays. New York: Oxford University Press, 2004; A. Cherman & F. Vieira, *O Tempo que o Tempo Tem...*, cit., s.n.

²⁵⁵ A. W. Crosby, *A mensuração da realidade...*, cit., p. 44.

Tabela 2, Principais festas celebradas na Capitania de São Paulo (século XVIII)

MÊS	DIA	FESTA
Janeiro	05	Festa de reis
	10	Festa de São Gonçalo
	20	Festa de São Sebastião (Festa Real)
Final de Janeiro ou início de Fevereiro		Procissão da Publicação da Bula da Santa Cruzada
Fevereiro	07	Festa das Chagas do Senhor
	24	Procissão do Santíssimo Sacramento
		Festa da Purificação
		Festa da Nossa Senhora da Encarnação
Fevereiro/Março	(47 dias antes da Páscoa) Início no domingo	Entrudo ou Carnaval
Março		Procissão das Cinzas
	Sexta-feira antes do Domingo de Ramos	Procissão de Ramos (Iniciá-se a Semana Santa)
		Festa do Patrocínio de Nossa Senhora
Março/Abril	Festas móveis que poderiam ocorrer entre 22 de março e 25 de abril	Páscoa
	2ª. sexta feira da quaresma (festa móvel)	Procissão dos Santos passos do Senhor
	Segunda-feira da Pascoela (festa móvel)	Festa da Nossa Senhora dos Prazeres
	Sexta-feira antecedente ao domingo de Páscoa (festa móvel)	Sexta-Feira da Paixão Procissão do Enterro do Senhor Morto
	Sábado de Aleluia (festa	Procissão do Cristo

	móvel)	Ressuscitado Malhação do Judas
Abril	-	Procissão do Triunfo da Padroeira
	-	Festa de Nossa Senhora da Anunciação
	-	Festa de Nossa Senhora dos Prazeres
Maio	13	Festa de São Benedito
	24	São Francisco de Bórgia (festa real)
	Festa móvel a contar 50 dias após do domingo de Páscoa	Pentecoste Festa do Divino Espírito Santo Festa de Nossa Senhora do Rosário
Maio/junho	Festa móvel, 1. ^a quinta-feira após do domingo da Santíssima Trindade	Festa e Procissão do <i>Corpus Christi</i> (festa real)
Julho	26	Festa de Nossa Senhora do Monte do Carmo
	3.º domingo	Festa do Anjo Custódio (festa real)
Agosto	24	Festa de Nossa Senhora da Boa Morte Festa da Nossa Senhora das Neves
Setembro	08	Festa de Nossa Senhora da Penha
	22	Festa de Santa Ifigênia
Outubro	1.º domingo	Festa de Nossa Senhora do Rosário
	15	Festa de Santa Teresa de Jesus
		Festa das Onze mil Virgens

	21	
	28	Festa de São Francisco de Assis
Novembro	30	Festa da Apresentação de Maria
Dezembro	01	Festa da Aclamação
	31	Festa de Ano Novo Festa da Imaculada Conceição Festa de Nossa Senhora do Ó

(Fonte: Maria Cristina Caponero, “Festas paulistanas em perspectiva histórica de longa duração: produção e apropriação social do espaço urbano, permanências e rupturas [1711-1935]”. Quadro 3, “Calendário das festas no Período Colonial”, p. 134-135)

Dentre todas essas datas — lembrando que as *Constituições Primeiras* acrescentaram mais datas a serem comemoradas com as horas específicas — as festividades e Tempo da Quaresma tinham grande valor à população da época, o qual nota-se pelas passagens referidas acima. Os períodos que antecedia a Páscoa eram significativos em meio à cristandade do ocidente, não sendo exclusividade das terras brasileiras. Sua importância residia na representação dos “episódios da vida de Cristo, do nascimento até a ressurreição (...) quando o ciclo da vida, quebrado pela morte, reconecta-se novamente”²⁵⁶. O intervalo da Quaresma se inicia com a quarta-feira de cinzas e dura quarenta dias, representando o período de tempo onde Cristo teria pronunciado sua morte. Portanto, as cinzas eram um lembrete da imortalidade. Após cinco semanas, têm-se o Domingo de Ramos e começo da Semana Santa, que nas colônias portuguesas da América era uma das festas mais importantes: período ferial,

²⁵⁶ A. Aveni, *The Book of the Year...*, cit., p. 71. Aveni mostra que a ideia da Páscoa, de morte e renovação, encontrava-se em meio a muitos povos antigos de várias partes do mundo. Acredita que a tradição do Ocidente é herança dos romanos; sobretudo o início do ciclo (Natal) é baseado no solstício que estes marcavam, mas também de outros povos como egípcios e babilônicos, pois encontram-se entre eles datas parecidas com o mesmo significado atrelado a deuses. Para o autor, é muito difícil rastrear e indicar com segurança as verdadeiras origens da Páscoa cristã e seus símbolos; como, por exemplo, o coelho, animal que era visto nas sombras da lua pelos índios da América pré-conquista na mesma época conferida a Páscoa cristã, e que está presente na tradições de outros grupos sociais como símbolo de fertilidade, morte e renascimento, e renovação, devidamente articulado a fenômenos naturais.

como demonstra o registro do dia nove de Abril de 1770 das *Atas da Câmara* de São Paulo: “e mandaram e determinaram que não houvesse vereança sábado de aleluia por ser dia ferial, e que só houvesse sábado seguinte depois de aleluia”²⁵⁷. Depois, segue-se a Sexta-feira da paixão (marca do dia da crucificação), Sábado do repouso na tumba, e finalmente o Domingo de Páscoa, ou da ressurreição²⁵⁸. Esses dias da Semana Santa eram marcados por procissões e festas, como registrado na “tabela 2” desta dissertação, onde extenalizavam-se os atos de culto através do ritual festivo, e dos aspectos visuais da fé católica.

Durante a vigência da Quaresma, havias obrigações que o fiel deveria cumprir, entre elas o jejum. Era o momento para mortificação da carne, “abster-se de comida era uma forma de abster a alma de pecados e, desse modo, alcançar o próprio ‘fim do jejum’”²⁵⁹. Na América portuguesa, todo cristão com mais de 21 anos deveria jejuar, não comendo carne e gordura animal. Os dias magros, como eram conhecidos estes períodos de abstinência, se davam em outros dias do calendário litúrgico, que era constituído de 98 feriados²⁶⁰.

O intento do jejum quaresmal é o de mortificação da carne, seguindo os passos do Cristo que foi entregue como à crucificação – à exemplo do cordeiro sacrificado pelos judeus, agora reelaborado pelos cristãos. Diante disso, se faz necessário um período preparatório para tal acontecimento: o Carnaval, também uma reelaboração cristã, mas a partir de uma prática romana²⁶¹. Momento dos excessos, do último deleite antes das restrições do período sacrificial para alcançar a Semana Santa com a consciência de que há um tempo reservado para cada coisa, e de que não se deve desperdiçar os momentos especiais, sobretudo do deleite²⁶², auxílio necessário às abstinências posteriores impostas. Na capitania de São Paulo, não se tem clareza se o momento que antecedia à quaresma era mesmo o Carnaval ou o Entrudo. Maria Cristina

²⁵⁷ “Termo de vereança feio aos 9 de abril de 1770”, A.C.M.S.P., v.15, p. 557.

²⁵⁸ A. Aveni, *The Book of the Year...*, cit., p. 70-72. O Concílio de Nicéia em 325 registrou a regra da Páscoa (mas sem resolvê-la definitivamente): “sempre no primeiro domingo depois da primeira Lua cheia após o equinócio vernal”, obrigando os bispos a prestarem atenção à primavera do hemisfério norte. Assim, percebe-se o simbolismo do renascimento por trás da regra. A. Cherman & F. Vieira, *O Tempo que o Tempo Tem...*, cit., s.n.

²⁵⁹ L. M. Algranti, “‘Dias Gordos’ e ‘Dias Magros’: Calendário Religioso e Práticas Alimentares Católicas em São Paulo e no Rio de Janeiro (Séculos XVIII e XIX)”. In: B. Feitler & E. S. Souza (Orgs.), *A Igreja no Brasil...*, cit., p. 272.

²⁶⁰ L. Mott, “Cotidiano e vivência religiosa...”, cit., p. 159.

²⁶¹ Leofranc Holford-Strevens, *The History of Time. A Very short introduction*. Oxford: Oxford University Press, 2005.

²⁶² A. Aveni, *The Book of the Year...*, cit., p. 74.

Caponero fez um levantamento em perspectiva histórica de longa duração através da investigação das festas do período colonial, imperial e republicano da cidade de São Paulo. A maior parte das festas da urbe paulistana no período colonial eram reproduzidas nas demais áreas urbanas da capitania, assim como da América portuguesa, em concordância com o calendário religioso. Referente ao Carnaval, Caponero transcreve uma passagem do *Correio Paulistano* de 1860 onde os editores elogiam a substituição do carnaval em lugar do “desgraçado e estúpido entrudo”.²⁶³ apesar desta notícia informar que o carnaval era novidade na cidade, Caponero não conclui se o Carnaval era mesmo novidade ou coexistia com o Entrudo, ou se o Entrudo foi absorvido e transformado no Carnaval, ou ainda se o Entrudo era realmente a festa que ocorria antes da quaresma em São Paulo.

Em nossas pesquisas nas *Atas da Câmara Municipal de São Paulo*, encontramos menções aos dois tipos de festas: Entrudo e Carnaval. A primeira menção ao Carnaval encontra-se na *Ata* de três de março de 1619, onde se lê: “a dar carne ao povo neste presente ano que começara véspera de Páscoa e acabara sábado derradeiro de carnaval”²⁶⁴. No século XVIII não há menção alguma à esta festa nas *Atas*, sendo novamente encontrada referência no século XIX, em sessão ordinária de 11 de junho de 1856, quando foi determinado que “nas festividades nacionais ou religiosas e durante os três dias de Carnaval, é proibido a saída de máscaras, obtendo previamente os diretores a necessária licença”²⁶⁵. A primeira referência ao Entrudo nas *Atas* encontra-se em 1627, onde o Senado decide que se deve manter o preço da carne “de nove arrobas até o entrudo que vem de seiscentos e vinte oito anos [1628]”²⁶⁶. A derradeira menção ao Entrudo, ocorreu na sessão ordinária de vinte de fevereiro de 1874, quando foi lembrado durante o expediente da Câmara “a necessidade de ativar os fiscais para a boa execução do art. 18 das posturas municipais nos três dias do entrudo”²⁶⁷. Não nos cabe aqui entrar nos pormenores desta questão; contudo, não se pode ignorar que, dentro dos tempos litúrgicos, onde o cerne era trazer à memória os momentos da vida de Jesus e, no plano

²⁶³ M. C. Caponero, *Festas paulistanas...*, cit., 274.

²⁶⁴ Sem título, A.C.M.S.P.. São Paulo: Duprat & Cia., 1915, v. 2, p.410.

²⁶⁵ “Sessão ordinária de 11 de Junho de 1856”, A.C.M.S.P.. São Paulo: Departamento de Cultura, 1940, v. 42, p. 60.

²⁶⁶ “Termo de como se obrigou Manoel João Branco a dar carne a este povo este ano de 1627 até o dia de entrudo que vem”. A.C.M.S.P.. São Paulo: Duprat & Cia., 1915, v. 3, p. 266.

²⁶⁷ “Sessão ordinária de 20 de Fevereiro de 1874”. A.C.M.S.P.. São Paulo: Departamento de Cultura, 1940, v. 61, p. 33.

simbólico, revivê-los, há espaço para a libertação dos desejos carnavais e deleites. Em Portugal, havia estas comemorações na forma de Entrudo ou Carnaval, antecedentes à Quaresma, o que nos leva a crer que as “brincadeiras” (forma como alguns historiadores do início do século XX registraram esse momento para a capitania) que haviam antes do jejum quaresmal na capitania de São Paulo fossem, provavelmente, inspiradas nas da matriz europeia, e controladas pela Igreja.

O Tempo da Quaresma se repete todo ano; do mesmo modo o Carnaval, ou para a Capitania de São Paulo, as brincadeiras ou entrudos. A ruptura provocada pelo Carnaval compõe uma intersecção em meio ao ano litúrgico que, em si, equipara-se a estruturas de repetição. Estas estruturas são compostas por singularidades e por motivos recorrentes, e são estes fenômenos de recorrência a condição da “singularidade em todos os âmbitos da vida”²⁶⁸. O ano litúrgico é uma estrutura que dá ensejo a possíveis singularidades no plano religioso católico, como se vê pelo costume do Carnaval, uma singularidade que se repete. Quando vislumbramos, à guisa de exemplo, o surgimento das confrarias negras na capitania de São Paulo, são introduzidas simultaneamente novas festas aos novos santos, que passam a fazer parte do tempo litúrgico da capitania no século XVIII. As confrarias negras são, desta maneira, uma singularidade juntamente com os santos celebrados ligados aos negros, que no final são agregados às estruturas. O ano litúrgico foi, por conseguinte, a pré-condição para essa possibilidade.

Isso posto, consegue-se vislumbrar a intensidade das resoluções quanto à quaresma impostas pela Igreja e pelo poder civil. Esse era um momento de grande marcação temporal, pois estendia-se por muitos dias e envolvia vários períodos de contagem de tempo, compondo um ciclo anual, e “reiterava a cosmogonia, recriava o mundo, regenerava o tempo porque o fazia coincidir circularmente”²⁶⁹. Mesmo que não se cumprisse com total rigor os preceitos religiosos, o que de fato ocorria diante de tantos pedidos encontrados na documentação deste período para que se controlassem os rituais católicos e vigiassem os fiéis, “que tem seus legítimos párocos que em seu devido tempo examinarão se tem faltado, ou cumprido com o Preceito Quaresmal”²⁷⁰, escreveu em 1805 novamente Franca e Horta capitão general de São Paulo onde

²⁶⁸ R. Koselleck, *Estratos do tempo*..., cit., p. 22. Koselleck alerta que mesmo as estruturas podem se tornar singularidades, uma vez que as estruturas de longa duração parecem estáticas, mas em realidade também mudam.

²⁶⁹ R. Circechia, *Historia*..., cit., p. 204.

²⁷⁰ “Para o Capitão Mor de Cananéia”. D.I.H.S.P., v. 56, p. 195.

ressaltou uma das funções dos párocos: fiscalização da vida nas freguesias da capitania de São Paulo, existia o zelo pelo religião .

A assiduidade da religião no cotidiano de São Paulo conferia aos religiosos posição de poder e prestígio que os colocava, em certos momentos, acima do poder temporal, como já dissemos previamente. Era comum haver na capitania abuso dos clérigos em relação a habitantes paulistas, e estes se sentirem compelidos pelos religiosos. Nas relações destes com o poder civil, nem sempre havia harmonia. Dentre os capitães gerais, o que mais entrou em atrito com os homens da Igreja foi Lobo de Saldanha por motivos de jurisdição, pois entendia que era papel do capitão geral cuidar de assuntos comportamentais clericais, controle das festas religiosas e novas ordenações²⁷¹. Seu governo foi marcado por muitas objeções aos eclesiásticos, fazendo frente a eles sempre que possível, tendo em vista a manipulação do poder local. A historiadora Dalila Zanon relata que Lobo de Saldanha se tornou defensor e patrono das meretrizes da capitania de São Paulo, “que recorriam a ele queixosas porque seus párocos não as deixavam satisfazer os preceitos quaresmais sem se emendarem

²⁷¹ Lorena Leite, “*Déspota, Tirano e Arbitrário*”: O Governo de Martim Lopes Lobo de Saldanha na Capitania de São Paulo (1775-1782). São Paulo: FFLCH/USP, 2013 (Dissertação de Mestrado), p. 229. Lobo de Saldanha ficou conhecido na historiografia como o mais arbitrário e incisivo capitão geral. Durante sua administração existiram conflitos, além dos religiosos, com a câmara de São Paulo, que dirigia cartas ao ministro Mello e Castro reclamando das condutas do capitão geral, e com o Ouvidor Geral de São Paulo, José Carlos Pinto de Sousa. O conflito entre Lobo de Saldanha e Pinto de Sousa vinha se arrastando desde a época em que este era Juiz de Fora de Santos, com várias reclamações de Pinto de Sousa junto à Rainha, D. Maria I, com relação aos excessos cometidos nas sentenças criminais da Junta de Justiça dadas pelo capitão-general. A forma com que Lobo de Saldanha conduzia sua administração da capitania causou também descontentamentos de outros setores da população paulista. Os conflitos de poderes durante sua estada à frente do governo suscitaram uma imagem posterior negativa pela historiografia paulista clássica, conforme apontado por Lorena Leite. Adjetivos como *truculento*, *mesquinho*, *arbitrário*, *tacanho* (estes todos endossados por Affonso de Taunay, por exemplo) compõem o quadro a respeito de sua personalidade e administração. Porém, estudos recentes demonstram que “os conflitos entre (...) instâncias, os atritos pessoais que se tornaram institucionais, foram apropriados pela historiografia paulista para demonstrar a arbitrariedade do governador e valorizar a ‘autonomia’ paulista”, segundo Lorena Leite. O que ocorria, de acordo ainda com Lorena Leite, era a dificuldade de conciliação que Lobo de Saldanha tinha entre garantir a defesa dos territórios ao Sul e desenvolver economicamente a capitania em busca de sua integração ao Sistema Atlântico. O governo de Lobo de Saldanha caracterizou-se pelo zelo e excesso de cuidados para com as normas, e pela ânsia do cumprimento de ordens recebidas aplicadas sem ajustes ao contexto da capitania, acabando por não negociar com a elite local, alimentando, desta maneira, opositores. Por outro lado, os documentos produzidos enquanto José Bernardo de Lorena esteve à testa do governo “convencem o historiador de que ele foi o governador mais querido dos paulistas na segunda metade do século XVIII”, nos informa Dalila Zanon. Bernardo de Lorena não enfrentou atritos com a Igreja o que parece confirmar tal visão documental, porém, o capitão geral conviveu muito pouco com a presença dos bispos na capitania. Pouco tempo após o início de seu governo, D. Fr. Manuel da Ressureição faleceu, e em seu último mês antes de ser transferido para Minas Gerais, Bernardo de Lorena recebeu D. Matheus de Abreu Pereira na cidade de São Paulo, tendo convidado, portanto, menos de um mês com o novo bispo de São Paulo. Bernardo de Lorena pode governar a maior parte do tempo sem ter que dividir poderes com o episcopado de São Paulo, o que explica a ausência de muitos conflitos de jurisdição. D. Zanon, *O Poder dos Bispos...*, cit., p. 175-176.

publicamente de seus erros”²⁷². Lobo de Saldanha contrariava a atitude dos representantes espirituais da Coroa e se colocava contra os bispos e párocos como demonstração de superioridade sobre estes. No caso das meretrizes, o capitão general acusou os oficiais das câmaras da capitania de inanição por temerem o bispo de São Paulo, “porque quase todos vivem dependentes, uns por terem filhos clérigos, outros porque intentão ordenalos, que é o único destino que os pais desejão dar aos filhos...”²⁷³, ou seja, os camaristas temem mais o poder espiritual que o civil local por conta de interesses próprios.

No escopo documental desta pesquisa encontramos cartas de Lobo de Saldanha relativas a este conflito, como a que escreveu em 1779 ao Secretário de Estado (Mello e Castro) solicitando providências junto a Rainha, Dona Maria I, em relação ao clero da capitania paulista. O capitão general de São Paulo relatava que a simonia se fazia muito presente, e que o bispo local protegia os párocos, pois estes “concorrem para a subsistência do referido Bispo com quase tudo o que lhes rendem as suas Igrejas, porque conhecem que a não ser assim não podem conservar-se nelas, onde não são pastores, mas sim lobos vorazes”²⁷⁴. Relatava que os padres se sobrepunham ao poder do capitão, libertando presos sob os cuidados temporais e nomeando padres que cometeram crimes ou tinham má conduta. No ano seguinte, o mesmo Lobo de Saldanha escreveu ao bispo de São Paulo, descrevendo as desordens clericais e “as continuadas queixas que do clero desta Capitania me estão chegando todos os dias”²⁷⁵, tentando persuadi-lo a tomar providências para melhorar a conduta dos padres sob sua jurisprudência. Este documento mostra os delitos cometidos pelos clérigos sob a benevolência do bispo, e mostra o incômodo que estas provocavam na população submetida ao poder espiritual da Igreja. O capitão general alertou o bispo que havia escrito à rainha e que a colocou ciente dos atos torpes dos padres, tais quais concubinos, filhos ilegítimos, padres vivendo com mulheres como casados e celebrando missas. Tal era a ousadia dos clérigos que, um dos que o capitão havia

²⁷² D. Zanon, *O Poder dos Bispos...*, cit., p. 148.

²⁷³ Citado por D. Zanon, *O Poder dos Bispos...*, cit., p. 150. Interessante ressaltar, novamente, o alcance religioso em meio a população da capitania de São Paulo. Mesmo as meretrizes se sentiam compelidas a participar dos ritos católicos, como a Quaresma, e por isso procuravam ao capitão general em busca da garantia e proteção para que pudessem envolver-se nos ritos deste período.

²⁷⁴ “Para o mesmo Secretario de Estado, sobre as desordens existentes na Igreja desta Capitania”. D.I.H.S.P.. São Paulo: Typographia Andrade & Mello, v. 43, p. 253.

²⁷⁵ “Para o bispo Diocesano, sobre as desordens de clerigos desta Capitania”. D.I.H.S.P., v.43, p., 319.

mentionado, o vigário de Mogi Guassú, cometeu “a execranda culpa de na estação da Missa do dia descompor uma mulher, por esta ter tido razões com sua concubina”²⁷⁶.

Em março de 1803, a Câmara da Vila de Castro reclamou junto ao governador José de Franca e Horta da cobrança indevida da “conhecença” durante a “da Quaresma”.²⁷⁷ Pelo documento vemos que este dinheiro deveria ser entregue ao padre. Para os representantes da Vila de Castro, não havia problema algum nisso, já que estes sustentavam os párocos “em benefício do bem público”. O problema todo estava na pobreza dos moradores da Vila, que não eram abonados do dízimo; ao invés disso o pároco “costumava cobrar [as conhecenças], já por vias de ameaças, e descomposturas, e já por meio de Jurisdição e força coativa, só afim de que se obtivesse de uma tão violenta contribuição sobre aqueles moradores”²⁷⁸. Era comum a ideia de que a Igreja — no documento em questão representada pelo padre — fazia parte do bem comum, de modo que sustentá-lo contribuiria para isso. Os suplicantes entendem que devem pagar as conhecenças, porque estão acostumados, mas não por motivos quaresmais como os próprios camaristas disseram: “estando em estilo sempre na Capitania de São Paulo, desde que se principiou a cristandade nela, não se pagar conhecenças aos párocos pela desobriga da Quaresma”²⁷⁹. É nítido o abuso do poder clerical, já que “a vigilância sobre a desobriga da Quaresma e a preocupação em descobrir e punir a solicitação”²⁸⁰ eram intensas, e se os camaristas chegaram a fazer reclamação diante do capitão general de São Paulo, era porque as ameaças que sofriam poderiam se concretizar de acordo como poder que a Igreja possuía. Quando o poder espiritual estava nitidamente pairando sobre o civil, era comum as pessoas buscarem amparo junto às estâncias civis, mas nem sempre deparavam-se com um agente da Coroa interessado em confrontar a Igreja. Os moradores da vila de São José se sentiram coagidos diante das atitudes enérgicas dos sacerdotes. Estes reclamaram ao governador da Capitania, Franca e Horta, em 1806, que

²⁷⁶ Ibidem, p. 320-31.

²⁷⁷ Desde o Concílio de Trento os fiéis eram obrigados a confessarem e comungarem, pelo menos, na ocasião da Páscoa. Os párocos faziam todo ano um rol dos “confessados” para controlar os que haviam satisfazido os preceitos religiosos nas freguesias. Depois de uma semana da Páscoa, os párocos encaminhavam à câmara episcopal “certidões dos fiéis desobrigados e os que não satisfizeram os preceitos anuais”. Os que não estavam desobrigados poderiam ser excomungados. D. Zanon, *O Poder dos Bispos...*, cit., p. 124.

²⁷⁸ “Representação da Câmara da Vila de Castro”. D.I.H.S.P.. São Paulo: Edições do Arquivo do Estado de São Paulo, 1990, v. 95, p. 62-64.

²⁷⁹ “Representação da Câmara da Vila de Castro”, cit. D.I.H.S.P., v. 95.

²⁸⁰ L. Lage, “As *Constituições da Bahia...*”, cit., p. 148.

estavam sendo violentados pelo padre na cobrança do dízimo, no que o capitão general de São Paulo contestou: “eu não posso sobre este objeto providenciar coisa alguma²⁸¹”.

Parte dos habitantes de São Paulo tinha noção de qual deveria ser o comportamento clerical, e por isto queixavam-se e criticavam alguns de seus ministros espirituais cobrando postura condizente ao ofício. Estes, por sua vez, mediante o poder que partilhavam na sociedade e que lhes colocava acima da população, davam vazão a suas paixões (como no caso do concubinato) e a atos tidos como impróprios. Em 1772, na cidade de São Paulo, o padre Francisco Ferreira Mattoso foi intimado a deixar a comarca porque se opôs à decisão da câmara a respeito de um amigo pessoal do tal padre. Como forma de retaliação o padre “entrara a falar publicamente nas ruas desta cidade e lojas dos oficiais” do governo e câmara “pondo-lhe os injuriosos nomes de bêbados, e ridículos, e outros nomes injuriosos”, o que obviamente desagradou aos camaristas²⁸². Lobo de Saldanha, na referida carta ao bispo de São Paulo, também destaca a “língua depravada e gênio intrigante²⁸³” de certos padres — levando em conta a relação de poder sob suas palavras, há de se creditar postura exagerada ao capitão general, mas mesmo assim é bem possível que muitos párocos tivessem linguajar que não condissesse com suas posições. O pagamento de deveres à igreja era outra questão que desestimulava, muitas vezes, o cumprimento dos sacramentos e afastava fiéis da convivência mais intrínseca no seio da Igreja. No volume vinte das *Atas da Câmara*, deparamo-nos em 1797 com os “cidadãos republicanos desta cidade” em grande “vexame” por culpa “das grandes custas que se levam na Câmara Eclesiástica especialmente nas provisões de casamentos”²⁸⁴. Maria Marcílio atribui a alta porcentagem de casais, sobretudo entre os mais pobres, que viviam em concubinato em São Paulo, às dificuldades impostas pela igreja. Os cônjuges deviam apresentar vários papéis que ocasionavam despesas, e que acabavam por interferir na efetivação do sacramento²⁸⁵. Diante da reclamação que a câmara recebe dos cidadãos, assinala-se, de certa maneira, o interesse da população em cumprir com as ordenanças da religião dificultadas pela própria burocracia da Igreja — o que acabava por fortalecer o

²⁸¹ “Para o Sargento Mor de São José”. D.I.H.S.P., v. 57, p. 64.

²⁸² “Termo de vereança feito aos 27 de junho de 1772 anos”. A.C.M.S.P., v. 16, p. 145-146.

²⁸³ Ibidem, p. 320.

²⁸⁴ “Termo de vereança de 2 de Setembro de 1797”. A.C.M.S.P., v. 20, p. 54.

²⁸⁵ M. L. Marcílio, *A Cidade de São Paulo...*, cit., p. 160.

concubinato, sobretudo entre os menos abastados²⁸⁶ — o que, mais uma vez, denota a aura religiosa que pairava entre os moradores da capitania.

A religião e a Coroa eram controladores parciais da diversão e lazer da população da capitania. As festas públicas eram impostas e não ocorriam em forma de manifestações espontâneas. O comparecimento à maioria delas era obrigatório, mas isto não era garantia de participação da população. As festas contavam com o conceito importante de *legitimidade*, que significava a presença de todos os diversos grupos sociais, caso contrário a festa não tinha razão de ser²⁸⁷. A realização das festas públicas era também obrigatória para as localidades urbanas, e todos os moradores que estavam até três léguas do centro deveriam participar. A organização das festas estava assegurada pelas *Ordens Régias*, nas quais as câmaras deveriam cumprir o calendário festivo da Coroa, e pelas *Constituições Primeiras*, onde havia a obrigação das festas do calendário litúrgico e das datas adicionais acrescentadas pelas *Constituições* (cabia à Igreja o cumprimento destas festas).

Como vimos na tabela 2 apresentada acima, havia vários tipos de festas. Festas reais: que eram festas religiosas obrigatórias para todas as localidades, como por exemplo Festa de *Corpus Christi* e São Sebastião; a estas, uniam-se as festas de representação, entradas solenes, festas cívicas-religiosas de *Procissão da Publicação da Bula da Santa Cruzada*, esta última uma festa obrigatória móvel, que se dava todo ano nas manhãs de “domingo da septuagésima” (domingo entre final de janeiro e início de fevereiro, ocorre no 64º dias antes da Páscoa)²⁸⁸. Percebe-se que há o entrelaçamento visível entre Igreja e Estado, sendo os súditos obrigados a participarem tanto pelo poder

²⁸⁶ A historiadora Helen Ulhôa Pimentel efetuou pesquisas a respeito dos habitantes da América portuguesa que contraíam matrimônio ou que viviam em concubinato, e suas conclusões apontam para a dificuldade financeira em oficializar as vivências maritais. Segundo Pimentel, as dificuldades impostas pela Igreja não colaboravam para que os casais se unissem oficialmente, apesar de entre os casais não oficiais haver aqueles que não se interessavam por mudarem suas condições de amasiados. Ainda conforme Pimentel, os altos custos matrimoniais, criavam espaços de diferenciação social entre os que tinham condições de cumprir com a burocracia e os que não tinham., “criava-se assim o lícito e o ilícito, bem como os limites entre eles”. Helen Ulhôa Pimentel, “O casamento no Brasil Colonial: em ensaio historiográfico”, *Em Tempos de História*, n. 9, Brasília/UNB, 2005, p. 35. Acesso: <http://periodicos.unb.br/index.php/emtempos/article/viewFile/2641/2191>

²⁸⁷ M. C. Caponeiro, *Festas paulistanas...*, cit., p. 154.

²⁸⁸ Ibidem, p. 136. Caponeiro, assinala que a *Procissão da Publicação da Bula da Santa Cruzada* remonta a um sistema de arrecadação monetário, por meio do qual se concediam indulgências aos católicos, em troca de contribuições para a expansão da fé Católica e do apoio às Santas Cruzadas. O dinheiro arrecadado era destinado as ocupações militares. Com o fim da reconquista, o pagamento das indulgências para a *Bula* transferiu-se para a manutenção das ordens militares, para as conquistas do ultramar, e para regatar cativos.

temporal quanto pelo espiritual²⁸⁹. A Igreja promovia as festas litúrgicas, já citadas, as festas de santos — dedicadas aos santos padroeiros ou de devoção das irmandades²⁹⁰ — e as procissões. Estes eram momentos em que a sociedade se entretinha e representava a hierarquia vigente, sendo as festas detentoras de códigos comportamentais de conduta e organização que reforçavam as esferas de poder e controle sociais.

Durante as procissões era da Igreja a supremacia sobre o Estado: o bispo precedia as autoridades civis como demonstração do poder eclesiástico. Com isto trazia-se o conflito de interesse entre os representantes da Igreja e do Estado para a esfera do entretenimento. Conforme o tipo de festa e incumbência, mudava-se os locais de destaque e a origem social das pessoas que carregavam os aparatos festivos. A posição que cada integrante ocupava na procissão dava as festas públicas “uma função de representação social e simbólica muito importante para a população. Participar de uma festa em lugar de destaque significava afirmar o poder econômico de cada partícipe e fortalecer seu prestígio pessoal e social”²⁹¹. Na cidade de São Paulo os comerciantes e homens de negócio ocupavam lugar de destaque nas procissões, ao lado do bispo, mostrando o prestígio e reconhecimento que estes homens tinham na cidade; era o momento onde se via a passagem dos santos e o desfile das fortunas amealhadas no comércio²⁹², era a ocasião para os espaço urbano transformar-se em palco da exibição de poder institucionalizado, espelhando a organização da sociedade tal como esta se constituía.²⁹³

Para que ocorressem as festas se fazia necessária a limpeza e organização das ruas. Cabia aos moradores dos espaços urbanos da capitania a colocação de luminárias²⁹⁴, a limpeza das frente de suas casas, a pintura e a caia nas moradias, e a providência de enfeites nas janelas e portas. As festas públicas eram responsabilidade

²⁸⁹ As cavalhadas faziam parte das festas reais e eram disputas pelas elites locais. Eram mostra dos valores aristocráticos e distintivos, ornando os cavalos e uniformes. M. C. Caponero, *Festas paulistanas...*, cit., p. 150.

²⁹⁰ No que tange às festas das irmandades, havia em seus códigos a obrigatoriedade da participação apenas dos membros, e podiam coincidir com as festas reais ou de santos da Igreja, que ocorriam nas ruas das vilas e cidades. Quando a data era exclusiva do santo da irmandade, a festa ocorria nas igrejas ou capelas associadas ao grupo específico. Ibidem.

²⁹¹ M. C. Caponero, *Festas paulistanas...*, cit., p. 191.

²⁹² M. A., Borrego, *A teia Mercantil...*, cit., p. 277.

²⁹³ M. C. Caponero, *Festas paulistanas...*, cit., p. 192.

²⁹⁴ A quantidade de luminárias nas casas correspondia ao poder aquisitivo dos moradores: os que colocavam maior quantidade, eram possuidores de maiores riquezas. Aos comerciantes, negociantes e alguns grupos de trabalhadores urbanos, era relegada a colocação de luminárias nas ruas e nas praças. Ibidem, p. 164.

dos habitantes em geral para sua realização, tal qual dissemos anteriormente, baseando-se na ideia de *bem comum*; por isso as pessoas eram encarregadas da organização dos espaços públicos. Na festa popular do *Corpo de Deus*, mandaram-se consertar as ruas de São Paulo em 1766 por onde fosse passar a procissão²⁹⁵. Estas eram então ocasiões oportunas para que as câmaras aproveitassem para exigir providências para o espaço público²⁹⁶. As câmaras soltavam editais avisando a população de seus deveres em contribuir com trabalho e com doações. Nas *Atas da Câmara* há vários editais deste tipo, onde não se faziam necessárias explicações minuciosas das obrigações da população, como o “edital para a limpeza, e asseio das ruas na forma do costume”²⁹⁷ de 1796 na cidade de São Paulo. Da mesma maneira, as câmaras lançavam editais lembrando aos mais abastados da necessidade de contribuições de “quantias voluntárias (...) [pediam-se] aos comerciantes desta cidade para o fogo dos três dias, e juntamente os republicanos, e mais pessoas abastadas para a ajuda das mesmas festas públicas que se tem determinado fazer na praça desta cidade”²⁹⁸. A depender do tipo de festa, como entradas solenes, poderia haver fogos e óperas, qual vemos no pedido transcrito da Câmara de São Paulo.

As festas de santos e de cunho estritamente religioso eram muitos populares, e eram exemplos de situações nas quais motivos sagrados propiciavam o desfrute de ações profanas. Faziam-se fandangos (dança de origem ibérica acompanhada de viola ou violão, de compasso ternário e ritmo animado) e rodas, tomando como pretexto a devoção aos santos, “danças menos decentes ao mesmo Santo trazendo em chusmas [multidão] de noite e de dia pelas ruas entre homens e mulheres de que podem se seguir ações indecorosa que não devem praticar-se nem consentir-se entre Católicos”, como advertia o Morgado de Mateus a quem fosse festejar São Gonçalo na Vila de Santos em 1772²⁹⁹; concluiu que “tudo fará praticar com aquele sossego, decência e seriedade que deve haver em semelhantes festividades”³⁰⁰. A condição de católico é evocada neste para que os participantes se lembrassem de que antes de tudo eram religiosos, e deviam

²⁹⁵ “Termo de vereança feito aos quatorze do mês de maio de 1766 annos”. A.C.M.S.P., v. 15, p. 157.

²⁹⁶ M. C. Caponero, *Festas paulistanas...*, cit., p. 168.

²⁹⁷ “Termo de vereança de 7 de maio de 1796”. A.C.M.S.P., v. 19, p. 573.

²⁹⁸ “Termo de vereança que fez o juiz presidente e officias da Câmara em sábado 1 de agosto de 1795”. A.C.M.S.P., v. 19, p. 512.

²⁹⁹ “Portaria mandando prevenir desordens durante a festa de São Gonçalo, em Santos” .s/d. D.I. H.S.P., v. 33, p. 82.

³⁰⁰ “Portaria mandando prevenir....”, cit., D.I. H.S.P., v. 33, p. 85.

comportar-se sem praticar atos ilícitos, e apelava-se à consciência religiosa. As festas permitiam o uso de máscaras “para honra e Louvor do mesmo Santo”³⁰¹, ou para celebrações, mas deveriam ser autorizadas pelo capitão general conforme lê-se no bando publicado a toque de caixa por Bernardo José de Lorena em 1795, concedendo: “que toda a pessoa de qualquer qualidade, e condição que seja possa mascarar-se em todos os dias, que não forem de trabalho, até o último dia das festas” que celebraram o nascimento do príncipe da Beira, D. Antônio³⁰². Aqui têm-se duas coisas interessantes. Primeiro: a festa não poderia se misturar ao trabalho, há uma divisão clara do momento que é permitido a farsa. Segundo: a equiparação social por intermédio da máscara. Qualquer pessoa poderia usufruir desta brincadeira tendo o rosto coberto, o que permitia, até certo ponto, apartar-se do estereótipo vinculado ao estrato social ao qual pertencia, mas não deveria extrapolar a condição que a religião imputava ao homem religioso.

Em São Paulo, como em outras partes, devia-se comemorar os acontecimentos da família Real, além das já obrigatórias festas reais e litúrgicas. Estas comemorações caracterizavam por serem inesperadas dentro da conhecida sistematização de festas públicas. Aproximavam-se mais da espontaneidade, apesar de terem códigos, como nos casos de luto. Estavam estes ritos mais próximos da surpresa, que trazia uma quebra de ordem ao cotidiano maior do que uma festa já institucionalizada. Por ocasião do nascimento da princesa da Beira (1793), dois mercadores abastados de fazenda secas da cidade de São Paulo, Antônio Álvares dos Reis e José Pinto Tavares, faltaram à procissão comemorativa. Seus motivos alegados: “não tinham vestido para comparecerem àquele ato solene”³⁰³, o que a câmara julgou como mentira, pois devido a sua riqueza, ambos poderiam fazer um vestido novo para acompanharem o real estandarte na celebração do nascimento. Como punição, o senado os proibiu de novamente ocuparem os cargos da câmara — uma vez que já o tinham feito antes. Através deste documento, reafirma-se a possibilidade de ocupação de cargos na Câmara pelos mercadores, sua posição elevada na sociedade, e a obrigatoriedade de comparecimento às festas — logo, sua submissão a um calendário cotidiano que

³⁰¹ Ibidem.

³⁰² “Bando pelo qual concede o Ill. e Ex. Sr. General o poder de mascarar-se nesta cidade qualquer pessoa...”. D.I.H.S.P., São Paulo: Duprat & Comp., 1924, v. 46, p. 304.

³⁰³ “Termo de vereança que fez o juiz presidente e officias da Câmara em terça feira 24 de dezembro de 1793”. A.C.M.S.P., v. 19, p. 418-419.

mesclava as esferas laicas e religiosas daquela sociedade. O nascimento de uma princesa era um episódio com certo grau de imprevisibilidade, mas sabe-se que os súditos eram convocados às festas mediante um edital para preparação prévia; ou seja, mesmo as festas inesperadas dentro do calendário conhecido eram estruturadas. Dependendo da posição que a pessoa ocupava na sociedade, esperava-se determinadas posturas em eventos que reuniram a sociedade em geral, e nas quais reproduziam-se publicamente suas estratificações e hierarquias. O não comparecimento à festa era encarado como falta passível de repreensão pela Coroa e pela Igreja. Os comerciantes acima mencionados foram penalizados por quebrarem os códigos estéticos e retóricos que traziam à cena coletiva os modelos societários de estilo de vida³⁰⁴, onde se reconheciam diferenças estamentais de acordo com modos de vestir e de se comportar, e posições a serem ocupadas³⁰⁵. Tudo de acordo com os padrões de uma sociedade que se fundamentava na espetacularização dos atos cotidianos — incluindo seus ritos e ritmos temporais.

Em 1797 o bispo de São Paulo, D. Matheus de Abreu Pereira, deu entrada na cidade, e para tanto houve as costumadas festas solenes, procissões e missas que tinham lugar nestas ocasiões. Montaram-se arcos a mando do governador, Bernardo José de Lorena, no percurso da igreja dos religiosos de São Francisco “até a Santa Sé catedral”. Os camaristas e outros cidadãos acompanharam a procissão a cavalo, “vestidos na conformidade que fica declarada no livro dos acordãos da Câmara (...) e de meias, com gualdrapas, e cobertos com chapéus³⁰⁶”. Havia código de vestimenta para externalização

³⁰⁴ M. C. Caponero, *Festas paulistanas...*, cit., p. 193.

³⁰⁵ Para uma análise semelhante a respeito da simbologia das festas para outras partes da América portuguesa: Silvia Hunold Lara, *Fragmentos Setecentistas*. Escravidão, cultura e poder na América portuguesa. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, Lara demonstra como as festas realizadas nos espaços públicos urbanos coloniais eram teatralizadas. As ruas eram feitas de palco para a demonstração e reforço das hierarquias coloniais e metropolitanas, local de desfile dos poderes representados pela Igreja e Coroa, representada pela administração local e do reino. Os espaços urbanos por si sós, já eram uma representação, conforme Lara, de uma “arena política” — espaço que articulava jurisdições, exibições das camadas de poder hierárquicas, e reforço da dominação portuguesa em terras americanas. Para a mesma proposta: Pedro Cardim, “Entradas Solenes: rituais comunitários e festas políticas, Portugal e Brasil, século XVI e XVII. In: I. Jancsó & Iris Kantor (Orgs.), *Festa: Cultura & Sociabilidade na América Portuguesa*. São Paulo: Hucitec/Edusp/Fapesp/ Imprensa oficial, 2001, v. I, p. 97-124; V. L. A. Ferlini, “Folguedos, feiras e feriados: aspectos socioeconômicos das festas no mundo dos engenhos”. In: *Ibidem*, p. 449-464; Beatriz Catão Cruz Santos, “Unidade e diversidade através da festa de *Corpus Christi*”. In: *Idem*, p. 521- 541; João Adolfo Hansen, “A categoria ‘representação’ nas festas coloniais do século XVII e XVIII”. In: *Ibidem*, p. 735-756.

³⁰⁶ “Termo de como este Senado foi assistir em corpo de tribunal coberto com o real estandarte á primeira entrada do excelentíssimo e reverendíssimo bispo Dom Matheus de Abreu Pereira como abaixo se declara”. A.C.M.S.P., v. 20, p. 37.

das posições, que também eram identificadas nos “lugares costumados”³⁰⁷ dentro das igrejas e na forma de transporte destes homens — o cavalo colocando-os acima de outros setores da população. Conforme destaca Maria Cristina Caponero, as festas eram mais que devoção e divertimento, por isso esse cuidado com diferenciação social como demonstrativo do papel de cada um na sociedade; além disso, eram fonte de lucro para o comércio interno e externo da capitania paulista, através do fornecimento de gêneros e artefatos, bem como contribuíram com o Erário por meio da arrecadação de impostos³⁰⁸.

Uma das festas que mais movimentou a capitania de São Paulo no período em questão foi em homenagem à chegada da família real à América, em 1808. O capitão general, Franca e Horta, determinou que houvessem festejos especiais por toda a Capitania, “devendo toda as classes do Povo concorrerem para mostrar a alegria pública, que existe nos corações de todos os fiéis, e honrados Paulistas pela feliz chegada do Príncipe Regente Nosso Senhor”; festejos que deveriam ocorrer “passada a Quaresma, e em Tempo Competente se fação vários festejos públicos entre os quais os de quatro tarde de Cavalhadas, e outras tantas de Touros, e que em cada uma delas haja Carros de Danças feitos às custas da Artes e Ofícios mecânicos”³⁰⁹. As celebrações deveriam ocorrer depois da Quaresma, onde o tempo litúrgico demonstra sua importância frente à Coroa: primeiro a religião, depois o resto do mundo. Havia, sem dúvida, um respeito pelas tradições religiosas e pela religião em si por boa parte da população, pois nem um evento de tamanha magnitude foi capaz de quebrar o ciclo religioso vigente. Era, na verdade, um duplo dever, mas tendo sempre à frente a religião, a observância da Quaresma, só então a celebração da Corte na América. A proximidade da chegada da família real ao Rio de Janeiro foi noticiada na cidade de São Paulo em 27 de janeiro de 1808, quando os vereadores da Câmara receberam a carta do Vice-Rei que avisava: “que o Príncipe Regente nosso senhor e sua augusta família estavam proximamente a chegar aquela cidade”³¹⁰. Até que se recebesse a notícia em São Paulo, de que por fim tinha a Corte chegado ao Rio de Janeiro, em 26 de março de 1808³¹¹, o Senado da Câmara determinou que se realizasse preces contínuas na catedral da cidade em favor da boa viagem dos componentes da corte, e dos Monarcas. Com a família real em solo

³⁰⁷ “Termo de como este Senado...”, cit., A.C.M.S.P., v. 20, p. 38.

³⁰⁸ M. C. Caponero, *Festas paulistanas...*, cit., p. 194.

³⁰⁹ “Para Je. Venceslão Orives, Joaquim, Je. Da Sá Entalhador...”. D.I.H.S.P., v. 57, p. 254-255.

³¹⁰ “Termo de vereança de 27 de janeiro de 1808”. A.C.M.S.P., v. 20, p. 384.

³¹¹ “Termo de vereança de 26 de março de 1808”. A.C.M.S.P., v. 20, p. 402.

fluminense, foram determinados três dias de missa de ação de graças na Sé, onde deveria concorrer toda a cidade³¹², e posteriormente festa, com cavalcadas sérias e burlescas, três noites de encamisadas, touradas e desfile de carros alegóricos³¹³, como orientado para todas as freguesias e vilas da capitania por Franca e Horta. Mas vale lembrar, novamente, que o primeiro ato foi um *Te Deum*, um hino entoado em eventos solenes de ação de graças — o peso dos ritos religiosos. O homem religioso de São Paulo, português, vivia e reproduzia, no âmbito desse tipo de celebração, dois tipos de tempo social: um *tempo sagrado*, para usar o termo de Mircea Eliade, tempo que é reiterado periodicamente pela prática e pela linguagem dos ritos, um tempo circular, reiterativo e reversível; e o tempo presente contínuo, o tempo da história e de seus acontecimentos mundanos³¹⁴, dentre os quais a chegada da Corte ao Brasil.

Com a transferência da Corte portuguesa para a América, há a introdução de um novo elemento festivo nunca antes ocorrido. As celebrações em torno da presença da família real trouxeram à capitania de São Paulo algo inesperado. Os nascimentos, casamentos e mortes eram questões que se encaixavam em um futuro esperado. A celebração da corte rompeu com esse futuro festivo esperado através de uma experiência inédita, promovendo a ampliação dos horizontes de expectativas que faz com que as festas previstas não utilizem mais, apenas, elementos estruturalmente sempre iguais³¹⁵. O tempo que estas festas passarão a representar é um tempo onde as tradições estarão convivendo com expectativas e experiências novas. O sagrado e o profano se misturarão ainda mais, mas os espaços de cada um em meio as festas estará se alterando com o surgimento de elementos novos na América portuguesa que permitem o aumento de festas de cunho voltadas mais ao tempo corriqueiro.

A cultura religiosa e a expressão de uma fé fervorosa resultam em uma extrema familiaridade com as coisas ditas sagradas³¹⁶, a intimidade com a fé possibilita a mistura entre divertimento e religião. Em 1774, os camaristas de São Paulo aprovaram a construção de um recolhimento para mulheres no sítio da Luz. O edifício que ali existia encontrava-se arruinado, e o então capitão, D. Luiz de Souza Botelho, se propôs a

³¹² “Termo de ajuntamento dos juizes ordinários e mais oficiais da Câmara para irem á Catedral assistirem o primeiro triduo que se faz em ação de graças pela feliz chegada do Príncipe Regente nosso senhor e sua augustíssima família ao Rio de Janeiro”. A.C.M.S.P., v. 20, p. 409-410.

³¹³ M. B. Nizza da Silva (Org.), *História de São Paulo...*, cit., p. 266

³¹⁴ M. Eliade, *O Sagrado e o Profano...*, cit., p. 62.

³¹⁵ R. Koselleck, *Futuro Passado...*, cit., p. 238.

³¹⁶ J. Huizinga, *O Declínio da Idade Média...*, cit., p. 167.

restaurá-lo, visando a instalação do espaço religioso. A câmara apoiou a iniciativa, por saber que o local “serve de recreação e ocasião de devoção às pessoas que ali concorrem todos os dias especialmente aos sábados³¹⁷”. As redondezas eram habitadas e este sítio cumpriria a dupla função de divertimento e aspirações do espírito. O religioso proporcionava recreação, diferenciação social, e extrapolava o âmbito espiritual, no caso das rodas de fandangos, por intermédio do religioso. Os fandangos traziam o privado para a esfera pública, pois só eram permitidas tais rodas em casas particulares na ocasião das festas do Santíssimo, embora acabassem por alcançar as ruas³¹⁸.

A religião se fazia presente no cotidiano, com suas marcas, signos e ritmos compreendidos, mesmo que precariamente, pela maioria da população. Quem nascia nesta sociedade, participava de um cotidiano impregnado de religiosidades não só cristãs – em especial o catolicismo - mas também indígenas e africanas³¹⁹, um quadro de nuances quanto aos fiéis de um lado, e de outro um esforço de normatização católica, como se vê no aumento do número de paróquias, no surgimento de confrarias e irmandades no bispado de São Paulo, sendo que cada nova paróquia, nova associação de fiéis em devoção a um santo, tende a potencializar e espraiar os “relógios da religião”. A religião era posta em primeiro plano nas vivências pessoais e, mesmo que praticada de forma não ortodoxa, encontrava-se internalizada, como infere-se do exemplo narrativo que Pedro Taques apresenta a respeito de um mameluco chamado Mathias. O mameluco teria assassinado na cidade de São Paulo em 1705 um europeu, e por tal razão foi preso. Ao passar pela porta da igreja do recolhimento de Santa Tereza, Mathias agarrou-se ao ferrolho dizendo ter imunidade por estar na igreja. O juiz que o deteve o levou preso mesmo diante da alegação de imunidade pelo local religioso. Por fim, Mathias acabou não só preso, mas também excomungado pelo vigário da vara³²⁰. Não sabemos a veracidade dos fatos descritos pelo autor, mas compreendemos que preceitos da religião católica estavam espalhados pela sociedade e poderiam ser invocados a depender das circunstâncias. Da mesma forma, seus tempos.

³¹⁷ “Termo de aprovação e licença do excelentíssimo senhor dom Luiz Antonio de Sousa governador e capitão general desta capitania da á Câmara desta cidade para fundamentar o recolhimento de Nossa Senhora dos Prazeres no Campo da Luz”. A.C.M.S.P., v. 16, p. 348.

³¹⁸ M. B. Nizza da Silva (Org.), *História de São Paulo...*, p. 264.

³¹⁹ M. B. Nizza da Silva (Org.), *História de São Paulo...*, p. 127.

³²⁰ P. T. Almeida Paes Leme, *Nobiliarquia Paulistana...*, cit., t. I., p. 166-167.

Muitos homens e mulheres daquela época orientavam suas vidas e marcavam a passagem do tempo pelos ritos e sacramentos católicos. As datas de batismo, nascimento e morte eram formas de linearidade que estavam cooperando para a constituição do tempo linear consciente³²¹, com a religião mais uma vez funcionando como promotora da ordem moral, mas também ditando os ritmos de vida cotidiana, ao assumir o papel de ordenadora do dia que atualmente se confere a um relógio. Em conformidade com o que iremos expor mais adiante em outro capítulo, a pouca quantidade de relógios mecânicos favorecia o uso do sino, e fazia com que as badaladas das igrejas e casas pias ditassem as horas do dia, e lembrassem a comunidade das obrigações rituais, inclusive das rezas nos momentos de maior significado simbólico do dia: às seis da manhã, meio-dia e seis da tarde³²². Em Araçariguama, local situado à região da vila de Sorocaba, uma senhora chamada Inácia Buena tinha em sua propriedade dois sinos, assim como todos os paramentos usados na missa, pois havia sido possuidora de uma capela; quando o Morgado de Mateus levantou um nova povoação nas redondezas de Jundiaí em 1774, “onde já há princípios de uma nova Igreja com capacidade de se celebrar o Sacrossanto Sacrifício da Missa, porem faltam os paramentos devidos³²³”, solicitou a esta senhora que os “queira emprestar por tempo de seis meses, como também os sino maior dos dois”. Vê-se, por este exemplo, o espraiamento da religião, a importância desta na contagem de tempo, e o cuidado com a devoção particular. O sino maior iria servir à regulação do dia a dia e ao chamamento dos fiéis por ser de maior alcance, enquanto o menor permaneceu com Inácia Buena, talvez para não haver interrupção do ritmo local, em âmbito privado, ditado pelo sino. A devoção reproduzia na esfera religiosa o que o uso de relógios mecânicos introduziu no ocidente: a promoção de um tempo contínuo, e não mais fragmentado³²⁴. Rezar em horas determinadas conferia sequência ao correr do tempo no dia a dia daqueles que pautavam suas vidas pela piedade religiosa, incrustado no ideal religioso, podia-se acompanhar a marcação do tempo, dentre outras tantas formas que existiam naquela época. Até o século XIX, “por muito tempo ainda, o tempo ligado aos ritmos naturais, à

³²¹ R. Uribe, *Las dinámicas del tiempo...*, cit., p. 168. Ricardo Uribe trata de análises temporais voltadas à América espanhola.

³²² L. Mott, “Cotidiano e vicência religiosa...”, cit., p. 163-164.

³²³ “Para D. Inácia Buena moradora em Araçariguama”. D.I.H.S.P., v. 64, p. 202.

³²⁴ David S. Landes, *Revolución en el Tiempo*. El Reloj y la Formación del Mundo Moderno. Barcelona: Crítica, 2007.

atividade agrária, à prática religiosa, continua a ser o quadro temporal mais importante”³²⁵, mas não só, como veremos a seguir.

Os tempos pessoais, tempos da vida, “o tempo que passa, na sua dimensão existencial”, ou seja, aquilo que foi muito bem caracterizado por Mary del Priore, como os *ritos da vida privada*³²⁶ estão presentes em todas as sociedades, não sendo a da capitania de São Paulo exceção. São momentos ordinários, relacionados ao nascer e morrer, ao futuro e ao passado, familiar (onde a família se coloca no lugar da memória inventando tradições) e individual, ao casamento e às intimidades, e todos aqueles outros que envolvem o curso da vida pessoal que conforma parte de uma vida coletiva. É neste domínio que nos aproximamos mais do indivíduo e das formas de manifestação da individualidade em meio a um tempo histórico que principia a elucubrar a respeito de uma vivência orientada pela perspectiva de futuro, a qual é uma das características da modernidade.

Convém reafirmar: as questões em torno da individualidade estão ganhando formas mais concretas no ocidente durante o Setecentos. No século XVIII, o indivíduo como unidade política e civil já está presente no velho continente. O surgimento do *eu*, que é uma aproximação plural onde o indivíduo liga-se à uma série de *eus* sociais, e que segundo Jacques Guilhaumou, pode ser considerado como uma estrutura social que permite o indivíduo agir de forma diferente diante de cada fase do processo social³²⁷. A privatização da vida ocorre em meio ao sentimento nostálgico do tempo onde o público (o não individualismo) não apresentava contornos nítidos³²⁸, onde diante da comunidade não havia pudores quanto aos humores corporais, às formas de comer à mesa (pratos coletivos), à limpeza pessoal ou falta desta. A individualização em formação nos séculos XVII e XVIII é dominada pelo progresso do individualismo onde cada um é “encerrado numa espécie de gaiola imaterial”³²⁹ tendo em vista os limites que estavam sendo traçados entre aquilo que era parte do *eu* particular e aquilo que fazia parte do

³²⁵ J. Le Goff, “O tempo do trabalho na ‘crise’ do século XIV: do tempo medieval ao tempo moderno”. In: _____. *Para um novo conceito de Idade Média*. Tempo, Trabalho e Cultura no Ocidente. Lisboa: Editorial Estampa, 1993, p. 69.

³²⁶ Mary del Priore, “Ritos da vida privada”. In: F. A. Novais (Dir.) & L. M. Souza (Org.), *História da vida...*, cit., cap. 6, p. 276-330.

³²⁷ Jacques Guilhaumou, “The Temporality of Historical Formes of Individualization in Modern Times”. In: J. Fernández Sebastián (Ed.), *Political Concepts and Time...*, cit., p. 348.

³²⁸ Nicole Castan, “O público e o particular”. In: P. Ariès & G. Duby (Dir.), *História da vida privada...*, cit., parte III “A Comunidade. O Estado e a família. Trajetórias e tensões”, p.402.

³²⁹ Jean-Louis Flandrin, “A distinção pelo gosto”. In: P. Ariès & G. Duby (Dir.), *História da vida privada...*, cit., parte II “Formas de privatização”, p. 264.

público. Apesar da Revolução Francesa ter contribuído significativamente para frear tal privatização do *eu* tendo em mente a nostalgia do público e seus próprios aspectos característico, esta sucumbiu “diante da resistência das pessoas [pois] os costumes se mostraram mais fortes que a lei”, interrompendo – ou desacelerando - a construção do novo homem idealizado pela revolução e da remodelação do “cotidiano através de uma nova organização do espaço, do tempo e da memória”.³³⁰ A tentativa artificial de definir as relações entre o Estado e a sociedade civil, entre o coletivo e o individual, não lograram sucesso pela revolução, pois, neste aspecto, o processo de individualização tinha mais força que os ideais revolucionários. No século XVIII, as ideias de *privado* e *peçoal* se consolidam na Europa, e, em outros ritmos e situações, também em outras partes do ocidente, fundamentadas “numa piedade mais individual, no domínio da escrita, na descoberta do *eu* (...) no isolamento no foro familiar e na intimidade doméstica”, igualmente nas formas de representação do Estado³³¹. Na capitania de São Paulo, a privatização está em curso, apesar de ainda não apresentar, como vimos, traços tão marcantes como na Europa. Mudanças no sentido da privatização da vida e do *eu* já estavam ocorrendo na sociedade paulista, onde é possível identificar pessoas que estavam experienciando vivências de suas próprias qualidades e tomando consciência de suas singularidades. Na Europa, a família posiciona-se como fronteira entre o público e o privado, tendo suas intimidades resguardadas; na capitania, isto está em gestação e será apenas no século XIX que cada casa deixará de ser uma república em si mesma³³², nas palavras de Laura de Mello e Souza. No Oitocentos a casa se torna ponto de fixação, local da família, ponto de encontro onde a família existe e exerce sua privacidade separada do público³³³.

Pode-se afirmar que a percepção de passado, presente e futuro claramente delimitados faz parte da concepção de indivíduo da modernidade. A emergência de um “amanhã” que representasse uma alternativa futura ao que já existia, assim como a crença “na possibilidade de um futuro visualizado no presente e a partir deste

³³⁰ Michelle Perrot, “Família Triunfante”. In: P. Ariès & G. Duby (Dir.), *História da vida privada*. Da Revolução Francesa à Primeira Guerra. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, v. 4, parte I “Ergue-se a cortina”, p. 79.

³³¹ Roger Chartier, “Conclusão”. In: P. Ariès & G. Duby (Dir.), *História da vida privada...*, cit., p. 596.

³³² L. Mello e Souza, “Conclusão”. In: F. A. Novais (Dir.) & _____ (Org.), *História da vida...*, cit., p. 444.

³³³ M. Perrot, “Maneiras de Morar”. In: P. Ariès & G. Duby (Dir.), *História da vida privada...*, cit., parte III “Cenas e locais”, p. 284-286.

construído”³³⁴, um futuro configurado pela ação humana em um presente que é histórico, é constitutivo do que chamamos de tempo histórico moderno. O tempo anterior a este conceito era pensado em um futuro onde seu objetivo final seria encontrado no fim do mundo, ou no Juízo final. Esta era uma expectativa cristã que dominava o ocidente, situação que se alteraria com o espraiamento “de um tempo que se transformou em ilimitado e se abriu para o novo”³³⁵. A imagem da ciclicidade foi pouco a pouco passando a conviver com a historicidade do tempo onde as ações humanas no presente poderiam refletir-se em um futuro concebido como completamente diferente do que já teria ocorrido em outros momentos. O século XVIII ocidental está inserido neste movimento, que Koselleck entende — a partir de sua segunda metade — como de advento da modernidade. A capitania de São Paulo à época abarcava pessoas que entendiam a linearidade de suas vidas, sobretudo, pelos conceitos religiosos e muitas vezes pelos sacramentos — batismo (início da vida), casamento (idade adulta) e morte (tempo terrestre final) — os quais contribuíam para uma concepção de duração de vida e no espaço que esta ocupava até o alcance do mundo dos mortos, onde a vida continuava em outro plano, na espera do Juízo Final.

As ações do presente desses homens e mulheres visavam, em grande medida, a chegada a este plano celeste: a projeção de futuro da maioria católica estava ligada a este momento após a morte. Tais pensamentos são observáveis quando lemos inventários e testamentos do período. A realização destes já era um ato de prevenção vinculada ao ideal da boa morte, para que não houvesse risco de desperdiçar uma vida de comedimentos e práticas cristãs sem ter deixado instruções para quando a alma partisse para o outro mundo, e para não serem pegos despreparados pela morte “que esta não reserva nem aos doentes nem aos sãos”³³⁶. A hora da morte era uma ocasião na qual ocorreria o julgamento individual, e haveria o derradeiro combate entre as entidades do bem e do mal pela alma do agonizante. Nos últimos momentos antes da morte, os pecados poderiam ser perdoados, mas também, havia a possibilidade do moribundo ceder as últimas tentações das forças do mal, e acabar perecendo. Daí a feitura destes

³³⁴ Maria Helena Oliva-Augusto, “Tempo, Indivíduo, e Vida Social”. *Ciência e Cultura*, v. 54, n.2, São Paulo, Out./Dez., 2002, p. 31.

³³⁵ R. Koselleck, *Futuro Passado....*, cit., p. 278.

³³⁶ “Testamento de Antonio Barbosa Pereira”. D.I.H.S.P.. São Paulo: Edição do Instituto Histórico e Geográfico de, 1937, v. 63, p. 129.

documentos visando organizar previamente o momento da partida ³³⁷, e declarar as ações passadas e as necessárias para um futuro, depois de morto e de esperança de salvação. Havia nesta época manuais que instruíam as pessoas em atitudes ao longo da vida que desembocassem na morte serena e não receosa de um cristão, onde desde o levantar até ao adormecer eram necessárias rezas, contrições, e a máxima manutenção de pensamentos voltados a Deus³³⁸. Na teoria, era uma forma de abstração ao tempo terrestre, projetando-o sempre à eternidade, onde em meio aos vivos até mesmo o momento do sono era a lembrança da morte sempre à espreita, pois ao se deitar a posição equiparava-se a de um cadáver, o ambiente tornava-se escuro — uma demonstração dos caminhos do mundo dos mortos —, e o ato de cerrar os olhos e dormir era uma representação da morte.

Os testamentos da capitania bem como de outras partes da América portuguesa se iniciavam com a declaração de devoção e encomenda a Deus, à Igreja e a algum santo em especial, desde a hora que os fiéis declarantes ditavam seus atos até o momento em que o corpo padecesse. Seguia especificando a quantidade de missas, esmolas e rezas que seriam feitas para a alma do declarante e, por ventura, de algum parente que pudesse estar no purgatório, o local de enterro e eventuais procedimentos para este. Estas condutas presentes nestes documentos nos abrem a brecha para atentar a uma das formas que o indivíduo desta sociedade entendia a vida, sua individualidade e seu futuro. Neste momento, tinha-se ainda uma razão do presente que estava conectada a um porvir que ultrapassava os limites da vida, vida esta pautada em ações presentes que tinham reflexos no futuro eterno. A vida não era apenas uma sucessão de acasos ou de atos pensados no presente que poderiam ser usufruídos mais adiante na mesma linha temporal: era uma vivência que ia mais além e que corria o risco de não atingir o outro plano, se não se seguissem os preceitos necessários, e ter que continuar convivendo preso no mundo dos vivos na forma de alma penada³³⁹. Assim, a morte era um momento da vida que tinha continuidade na alma, não era um fim absoluto, mas o fim do tempo terrestre.

³³⁷ B. S. Matrangolo, *Formas de bem morrer...*, cit., p. 51-52.

³³⁸ J. P. Berto, *Liturgias da Boa Morte e do Bem Morrer...*, cit., capítulo um: “Por um morrer conforme o texto: Liturgias da Boa Morte e Bem Morrer”.

³³⁹ B. S. Matrangolo, *Formas de bem morrer...*, cit. Era comum à época a crença em almas penadas e espíritos que circundavam os vivos, por não terem executado o procedimento correto na hora da morte que colocaria a alma atormentada no caminho da salvação. Acreditava-se que tal falta poderia provocar a ira do defunto e/ou a sua danação.

O indivíduo em São Paulo colonial, como visto nos testamentos e inventários, identifica seu passado, dentre outros modos, por sua filiação, pelo pertencimento a uma comunidade ou localidade, e pelos bens que possuía. No ato de relatar seus bens surgiam episódios e pessoas que passaram pela vida do declarante e que se ligavam ao passado pessoal deste. O passado não se encontrava distante, e não era necessária uma comprovação estritamente formal dos atos e dados declarados, a declaração para vias de algo importante como a morte atestava a veracidade dos fatos e já era bastante suficiente. A mensuração da vida ainda não era uma preocupação recorrente e, portanto, a precisão de fatos e datas não estava em primeiro plano:³⁴⁰ faziam-se aproximações no tempo que resgatavam os fatos vividos pelas pessoas. Isso ocorria do mesmo modo no plano das elaborações eruditas acerca do passado da capitania de São Paulo. No capítulo cinco desta dissertação abordaremos alguns autores que elaboraram um passado colonial paulista, e ao fazê-lo, valiam-se de aproximações no tempo e de *memórias* pessoais ou coletivas. A tridimensionalidade das vivências em passado, presente e futuro, não encontrava-se totalmente delineada na consciência de um *eu* único de responsabilidade particular. Nas sociedades do Antigo Regime, as distinções são ainda de grupos e não pessoais, o que não exclui da sociedade o florescimento de personalidades; mas a questão é que as faixas estamentais se sobrepunham à personalidade em si e à tomada de consciência desta. Fato que no século XIX já se encontra em mudança, com o indivíduo sendo “capaz de constituir a si mesmo enquanto obra, aplicando-se cotidiana e continuamente ao cultivo daqueles traços que o distinguíssem das outras [pessoas]”³⁴¹. Não obstante, como veremos mais à frente, estava em marcha essa delimitação, uma diferenciação, em especial, relacionada ao passado histórico que interessava a uma parte da população deste período, e que projetava um futuro que já não era necessariamente apreensível ou dedutível da experiência passada.

A percepção de vivência consistia também na determinação das fases da vida, que eram diferentes de acordo com o gênero, e não se encerravam apenas nas etapas biológicas, sendo também sociais³⁴². Da análise da *Relação* dos habitantes da capitania de São Paulo feita em 1776, divididos por classes de acordo com faixas etárias — sendo que o serviço militar era o parâmetro classificatório para se imputar a idade —, podemos

³⁴⁰ A. W. Crosby, *A mensuração da realidade...*, cit., p. 39-40.

³⁴¹ M. H. Oliva-Augusto, “Tempo, Indivíduo, e Vida Social”..., cit.

³⁴² P. Ariès, *História Social da Criança e da Família*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1981, p. 39.

extrair algumas informações relevantes a respeito deste tema³⁴³. *Criança*, foram arroladas aquelas do sexo masculino (total de 14.639) e do sexo feminino (total de 14.125) até a idade de sete anos. *Rapaz*, era a fase seguinte a *criança*, dos sete aos quinze anos (total de 10.726); e *rapariga* (10.556) dos sete aos catorze anos (idade legal para se casar). Assim, o sexo feminino tinha um ano a menos na fase correspondente à adolescência. A fase seguinte se iniciava com os *homens*, dos quinze até os sessenta anos (total de 27.042) sendo que a idade de 21 anos era considerada a da maioridade, e *mulheres*, dos catorze até os quarenta (total de 25.352). Homens *velhos* eram os maiores de sessenta (total de 3.969). Consta neste meio dezessete homens com mais de cem anos, e por isso tem seus nomes ao lado da idade, o que não ocorre com o restante. São eles:

Tabela 3, Homens com mais de 100 na capitania de São Paulo (1766)

Nome	Estado	Localidade	Idade
Antonio Moreira Durão	Casado	Vila de Itú	100
Jorge (forro)	Casado	Vila de Itú	100
João Alves de Macedo	Casado	Vila de Mogi das Cruzes	100
João Baptista (forro)	Agregado de Plácido dos Santos	Vila de Sorocaba	100
Sebastião	Escravo de Raymundo Barbosa	Vila de Paranaguá	100
Caetano (forro)	Agregado de Pedro Rodrigues Costa	São Paulo (termos da cidade)	100
Antonio Maciel	-	Vila de São João de Atibaya	100
Francisco Vieira Colasso	-	Vila de São João de Atibaia	110
Amaro Moreira	Casado	Vila de Sorocaba	109
Domingos (forro)	Agregado de Frei José	Vila de Itú	106

³⁴³ “Relação de todos os habitantes da Capitania de São Paulo, divididos nas Classes seguinte”. D.I.H.C.S.P.. São Paulo: Typographia Andrade, Mello & c., 1898, v.28, p. 267-271.

	do Nascimento		
Miguel Francisco Ribeiro	-	Vila de Paranaguá	106
Pedro de Ozedas	Viúvo	Vila de Paranaguá	105
José Rodrigues do Prado	-	Vila de Mogi Mirim	105
Salvador da Costa	Casado	Vila de Paranaguá	102
Luiz de Sousa Portugal	Agregado do Capitão José Correia Leme Mazagão	Vila de Taubaté	101
Clemente Portes	-	Vila de Mogi Mirim	101
Lázaro Nunes	-	Vila de São João de Atibaia	101

(Fonte: *Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo. Relação*, p. 268-269)

Mulheres eram consideradas *adultas* e *velhas* de quarenta anos em diante (total de 10.566), e também constam dez mulheres identificadas pelos seus respectivos nomes com mais de cem anos. São elas:

Tabela 4, Mulheres com mais de cem anos na capitania de São Paulo (1766)

Nome	Estado	Localidade	Idade
Francisca Rodrigues	Agregada de Ignacia Dias Borba	Vila de Itú	106
Maria (forra)	Viúva em casa de Antonio da Arruda de Sá	Vila de Itú	106
Natária da Silva	Viúva	Vila de Paranaguá	104
Sebastiana Misericórdia	Casada	Vila de Paranaguá	102
Quitéria Maria	Viúva	Vila de Itapetininga	102
Rosa Carijó	Agregada de Bento Gonçalves	Vila de Itú	100

Margarida	Escrava de Dona Ignacia Buena	Vila de Parnaíba	100
Catharina (forra)	-	Vila de Paranaguá	100
Maria Antunes	-	Vila de São João de Atibaia	100
Perpétua Gomes	-	Vila de São João de Atibaia	100

(Fonte: *Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo. Relação*, p. 270-271)

Oficialmente, pela *Relação* exposta, a infância não era muito dilatada, mas mesmo assim havia um número expressivo de indivíduos nesta fase da vida. A natalidade era alta, mas pelo número posterior de *rapazes* e *raparigas* ser menor demonstra-se que muitos morriam antes de atingir essa fase. Um dos passos dado em direção à individualização na Europa e depois no restante do ocidente foi a demarcação da infância, onde a criança começa a deixar de ser um adulto mirim e passa a ser compreendida em sua alteridade em uma fase que contém singularidades. Philippe Ariès assinala esta diferenciação entre o século XVII e XVIII europeus, em parte porque as crianças passaram a sobreviver mais aos primeiros anos de vida e isso gerou maior atenção e afeto dos circundantes³⁴⁴. A tese de Ariès sobre a infância na Europa abriu a possibilidade de análise desta fase da vida historicamente, e como qualquer pesquisa não está isenta a críticas. Suas teorias sobre este assunto são consideradas reducionistas por alguns, e por outros, como medievalistas que enxergam sentimento de infância já no período medieval, limitado. De fato, foi no século XIX com o Romantismo que a pureza e a inocência da criança foram reconhecidas em meio a sociedade ocidental, porém, tais atributos eram destinados as crianças abastadas e pertencentes as classes mais altas³⁴⁵. No Brasil Império do século XIX, passe-se a exibir contornos mais nítidos quanto a individualização da infância em meio daqueles que compunham a elite, sobretudo com o início das políticas públicas na segunda metade do XIX voltadas a saúde das

³⁴⁴ P. Ariès, *História Social da Criança...*, cit.

³⁴⁵ Douglas de Araújo Ramos Braga, “A infância como objeto da história: um balanço historiográfico”. *Revista Angelus Novus*, ano VI, n.10, São Paulo, 2015, p. 15-40 (formato eletrônico). Acesso: <http://www.revistas.usp.br/ran/issue/view/9262>

crianças³⁴⁶. A queda da mortalidade infantil no Setecentos ocidental concretizou o posterior sentimento de proteção aos menores, após um período de elaboração a respeito da particularidade dos seres “frágeis” e ameaçados pela morte no início da vida³⁴⁷. Havia a intermediação antes da fase de maioridade, representado pelos rapazes e moças, que abarcavam a fase da terceira infância e pré-adolescência. Aos sete anos já podia-se ter dentes fixos, o que era um marco de passagem de fase, e a maior diferenciação externa entre os sexos. A vida adulta era marcada pela fase de maior fertilidade humana e possibilidade de procriação, e que era mais curta – como quase sempre – das mulheres em relação aos homens, colocando aquelas mais cedo na fase da velhice, caracterizada pela maturidade. Esta etapa era fortemente assinalada pelas funções sociais de homens e mulheres: maternidade (a possibilidade de dar à luz era marca constitutiva da idade da mulher), paternidade, posses, estado civil, profissão, capacidade de prestar serviço militar (para homens), educação, posicionamento na hierarquia social, dentre outras questões que prestavam auxílio à conceituação dos gêneros e dos papéis sociais creditados a cada um. A velhice demorava mais a chegar para homens, pois estes têm maior capacidade biológica de procriação durante a vida, e a depender da necessidade, como convocações militares, a velhice era afastada para homens com bem mais idade que os sessentas anos. A velhice naquela época estava associada mais à biologia que à cultura, e do mesmo modo à aparência física, cabelos brancos, quantidade de dentes, qualidade da visão, força, etc. — o quesito força, em uma sociedade escravista, certamente determinava a aparência de longevidade. É pertinente acentuar que dentre os vinte sete moradores aos quais foram atribuídas idades centenárias, havia declarados dois “escravos” e cinco “forros”, ressaltando a qualidade associada aos negros de pessoas robustas e por isso mais longevas, sobretudo, em uma sociedade escravista da qual a capitania partilhava, onde o valor humano de certos grupos sociais se media pela sua capacidade de trabalho braçal, logo por sua posição na hierarquia social.

A discriminação das idades também surge nos recenseamentos que passaram a ser feitos na capitania após 1765. O levantamento populacional dos habitantes de São Paulo foi promovido “quase que anualmente (...) e viria a perdurar até 1836, com maior ou menor regularidade (...) apesar das óbvias e enormes dificuldades logísticas em sua

³⁴⁶ M. del Priore (Org.), *História das Crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2010; Marcos Cezar de Freitas (Org.), *História Social da Infância no Brasil*. São Paulo: Cortez Ed., 2003.

³⁴⁷ P. Ariès, *História Social da Criança...*, cit., p. 58-61; Jacques Gélis, “A individualização da criança”. In: P. Ariès & G. Duby (Dir.), *História da vida privada...*, cit., p. 318.

elaboração”.³⁴⁸ A procura em contabilizar a população, identificar os aptos ao trabalho, os espaços mais povoados dentre outros fatores que transparecem nestas listas, ligavam-se, a princípio, ao interesse militar para o arregimento de homens em defesa das fronteiras e novas possessões ao oeste, o que acabava por causar fugas e ocultamento de dados. Se somarmos a isso os temores gerados pelo fisco e a desconfiança da em relação aos agentes do censo³⁴⁹, percebe-se a imprecisão resultante deste tipo de documento. Todavia, esse tipo de listagem inscreve-se na mudança da forma de pensar o mundo que se deu no ocidente onde desde o século XVI a quantificação foi tomando o espaço da qualificação. Alfred W. Crosby credits ao ocidente “a singular realização intelectual” de unir a matemática e a mensuração, impondo-lhes “a tarefa de dar sentido a uma realidade sensorialmente perceptível, a qual os ocidentais, numa desabalada descontração de fé, presumiram ser temporal e espacialmente uniforme e, portanto, passível de tal exame”³⁵⁰. Embora fossem imprecisos e de contagem precária, os recenseamentos atendiam a esse interesse de mensurar a população da capitania de São Paulo, e davam dimensão da realidade populacional aos homens à frente da administração do espaço paulista; e em última estância, também à Coroa.

Nos *Documentos Interessantes* está arrolado o recenseamento feito em 1765, na cidade de São Paulo e seus arredores, que correspondiam aos bairros e freguesias. A lista conta com os fogos — que compreendiam a unidade de trabalho, onde os integrantes de um fogo trabalhavam juntos para manter o grupo doméstico³⁵¹—, quantidade de homens e mulheres, filhos, idades e cabedais. Indicavam-se os agregados, expostos e escravos e eram todos identificados pelos nomes — por sinal, bastante repetitivos. Não há o registro de muitos sobrenomes nesta lista, e nem sempre os nomes de família dos pais eram dos filhos; igualmente no tocantes às mulheres casadas, já que estas, em geral, não adotavam o nome do marido — era um costume português não haver uniformização nos sobrenomes da família, o que foi transplantado para a

³⁴⁸ M. B. Nizza da Silva (Org.), *História de São Paulo...*, cit., p. 158.

³⁴⁹ C. A. P. Bacellar, “Arrolando os habitantes no passado”, p. 116. Bacellar adiciona às deficiências destes documentos a má vontade em executar a tarefa por parte dos entrevistadores. Estes eram mandados aos locais de entrevista com instruções específicas de como coletar os dados.

³⁵⁰ A. W. Crosby, *A mensuração da realidade...*, cit., p. 28-29. Crosby destaca que a matemática e a mensuração já existiam em outros povos antes do ocidente juntá-las no século XVI; porém, segundo o autor, estas inicialmente estavam unidas apenas na teoria e não na prática do dia a dia. O ocidente passa a ter no ato de quantificar uma obsessão, onde tudo torna-se cada vez mais mensurado e medido.

³⁵¹ Bacellar alerta que estes domicílios não poderiam ser de maneira nenhuma “caracterizados, automaticamente, como tendo a posse da terra”. “Arrolando os habitantes no passado”..., cit., p. 123.

América.³⁵² Na lista citada há só um casal com mesmo sobrenome, Braz e Maria Pires³⁵³ (é provável que tivessem o mesmo prenome de família).

As ocupações dos moradores também eram registradas pelos recenseadores, e encontravam-se muitos “comerciantes”, “caixeiros”, “donos de lojas”, “homens de negócio”, cabeleireiros, alfaiates, vendedores, etc., distribuídos em fogos, enquanto em outros havia apenas viúvas ou viúvos, mulheres com “marido ausente” ou gente sem ocupação. Registravam-se os defeitos físicos: cegos, aleijados (muito por conta do serviço militar); estado matrimonial; ocupação, incluindo a de estudante e a religiosa informal como “beata”; quando negros, mulatos ou pardos, arrolava-se estado de sujeição, “livre”, “liberto”, “forro”. Quanto às idades, eram feitas por estimativa do recenseador e do próprio recenseado, e muitas não condiziam com a realidade sendo muitas claramente inverossímeis. Por exemplo: mulher com cem anos e filha de 25, mulheres idosas com maridos muito jovens — apesar de não ser incomum o matrimônio entre senhoras viúvas, geralmente abastadas, com homens mais novos—, homens de 110 anos, 125 anos, mãe com 33 anos e filha com 24.

Em geral, as pessoas de fins do século XVIII conheciam o dia de seus nascimentos através do calendário religioso. Nascia-se no dia do santo específico, e recebia-se o nome daquele santo, mais um vocativo para se lembrar do dia, e não necessariamente referir-se a uma data do calendário civil. Como ninguém portava registro de nascimento, documentos que pertenciam aos registros paroquias, era mais difícil saber exatamente quantos anos se tinha. A linearidade da vida não se baseava, portanto, em cronologias, com tempos matemáticos sequenciais e divididos por igual, mas era tida como uma espécie de “palco” por onde ocorriam várias peças até o “maior de todos os dramas — a Salvação x Maldição”³⁵⁴. A marcação temporal dos indivíduos conectava-se à acumulação de experiências tanto pessoais quanto partilhadas pela sociedade: quando alguém se casou, quando morreu um parente, quando fulano se apartou para longe, se estava beirando a morte e já havia completado os ciclos comuns da vida, quando chegou tal autoridade a localidade, quando o pároco foi consagrado, depois da grande festa tal... Referências como estas davam ritmo à vivência das pessoas comuns assinalando-lhes marcos, e não se pautavam em um tempo objetivo. O uso dos

³⁵² M. L. Marcílio, *A Cidade de São Paulo...*, cit., p. 70.

³⁵³ “Recenseamento de 1765”. D.I.H.S.P., v. 62, p. 206.

³⁵⁴ A. W. Crosby, *A mensuração da realidade...*, cit., p. 39.

números e difusão da matemática na capitania de São Paulo não são aspectos precisos de nossa pesquisa, e aparentemente carecem de maior investigação para mapear o quanto estes procedimentos foram apropriados pela sociedade paulista; mas é certo que em algumas estâncias se faziam cálculos e bom uso dos números, como as instâncias ligadas à Coroa, ao comércio e à Igreja. O homem comum conhecia operações simples para transações nas vendas, ou para cálculos de pequenas quantidades. No recenseamento de 1765, este dado se mostra quando são referidos os meses que um bebê tinha uma vez que o ano do nascimento destes era um passado recente, mais fácil de ser contabilizado, bem como o dos filhos menores. O uso da matemática e da quantificação por uma sociedade propicia a averiguação de fatos passados e uma visão em direção ao futuro, “na medida em que permite construir sequências e com estas ter certo alcance de previsibilidade”; em outras palavras, se adiantar ao futuro moldando o presente³⁵⁵. Não é esta, ainda, uma tendência dominante em São Paulo de fins do século XVIII, embora não estivesse de todo ausente da capitania.

Viver consistia em passar por etapas de experiência e suas representações sociais, sem necessariamente preocupação fundamental por mensurações cronológicas. Mensurava-se a vida por experimentações quando, até então, esse tipo de racionalização da vida humana não era recorrente a todos. Homens e mulheres da capitania de São Paulo tinham acrescentados as suas vivências além da perspectiva de vida linear, a perspectiva religiosa do mundo — deveriam estar sempre cientes de suas finitudes, da pequenez de suas existências diante da eternidade e da grandeza divina. Tempos humanos podiam estar submetidos a mensurações matemáticas e cronológicas, mas estas ainda não eram elementos centrais da existência individual.³⁵⁶ Na genealogia de

³⁵⁵ R. Uribe, *Las dinámicas del tiempo...*, cit., p. 139-140.

³⁵⁶ Para um panorama geral a respeito da forma como a ideia de tempo foi se constituindo nas sociedades ao longo da história, ver: G. J. Withrow, *O tempo na história*. Concepções sobre o tempo da pré-história aos nossos dias. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993 e Daniel Rosenberg & Anthony Grafton, *Cartographies of Time*. Hudson NY: Princeton Architectural, 2013. Withrow procura responder a questão de por que o tempo é tendencialmente dominante no pensamento social mundial. Para tal, faz uma análise dos conceitos de tempo relativos ao tempo subjetivo, aquele intuído pelo indivíduo, e do tempo prático, dado pelo relógio e marcado pela rotação da Terra. Withrow, tal qual David Landes (*Revolución en el Tiempo*), credita ao surgimento do relógio mecânico no século XIII o papel crucial no interesse progressivo que as sociedades passam a ter então na contagem matemática do tempo (veremos mais detalhadamente esta questão no capítulo três desta dissertação), tornando o tempo, exercício de preocupação dominante nas sociedades contemporâneas. Rosenberg & Grafton, se concentram no conceito de tempo linear, e buscam compreender a metáfora de “linha do tempo” através da história, desde as cronologias antigas até a relação espaço/tempo materializada nos mapas. Para os autores, sempre houve interesse por parte dos seres humanos em colocar as concepções de tempo em formas cartográficas virtuais lineares, mesmo que haja a representação circular, para os autores, é esta representação, antes de

Pedro Taques, por exemplo, quando são atribuídas idades a personagens, são estas idades avançadas de modo aproximado — “mais de século”, “passou dos 80”, “avançados anos porque chegou a 92” —, ou são metamorfoseadas — “tenra idade”, “faleceu no berço”, “avançado em anos”, “avançada idade de anos”, “idade pueril”, “já não tinha dentes, e se achava muito impossibilitado para andar por sertões”³⁵⁷. São marcações de idade aproximadas e qualitativas e não quantitativas. As metáforas empregadas para tal mostram a essência daquelas idades, e não a sua perfeita correspondência numérica; são assim, também, idades sociais.

Diante disso, tais fases e momentos de vivência convertem-se em parte significativa do universo da existência individual.³⁵⁸ Por não viverem atados a precisões em seu cotidiano, a contagem dos dias, meses e anos não estava atrelada ao calendário civil, apenas. Daí a importância ritual das festas cíclicas, que traziam com elas a renovação e regeneração do tempo. O calendário, no sentido de ordenamento da existência, consistia em celebrações que lembrava a todos em que época do ano estavam: época da Páscoa, Quaresma, Advento, fim de ano, etc.. Com a individualização das sociedades e o triunfo dos números, isto tende a mudar, com cada indivíduo passando a ter seu dia de nascimento e de comemoração desvencilhando-se, progressivamente (mas não totalmente) do calendário religioso. No escopo documental desta pesquisa, não há indicações de celebrações de aniversários de nascimento e de casamento entre a maioria da população, salvo os relativos a membros da realeza portuguesa, cujas celebrações impediam reuniões da câmara. Por exemplo, por “ser dia de annos de Sua Magestade Fidelíssima que Deus guarde dia em que se celebra em obsequio do felicíssimo nascimento do dito senhor”³⁵⁹.

Celebrações ligadas à realeza eram ainda mais destacadas por serem estas diferenciadas em meio a uma sociedade que, como vimos, estava imprimindo mudanças em torno da privatização e da individualização. Como vimos no capítulo, um as moradas paulistas do início do século XIX começam a se compartimentalizar, e com isso criam espaço de intimidade e privacidade separados do *público*, e nesse processo os moradores das habitações adquirem mais objetos e móveis: há um aumento na

tudo, uma linha. Uma linha que evoluiu lentamente até o conceito arraigado atualmente de linearidade do tempo.

³⁵⁷ P. Taques, *Nobiliarquia Paulistana...*, cit.

³⁵⁸ M. del Priore, “Ritos da vida...”, cit., p. 308.

³⁵⁹ “Termo de vereança feito aos dez dias do mês de junho de 1767 annos”. A.C.M.S.P., v, 15, p. 276.

quantidade de talheres, copos e pratos nos interiores domésticos, assim como de cômodas com compartimento de escrivaninha e mais gavetas³⁶⁰. É uma separação dentro do próprio espaço, já este separado. Na Europa no século XIX há o mesmo interesse de separação dentro de espaços privados, como se vê na proliferação de camarotes das casas de ópera, e de saletas para se reservar espaço onde se pudesse ficar a sós, apesar da solidão ainda não ser um direito do indivíduo. “Ela [a solidão] devolve, como um espelho, a imagem de uma sociedade que valoriza a ordem da casa e o aconchego do lar”³⁶¹.

No século XVIII e no início do XIX, esta forma de se reservar diante da sociedade ocorria em espaços abertos, em jardins, campos e praças, por conta das casas ainda não serem muito compartimentadas; porém, as atitudes que descrevem esse sentimento, tais quais a leitura silenciosa, o tempo dedicado à escrita e à devoção pessoal, se fazem presentes. Nas palavras de Orest Ranum, no século XVIII

“o íntimo nunca é um dado: é preciso procurá-lo além dos comportamentos codificados e das palavras. O que pertence à esfera do íntimo está em todos os lugares e em todos os objetos que encarnam as emoções e os afetos humanos.”³⁶²

A amizade era uma variante da intimidade, e poderia ocorrer de forma espontânea e afetuosa “entre pessoas que se escolheram livremente e sem outra finalidade a não ser elas mesmas³⁶³” — o que é mais difícil de identificarmos em São Paulo por conta da natureza das fontes utilizadas neste estudo —, do mesmo modo que ocorria entre iguais: a amizade que conceitualizava os laços políticos entre pessoas e exigia normas de conduta, como o uso do termo *amigo* para designar uma pessoa do mesmo corpo societário³⁶⁴. Caracterizava também uma prática geral da sociabilidade envolvendo grupos (como, por exemplo, os maçons que, na Europa, foram expoentes

³⁶⁰ M. L. Viveiros Araújo, “Os interiores domésticos...”, cit., p. 138-139.

³⁶¹ M. Perrot, “À margem: solteiros e solitários”. In: P. Ariès & G. Duby (Dir.), *História da vida privada...*, cit., v.4, parte II, “Os atores”, p. 282.

³⁶² O. Ranum, “Os Refúgios da Intimidade”..., cit., p. 211.

³⁶³ Maurice Aymard, “Amizade convivalidade”. In: P. Ariès & G. Duby (Dir.), *História da vida privada...*, cit., v.3, parte III, p. 445.

³⁶⁴ O. Ranum, “Os Refúgios da Intimidade”...cit., p. 255.

desta forma de *amizade*) ancorados em uma adesão individual, “voluntária, opcional e flexível”³⁶⁵.

Há cartas afetuosas trocadas entre os capitães gerais de São Paulo e outros governantes da época, nas quais é possível recuperar alguns destes traços de intimidade. Mesmo em cartas oficiais ou outros documentos, como lembranças e elogios, há dados que dão pistas para o rastreamento da vivência do tempo nessa esfera cotidiana. Para se escrever uma carta, reservava-se um momento próprio para isso, criava-se uma esfera íntima durante o ato da escrita que era simultaneamente retiro e refúgio, apartando, por instantes, o indivíduo da comunidade³⁶⁶. Os amigos que se valiam deste tipo de correspondência, mesmo conscientes de que existia um tempo de espera até que estas chegassem aos seus destinatários, não pareciam possuir a mesma ansiedade que se nota nos ofícios, ordens, etc. Presumivelmente isso se dá pela natureza amistosa desse tipo de correspondência, onde o interesse primordial não é a intervenção ou o reestabelecimento da ordem via seu conteúdo, e assim não visa a interferência rompante no tempo de outras pessoas ou da sociedade, acelerando o ritmo de vida para o equiparar ao compasso das aspirações do remetente³⁶⁷.

O conde da Cunha, D. António Álvares da Cunha, Vice-rei do Brasil, era amigo de D. Luiz de Souza Botelho, o Morgado de Mateus³⁶⁸. Vemos nas correspondências trocadas entre estes sinais de intimidade: ao assinarem suas cartas, se diziam “muito fiel amigo e cativo”, “muito amigo de vossa excelência”, “amigo e senhor do meu do coração”, “muito fiel venerador”. Mandava-se com frequência lembranças e afetos à parentes próximos e inquiria-se a respeito da saúde e bem-estar de ambos. Bluteau precisa que *amizade* na língua portuguesa é “recíproco amor de benevolência, fundada em boa razão, e em virtude; vínculo da sociedade humana, sustento da vida civil (...)”³⁶⁹; mais à frente Moraes e Silva resume *amizade*: “amor, benevolência, que sentimos em favor de alguém”, definição que se mantêm no século XIX.³⁷⁰ *Amigo*, conforme o

³⁶⁵ J. F. Furtado, *Homens de Negócio...*, cit., p. 60 & M. Aymard, “Amizade convivencialidade”..., cit., p. 442.

³⁶⁶ R. Chartier, “As práticas da Escrita”. In: P. Ariès & G. Duby (Dir.), *História da vida privada...*, cit., v.3, parte I, p. 113.

³⁶⁷ R. Uribe, *Las dinámicas del tiempo...*, cit., p. 50.

³⁶⁸ No volume 14 dos *Documentos Interessantes* encontram-se cartas pessoais do Conde Vice-rei para Morgado de Mateus.

³⁶⁹ R. Bluteau, *Vocabulário Português...*, cit., v.1, p. 340. Acesso: <http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/1/amizade>

³⁷⁰ A. M. Silva, *Diccionario da lingua...*, cit., v.1, p. 122. Acesso: <http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/2/amizade>

dicionário português do padre Raphael Bluteau é “aquele que está unido com outro pela uniformidade dos gênios, semelhança nos costumes; mútua benevolência; que lhe fala com a mesma confiança; que lhe deseja as mesmas vantagens, e fortunas que a si próprio”³⁷¹. Moraes e Silva definiu *Amigo* da seguinte maneira: “favorável, benéfico; o que gosta”³⁷². Silva Pinto, no século XIX, vale-se da mesma definição de Moraes e Silva, apenas acrescentando que *amigo* também é aquele “que ama honestamente”³⁷³. Por meio da definição de Bluteau, pode-se vislumbrar laços de amizade entre o Conde da Cunha e o Morgado de Mateus, pois ambos têm os mesmos costumes (são nobres), falam com confiança um ao outro, e se desejam mutuamente boa fortuna. Se faz pertinente destacar que no século XIX, *amigo* é definido por graus de sentimentos, e não mais por afinidade de gênios e semelhança de costumes. *Amigo* pode ser aquele que gosta, mas também o que ama sem fingimento, demonstrando que haveria diferença nos laços de amizade de acordo com os sentimentos devotados ao outro — o que sugere que a *amizade* estava sendo entendida como algo que carregava em sua essência certo grau de espontaneidade.

O uso de termos que denotam submissão nas correspondências entre o Vice-rei e o Morgado de Mateus, sublinham o conceito de amizade ancorado na afabilidade e comprazimento que cobrava o interesse das partes na manutenção destes sentimentos. Nota-se que a distância não implicava em rompimento de amizades. A ausência física não era prerrogativa para o interromper dos laços afetivos e isto é visível na atitude da escrita, onde para-se para pensar na pessoa e dedica-se um tempo fora da rotina a isto.

O mesmo Morgado de Mateus sabia que o juiz de fora de Santos, em 1767, não se encontrava bem de saúde e escreveu a ele, em um primeiro momento, perguntando a respeito de seu bem-estar. Mais tarde, em outra correspondência, o Morgado dizia: “As boas notícias que V. Mercê me participa de sua saúde, são para mim as festas mais gostosas, por ser juntamente mais interessado em todas as suas felicidades”³⁷⁴. Neste padrão de amizade, era comum que houvesse preocupação protocolar quanto ao estado

³⁷¹ R. Bluteau, *Vocabulario Portuguez...*, cit, v.1, p. 336-337. Acesso: <http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/edicao/1>

³⁷² A. M. Silva, *Diccionario da lingua...*, cit., v.1, p. 121. Acesso: <http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/2/amigo>

³⁷³ L. M. Silva Pinto, *Diccionario da Lingua Brasileira...*, cit., p. s.n. Acesso: <http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/3/amigo>

³⁷⁴ “Para o Juiz de Fora de Santos”. D.I.H.S.P.. São Paulo: Typographia do Globo, 1943, v. 67, p. 129.

de saúde³⁷⁵, porém nota-se que há uma revelada alegria em saber que o juiz se encontrava melhor. Por outra carta trocada entre os mesmos, lê-se que o capitão general não respondeu antes ao juiz de fora de Santos por não ter “o tempo necessário para o fazer por escrito, como agora faço, desejando a VM. todas as felicidades, em que Deus e Nosso Senhor o guarde por muitos anos³⁷⁶”. Nos votos que encerram a carta, transparece alegria, tanto quanto na primeira correspondência citada, e nela vemos uma linguagem leve, o que pode sugerir uma aproximação maior entre estas duas pessoas. Nota-se a justificativa para o ato de não se ter escrito antes: a ausência de tempo que era requerido para se valer da escrita, ainda mais daquela mais íntima. Na maioria das correspondências oficiais, a forma com que se usam as devidas despedidas para o encerramento da carta é sempre protocolar e direta, o que dá respaldo à hipótese de proximidade mencionada entre o Morgado e o juiz de fora.

Em 20 abril de 1776, o capitão general da capitania de São Paulo, Martim Lopes Lobo de Saldanha, enviou uma carta ao Marquês de Pombal, felicitando-o por ter escapado de uma tentativa de assassinato³⁷⁷. Nas linhas escrita ao Marquês de Pombal, Lobo de Saldanha fala de seu “reverencial Amor” ao “iluminado, superior, e incomparável” ministro, e mostra-se bastante revoltado com o criminoso, de nome João Baptista Pelle, que se “o vice eu, seguro a V. Ex.^a que não me assustaria porque improvizamente com todo o esforço, e indignação o sepultaria vivo, e satisfaria minha justa cólera³⁷⁸”. Adiante, Lobo de Saldanha relata que participou da missa e mandou iluminar a cidade de São Paulo em honra à vida de Pombal, além de fazer recitar uma oração pública que seria encaminhada posteriormente ao ministro. Conclui Saldanha lembrando que era obrigado ao Marquês por ligação familiar, por via da casa do seu tio e de seu sogro “que Vossa Ex.^a, tanto honrou com seus favores e amizade”, portanto, por laços estreitos no plano familiar, onde a amizade era “banal, necessária, plural e inscrita na trama usual das relações sociais centradas na família que ela contribui para

³⁷⁵ O. Ranum, “Os Refúgios da Intimidade”..., cit., p. 256.

³⁷⁶ “Carta para o Juiz de Fora de Santos”. D.I.H.S.P., v. 64, p. 132-133.

³⁷⁷ Foi uma suposta tentativa de assassinato em 1775 no qual o italiano João Baptista Pelle foi acusado e condenado à morte por esquartejamento por quatro cavalos. Nesta carta, desconfiam que os mandatários de tal crime foram os jesuítas, tendo em vista a expulsão destes dos territórios portugueses, ocorrida em 1759. Anos depois, há citação ao caso no jornal português *O Panorama*, que descreveu a punição como momento de terror e “actos de crueldade do ministro” em Lisboa. *O Panorama*, Jornal Literario e instructivo da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Uteis, n. 39, Lisboa, 1839, p. 155. O famoso atentado a D. José I ocorreu anteriormente a este caso, em 1758.

³⁷⁸ “Para o Ill.mo e Ex.mo Senhor Marques do Pombal, felicitando-o por ter escapado de ser assassinado”. D.I.H.S.P.. São Paulo: Typographia Andrade, Mello & c., 1898, v. 28, p. 207.

estruturar ou simplesmente para lubrificar ³⁷⁹”. Em vista disso, Saldanha afirmava ter o dever de felicitar o amigo, pois manifestava-se entre eles uma dupla esfera de amizade prescrita: familiar e de iguais, o que exigia o desempenho de certos códigos expostos na carta.

Na correspondência entre Pedro Taques e Frei Gaspar da Madre de Deus (infelizmente não há marcação de data nessa correspondência), os quais eram primos e amigos íntimos, conforme Afonso de Taunay³⁸⁰, Taques escreveu: “Graça a Deus, que nesta tarde de 23 do corrente Novembro dou princípio a cumprir com a resposta que sou devedor á carta de V. Reverendíssima de 11 de Março próximo pretérito”, e termina “esta carta e é já noite do dia 29 de Novembro, porque não coube no tempo fazê-lo por menos”³⁸¹. Ressaltava ao Frei que “vive diariamente tão flagelado, que já [lhe] passam 13 meses sem que no decurso deste tempo pudesse adiantar a escrita do caderno” que deve ao primo por conta das pesquisas realizadas a respeito da história de São Paulo. Estes homens, cronistas do passado, historiadores de sua época tinham consciência de quanto tempo, separado dos afazeres corriqueiros, tomava-se para se escrever ou receber uma carta. Mostram-se acostumados a ele — mesmo diante de atrasos, como da carta de Pedro Taques —, pois ao invés de escreverem de uma vez tudo o que fosse necessário, já que esta resposta demoraria de chegar ao seu destino, escrevem escusas e as enviam, como se essas fossem a confirmação do recebimento da carta, as desculpas parecem que faziam parte do código de correspondência, e recebê-las não trazia desconforto visível. É um tempo lento e ritualístico que aqui se descortina: não se escreve de qualquer jeito e nem a qualquer hora, ou não se tira um tempo a sós a qualquer hora para isso, a não ser que se tenha algo de urgente a dizer.

A intimidade dos paulistas agregava o que só no século XIX passaria a ser qualificado como selvagem, triste e cruel: a morte³⁸². Esta se fazia presente no cotidiano de uma sociedade onde as taxas de mortalidade era alta e esperança de vida eram baixas, “com a morte ceifando brutalmente vidas produtivas e interferindo nas condições de

³⁷⁹ M. Aymard, “Amizade convivialidade”...cit., p. 444.

³⁸⁰ Afonso de Taunay, “O Historiador dos Bandeirantes. Pedro Taques e a sua obra”. In: P. T. Paes *Nobiliarquia Paulistana...*, cit.

³⁸¹ “Carta de Pedro Taques”. D.I.H.S.P.. São Paulo: Typographia da Companhia Industrial de São Paulo, 1896, v. 4., p. 10.

³⁸² B. S. Matrangolo, *Formas de bem morrer...*, cit., p. 54. Para um panorama geral da morte na América portuguesa e Brasil: João José Reis, *A morte é uma festa*. Ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX. São Paulo: Cia. das Letras, 1991.

sobrevivência de famílias inteiras”³⁸³. O historiador Carlos Bacellar, ao estudar a mortalidade em Sorocaba entre 1681-1810, repara que o número de mortes era maior entre os meses quentes de verão e outono, tendo seu número reduzido no inverno e na primavera. Bacellar atrela o aumento da mortalidade entre janeiro/julho à maior ocorrência de febres, desidratações e de doenças comuns a períodos de clima quente. Para a cidade de São Paulo do século XVIII, os picos de morte são identificados entre outubro e novembro, e as baixas em fevereiro, março e abril. No século XIX, as altas para a cidade de São Paulo concentravam-se entre outubro e janeiro, e as baixas nos meses de fevereiro, junho e julho.³⁸⁴

Em um ambiente imbuído de crenças e crendices, a religião era guia, conforto e intermediadora entre os que se iam e os que permaneciam neste mundo. A recorrência de óbitos na sociedade paulista a estes fazia lembrar sempre da necessidade de se estar preparado para a mais importante passagem da vida, a qual os ligava à religião por temor e prevenção. A morte ocupava muitos espaços da vida social, falava-se a seu respeito inclusive em sermões, pensava-se nela diariamente, escrevia-se sobre ela; afinal, era a morte o complemento de uma vida que se manifestava em concepções de fé e cujas ações deveriam ser relacionadas à salvação³⁸⁵. Tendia-se a interpretar a vida como antessala da morte, na esperança do que viria depois, sempre através das lentes religiosas.

Atribuía-se à morte o bem ou o mal. A boa morte católica era anunciada, prevista, “reconhecida em seus signos inconfundíveis, em geral dolorosa, desenlace de uma grande agonia que não afetava só ao moribundo, senão também aos que o rodeavam.”³⁸⁶ Morrer subitamente ou tragicamente, situação oposta à “boa morte”, podia ser visto como mostra da ira divina sobre aquele que morreu³⁸⁷, constituindo-se em perfeito exemplo da morte feia, vil, à qual dever-se-a até evitar menção³⁸⁸: o fato de não ter tido o morto tempo hábil em vida para se preparar era um sinal de danação eterna. Desta maneira, receber os sacramentos da morte, seguido de uma vida católica piedosa, constituía parte fundamental dos rituais mortuários considerados bons para os

³⁸³ C.A.P. Bacellar, *Viver e sobreviver...*, cit., 97.

³⁸⁴ C.A.P. Bacellar, *Viver e sobreviver...*, cit.

³⁸⁵ J. Huizinga, *O Declínio da Idade Média...*, cit., p. 157.

³⁸⁶ A. Bentacor, A. Bentacur & W. González, *Muerte e Religiosidad...*, cit., p. 30.

³⁸⁷ B. S. Matrangolo, *Formas de bem morrer...*, cit.

³⁸⁸ A. Bentacor, A. Bentacur & W. González, *Muerte e Religiosidad...*, cit.

cristãos da capitania. Antes de se atravessar o além era necessário a feitura do testamento — crucial para garantir o pagamento das taxas e “prever e prover os sufrágios pela alma do falecido no pós-morte e até o Juízo Final coletivo”³⁸⁹ —, confessar-se e receber a extrema unção. Além disso, poder-se-ia alcançar maiores benefícios se houvesse companhia de sacerdotes e crentes na hora da morte, sepultamento em solo sagrado, cortejo com maior número de pessoas, e posses para bancar com os custos dos aparatos que norteavam os mortos em sua travessia: velas, esmolas aos pobres (demonstrativos de compaixão e caridade diante dos santos e de Cristo), missas e outras coisas semelhantes. Em Montevideo colonial entre o final do século XVIII e o início do XIX, desenvolveu-se o costume de enterrar os mortos ricos em hábitos pobres, para na hora da morte assumirem este papel como mais uma aposta na busca da salvação da alma³⁹⁰. Na capitania de São Paulo da mesma época, para quem tivesse condições, apumava-se o morto, dava-se-lhe banho, e amortalhavam-no com hábito de sua confraria ou de algum santo de devoção, com o intuito de que este se apresentasse de forma decente ao seu “juízo” e nele causasse boa impressão.³⁹¹ Assim, projetavam-se valores terrenos para a eternidade, como a distinção pública da condição social no mundo do Antigo Regime, expressa, por exemplo, em modos de se vestir. Já os mais pobres enterravam-se com panos, túnicas, lençóis de cores preta e azul, que eram mais em conta.

Vemos que a morte era compartilhada entre vivos e mortos, domesticada, ritualizada, seus atos eram um fenômeno público³⁹² em uma época que as pessoas tendiam a viver pouco solitariamente. Por ocasião da morte de D. José I, o capitão general de São Paulo, Martim Lopes Lobo de Saldanha, mandou a todas “as praças e terras deste governo” prestar as “honras fúnebres que se costumam praticar em semelhante ocasiões”: luto geral de um ano, 6 meses com rigor e 6 aliviados, toque de sinos por 3 dias na hora que a igreja fizesse seu sinal, e quebra dos escudos de Portugal nas principais partes da cidade.³⁹³ A morte de uma autoridade envolvia a participação de todos, e assim como nas festas, era obrigatório o partilhamento e desempenho dos

³⁸⁹ J. P. Berto, *Liturgias da Boa Morte e do Bem Morrer...*, cit., p. 90.

³⁹⁰ A. Bentacor, A. Bentacur & W. González, *Muerte e Religiosidad...*, cit., p.67-68.

³⁹¹ B. S. Matrangolo, *Formas de bem morrer...*, cit., p. 73.

³⁹² A. Bentacor, A. Bentacur & W. González, *Muerte e Religiosidad...*, cit., p. 30.

³⁹³ “Termo de vereança feito aos 12 de junho de 1777 annos pela meia noite do dia em que se recebeu a carta de haver fallecido o senhor rei dom José o primeiro.” A.C.M.S.P., v. 17, p. 33-36.

rituais condizentes. Tais atitudes perante a morte eram cobradas inclusive de pessoas comuns, e eram compreendidas pela sociedade como uma forma de unificá-la. Em 1769, o vereador Joaquim Manoel da Silva e Castro não compareceu à reunião da Câmara por “se achar de nojo por causa de lhe ter falecido um parente e não poder sair á rua³⁹⁴”. *Nojo* era um sentimento de pesar e desgosto pela morte de alguém. Era uma prática obrigatória, demonstrada no ato de se manter em casa parcialmente isolado do mundo³⁹⁵. Se alguém, em um período logo após a morte de um parente ou amigo, não tomasse o nojo transmitia a sociedade que este não estava triste pela morte, e era considerado transgressor e desrespeitoso para com a alma do morto. O luto tinha funções diversas, dentre elas a de defender a família do retorno do defunto, e rituais, como vestir-se de luto por um período de tempo e fechar as portas e janelas da casa de parentes do morto³⁹⁶. A morte era visual, externalizada, e nos diz muito a respeito de formas de vivência de tempos àquela época. Um exemplo é o uso, em São Paulo, de esquifes pelos mais ricos durante funerais, cortejos e missas de corpo presente. Algumas irmandades locavam seus esquifes, bem como caixões, que serviam apenas para velar o corpo, e no esquife, obviamente, se tinha uma maior externalização do corpo do defunto. No início do século XIX, tal qual salienta Bruno Matrangolo, é que passa o enterro a ser feito juntamente com o caixão³⁹⁷.

Como em muitos outros contextos sociais, a maioria dos habitantes de São Paulo de fins do século XVIII e começos do XIX parecia crer que os vivos poderiam fazer muitas coisas em favor de seus mortos, inclusive tornando suas transferências para o além seguras e definitivas³⁹⁸. O batismo era o primeiro ato de segurança sendo, como sempre, ministrado preferencialmente quando o batizado era ainda bebê. Este costume é fruto da alta taxa de mortalidade de bebês desde a antiguidade, e visa assegurar o salvamento da pequena alma. Bacellar chama a atenção para os batismos *in articulo mortis* encontrado nos registros de óbito de Sorocaba na época colonial, os quais eram ministrados em situações de emergência, onde se corria risco de a criança falecer sem a

³⁹⁴ “Termo de ajuntamento feito aos 14 de outubro de 1769 annos”. A.C.M.S.P., v. 15, p. 495.

³⁹⁵ Raphael Bluteau define o verbete *nojo* como o ato que se toma, tristeza causada da morte ou desgraça de parente ou amigo. Acesso: <http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/1/nojo>

³⁹⁶ Se o morto fosse um dos pais, cônjuge ou filhos, deveria se fechar a casa por sete dias, e vestir luto por um ano. No caso de irmãos, fechava-se a moradia por quatro dias e tomava-se luto por quatro meses. Para primos e tios, luto de dois meses. B. S. Matrangolo, *Formas de bem morrer...*, cit., p. 101.

³⁹⁷ B. S. Matrangolo, *Formas de bem morrer...*, cit., p. 87

³⁹⁸ Ibidem, p. 51.

presença de um pároco. Ocorriam em geral nos campos, pois muitas famílias destas localidades demoravam a ir às vilas por conta das distâncias, o que dificultava não só o batismo, mas também os registros de óbito. A morte nos bairros rurais de *anjinhos* (crianças ainda sem nome), crianças e bebês, “corria o risco de não ser registrada, ainda mais que a ausência de comunicação do falecimento à igreja era falta bem menos grave do que o não batizar.”³⁹⁹ As crianças que morriam sacramentadas teriam lugar direto no céu, e ocupavam o papel de intercessora da família junto aos santos da casa e os anjos, graças à suposta pureza destas. Luiz Vailati estudou os significados, valores e concepções atribuídos à morte de crianças no decorrer do século XIX nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro. O historiador percebe que havia divisão entre morte adulta e morte infantil. As crianças não careciam de seguir os rituais da boa morte, do qual vimos referindo até aqui, pois, desde que fosse ministrado o sacramento do batismo, estariam elas a salvo. Os cortejos dos mortos na infância eram seguidos, geralmente, por mulheres e mães, e o corpo da criança falecida amortalhado, em sua maioria, na cor branca, simbolizando sua inocência. Até meados do XIX, Vailati entende que havia uma grande exposição da criança morta, o que se torna gradativamente menor com a construção dos cemitérios extramuros.⁴⁰⁰

A boa morte anunciada levava um cortejo de pessoas até a casa do moribundo, onde ministrava-se a liturgia da Palavra, a última encomenda e despedida⁴⁰¹. Tais pessoas uniam-se em petições e rezas à conhecidos ou desconhecidos do agonizante, reforçando o senso de comunidade cristã e promovendo a retratação da ação humana no tempo presente, movimentando o tempo da eternidade. Nesse momento, os santos uniam-se aos crentes na intercessão da alma do fiel que estava partindo, não deixando-o sozinho nem mesmo quando a alma já estivesse no outro mundo. A presença dos vivos nas missas de corpo presente e posteriores, e o sepultamento em solos sagrados onde o “vulgo ignorante pensa [que] se não salva sua alma se não for sepultado seu corpo dentro da Igreja”,⁴⁰² davam a oportunidade da alma do morto se manter sempre acompanhada, recebendo auxílio constante em sua busca pelo caminho do céu⁴⁰³.

³⁹⁹ C.A.P. Bacellar, *Viver e sobreviver...*, cit., p. 95.

⁴⁰⁰ Luiz Lima Vailati, *A morte menina*. Infância e morte infantil no Brasil dos oitocentos (Rio de Janeiro e São Paulo). São Paulo: Alameda, 2010.

⁴⁰¹ J. P. Berto, *Liturgias da Boa Morte e do Bem Morrer...*, cit., 28.

⁴⁰² “Sobre a escolha de um terreno para o cemitério nesta cidade”. D.I.H.S.P., v.30, p. 143.

⁴⁰³ B. S. Matrangolo, *Formas de bem morrer...*, cit., p. 69-72.

Reiterava-se, assim, costume antiquíssimo e espacialmente espreado por diferentes contextos históricos.

A cultura funerária cristã da América portuguesa e de São Paulo também abrangia a escolha adequada do local de sepultamento, e era vital que este ocorresse em igrejas e seus adros. Havia cemitérios nos arredores das igrejas, e era costume católico enterrar os mortos nas áreas adjacentes às localidades sagradas, representando o ideal de sepultamento, o que não significa que todos os mortos eram depositados nestes espaços, os excomungados e aqueles que não tinham condições para se inserirem na lógica funerária católica. Pode-se depreender tal costume de enterramento em campo santo nos escritos das *Relações Primeiras*, onde Sebastião Monteiro da Vide assinalou que

“é costume pio, antigo, e louvável na Igreja Católica, enterrarem-se os corpos dos fiéis Cristãos defuntos nas Igrejas, e cemitério delas: porque como são lugares, a que todos os fiéis concorrem para ouvir, e assistir às Missas, e Ofícios Divinos, e Orações, tendo à vista as sepulturas, se lembrarão de encomendar a Deus nosso Senhor as almas dos ditos defuntos, especialmente dos seus, para que mais cedo sejam livres das penas do Purgatório, e se não esquecerão da morte, ates lhes será aos vivos muito proveitoso ter memória dela nas sepulturas. Portanto ordenamos, e mandamos, que todos os fiéis, sejam enterrados nas Igrejas, ou Cemitérios, e não em lugares não sagrados, ainda que eles assim o mandem”⁴⁰⁴

Na capitania, as igrejas tinham pouco mobiliário para sentar, e era comum rezar ou assistir as missas de pé ou sentado nos túmulos.⁴⁰⁵ O sepultamento nestes locais trazia a possibilidade de haver sempre alguém a rezar pelas almas dos que foram depositados ali, o que os auxiliaria a pagar suas penas no Purgatório. A contemplação das sepulturas, como sempre, evocava os mortos e sua memória, imputava nos vivos a ação da petição, e lhes recordava que a morte era inevitável, sendo então imprescindível abandonar os caprichos do mundo, resignar-se a Deus e se concentrar no porvir, concebendo um tipo de futuro que se remete a um fenômeno de longa duração. Breno Matrangolo destaca que as sepulturas nas igrejas protegiam os mortos de terem seus

⁴⁰⁴ S. M., da Vide, *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia...*, cit., Título LIII “Das Sepulturas, que os Corpos dos Fieis se Enterrem em Lugares Sagrados, e na Sepultura, que Escolherem”, p. 295.

⁴⁰⁵ B. S. Matrangolo, *Formas de bem morrer...*, cit., p. 94.

túmulos violados e seus corpos conservados, fator importante para o despertar no Juízo Final, onde a alma imortal reencontraria com o corpo na ressurreição de eternidade. Se a tumba era violada, comprometiam-se estas questões no além⁴⁰⁶.

A localização dos túmulos na igreja supostamente interferia nos supícios e na salvação da alma. As chances de redenção eram aumentadas com depósito de cadáveres perto dos altares e capelas, onde os santos se lembrariam mais facilmente dos que os cercavam e rogariam por estes com maior facilidade. Na morte, repitamos, mostravam-se distinções sociais através da distinção do enterramento nos arredores e nos altares das igrejas, reforçando as hierarquias de uma sociedade estratificada. Como dito anteriormente, os mais abastados da capitania participavam de certas irmandades, e eram enterrados nas igrejas destas, ou possuíam jazigos em mosteiros e conventos/recolhimentos. Em São Paulo, no período aqui contemplado, existiram recolhimentos, apesar de funcionarem como conventos professos. A monarquia Portuguesa não tinha interesse em clausuras femininas nas colônias, tendo em vista a necessidade de povoamento de grandes áreas. Houveram pedidos oficiais para o estabelecimento de conventos de mulheres em São Paulo no século XVII, mas a Coroa não deu o aval, tornando assim, os recolhimentos uma alternativa aos conventos. Os recolhimentos eram fundados por civis e irmandades, e a vida religiosa destes espaços era inspirada nas regras clericais. As mulheres que passavam a viver nesses espaços, adotavam uma vida conventual, a exemplo das freiras de qualquer convento, apesar de os recolhimentos servirem, também, para acolhimento de crianças órfãs, mulheres desonradas, e educação feminina. Na capitania de São Paulo havia o recolhimento de Santa Teresa (c.1718) e o da Luz (1774), por conta das dificuldades impostas pela Coroa o número destes estabelecimentos era baixo, o que contribuiu para o afloramento de pequenas comunidade dirigidas por beatas, onde as mulheres poderiam viver suas vidas de piedade reclusas em espaço não religioso⁴⁰⁷. Para homens, havia os espaços professos regulares na capitania de São Paulo, tais quais o Mosteiro de São Bento, na cidade de São Paulo (que mudou de local algumas vezes, e foi primeiro erigido como convento na vila de São Paulo em 1598), Convento do Carmo, na cidade de São Paulo (c.1592), Convento de São Francisco e de São Domingos, na cidade de São Paulo (c.1647), Mosteiro de São Bento, na vila de Santos (1650), Convento de Nossa Senhora

⁴⁰⁶ Ibidem, p. 95; J. Le Goff, *O Nascimento do Purgatório...*, cit., p. 19-20.

⁴⁰⁷ L. M. Algranti, *Honradas e Devotas: Mulheres da Colônia*. Rio de Janeiro: José Olympio Ed., 1993.

do Monte do Carmo, na vila de Santos (c.?), Mosteiro de São Bento, na vila de Sorocaba (c.1660), Mosteiro beneditino de Nossa Senhora do Desterro, Vila de Paranaíba (c. 1642)⁴⁰⁸.

Ao se referir a Dona Mariana da Cunha que viveu em meados do século XVII, Pedro Taques indica que o marido daquela era neto de Manoel Álvares de Sousa, senhor do jazigo na igreja do mosteiro de São Bento na vila de São Paulo “para si e sua descendência que conservam seu direito pela campa de pedra, que lhe accusa o dominio”⁴⁰⁹. Em outra passagem a respeito de Domingos Affonso Gaya personagem do século XVII, Taques informa que por conta das muitas esmolos que Affonso Gaya deu ao convento do Carmo da vila de São Paulo, este teve para si e família jazigo na igreja do convento⁴¹⁰. Além do favorecimento nas petições diante dos santos presentes nas igrejas, os enterros em seus espaços externalizavam a importância da morte em vida, como oportunidades de ostentação que certificavam, publicamente, posições sociais.

Os mais pobres da capitania eram levados em redes — as vezes com mais de um morto na mesma rede — e colocados em valas abertas grosseiramente sem nenhum amortalhamento e ritual fúnebre. Milra Nascimento Bravo, em estudos sobre a morte no Rio de Janeiro do século XVIII, localiza, inclusive, a prática de incineramento — condenada pela igreja católica devido a crença na ressurreição dos mortos onde alma e corpo se uniriam — em alguns locais de sepultamento de negros escravos. A autora encontrou em suas pesquisas três cemitérios para negros e mulatos na cidade do Rio de Janeiro, onde não haveria diferenciação entre os mortos, tal qual os cadáveres inumados nas igrejas e adros, porém, em alguns casos identifica-se pequenas cerimônias relativas ao enterro.⁴¹¹ Na capitania de São Paulo os negros afiliados à irmandades tinham a chance de ser enterrados nas igrejas de suas confrarias, contudo, como a maioria da população pobre livre, os negros não tinham condições de arcarem com os custos no envolvimento com irmandades e confrarias, e acabavam sepultados em lugares

⁴⁰⁸ André de Araújo, *Dos livros e da leitura no Claustro*: elementos de história monástica, de história cultural e de bibliografia histórica para estudo da Biblioteca-Livraria do Mosteiro de São Bento de São Paulo (Sécs. XVI-XVIII). São Paulo: FLLCH/USP, 2008 (Dissertação de Mestrado); Marcelo Almeida Oliveira, “Os conventos e/ou mosteiros na paisagem colonial brasileira: contribuição ao entendimento de seus espaços abertos ou suas cercas”, *RHAA*, n. 21, Campinas/SP, jan./jun., 2014, p. 72-86. Acesso: <http://www.unicamp.br/chaa/rhaa/downloads/Revista%2021%20-%20artigo%205.pdf>

⁴⁰⁹ P. T. Almeida Paes Leme, *Nobiliarquia Paulistana...*, t. II, cit., p. 38.

⁴¹⁰ Ibidem, p. 129.

⁴¹¹ Milra Nascimento Bravo, “A morte hierarquizada: os espaços dos mortos no Rio de Janeiro Colonial (1720-1808)”, *Revista do Arquivo Geral do Rio de Janeiro*, n. 28, 2014, p. 322-323. Acesso: http://wpro.rio.rj.gov.br/revistaagcrj/wp-content/uploads/2016/11/e08_a18.pdf

desconsiderados e desprestigiados pela cultura católica e pela sociedade hierárquica. Para a cidade de São Paulo no período entre 1765 e 1766, à guisa de exemplo, Bruno Matrangolo identificou que na freguesia da Sé 28,6% dos falecimentos eram de pessoas que não participavam de irmandades e foram enterradas nos adros da igreja da freguesia. Desses mortos não pertencentes às confrarias e irmandades depositados fora da igreja da Sé, 65,4% eram escravos e 12,5% livres.

Quanto aos indígenas, aqueles que conviviam à margem da sociedade nos aglomerados urbanos, tinham o mesmo destino de negros e livres pobres na hora de suas mortes. Os que viviam nos aldeamentos da Coroa e nos espaços que estiveram sob a direção dos padres inacianos, conforme John Monteiro, de um modo geral foram controlados pelos jesuítas e pela Coroa, o que abalou traços fundamentais da cultura indígena, “a organização espacial da aldeia, a divisão do trabalho, a composição da família, a periodização dos ritos, enfim, quase todos os aspectos organizadores da vida social e econômica das sociedades indígenas foram alterados ou substituídos”⁴¹², não excetuando modificações nas variadas formas de práticas mortuárias das nações indígenas existentes no espaço da capitania de São Paulo. Nos aldeamentos, os ritos fúnebres se aproximavam dos cristãos, tendo sido alguns indígenas enterrados em capelas, como na capela de São Miguel Arcanjo no aldeamento de São Miguel. Na região da capitania existiam nações como a dos índios Guaranis, que concebiam, em linhas gerais, a morte como fenômeno natural de grande significação animista. Seus ritos fúnebres eram compostos de cantos acompanhados de bebidas especiais, enterramentos próximos das aldeias — com distinção hierárquica das práticas de enterramento —, depósito do corpo, ou ossos descarnados, em grandes vasilhas de barro acompanhada de comidas e bebidas, e tomavam luto de forma rigorosa onde havia flagelação corpórea e isolamento social, por exemplo. Quando parcela destes indígenas foram aglomerados em missões e aldeamentos, muitos foram cristianizados, e passaram a receber rituais de extrema união e depósito corpóreo em valas, e não mais em artefatos indígenas ⁴¹³. As nações como a Carijós, Tupiniquins e Tamoios, ⁴¹⁴ que

⁴¹² J. Monteiro, “Vida e morte do índio: São Paulo Colonial”. In: ___. et al, *Índios em São Paulo: Resistência e transfiguração*. São Paulo: Yankatu Ed., 1984, p. 30.

⁴¹³ Ítala Irene Basile Becker, “Formas de enterramento e ritos funerários entre as populações pré-históricas”, *Revista de Arqueologia*, v.8, n.1, São Paulo, jul., 1994, p. 73-71. Acesso: <https://revista.sabnet.com.br/revista/index.php/SAB/article/view/464/434>

⁴¹⁴ Aproximação didática em J. Monteiro, “Vida e morte do índio...”, cit., p. 23.

habitavam Cubatão, Ilha de Santo Amaro, Ubatuba (região do Tenório e Ilha de Mar Virado) antes do contato com os portugueses no século XVI, praticavam outras formas de enterramento. Abertura de várias covas próximas umas das outras, algumas sobrepostas como em Cubatão, e outras mais espaçadas, como em Ubatuba. Todos os grupos das regiões citadas não diferiam os gêneros humanos no tocante ao tratamento fúnebre, e, queimavam parcialmente seus mortos, existindo cremações completas entre os pertencentes à localidade de Mar Virado⁴¹⁵. Tal qual demonstrado, em linhas gerais, por estes grupos aborígenes, sem dúvidas seus procedimentos diante da morte foram radicalmente modificados quando estes passaram a ser súditos da Coroa nos aldeamentos, ou quando muitos acabaram por viver marginalmente em meio à sociedade colonial paulista. Veremos mais a respeito das formas de vivência indígena no capítulo três desta dissertação.

Retomando as práticas católicas, em maio de 1766, os religiosos do convento de Nossa Senhora do Monte do Carmo, na vila de Santos, entraram em desacordo. O motivo: o local onde deveriam ser encomendados os corpos dos falecidos da Ordem Terceira. A encomenda deveria ser feita, na hora da morte, pelo pároco e pelo próprio indivíduo, e depois na missa de corpo presente. Com a morte de alguns irmãos desta Ordem, os remanescentes pediram aos religiosos do mesmo convento (lembrando que as ordens eram subordinadas ao clero regular) que fossem à capela deles (da Ordem Terceira) praticar os atos funerários. Porém, os demais religiosos queriam que os corpos fossem trazidos para a igreja do convento, onde fariam os ritos fúnebres e os sepultamentos. Como não houve acordo, foi preciso reunir uma Junta diante de Morgado de Mateus, para “efeito de sossegarem as discórdias”. Este episódio, ao que parece, estava não “só inquietando a paz pública que em toda parte deveria ser conservada, mas também [mostrando que] se via decadente o serviço de Deus e de Sua mãe Maria Santíssima, pois o tempo que deveriam gastar nos exercícios espirituais o ofereciam às desordenadas discórdias”⁴¹⁶. Os religiosos estavam perdendo tempo com discórdias e, não dedicando-o ao espírito, gastavam o tempo dos mortos atrasando os

⁴¹⁵ Sergio Serafim Monteiro da Silva, *Arqueologia das Práticas Mortuárias em Sítios Pré-históricos do Litoral do Estado de São Paulo*. São Paulo: FFLCH/USP, 2005 (Tese de Doutorado).

⁴¹⁶ “Termo de Junta que se fez na presença do Ill.º e Ex.º Senhor General Dom Luiz Antonio de Souza Botelho Mourão Governador e Cap. General desta capitania sobre a providência que se deve dar para efeito de sossegarem as discordias que há entre os religiosos de Nossa Senhora do monte do Carmo da Vila de Santos e o Prior e mais Irmãos da ordem Terceira do mesmo convento”. D.I.H.S.P., v. 15, p. 26-29.

rituais fúnebres. Na administração da passagem do tempo humano para o tempo do morto, acabavam por perder a essência, o próprio tempo que poderia ser acelerado; isto é, perdiam algo que poderia ser gasto (como um objeto, uma matéria em uma sociedade mercantil), que era efetivamente valorizado na lógica reformista da administração da capitania, e que, para todos os efeitos, deveria ser bem utilizado.

Desse episódio, desprendem-se duas coisas: *discursos* acerca do tempo; e *vivências* deste. A prática religiosa era em parte feita de rezas e cultos, dos quais dependia o destino dos corpos e almas dos falecidos; assim, “dúvidas estas [se os corpos saem ou permanecem na capela da Ordem Terceira] que em pouco tempo senão liquidadas (...) vão perigando as almas dos miseráveis falecidos (...) sem serem encomendados”⁴¹⁷. Sem a devida encomenda, as almas estavam correndo o risco de não encontrarem o caminho para a eternidade, por isso era importantíssimo uma solução rápida e definitiva. Santo Agostinho (c. 396) cujo pensamento tinha vigência da cristandade portuguesa do século XVIII concebe que “o tempo não pode medir a eternidade” porque não há sucessão de fatos por ser a “eternidade perpetuamente imutável”⁴¹⁸. Os religiosos de São Paulo criam que as almas aqui referidas ainda não tinham alcançado a eternidade, e por consequência as ações terrenas poderiam interferir no tempo do além onde estava a alma do morto. Se almas já estivessem na eternidade, onde segundo Santo Agostinho “nada passa, tudo é presente, ao passo que o tempo nunca é todo presente”⁴¹⁹, qualquer atitude no tempo humano seria ineficiente. Na doutrina observada pelos religiosos representados nos trechos transcritos acima, não se sabia o destino das almas: aquelas que eram inteiramente boas iam direto para o céu aguardar o julgamento final em paz, as medianas iam para o purgatório, e as inteiramente ruins estavam já condenadas ao inferno. O purgatório era o destino mais provável, e os sufrágios praticados pelos cristãos poderiam acelerar a ida para o céu e diminuir o tempo no inferno, “não eterno, mas temporário”⁴²⁰. Diante disso entende-se a preocupação dos irmãos da Ordem Terceira de Santos com as almas de seus correligionários, provavelmente no purgatório, perdendo tempo e oportunidade de antecipar suas saídas daquele “lugar”. Grande parte dos cristãos ocidentais do século

⁴¹⁷ “Termo de Junta que se fez na presença do Ill.º e Ex.º Senhor General Dom Luiz...”, cit., D.I.H.S.P., v. 15, p. 27.

⁴¹⁸ Santo Agostinho, *Confissões*. 10.ª ed. Porto: Livraria Apostolado da Imprensa, 1981, p. 242.

⁴¹⁹ Ibidem.

⁴²⁰ J. Le Goff, *O Nascimento do Purgatório...*, cit., p. 269-270.

XVIII entendia que as coisas se movimentavam e viviam ao mesmo tempo na terra quanto no céu, ou no mundo dos vivos e no mundo do além⁴²¹. A ação de um mundo refletia na ação no outro, por estarem sempre se movimentando, e daí a formação da geografia do outro mundo, se as coisas se movimentam necessitavam de um espaço determinado para isso. Significava transferir as concepções de mundo conhecido para o desconhecido. Os fiéis católicos pensavam o mundo do além com as configurações — guardadas as devidas proporções — do mundo dos vivos⁴²².

Aqui se faz conveniente ressaltar uma variedade de tempos concebidos pelos cristãos daquele momento. Tanto o tempo da terra como o do mundo dos mortos não eram ainda a eternidade, que é *tempo* de Deus, “o eterno hoje”⁴²³, nas palavras de Santo Agostinho, onde não existe passado nem futuro, só um eterno presente desde sempre. No purgatório há um passado, o terreal, que é purgado até se encontrar o futuro definitivo no céu à espera do julgamento final, momento de serem distribuídas as recompensas para usufruto na eternidade. No purgatório, a alma almeja sempre o futuro escatológico que ainda não se concretizou totalmente, naquele “lugar” a alma está a esperar, sob tormentos, a chegada do fim, caso não passe antes ao céu. O tempo do purgatório é pensado tal qual o tempo humano, onde existe duração e sucessão de fatos.

Pedro Taques, descrevendo a festa que Francisco Rodrigues Penteadado fazia anualmente em homenagem a Nossa Senhora da Piedade, para a qual mandou erguer uma capela em sua fazenda em Araçariguama em meados do século XVIII, diz que nessas comemorações havia “aniversário pelas almas do purgatório com ofício de 9 lições, música e canto de órgão, sermão etc⁴²⁴”. *Aniversário* era uma contagem anual, sem estar necessariamente relacionado com celebração especificamente da vida, como pode-se observar na definição dada por Bluteau, “sufrágio anual, ofícios e missas, que em certo dia se diz todos os anos por um defunto”. Para o dicionarista, *aniversário* do mesmo modo uma repetição anual, “coisa que se faz cada ano”⁴²⁵. Moraes Silva não modifica a definição dada por Bluteau, mantendo os dois sentidos do verbete *aniversário*. O dicionarista do século XIX Silva Pinto, suprimiu a significação de

⁴²¹ Ibidem.

⁴²² Projeções do mundo material para o mundo espiritual é comum a grande parte das religiões. O próprio Cristo valeu-se de metáforas do tipo para designar a morada dos salvos, a “Nova Jerusalém”.

⁴²³ Santo Agostinho, *Confissões...*, cit., p. 243.

⁴²⁴ P. T. Almeida Paes Leme, *Nobiliarquia Paulistana...*, t.III, cit., p. 240.

⁴²⁵ R. Bluteau, *Vocabulario Portuguez...*, cit, v.1, p. 384. Acesso: <http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/1/anivers%C3%A1rio>

aniversário para apenas “que se faz cada ano”⁴²⁶, o que sugere a desvinculação do termo de seu sentido fúnebre, permanecendo o de demarcação temporal. Isso posto, temos um espaço de purgação com contagem humana anual linear — atestando que as almas que se encontravam naquele espaço ainda não haviam alcançado o “eterno hoje” na presença de Deus — simultaneamente ao tempo da espera e ao tempo cíclico. O tempo humano interfere no espaço concebido por Deus como sendo o purgatório, com a esfera humana interferindo na esfera divina. Com o atraso do tempo da ação dos homens, há o alargamento do tempo no purgatório. Por outro lado, a aceleração de um poderia levar à aceleração do outro, sendo assim era importante “incorporar a geografia de mais além e, portanto, do universo, modificar o tempo depois da vida é redimensionar o tempo de existência com o da espera até o tempo da morte: a hora da grande passagem”⁴²⁷.

Uma mudança nesta perspectiva aparece no pedido de 1802 do capitão general Antônio de Mello Castro ao Visconde de Anadia, em resposta à carta régia de 1801 do príncipe regente D. João, que ordenava que se fizessem cemitérios afastados dos centros urbanos nas cidades populosas do Ultramar.⁴²⁸ Já existia o cemitério da Glória ou dos Aflitos na cidade de São Paulo desde 1774, local de enterramento de gente pobre e/ou escrava. Antes da criação deste cemitério era comum na cidade e na capitania o abandono de cadáveres na porta das igrejas, na expectativa de que contassem com a benevolência dos padres ou a caridade de alguém para arcar com os processos de sepultamento, que nesses casos deveriam ocorrer nas áreas externas de igrejas e capelas.⁴²⁹ As igrejas continham muitos cadáveres enterrados, o que acabava “resultando (...) haver em cada igreja uma pequena quantidade de gases impregnados de material animal putrescente, que facilmente se dissipa”, e que poderia contaminar os vivos “nas igrejas e por São Paulo toda”⁴³⁰. Devido a isso, vê o capitão general Antônio de Mello Castro a necessidade de se procurar terrenos afastado para se enterrar a todas as pessoas, taxando como “ignorante” aquele que acreditasse garantir a salvação da

⁴²⁶ L. M. Silva Pinto, *Diccionario da Lingua Brasileira...*, cit., p. s.n. Acesso: <http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/3/anivers%C3%A1rio>

⁴²⁷ R. Cicerchia, *Historia de la vida...*, cit., p. 226.

⁴²⁸ “Carta de S.A.R. Sobre ordenar que o General procure de acordo com o Bispo desta Diocese fazer construir em Sitio Separado da Cidade, hú ou mais Cemeterios para se Sepultarem os Cadáveres sem excepção etc.”. D.I.H.S.P.. São Paulo: Departamento do Arquivo do Estado, 1967, v.89, p. 232-233.

⁴²⁹ B. S. Matrangolo, *Formas de bem morrer...*, cit., p. 87.

⁴³⁰ “Sobre a escolha...”, cit., D.I.H.S.P., v. 30, p. 141.

alma só com sepultamento na igreja. A prioridade da Coroa e do capitão general de São Paulo é o bem público, como se lê na carta de D. João:

“sobre os danos, a que está exposta a saúde pública, por se enterrarem os Cadáveres nas Igrejas (...) visto que os vapores que de si exalam o mesmos Cadáveres, impregnando a atmosfera vem a ser a causa, de que os vivos respirem um ar corrupto, e infeccionado, e que por isso estejam sujeitos, e muitas vezes padeçam de moléstias epidêmicas, e perigosas”.⁴³¹

Os gases que saiam das sepulturas preocupavam, vistos como perigosos à salubridade da cidade de São Paulo; diante disto, não se priorizava mais os que foram, mas os que ficaram. A responsabilidade individual passava a ganhar maior importância na salvação da alma, em detrimento das rezas da comunidade, de tal maneira que Antônio de Mello Castro pedia ao Visconde que se proibisse o enterro de qualquer pessoa nas igrejas, em favor da saúde pública, e que se deveria proceder da mesma forma em todas as freguesias e paróquias da Capitania⁴³². No século XIX os cemitérios seriam difundidos, e a morte santificada da igreja daria lugar a um processo mais sensivelmente individualizante⁴³³, em que se principia uma distância em relação a morte, entre os vivos e os mortos, e entre os próprios cadáveres. As petições em favor dos mortos, também, começam a ser mais direcionadas por conta da separação entre local de culto e sepultamento. Enquanto os mortos estivessem enterrados nas igrejas, haveria maior oportunidade destes serem lembrados, e assim de receberem preces em favor de suas almas por uma quantidade grande de crentes que ali passassem. Com a morte sendo deslocada para locais afastados, as memórias dos defuntos passavam a ser mais de caráter pessoal que coletivo, e a salvação da alma ganhava aos poucos, para além da perspectiva de combate em que lutavam vivos e mortos, contornos mais pessoais, na medida em que diminuía a constância de preces por conta do local.

Nesse combate à insalubridade pública, encerra-se um sentimento parcialmente novo quanto ao futuro. A difusão de saberes médicos e a prevenção de doenças ensejam

⁴³¹ “Carta de S.A.R....”, cit., D.I.H.C.S.P., v. 89, p. 232.

⁴³² “Sobre a escolha...”, cit., D.I.H.S.P., v. 30, p. 142.

⁴³³ A. Bentacor, A. Bentacur & W. González, *Muerte e Religiosidad...*, cit.

um desejo de prolongamento da vida. A partir de 1750, as taxas de aumento da população global, conforme Braudel, não regredem mais. Anterior a este período, crescimento significativo entre os séculos XII e XIV, e entre os séculos XV e XVII. Anteriormente a 1750, a sobrecarga humana no mundo acabava ultrapassando a possibilidade de sustento das sociedades, forçando a taxa de crescimento a decair. Fomes e epidemias reestabeleciam o equilíbrio entre a dificuldade de abastecimento e a quantidade pessoas⁴³⁴. Com o aumento constante da população global, a expectativa de vida aumentaria progressivamente, juntamente com estratégias de prevenção de saúde pública. Abreviar as causas de morte constituía um novo “aspecto – essencial, sem dúvida – do novo imaginário da vida e do tempo”.⁴³⁵ Ganha força a ideia de que o tempo que pertence a Deus pode ser manipulado pelos homens até mesmo na durabilidade da vida humana na terra, podendo aumentá-la através dos cuidados dedicados a saúde.

Apreende-se isso na política quanto ao contágio de doenças e asseamento de cidades. Ao longo do século XVIII o interesse pela saúde vinha se desenvolvendo e ganhando maior interesse coletivo⁴³⁶. Preocupava-se mais com a saúde coletiva do que com a individual, ao mesmo tempo em que afastava-se da esfera religiosa e aproximava-se da ciência. Em 1768, os camaristas de São Paulo notificaram um homem cigano que tinha um mulher leprosa que se banhava em um dos rios que corriam para a cidade (não há especificação de qual rio seja), pedindo a ele que a impedisse de se banhar, por medo de contaminação das águas e pessoas⁴³⁷, já que estes rios acumulavam dejetos. O corpo de vereadores paulista estava preocupado com a limpeza e asseio da cidade, ainda que estranhasse o interesse da Coroa em inspecionar e padronizar alguns procedimentos referentes à saúde pública, como em 1780, quando da chegada à cidade de São Paulo de um representante do físico-mor do reino para inspecionar barbeiros, parteiras, cirurgiões e boticas, e que foi recepcionado pelos camaristas com desconfiança. Mandaram-no que “fosse obrigado a apresentar as faculdades que trazia para o dito emprego”, e que não averiguasse as “lojas dos homens de negócio desta cidade por estarem isentas e poderem vender estas todas as drogas por virtude de uma ordem de Sua Magestade

⁴³⁴ F. Braudel, *Civilização material...*, cit., p. 17.

⁴³⁵ J. Gélis, “A individualização...”, cit., p. 309.

⁴³⁶ R. Cicerchia, *Historia de la vida...*, cit., p. 124.

⁴³⁷ “Termo de vereança feito aos 22 de outubro de 1768”. A.C.M.S.P., v.15, p. 393.

(...)”.⁴³⁸ As drogas não estavam concentradas em lugares especificamente ligados a saúde; porquanto serem vendidas em lojas comuns até deparamo-nos com o pedido de criação de farmácias em 1802 feito pelo então capitão general, Antônio de Mello e Castro, ao Visconde de Anadia, para que fosse implantada na cidade de São Paulo uma farmácia “acompanhada de um laboratório onde se fizesse todas as preparações Químicas, e Farmacêuticas”. O capitão general pediu ao bacharel Francisco Vieira Goulart ⁴³⁹ que examinasse a botica local e lhe fizesse um relatório da situação da mesma e do que lhe faltava. Chegou-se à conclusão de que se necessitava “prover a mesma Botica de um boticário hábil, e todos os simples utensílios, aparelhos, e vasos próprios para principiar a laborar o Dispensatório Farmacêutico, e seu respectivo Laboratório Químico”⁴⁴⁰.

Em 1783 os camaristas da mesma cidade de São Paulo se reuniram para discutir questões relativas ao abastecimento de água na cidade. Alguns moradores estavam entupindo um rego que se fez para a expedição de águas, não permitindo que as “imundícies” da cidade se dispersassem, o que deixava os vereadores muito preocupados com os problemas de saúde que isso poderia vir a provocar na população⁴⁴¹. Quatro anos depois, os vereadores deliberavam sobre a criação de uma rua nova e, mais uma vez, surgiria a questão da manutenção da qualidade das águas que encontravam-se na região onde se pensava abrir a nova via, pois foi “achada ser uma das mais cristalinas, e de melhor qualidade das que bebem os Povos”. Discute-se, então, uma forma de proteger aquela corrente de água para que não se torne como “águas do rio Tamanduateí, e córrego do Anhangabaú, as quais, posto que sejam correntes não deixam de envolver imundícies”, porque os moradores lavavam roupas sujas em suas águas. A preocupação dos camaristas era para que não houvesse oportunidade da água da nova localidade “se fazer pestífera, em prejuízo da saúde dos mesmos Povos”.⁴⁴² O esforço em resguardar a população de doenças encontra-se em atitudes de melhorias da cidade e seu abastecimento, e de cuidados junto a agentes que lidavam com saúde. A

⁴³⁸ “Termo de vereança feito a primeiro de abril de 1780”. A.C.M.S.P., v. 17, p. 257.

⁴³⁹ Não há especificação da área do bacharelado, porém pelos dicionários consultados nesta dissertação, sabe-se que era um título dado a quem tivesse completado o primeiro grau em qualquer faculdade. Para tanto, ver verbete *bacharel*. Acesso: <http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/edicao/1>

⁴⁴⁰ “Sobre a necessidade de uma boa pharmácia nesta Capital”. D.I.H.S.P., v.30, p. 219-221.

⁴⁴¹ “Termo de vereança feito aos 18 de janeiro de 1783”. A.C.M.S.P.. São Paulo: Typographia Piratininga, 1920, v. 18, p. 14.

⁴⁴² “Termo de vereança feito aos 24 de janeiro de 1787”. A.C.M.S.P., v. 18, p. 379-380.

ciência ganhava espaço na administração pública, e progressivamente tornava-se referência na busca de soluções e prevenções de problemas. “As cidades, iguais aos corpos, devem evitar a obstrução de suas artérias”⁴⁴³, e assim se vê no ordenamento dos camaristas em 1802 a todos que tivessem canos para esgotos de águas, por “estarem alguns destes canos inundados de lama podre, causada das águas sujas da servidão das mesmas casas”, que “pussem os ditos canos limpos capazes de se transitar pelos mesmos lugares”⁴⁴⁴.

Os estímulos respectivos à saúde pública conviviam com costumes populares religiosos. Por exemplo, quando os moradores da cidade de São Paulo, em 1768, pediram a vinda da imagem de Nossa Senhora da Penha de França, que se encontrava no bairro da Penha fora da cidade de São Paulo, “para lhe fazer preces e novena, e procissão no fim para por sua intercessão alcançar de Deus Nosso Senhor o remédio de aplacar as moléstia e doenças que nessa cidade, e sua vilas vão cada vez aumentando”⁴⁴⁵. Em 1791 ao menos cinquenta assinaturas foram levadas à câmara de São Paulo, em forma de requerimento aos representantes da cidade, para que “como cabeça da república rogássemos ao mesmo ilustríssimo cabido [da Sé] pela vinda da Nossa Senhora da Penha para que com sua vinda cesse a epidemia de bixiga”⁴⁴⁶. O traslado processional da imagem da Nossa Senhora da Penha de sua igreja até a cidade de São Paulo ocorria quando calamidades, secas, inundações e epidemias assolavam a população. Maria Cristina Caponero afirma que tanto no período colonial quanto na época do Império houve vários traslados da imagem a São Paulo e que havia, segundo depoimento analisado por ela, grande alegria na cidade por ter o povo enorme confiança na santa⁴⁴⁷. Eis um indicativo da heterogeneidade das vivências cotidianas: de um lado, o esforço administrativo com base em descobertas científicas; de outro, as esperanças depositadas no sobrenatural da fé tradicional. Com o avanço da privatização da sociedade, recorrer ao espiritual para o alcance de curas, saúde e resoluções de calamidades tornar-se-ia cada vez mais questão de foro íntimo, de modo que o Estado deixará, pouco a pouco, de justificar suas atitudes através da religião, em um processo que, de certo modo, até os dias de hoje não se completou.

⁴⁴³ R. Cicerchia, *Historia de la vida...*, cit., p. 127.

⁴⁴⁴ “Termo de vereança feito de 21 de agosto de 1802”. A.C.M.S.P., v. 20, p. 365-366.

⁴⁴⁵ “Termo de vereança feito aos nove dias de fevereiro de 1768 annos”. D.I.H.S.P., v. 15, p. 348.

⁴⁴⁶ “Termo de vereança feito em sábado 18 de junho de 1791”. A.C.M.S.P., v. 19, p. 221.

⁴⁴⁷ M. C. Caponero, *Festas paulistanas...*, cit.,

A bexiga grassou na Capitania ao longo do século XVIII e inícios do XIX. Até o fim do Setecentos, esta causava grande mortandade, e o tratamento era geralmente ministrado “com perfumes [feitos] nas casinhas que servem de hospital e com as muitas preces públicas que a Deus, e muitos Santos se tem feito”⁴⁴⁸, conforme nos informa Lobo de Saldanha em carta de 29 de novembro de 1775 a Martinho de Mello e Castro. Na virada do século, este tipo de discurso — no qual rezar é visto como remédio — cede espaço, nas correspondências oficiais, a medidas preventivas. Pedidos para “que se viesse fazendo a inoculação [do humor vacino⁴⁴⁹] pelas vilas do norte [da capitania] até chegar a esta Capital”⁴⁵⁰; ou “para se eleger (...) um lugar para cemitério dos bexiguentos, o mais incomunicável possível” e com “sepulturas bem fundas” para se evitar o contágio⁴⁵¹; ou o requerimento de Antônio de Mello e Castro da locação de casas para se valer de hospital de bexiguentos no Pacaembu, “por serem estas [casas] desviadas da estrada e da comunicação dos povos⁴⁵²”, passados à câmara, são exemplos da atenção dada à questão sanitária. Enquanto o homem comum ainda via na origem e cura dos males a predominância do mundo espiritual, em meio aos letrados crescia a confiança nas atitudes práticas advindas de conhecimento tido como racional e científico. Duas visões que conviviam no cotidiano com medidas e abrangências diferentes, sendo uma mais habitual que outra. Ao mesmo tempo que as práticas ritualísticas de esperança eram praticadas, percebe-se o avanço em direção a racionalidade da vida; caso contrário, não haveria motivo para uma solicitação como a de Antônio de Mello e Castro em 1797, ao secretário de Estado português D. Rodrigo de Sousa Coutinho, pedindo-lhe que remetesse alguns exemplares da tradução do livro “sobre o modo de curar, e preservar o mal da peste [para o fazer] conhecido entre as pessoas que dele podem aproveitar”, que Sua Magestade mandara traduzir para “promover e segurar o bem dos seus Vassalos”.⁴⁵³ Ainda conforme Ernani Silva Bruno, outras iniciativas relativas a saúde foram executadas no governo de Franca e Horta. Em

⁴⁴⁸ “N. 18”. D.I.H.S.P., v. 28, p. 54.

⁴⁴⁹ Pegava-se o líquido oriundo dos ferimentos de varíola em pessoas doentes, e aplicava-se sob a pele de indivíduos saudáveis, estes ficavam imunes a varíola.

⁴⁵⁰ “Para o Capitão Mor de Porto Feliz”. D.I.H.S.P., v. 56, p. 228.

⁴⁵¹ “Para o Capitão Mor de Porto Feliz”, cit., D.I.H.S.P., v. 56; “Para o tenente Coronel Comandante da Vila de Santos”. D.I.H.S.P., v. 56, p. 38. Até mesmo os escravos são tratados. Um porque são bens vivos e sua sanidade é importante por possuírem valor de mercado, outro porque podem contaminar seus donos e outros que os rodeassem, e também, não se pode excluir a questão temporal, que se mostra com a prevenção.

⁴⁵² “Termo de Vereança de 10 de maio de 1800”. A.C.M.S.P., v. 20, p. 236.

⁴⁵³ “Carta ao Secretário de Estado”. D.I.H.S.P., v. 29, p. 40-41.

1803, o então capitão general dotou a cidade de São Paulo com um pequeno hospício para os “lázaros”, e na mesma ocasião “começou a funcionar um curso de cirurgia na cidade, no próprio palácio do governo”.⁴⁵⁴

Sem dúvida essas atitudes visavam o bem comum através de políticas públicas de saúde, que foram, aliás, uma invenção da Ilustração e dos saberes médicos que adaptaram antigos conhecimentos em um novo contexto. No século XVIII ocidental, as relações entre e alma e corpo estavam em pauta entre os homens de ciências. Novos estudos estavam sendo feitos e a concepção de que o cérebro e o coração eram órgãos de natureza dupla — material e espiritual — estava dando lugar ao corpo com suas partes independentes, seus mecanismos específicos, um coração com o único papel de bombear o sangue. Estava ocorrendo, repitamos, um afastamento do pensamento religioso donde a alma era o centro irradiador de toda energia do corpo e as doenças consequências dos desígnios da vontade divina, para aproximar-se da ideia da saúde como uma responsabilidade individual⁴⁵⁵. Nada disso, é certo, anularia a fé religiosa da grande maioria dos paulistas. São a natureza e os ritmos distintos de tempos simultâneos e a repetibilidade estruturante do cotidiano⁴⁵⁶ que nos possibilitam esse olhar sobre a sociedade da capitania de São Paulo em sua religiosidade, seus ritmos de vida, suas relações com a morte e seus interesses no aprimoramento de uma existência individual em processo de criação.

⁴⁵⁴ E. S. Bruno, *História e Tradições da Cidade...*, cit., p. 344.

⁴⁵⁵ R. Cicerchia, *Historia de la vida...*, cit., p. 126-127.

⁴⁵⁶ F. Braudel, “História e ciências sociais...”, cit.

Capítulo 3

Tempos laicos: natureza e técnica

Refletir a respeito dos ritmos temporais naturais que se fazem presentes em qualquer sociedade possibilita entender a dinâmica em torno do que significa, historicamente, *tempo*, e sua variedade de usos e percepções sociais.

Na capitania de São Paulo, os ritmos de vida eram marcados por meio de uma profusão de compassos sobrepostos onde, a depender do ambiente, alternavam-se quanto a sua predominância. O decorrer do dia, a sazonalidade da natureza e do calendário, os tempos do trabalho e do comércio, os tempos religiosos, o badalar dos sinos, a velocidade com que se obtinham informações e notícias, e em menor medida o tempo mecanicamente cronometrado por instrumentos de medição, se faziam presentes no dia a dia dos homens e mulheres que viviam na capitania paulista, e, os fazia sentir, de acordo com suas posições e relações sociais, em maior ou menor grau o passo do tempo, eventualmente sua celeridade gradativa.

O tempo começa na natureza, conforme o antropólogo Anthony Aveni, e por conta das diversas forças naturais e de seu poder de mudança contínua o ano foi sendo concebido e marcado, ao longo da história, por ritmos com traços distintos de acordo com grupos específicos.⁴⁵⁷ O despertar de um tempo comum em torno de intervalos sazonais, que desemboca na ideia de um tempo universal e que não se confunde com um tempo “eterno” religioso, se dá em meados do século XVIII; porém, ainda se tratava de um tempo natural, que regulava-se por si mesmo, e que funcionava na forma de ordenador e marcador comum para a humanidade em geral⁴⁵⁸; mesmo assim, claro, já era um tempo concebido socialmente. Isso até a “difusão do relógio mecânico, do sistema de escape que dá em fim a hora matemática, a vigésima quarta parte do dia”⁴⁵⁹, fenômeno que iniciou-se entre no século XVII, com a invenção do relógio de pêndulo por Christian Huygens, que por sua vez permitiu que no XIX houvesse o aumento da precisão dos relógios de uso diário, e que de acordo com David Landes, deu origem à âncora de pinos promotora do “relógio do proletário” de 1866, “precursor do relógio a

⁴⁵⁷ A. Aveni, *The Book of the Year...*, cit., p.166. Tal fato se mostra através da variedade de calendários que existiram e persistem de acordo com grupos étnicos, religiosos e também políticos — como por exemplo o calendário da Revolução Francesa.

⁴⁵⁸ A. Cherman & F. Vieira, *O Tempo que o Tempo Tem...*, cit., p. s.n.

⁴⁵⁹ J. Le Goff, “O tempo do trabalho...”, cit., p. 68.

um dólar de Ingersoll, do relógio do Mickey Mouse dos anos 1930 e 1940, e do Timex dos anos 1950”⁴⁶⁰. Na capitania de São Paulo do século XVIII, a forma mais íntima e básica de regência diária, tanto para o morador do campo quanto para o habitante dos aglomerados urbanos, era, em última instância, algum ciclo circadiano. Guiado pela natureza, esse tempo se impunha de forma simples pelo dia e a noite, pelos sinais de despertar-se pela luz da manhã, trabalhar e comer, e finalizar suas atividades ordinárias quando do findar da luz natural anunciada pela noite, bem como pela conjunção do dia e da noite com ciclos biológicos. O ciclo circadiano encontrava-se incrustado em meio ao tempo natural, inexato do ponto de vista das marcações da época — apesar de sua manifestação cíclica em forma de estações do ano —, em um momento em que a disciplina horária estava sendo reconfigurada no Ocidente, em parte graças à Revolução Industrial que, na Europa, apenas se anunciava. O morador da capitania de São Paulo estava familiarizado com períodos regulares dependentes do entorno ambiental e da sequência e sucessão das tarefas rotineiras que ocupavam sua jornada, as quais se davam preferencialmente de dia para o bom aproveitamento da iluminação solar. Os ritmos naturais e das atividades ligadas à terra sobrepunham-se ao ritmo mais cadenciado do tempo fracionado em horas; contudo, por ser o tempo natural completamente incerto, e ainda assim previsível, acaba por interferir nas questões da vida cotidiana interpelando os planos e rompendo a rotina. Os vereadores da cidade de São Paulo, por exemplo, reuniam-se periodicamente às quartas e sábados, mas poderiam ser surpreendidos pelas intempéries da natureza que acabavam por desfazer a normalidade daquele grupo, como se vê em algumas das *Atas da Câmara*. Em março de 1765, “por causa de uma grande trovoada de água que durou até a noite se não ajuntaram os vereadores atuais e o juiz presidente para se fazer vereança”⁴⁶¹. Posteriormente, em dezembro de 1767, “por estar o dia muito chuvoso, e estar o tempo muito arruinado de não dar tempo para os ditos vereadores virem da roça se não fez vereança”⁴⁶²; ou, em setembro de 1778, “por causa de serem [os vereadores] moradores fora desta cidade, e estar o dia muito arruinado com chuvas, se não ajuntaram, e não

⁴⁶⁰ D. S. Landes, *Revolución en el Tiempo...*, cit., p. 172.

⁴⁶¹ “Termo de ajuntamento feito aos dezeseis [sic] dias do mez de março de 1765”. A.C.M.S.P., v. 15, p. 31.

⁴⁶² “Termo de vereança feito aos 16 de dezembro de 1767 annos”. A.C.M.S.P., v. 15, p. 302.

fizeram vereança”⁴⁶³. Em um contexto em que a tecnologia disponível avançava, mas não tinha, ainda a necessidade de superar-se constantemente no tocante a estruturação da vivência do dia a dia, os desconcertos que escapavam ao usual não permitiam alternativas para que se contornasse tais imprevistos, resultando na interrupção do andamento costumeiro das coisas.

As estações do ano eram conhecidas e denominadas por suas características climáticas como: tempo de chuvas e tempo de estio, além dos denominativos *inverno* e *verão*. Em 15 de novembro de 1777, a Câmara de São Paulo estava interessada no desvio que o almotacé, Antonio Rodrigues Salgado, estava requerendo do Senado. O pedido era “um desvio ás grandes enchentes que em tempo das chuvas alagam a dita rua de São Bento, e que com esse desvio ficava a dita rua mais acomodada”⁴⁶⁴. Ao se referir a um período climático por sua situação pluvial, há uma simplificação diante das estações do ano e seus ciclos. Em 30 de agosto de 1783, os vereadores de São Paulo dirigem uma carta ao corregedor onde “lhe imploravam a faculdade de poderem principiar com a dita obra [da cadeia pública] antes de chegarem as águas”⁴⁶⁵; e em outubro de 1800, os juízes e vereadores deveriam ter iniciado correções em Conceição de Guarulhos, mas não as fizeram “conforme o edital, que se mandou publicar, pelo justo impedimento de muito inverno de chuvas”⁴⁶⁶. Através destes excertos nota-se que era possível conviver com a previsibilidade das temporadas de modo a precaver-se e moldar o futuro, e, simultaneamente, conviver com a face incontrolável na natureza que imobilizava e atrasava ações futuras.

A documentação consultada entre 1760-1810 para esta pesquisa não apresenta menções específicas à *primavera* e ao *outono*; muito provavelmente porque, em conformidade com a definição destas palavras pelos dicionaristas Bluteau, Moares e Silva e Silva Pinto, estas não diferiam tanto das estações que as antecedem — tal como se desprende do trecho documental acima “inverno de chuvas” onde normalmente, por ser outubro, anotar-se-ia primavera. Na definição dadas pelos três dicionários, *verão* corresponde ao momento do ano de estio e abrange a primavera. Moraes e Silva

⁴⁶³ “Termo de ajuntamento feito aos 26 de setembro de 1778”. A.C.M.S.P.. São Paulo: Typographia Piratininga, 1920, v. 17, p. 122.

⁴⁶⁴ “Termo de vereança feito aos 15 de novembro de 1777 annos”. A.C.M.S.P., v. 17, p. 58 (57-59)

⁴⁶⁵ “Termo de vereança feito aos 30 de agosto de 1783”. A.C.M.S.P., v. 18, p. 57.

⁴⁶⁶ “Termo de vereança de 25 de outubro de 1800”. A.C.M.S.P.. São Paulo: Typographia Piratininga, 1920, v. 20, p. 274.

salienta: “comumente chamam verão o que é estio, e distinguem mal o verão da primavera”⁴⁶⁷. *Inverno* é grafada pelos três dicionaristas como uma das quatro estações do ano, sendo a mais fria ou de chuvas. *Outono* é simplesmente definido como uma das quatro estações do ano que segue o estio, e *primavera*, da mesma forma, uma das quatro estações do ano, com a exceção que Moraes e Silva acrescentou como “o princípio do verão”.⁴⁶⁸ As quatro estações eram popularmente simplificadas em duas, detentoras de características próprias mais marcantes, a estiagem ou a chuva. A definição de *primavera* como partícipe do *verão* chama a atenção para a conformidade, no tocante a naturalidade, que os dias de primavera e verão apresentavam às pessoas da época, já que não se fazia necessário uma maior distinção entre ambos.

Os ritmos do trabalho rural e urbano estavam submetidos ao compasso da natureza, especialmente as atividades campestres que eram basicamente norteadas por tal. A produtividade do campo dependia em parte de seu processo mecânico — que as melhoras nas ferramentas e o avanço tecnológico à época contribuíram para uma maior autonomia em relação ao tempo natural —, e em parte era ainda o ambiente que exercia maior dominância sobre seus resultados. Havia na capitania paulista produção de gêneros tanto para o mercado interno, por meio de pequenos produtores, quanto para exportação, sobretudo após as políticas reformistas e de avivamento da economia que ocorreram na restauração de 1765. Dissemos no capítulo um desta dissertação que fumo, mandioca, açúcar e outros gêneros foram estimulados para fomentar a economia de São Paulo, e sua produção dependia de toda uma cultura que entremeava o tempo do trabalho do campo — desde o plantio, passando pela colheita e preparo para o empacotamento— e da cidade, onde os produtos eram vendidos ou exportados. As formas de produção e as ferramentas usadas para tal, davam o ritmo ao trabalho diário; todavia estes eram submetidos às épocas certas de plantio e colheita, sujeitos a atrasos ou adiantamento por conta do clima. As limitações impostas pelo ambiente contribuíram para o incremento da técnica em todo o ocidente, e a América portuguesa não estava a margem de tais iniciativas, como pode-se depreender de uma carta escrita por D. Rodrigo de Souza Coutinho e direcionada ao capitão general de São Paulo,

⁴⁶⁷ A. M. Silva, *Diccionario da lingua...*, cit., v.2, p. 842. Acesso: <http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/2/ver%C3%A3o>

⁴⁶⁸ Ibidem, p. 502.

Antônio de Mello e Castro, em 1798, onde D. Rodrigo relata que diante do interesse da coroa portuguesa em

“introduzir uma maior facilidade nos trabalhos, e um melhor método na Cultura, e preparo das produções do País, fez que Sua Magestade tenha mandado imprimir uma Coleção de Instruções coligidas do que a experiência tem mostrado ser mais útil, e vantajoso entre as outras Nações, cujas colônias tem chegado a um grao de prosperidade que dá bem a conhecer as utilidades que se seguirão se nós adotássemos os mesmos princípios de Agricultura, e preparação dos Gêneros que elas seguem e que agora se vão dar a conhecer a estes habitantes.”⁴⁶⁹

Foram impressas, no contexto relatado pela carta acima, cartilhas para a produção de açúcar que deveriam ser vendidas aos produtores de São Paulo ou a quem tivesse interesse; isto é, havia um público específico a ser alcançado por conta do desejo reformista de aumento da produtividade da agricultura, no caso de exportação. Produzir mais e diminuir o tempo de produção era o grande desafio colocado à agricultura, e desvela a presença do espírito reformista na capitania, mesmo ainda não sendo a produtividade, no sentido de rendimento por unidade de tempo, algo imperativo, porém já se estava trilhando o caminho em direção a isso. Desde o governo do Morgado de Mateus se procurava introduzir o arado de acordo com as diretrizes metropolitanas, mas era encontrada resistência por parte dos colonos em sua utilização⁴⁷⁰. A política da Coroa visava a otimização do tempo de produção, e neste quesito havia insistência por parte da monarquia portuguesa não só na utilização do arado, mas também no uso de bois nas plantações e de outras melhorias técnicas. O emprego de mão de obra escrava negra na cultura canavieira em detrimento da indígena pelos produtores do campo, foi também fator contribuinte para a redução do tempo de produção por ser o comércio de africanos um sistema estável, enquanto a questão do trabalho indígena, como veremos mais adiante, era algo incerto por motivos políticos e práticos. Levando-se em conta que a maioria da população moradora do campo trabalhava em suas roças e/ou para pequenos produtores pode-se pensar que ações de adiantamento para a capitania

⁴⁶⁹ “Do Referido Secretario d’Estado sobre introduzir maior facilidade, e melhor methodo na cultura, e preparo das produções do Paiz, e outros objectos”. D.I.H.S.P.. São Paulo: Departamento do Arquivo do Estado de São Paulo, 1967, v. 89, p.51.

⁴⁷⁰ F. Novais, *Portugal e Brasil na crise...*, cit., p. 262.

passaram ao largo destas atividades, ainda assim, se considerarmos que desde o século XVII as ferramentas e objetos de ferro que vieram da Europa se encontravam difundidas pela América portuguesa e favoreceram desde então a diminuição do tempo ocupado com o trabalho⁴⁷¹, há de se concluir que muitos trabalhadores rurais já estavam integrados a essas adaptações constantes.

Entre o campo e os locais de urbanização há uma diferença entre seus expedientes, sobretudo nas vilas e cidades, em virtude de serem estas localidades mais marcadas por signos temporais artificiais, como os sinos e relógios, e por técnicas de iluminação⁴⁷² como lamparinas e luminárias, que possibilitava o alargamento do tempo de trabalho e a sujeição do tempo estritamente natural. Porém, se faz necessário ressaltar que as casas em geral, quer no campo quer na cidade, viviam sob a marcação da luz natural, pois segundo Leila Algranti, as velas de sebo eram produtos caros, e por economia, se fazia uso controlado delas. Com a introdução dos candeeiros de querosene, as práticas noturnas de sociabilidade se tornaram mais comuns nos espaços domésticos, sobretudo urbanos. No século XVIII e XIX da capitania paulista são identificados candeias e candeeiros de pé, imprescindíveis à iluminação das residências após o momento que o sol se punha⁴⁷³.

Na cidade de São Paulo, por exemplo, os vereadores passaram um edital em 1787 a todos os vendeiros e lavradores (os quais vinham à cidade vender o fruto de suas terras) determinando que quando “derem oito horas da noite fechem as suas vendas, para se evitar os insultos e roubos que fora de hora fazem nas mesmas os negros fugidos, e outros malfeitores”⁴⁷⁴. Alguns anos depois, já no começo do século XIX (1809), os vereadores estipularam “às quitandeiras, e tavernas se recolherem, e fechem pelas nove horas da noite”⁴⁷⁵. Ao estipular um horário para o encerramento das atividades comerciais, o edital da Câmara deixava claro que esta atividade tinha condições de ser estendida até o mais tardar da noite, já que o motivo da limitação, no primeiro excerto, é a periculosidade, e não a falta de meios materiais e físicos para que este ocorresse. Para além da jornada de trabalho, a diversão em espaços privados

⁴⁷¹ G. Velloso, *Ociosos e Sedicionários...*, cit., p.116.

⁴⁷² D. S. Landes, *Revolución en el Tiempo...*, cit., p. 85.

⁴⁷³ L. M. Algranti, “Famílias e vida doméstica...”, cit., p. 115 e p. 127.

⁴⁷⁴ “Termo de vereança feito aos 12 de dezembro de 1787”. A.C.M.S.P.. São Paulo: Typographia Piratininga, 1920, v. 18, p. 460

⁴⁷⁵ “Termo de vereança de 28 de outubro de 1809”. A.C.M.S.P., v.21, p. 55.

(tavernas) era regulada pelo poder público através do limite de horário de funcionamento imposto pela câmara. Ernani Silva Bruno entende que a definição de horário certo para o funcionamento das lojas e quitandas visava “uma distribuição mais perfeita da economia” nas últimas décadas do século XVIII e inícios do XIX⁴⁷⁶, de forma a controlá-la melhor, o que de fato estava sucedendo; mas há igualmente nestes atos camarários uma interferência do Estado nos turnos de trabalho pessoais, e que não se observa no campo. Interessante destacar estes acontecimentos uma vez que nos servem para esboçar a forma da marcação horária que compunha consideravelmente o ordenamento do dia de trabalho. Não foram localizados na documentação consultada para esta pesquisa os horários que marcavam o início das atividades comerciais, à exceção das ligadas a administração pública, como veremos adiante, ou atos semelhantes voltados a toda população.

A Câmara da cidade de São Paulo geralmente realizava suas sessões às três horas da tarde como se lê em suas *Atas*, — mas não sabemos quanto tempo duravam em média, pois não são relatados os horários de seus términos —, e em dias da semana determinados pelo calendário civil. Estes encontros aconteciam periodicamente, incluindo dias que atualmente seriam considerados feriados, ou véspera destes, tais quais: 24 de Dezembro, 31 de Dezembro, Natal (Vereança de 25 de Dezembro de 1773, sem assuntos relevantes a tratar⁴⁷⁷), 2 de Novembro (Vereança de 2 de Novembro de 1776⁴⁷⁸). Excetuava-se a época de Páscoa, quando “por entrar a semana santa e nesses dias se não devem fazer vereança”⁴⁷⁹, por ser esta umas das principais festas do calendário religioso à época, tal qual salientamos no capítulo dois desta dissertação, e que obrigava o fiel a comungar e confessar-se. O ritmo de vereança da câmara era constante, mas estava sujeito a mudanças por conta de atrasos (que eram tidos como abuso) dos camaristas, e que levava a delongas na duração das reuniões, sendo que tais delongas eram possíveis por não haver estrita dependência do tempo natural, tendo nos

⁴⁷⁶ E. S. Bruno, *História e Tradições da Cidade...*, cit., p. 299.

⁴⁷⁷ *Atas da Câmara da Câmara Municipal de São Paulo*, “Termo de vereança de 25 de dezembro de 1773”, v. 16, p. 286. *Os Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo* revelam que os capitães gerais também faziam despachos e cartas nestas datas sem menções a estarem preparando-se para algum evento em especial.

⁴⁷⁸ “Termo de vereança de 02 de novembro”. A.C.M.S.P., v. 16, p. 489.

⁴⁷⁹ “Termo de vereança feito aos 26 de março de 1768 annos”. A.C.M.S.P., v. 15, p. 355.

artefatos de luz artificial um facilitador⁴⁸⁰. Não só a câmara cometia atrasos, como também as *Juntas de Justiça*. Em face disso, o capitão general Franca e Horta achou por bem determinar “certas e impreteríveis regras”. Além de regras para vestir-se conforme o decoro, excetuando-se os “dias de chuva, nos quais em contemplação as suas saúdes” era permitido ir de botas, em todos os outros “todos devem irremissivelmente” se achar em “tempo de inverno” as quatro horas, e no de “verão” as cinco, “donde virão a casa de espera” receber o capitão general. Tudo isto para evitar “demora e atraso nas deliberações de que se segue faltar ordinariamente o tempo para se lavrar o termo das Sessões no seu próprio dia”⁴⁸¹. Através destes documentos vislumbram-se as formas de uso das horas nas cidades e sua interligação ao tempo natural: no inverno reuniam-se mais cedo porque escurecia mais cedo, e no verão uma hora mais tarde, porque o dia era mais longo. A pontualidade e a organização das reuniões eram cobradas em prol de se estabelecer uma rotina administrativa nas *Juntas de Justiça* para que não houvesse espaço a protelações. O ciclo da natureza é aqui predominante, mas faz-se necessário destacar a mensuração matemática do tempo usada como regramento social; a depender da estação do ano mudava-se o serviço em uma hora, mesmo sendo essa sociedade detentora de poucos objetos que regulassem o tempo objetivo, como relógios mecânicos⁴⁸². Pontualidade e organização são virtudes da modernidade que estavam escapando de nichos administrativos e do mundo científico para as esferas cotidianas. O interesse por cronometrar, matematizar e quantificar vinha aumentando progressivamente desde fins do século XV, quando os números tais quais eram concebidos na Idade Média — usados muitas vezes para impactar e não como demonstrativo de exatidão — começaram a ser bem mais usados a favor da racionalização do espaço, da cartografia, astronomia, arquitetura, etc. Os dispositivos cronométricos, quer sejam eles mecânicos ou voluntários, foram se adaptando as demandas que surgiam naturalmente diante do crescente interesse pelas mensurações e precisões, o qual foram ocupando, e dividindo o espaço com o que antes era preenchido apenas pelas aproximações. A sociedade ocidental passava pouco a pouco a registrar

⁴⁸⁰ Em alguns trechos das *Atas da Câmara* encontram-se registrados horários como “nove da noite”, demonstrativo de que os signos artificiais possibilitavam uma rotina que se afastava cada vez mais da influência do tempo natural predominante do campo.

⁴⁸¹ “Junta de Justiça”. D.I.H.S.P., v. 15., p. 129-130.

⁴⁸² Mais adiante, neste capítulo, discutiremos as formas de contagem e compressão temporal advindas de objetos próprios a isso, tais como sinos e relógios.

mais os fatos, para se ter exatidão dos acontecimentos, e a ordenar mais os horários e a forma com que seriam usados, como se vê no trecho citado acima dos horários da Junta de Justiça de São Paulo.⁴⁸³

Os atrasos, que além de serem qualificados como abusivos como visto no documento transcrito acima da Câmara da cidade de São Paulo, estavam se tornando atitudes condenáveis, por isso um esforço de regulamentação dos ritos diários através de atos que denotam precisão, e que estavam se difundindo entre aqueles que compreendiam, mesmo que incompletamente, seus fundamentos. Formas de precisão são encontradas da documentação de meados do século XVIII da capitania, como a que se acha em um bando proclamado para toda capitania pelo Morgado de Mateus em 21 de junho de 1766. O bando pedia que aqueles que tivessem cópias de uma carta (não especificada), originária de Minas Gerais, de conteúdo revoltoso e sedicioso, deveriam, “dentro em três horas de tempo, logo em continente depois da publicação deste, as (...) entregar [as cópias sediciosas] na Secretaria deste Governo e nas Vilas de fora mais distantes as entreguem aos Juízes ou Capitães Móres”. A precisão presente neste bando se deve, por um lado, pelo conteúdo da carta, que impunha atitudes para sua repressão urgente, e por outro, ao endereçamento desta tendo em vista que os possuidores de tais cópias eram alfabetizados e compreendiam o raciocínio quantitativo do bando, o que também os distinguia da maioria da população⁴⁸⁴.

Embora no plano da realidade social a jornada fosse ordenada e regulamentada e, portanto, exercida rotineiramente, nenhuma atividade pode ser considerada idêntica por mais coordenada e repetitiva que seja, já que sempre há a possibilidade, muitas vezes voluntariamente “mas na maioria dos casos de forma imprevista [de haver] um

⁴⁸³ R. Uribe, *Las dinámicas del tiempo...*, cit., p. 15; A. W. Crosby, *A mensuração da realidade...*, cit., p. 20; D. S. Landes, *Revolución en el Tiempo...*, cit.; G. J. Withrow, *O tempo na história...*, cit., p. 22-31.

⁴⁸⁴ Luiz Carlos Villalta, baseados em dados das cidades na América —mineiras—, e algumas em Portugal, estima um índice de analfabetismo superior a 60% nas áreas coloniais do século XVIII, sendo a “alfabetização um apanágio de poucos”. Possivelmente este índice era bem maior, haja visto que até as reformas educacionais instauradas por Pombal no reinado de D. José I em meados do século XVIII, a educação era predominantemente jesuítica desde o início da colonização. Vinculados a política portuguesa para expansão da fé, se debruçaram, inicialmente, na catequização dos índios, posteriormente na instrução em colégios desta ordem dos filhos das famílias abastadas. Havia outras ordens que educavam clérigos e leigos (franciscanos, carmelitas, beneditinos), mas a primazia era dos inacianos que acabaram expulsos em 1759 em função das remodelações pombalinas. Assim, o governo assumia as rédeas da instrução pública buscando formar indivíduos para benefício do Estado e não mais da religião, porém estas aulas não atingiram nem um 1/6 da população. “O que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura”. In: F. A. Novais (Dir.) & L. M. Souza (Org.), *História da Vida Privada...*, cit., p. 348-357; Maria Luisa Santos Ribeiro, *História da Educação Brasileira. A organização escolar*. São Paulo: Cortez Editora, 1987, p. 19 e 27.

componente novo que introduz variantes ao ritmo”⁴⁸⁵, e os vereadores paulistas não estavam excluídos desta realidade. Reuniões extraordinárias poderiam ocorrer, como a que aconteceu por ocasião da morte da rainha Mãe, Dona Mariana Vitória de Bourbon e Bragança, em 1781. Os vereadores de São Paulo foram chamados às nove horas da noite do dia 5 de maio daquele ano para abrirem a carta que continha a notícia do falecimento da “senhora rainha mãe no dia de segunda feira quinze de janeiro pelas sete horas da manhã”⁴⁸⁶, isto é, quase quatro meses depois do ocorrido. Esta sociedade estava acostumada com a casualidade dos fatos e com os limites de propagação destes em compassos mais longos por conta das distâncias e das vias de comunicação (neste caso, entre Lisboa e São Paulo), e não estranhavam os prazos até que as notícias chegassem aos destinatários. Pode-se dizer que o modos como os imprevistos eram recebidos encontravam-se domesticados, e faziam parte da ordenação da vida por acontecerem de maneira simultânea e aleatória; mas como habilmente afirma o historiador Ricardo Uribe em análise das experiências temporais da sociedade de Nova Granada em período semelhante ao deste trabalho, são exatamente estas casualidade que provocavam em certos homens e mulheres das sociedades do século XVIII um alto nível de insegurança diante do futuro, e que acabou por criar uma demanda crescente por relógios, calendários,

“e em geral qualquer dispositivo com o qual se possa planificar o porvir como medida paliativa desta situação, pois com isso se pretende aniquilar as contingências e as imprevisibilidades sem perceber que este propósito é um anseio elusivo, dinâmico, que se transfigura constantemente pela lógica – oculta para os agentes – de que o tempo não é feito por intermédio destes dispositivos, senão pelas práticas sociais.”⁴⁸⁷

Fora do âmbito administrativo das câmaras e entidades da coroa portuguesa, em São Paulo havia o trabalho empregado em obras públicas e privadas que movimentava os espaços urbanos, principalmente na segunda metade do século XVIII com a retomada da autonomia da capitania. A execução destas obras requeria uma grande quantidade de

⁴⁸⁵ R. Uribe, *Las dinámicas del tiempo...*, cit., p. 14.

⁴⁸⁶ “Termo de vereança feito aos 5 de maio de 1781 pelas nove horas da noite em que se recebeu uma carta do ilustríssimo e excelentíssimo senhor general desta capitania”. A.C.M.S.P.. São Paulo: Typographia Piratininga, 1920, v. 17, p. 340-343.

⁴⁸⁷ R. Uribe, *Las dinámicas del tiempo...*, cit., p. 117.

peessoas dentre indivíduos abastados, figuras públicas, trabalhadores livres e escravos, que compunham o “heterogêneo rol de trabalhadores e envolvidos em obras públicas, que se constituem como um grupo por meio dessa atividade e não por suas características socioeconômicas”⁴⁸⁸. Trabalhos recentes como de Amália Cristovão dos Santos⁴⁸⁹ — para a cidade de São Paulo na metade do século XVIII e início do século XIX—, e de Danielle de Fátima Eugênio⁴⁹⁰ — para a Vila do Carmo e posterior cidade de Mariana no século XVIII — mostram uma frequência e caráter cíclico das atividades de manutenção e construção nessas localidades que possibilitavam agregar características ao tempo do trabalho urbano. Tanto em Mariana quanto em São Paulo, bem como em outros centros urbanos da América portuguesa, existiam padrões para a organização, execução e registro das obras; em outras palavras, uma cadeia produtiva que, quando acompanhada de perto, expõe toda uma rede de requerentes, trabalhadores e fornecedores que direta ou indiretamente compõem o complexo sistema que comporta desde a concepção, passando pela produção e até a gestão das obras⁴⁹¹.

Tal como apresentado no capítulo um desta dissertação, era habitual impor à população a contribuição nos trabalhos realizados para o bem comum. Sendo ainda o sentido de *público* e *privado* misturados, era normal os habitantes da colônia portuguesa na América terem que arcar com as manutenções e feitura de obras. Na capitania paulista, aqueles que residiam perto das estradas e de pontes eram convocados para o chamado *trabalho compulsório dos homens livres*⁴⁹², os quais deveriam dedicar certo número de dias na obra ou enviar outras pessoas em seus lugares para compensar possíveis ausências. O *trabalho compulsório* era “o trabalho realizado em função da obrigação dos moradores com os espaços da cidade, representada pela administração pública”⁴⁹³, mas nem sempre estes atendiam aos chamados. Em 1768 o Senado da câmara da cidade de São Paulo passou um mandado de prisão para Thomé Rodrigues, e Paulo da Silva “por desobedientes aos mandados deste Senado e não queriam obedecer

⁴⁸⁸ A. C. Santos, *Em Obras...*, cit., p. 71.

⁴⁸⁹ Ibidem

⁴⁹⁰ Danielle de Fátima Eugênio, *Arrematantes de Obras Públicas em Vila do Carmo e Cidade de Mariana* (1711-1808). Mariana: ICHS/UFOP, 2013 (Dissertação de Mestrado).

⁴⁹¹ Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno, “Sistema de produção da arquitetura colonial brasileira –Mestres de ofício, ‘riscos’ e ‘traças’”, *Anais do Museu Paulista*, v.20, n. 1, São Paulo, Jan/Jun, 2012, p.321-361. Acesso: <https://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/39816/42680>

⁴⁹² A. C. Santos, *Em Obras...*, cit., p. 144.

⁴⁹³ Ibidem, p. 87.

para cabos da factura do dito caminho de Nossa Senhora do Ó”⁴⁹⁴. O mesmo Senado, dois anos depois, deliberava

“que visto os moradores da (...)nova villa de São João de Athibaya não quererem concorrer para a factura da ponte grande no caminho de Santa Anna, se faça lançamento pelos moradores da freguezia de Juquiry e Santa Anna e Tremembé a alguns de Nossa Senhora do Ó que se costumam servir pela dita ponte para se fazer logo a dita ponte na forma que se acha arrematada (...)”⁴⁹⁵

Os moradores da vila de Atibaia não queriam dedicar seu tempo em favor da execução da ponte, e a câmara carecia que esta obra fosse realizada o mais rápido possível, por ser a freguesia de Santana lugar estratégico para a cidade de São Paulo, porquanto a ocupação desta região correspondia ao entroncamento de caminhos na saída ao norte de São Paulo em direção às Minas Gerais, através de Atibaia e Bragança.⁴⁹⁶ A solução para que não houvesse mais retardamento nas obras e no desenvolvimento urbano foi conclamar habitantes de outras regiões. Não só a cidade, mas a capitania operava nessa lógica. Nos *Documentos Interessantes* estão registrados cartas, ofícios e bandos com estas mesmas ordens, de *trabalho compulsório dos homens livres*, como podemos observar no bando proclamado pelo capitão general D. Luís Antônio de Sousa em fevereiro de 1770. Neste bando, há um pedido de restauração do chamado Caminho de Cubatão, que estava deteriorado e com isso “tem afugentado delle os viadantes, transportando o Commercio a outras partes”, deste modo D. Luís Antônio de Sousa ordenou:

“ao Sargento Mor Manuel Caetano Zuniga passe imediatamente a fazer o Consertar o dito Caminho para o que lhe dou poder para que possa obrigar todas as pessoas de qualquer estado, grão, ou condição que tiverem terras na estrada que vai desta Cidade para o Porto de Cubatão, para que logo mandem Compor as suas testadas na referida

⁴⁹⁴ “Termo de vereança feito aos 16 de julho de 1768 annos”. A.C.M.S.P, v. 15, p. 375.

⁴⁹⁵ “Termo de vereança feito aos 6 de setembro de 1770 annos”. A.C.M.S.P, v. 15, p. 603.

⁴⁹⁶ A. C. Santos, *Em Obras...*, cit., p. 86.

estrada; e façam por tal modo franca, que não haja o menor embaraço para passarem por ela carros (...).⁴⁹⁷

Obrigar as pessoas ao trabalho era uma forma de defrontar o ócio e a vagabundagem, duas características pejorativas que eram creditadas aos paulistas no século XVIII⁴⁹⁸. O estabelecimento de regras referentes às atividades laborais era um meio pelo qual os capitães gerais mobilizavam a população, mormente aquela parcela que não se encontrava formalmente em algum tipo de atividade. Muitos mandavam seus escravos a cumprir os chamados compulsórios, demonstrativo de que os possuidores de escravos tinham ao mínimo renda e alguma ocupação por terem condição de obter este bem, visto que a sociedade era escravista. Por este motivo, vemos o capitão general Antônio de Mello e Castro respondendo a uma carta de D. Rodrigo de Souza Coutinho em 1799, dizendo-lhe que nunca havia tomado negros e nem carros a não ser de pessoas que os alugavam. Tal resposta surge em relação a uma ordem que D. Rodrigo deu ao capitão general de “não se obriguem de modo algum os lavradores a dar Negros, e Carros para o Real serviço, sem mais urgente necessidade”⁴⁹⁹. Ainda na mesma correspondência, Antônio de Mello e Castro dava satisfação a D. Rodrigo a respeito dos vadios e acentuava que

“por ser eu assaz inimigo da Ociosidade lhe dei já hum bom corte na factura das reclutas, dispensando os trabalhadores, e sentando praça aos Ociosos de profissão (...) se bem que este vício e o da preguiça parecem radicais nesta capitania principalmente nas pequenas povoações de Beira mar”⁵⁰⁰.

Os excertos deste documento esclarecem uma visão segundo a qual o trabalho é um ônus a ser imposto à grande maioria da sociedade. Aqueles que já estivessem ocupados oficialmente, como por exemplo os lavradores, podiam ser dispensados do trabalho público, por já desempenharem serviço regular. Para os que não mantivessem rotina a que fosse possível atrelar alguma profissão, era forçoso compor a cadeia produtiva que permeava a lógica do trabalho. É importante compreender que a

⁴⁹⁷ “Bando”. D.I.H.S.P., v. 6, p. 71-72.

⁴⁹⁸ O capítulo 5 desta dissertação apresenta uma reflexão a respeito da má fama imputada aos paulistas no século XVIII, e a posição de alguns autores referentes ao tema.

⁴⁹⁹ “Para o Dito Secretário sobre se não obrigarem os Lavradores a dar Negros, e Carros para o Real Serviço, etc.”. D.I.H.S.P., v. 29, p. 96.

⁵⁰⁰ Ibidem, p. 96-97.

população à qual este documento se refere estava ciente de que por vezes seria convocada a este tipo de tarefa, a qual perfazia seu cotidiano, mesmo que tais tarefas não fossem marcadas por um ritmo constante; todavia a quebra da normalidade e a convocação esporádica eram face da mesma moeda para estas pessoas, pois muitas delas fugiam diante do chamado, ou alegavam doença, ou idade avançada, enfim, tentavam contornar as autoridades e manter-se dentro de suas normalidades. Ao longo de todo o século XVIII houve melhorias em partes da capitania⁵⁰¹ pois algumas obras exigiam manutenção periódica, sendo que seu volume mais intenso se deu após 1765, fato destacado anteriormente. Vale a pena ressaltar a visão depreciativa do habitante da capitania de São Paulo, que servia para reforçar a obrigatoriedade de se impor uma ocupação que tinha por trás o interesse no uso da força de trabalho menos onerosa (lembrando que era um trabalho designado por compulsório) para a criação e manutenção dos espaços públicos da capitania. Ainda a respeito do ponto vista depreciativo em relação aos paulistas, era recorrente os capitães gerais se valerem desse discurso considerando-se a ansiedade que nutriam para pôr em prática suas aspirações reformistas e demonstrações de eficiência, principalmente ao relatarem seus atos aos seus superiores, onde era mais plausível aludir à letargia do que aceitar que os planejamentos acontecessem conforme as condições de possibilidade oferecidas pelo local.

O trabalho compulsório, claro, coexistia com o trabalho remunerado. Havia os arrematadores, que eram particulares responsáveis por uma obra e que contratavam os serviços de terceiros, do mesmo modo que poderiam se valer de mão de obra própria cativa. Quando das obras públicas oficiais (militares, civis e religiosas), funcionários da coroa precisavam remeter ao Ultramar o pedido, o que causava delongas até que fosse possível a um arrematante fazer sua oferta em relação ao projeto. Quando das obras

⁵⁰¹ Minas Gerais também, ao longo do Setecentos, comportava uma dinâmica parecida em relação aos trabalhadores compulsórios livres, sobretudo com enriquecimento de centros urbanos em torno das regiões mineradoras, onde o volume de obras públicas, bem como o incremento do grupo de trabalhadores mecânicos, foi muito acentuado. D. F. Eugênio, *Arrematantes de Obras Públicas...*, cit. São Paulo, desde o século XVII, já estava familiarizado com estes trabalhos de manutenção. Segundo John Monteiro havia três tipos de caminho: reais, de bairro e particulares. Os tipos mencionados eram mantidos pelas câmaras, pelos moradores e por particulares. J. Monteiro, *Negros da Terra...*, cit, p. 122. As obras na primeira metade do século XVIII se expandiram por partir da cidade de São Paulo caminhos importantes que levavam às minas tanto da região das Gerais quanto da região de Cuiabá e Goiás, além da abertura do chamado Caminho Novo já mencionado no capítulo um. A abertura e manutenção destes caminhos, por si sós, demandavam braços, o que denota a presença e familiaridade deste tipo de trabalho em parte da população de São Paulo.

requeridas pelas vilas e cidades, ou mesmo pelos habitantes — o que era possível e de certo modo comum—, havia menos burocracia, e a câmara oferecia a obra a leilão, arrematando-a aquele que oferecesse menor orçamento⁵⁰². Durante o governo dos capitães gerais em São Paulo houve muitas arrematações de caminhos, pontes e obras nas vilas e cidades, sendo estas contribuições importantes para o incremento da capitania tanto em comunicações como em outras formas de estrutura urbana. Em 1778, o capitão general Lobo de Saldanha reportou ao então secretário de Estado, Martinho de Mello e Castro uma lista de ofícios de arrematação nos quais é possível observar o andamento padrão destas atividades: “Fiz rematar as Passagens de Paranapanema, Apiahy, Itapetininga(...) a Joaquim Duarte do Rego, e seu sócio (...)pelo Trienio que principiou em janeiro do corrente ano de 1778 por preço de duzentos e noventa mil reis livres para a Real fazenda (...)”⁵⁰³. Em outro ofício do mesmo capitão general a Mello e Castro temos o mesmo padrão: “O contrato da Passagem de Jacarehy, fiz rematar ao Capitão Antonio Francisco Sá, e seu sócio (...)pelo Trienio que principiou em janeiro do corrente ano de 1778, por preço de quatrocentos mil e quinhentos reis(...)”⁵⁰⁴.

Não nos cabe aqui entrar nos pormenores do processo de arrematação; o que nos interessa é a trama que envolvia a jornada de trabalho existente nas localidades da capitania, e que conferia dinâmica ao cotidiano. Após firmado o acordo de arremate, o canteiro de obras era tomado por uma heterogeneidade de pessoas por conviverem nestes espaços diferentes níveis de empregados, escravos, forros, livres com rendas e elite⁵⁰⁵. A maioria era assalariada e poderia receber por dia, *jornaleiros* que tinham um turno de trabalho de dias a anos, a depender da obra. Outro grupo assalariado eram os oficiais mecânicos⁵⁰⁶ — ferreiros, carpinteiros, mestre de obras e afins —, que constituíam um grupo heterogêneo, de tipos sociais variados, alguns com mais posses do que outros. A visão clássica desse grupo os qualificava como pobres ou excluídos, mas que como bem demonstra Amália dos Santos estudando os rols de trabalhadores,

⁵⁰² B. S. Bueno, “Sistema de produção...”, cit., e D. F. Eugênio, *Arrematantes de Obras Públicas...*, cit.

⁵⁰³ Nº 4 (ofício). D.I.H.S.P, v. 28, p. 380-381.

⁵⁰⁴ Ibidem, p. 381.

⁵⁰⁵ A. C. Santos, *Em Obras...*, cit., p. 147.

⁵⁰⁶ Danielle Eugênio acredita que a documentação camarária referente ao registro de trabalhadores não abarca “possivelmente a grande maioria dos atuantes nos ofícios mecânicos” do século XVIII. O que leva a crer que esse grupo era bem mais expressivo do que o registrado na historiografia clássica. *Arrematantes de Obras Públicas...*, cit. Este fator coopera para compreensão da performance cotidiana urbana, pois se a quantidade destes trabalhadores era maior do que se acredita, deve-se ao fato de que havia mais empreendimentos que demandavam uma maior quantidade de trabalhadores em vilas e cidades da América portuguesa.

folhas de pagamento e listas de funcionários das obras, — especificamente para a cidade de São Paulo no período aqui abarcado—, eram pessoas de diversas origens, e que estavam se firmando como categoria de profissionais da cidade⁵⁰⁷ deixando, inclusive, de serem profissionais intermitentes. A demanda por estes trabalhadores aumentou em toda capitania, e acabou por fixar alguns aos maiores aglomerados urbanos, por ser esta a época em que São Paulo se voltava a crescente comercialização com o exterior, além de seu já conhecido contato com o mercado interno da América.

Presos e escravos também faziam parte das obras públicas. Presos recebiam apenas alimento para cada dia trabalhado, enquanto que a maioria dos escravos, por serem de ganho ou alugados (como foi destacado na carta acima entre António de Mello e Castro e D. Rodrigo de Sousa Coutinho) recebiam seus salários e repassavam por diária aos seus senhores. Nesse período, a diferenciação entre a mão de obra cativa urbana e rural na capitania estava aumentando. O cativo das regiões urbanas dispunha de maior autonomia e mobilidade sobre seu trabalho e seu deslocamento⁵⁰⁸, da mesma maneira que a diferença entre estes ambientes ia aumentando, na medida em que o comércio ia ficando mais complexo e a indústria, no sentido de fábrica de obras e de serviços autônomos, se expandia.⁵⁰⁹ Estas porções urbanas da capitania estavam inserindo-se na forma de vivência que já existia na Europa desde os século XVII, onde havia uma clara concepção de diferenças de tempo entre cidade e campo⁵¹⁰. A efervescência de atividades nas cidades conferia uma rotina que se afastava da do campo, pois aqueles que se dedicavam às ocupações que a porção urbana demandava viviam menos dependentes das ações da natureza. A ordenação da jornada laboral tinha um ritmo diário, mensal ou anual e não completamente atrelado às estações do ano e ao nascer e pôr do sol. Nas partes urbanas, havia a possibilidade de convivência com uma diversidade de pessoas e maior mobilidade social, em virtude especificamente do trabalho, tendo como exemplo escravos de ganho ou ex escravos que viraram mestres de

⁵⁰⁷ Gustavo Velloso pondera que por haver carência frequente de oficiais técnicos já nos dois primeiros séculos de colonização da vila de São Paulo, foi esta região um atrativo deste tipo profissional. Velloso ainda acrescenta que em São Paulo não há como concluir que existia um desprezo absoluto pelas artes manuais, o que contraria, em certa medida, o senso de desprezo dos portugueses por tais empresas. Os cargos na Câmara eram, sem dúvida, postos de prestígio entre os homens da vila, porém a falta de profissionais dos ofícios manuais trazia certo grau de flexibilidade social, o que corrobora com a mescla social que compunha estes trabalhadores no século XVIII e início do XIX na então cidade de São Paulo. G. Velloso, *Ociosos e Sedicionários...*, cit., p. 88.

⁵⁰⁸ A. C. Santos, *Em Obras...*, cit., p. 107.

⁵⁰⁹ D. S. Landes, *Revolución en el Tiempo...*, cit., p. 85.

⁵¹⁰ *Ibidem*.

ofício ou artesão, como a figura do mestre Thebas que, tal qual Aleijadinho nas Minas, executou várias obras na cidade de São Paulo entre as décadas de setenta e noventa do século XVIII, terminando como juiz do ofício de pedreiros. Mestre Thebas era Joaquim Pinto de Oliveira Thebas, mas também conhecido como “Thebas, o escravo”, nasceu em local desconhecido e morreu no início do século XIX. Foi-lhe atribuída a obra da torre da igreja da Sé, cujo projeto de alta qualidade foi enviado ao Conselho Ultramarino.⁵¹¹ Obviamente que esta não era uma mobilidade simples e direta, mas era uma via por onde homens comuns poderiam adquirir melhores condições sociais, sobretudo por estas obras abarcarem uma cadeia relativamente longa de fornecedores e transportadores, “que articulava os trabalhos dos diferente grupos populacionais (...) integrando as esferas cotidianas, desde o interior das casas e da Câmara até o canteiro de obras”⁵¹². A consolidação das ocupações vinha justamente da compleição periódica destas atividades, a qual propiciava uma constância a estes trabalhadores referente ao seu tempo de trabalho.

Outro grupo populacional que compunha a sociedade paulista e que conheceria grande alteração em suas concepções e percepções temporais foram os indígenas. Antes da chegada, no século XVI, dos portugueses à região do que viria a ser a capitania de São Paulo, o tempo basicamente era vivido em uma ideal de perpetuidade e recomeço progressivo, daí a característica indígena de intinerância em relação ao território⁵¹³ oferecia, sinais de desgaste, ou passando a exigir maiores esforços que poderiam implicar no aumento da quantidade “ou tempos de trabalho para que deles fosse arrancada a subsistência coletiva (o que eventualmente poderia ameaçar a disponibilidade de tempo para o ócio e as festividades rituais e, assim, a existência do próprio grupo enquanto corpo social)”⁵¹⁴. A relação que os indígenas mantinham com o trabalho era, evidentemente, muito diversa da forma ibérica, e pode-se compreendê-la através do formato escalonado e não cíclico, pois como explica Gustavo Velloso:

⁵¹¹ B. S. Bueno, “Sistema de produção...”, cit., p. 338.

⁵¹² A. C. Santos, *Em Obras...*, cit., p. 147.

⁵¹³ Os ameríndios moradores do território que antecederam a chegada dos portugueses demarcavam as suas próprias fronteiras de maneira móvel. O desgaste da terra poderia ser um motivo de mudança conjuntamente com os ciclos da coleta, da caça, da agricultura, e do estabelecimento de limites por tribos inimigas. G. P. Kok, *O sertão itinerante...*, cit., p.136.

⁵¹⁴ G. Velloso, *Ociosos e Sedicionários...*, cit., p. 37.

“não se trataria (...) de um trajeto sucessivo e portador de começo, meio e fim determinados, mas de formas variadas de experiências coletivas que procuravam se perpetuar e se reproduzir a partir do ‘retrocesso’ a um novo início tão logo a possibilidade de seu fim aparecia, sem que esse fim fosse efetivamente experimentado.”⁵¹⁵

Após o encontro entre europeus e indígenas houve uma mudança brusca no cotidiano da maioria da população ameríndia que habitava as regiões da capitania de São Vicente no século XVII, e posteriormente São Paulo no século XVIII. Os indígenas foram empregados no trabalho compulsório, que levou os paulistas a contornarem obstáculos jurídicos e forjarem um arranjo institucional que permitisse a manutenção e reprodução das relações escravistas em suas lavouras⁵¹⁶, posto que o cativo legítimo só poderia existir em situação de “guerra justa”. No entanto, a mão de obra cativa dos indígenas era usada tanto no meio rural, empregada na agricultura, quanto em ofícios mecânicos e manuais nos aglomerados urbanos. Poderiam ser agrupados em aldeamentos e colégios controlados pelos jesuítas (havia aldeamentos de outras ordens religiosas e de particulares) no qual eram catequizados e usados pelos padres inacianos como força de trabalho onde o fruto deste trabalho coletivo era usufruído localmente. Em cada um desses espaços a regulação do tempo laboral seguia configuração propícia a cada atividade, em geral totalmente estranhas aos povos indígenas. Ao longo do século XVII, os agentes colonizadores tiveram dificuldade em incorporar a população ameríndia da região na lógica temporal do trabalho aos moldes europeus, em seu ritmo e constância, posto que estes moldes não se encaixavam no hábito produtivo circunstancial dos indígenas⁵¹⁷.

Os aldeamentos, fazendas e colégio jesuítas, bem como outros espaços pertencentes à igreja ou as outras ordens presentes em São Paulo no século XVII (carmelitas, beneditinos e franciscanos), apresentavam, em linhas gerais, as mesmas formas produtivas de outras propriedades particulares e das iniciativas exploratórias da Coroa: os mesmos gêneros plantados pela população eram cultivados pelos padres, e as tarefas de produção, processamento e transporte eram também reprodução do que se fazia nos espaços laicos; ou seja, não estavam à parte do sistema de produção colonial.

⁵¹⁵ Ibidem, p.45.

⁵¹⁶ J. Monteiro, *Negros da Terra...*, cit., p. 136.

⁵¹⁷ G. Velloso, *Ociosos e Sedicionários...*, cit., p. 107-108.

O diferencial destes locais era sua finalidade última: os espaços controlados por religiosos tinham como objetivo claro a conversão à religião católica, a educação dos índios e — como destaca Fernanda Sposito — “eram na verdade uma reservatório de mão de obra nativa para as atividades da empresa colonial.”⁵¹⁸ Nestes locais, os aborígenes tinham as obrigações comuns aos outros cativos, porém conviviam com tempos religiosos a eles impostos e que ditavam seus momentos de trabalho e de devoção, conformando um reduto dentro de uma lógica temporal do trabalho. Se o estranhamento já era causado aos cativos pertencentes ao mundo secular, para aqueles pertencentes aos clérigos era ainda maior por conta da disciplina espiritual ser aplicada concomitantemente à disciplina laboral, deixando de lado seus momentos de ócio e ritualísticos, aliás altamente combatidos pelos padres.

O século XVIII provoca novas mudanças nos modos de vivência e trabalho dos aborígenes, não só de São Paulo, mas de toda América pertencente a Portugal. Na última década do século XVII o apresamento indígena praticado pelos paulistas decaiu devido à descoberta de ouro nas Minas e à mudança do interesse econômico para aquela região. Somado a este fato, a coroa portuguesa passou, na mesma época, a interpelar de maneira direta na questão da escravização dos nativos, o que acelerou o processo de desagregação das formas societárias nativas⁵¹⁹. Outro aspecto a colaborar para a queda do uso de mão de obra indígena foi o aumento de africanos cativos no século XVIII, por ter sido a capitania de São Paulo inserida na rota central da economia colonial, e por formalmente ter sido liberado o comércio deste tipo de mão de obra em 1707, conforme já dito. Assim, nas primeiras décadas do século XVIII muitos indígenas buscaram sua liberdade via justiça, e a adquiriram passando a integrar a camada da população pobre lavradora, enquanto outros mantiveram suas condições de trabalho compulsório e, para aqueles não conquistados, as autoridades orientavam sua incorporação à sociedade colonial através do trabalho, reunindo-os em aldeamentos para que fossem úteis a agricultura e mineração; se resistissem, deveriam ser escravizados ou mortos sob alegação de justiça⁵²⁰. Têm-se novamente o trabalho como ônus e remediação contra o

⁵¹⁸ F. Sposito, *Indígenas na formação do Estado nacional brasileiro e conflitos na província de São Paulo* (1822-1845). São Paulo: FFLCH/USP, 2006 (Dissertação de Mestrado).

⁵¹⁹ A Coroa implantou reformas administrativas em 1690 em São Paulo com o intuito de subordinar a região à autoridade da Coroa, sobretudo pelas recentes descobertas de ouro, e “a maneira mais direta de efetivar tal subordinação seria a intromissão da Coroa nas relações diretas entre colonos e índios.” J. Monteiro, *Negros da Terra...*, cit., p. 209-220.

⁵²⁰ G. P. Kok, *O sertão itinerante...*, cit., p. 141-142.

ócio e incivilidade, uma vez que as populações indígenas eram consideradas além de bárbaras, sem dimensão temporal e sem história, justamente por seu cunho inconstante em relação a sua forma de existência como corpo social. Para os portugueses, que já estavam inseridos em uma lógica rítmica regular de trabalho produtivo, e imersos em estruturas cotidianas ocidentais, deparar-se com grupos onde os padrões de vivência não eram determinados por ordenamentos sistemáticos colaborou para nutrir o sentimento europeu de superioridade civilizacional, empregado da imposição da jornada laboral.

O diretório dos Índios implementado em 1755 no Grão-Pará e Maranhão, e no restante da América portuguesa em 1758, foi mais um agente de interferência na cotidianidade dos povos aborígenes americanos. Implementado pelo Marquês de Pombal, era uma lei oriunda do reformismo ilustrado português do século XVIII, a qual dentre outras questões deliberava sobre a liberdade dos indígenas e o fim do cativo, para que houvesse desta forma assimilação direta destes ao reino luso⁵²¹. As práticas missionárias, o discurso e imaginário da fé e salvação da alma, foram substituídos pelas relativas à “civilização” dos índios, pelo interesse de torná-los súditos da monarquia portuguesa e integrantes da sociedade colonial; de certo modo, a religião passa a segundo plano, para dar lugar a princípios laicos de trabalho (que seria agora regulado por meio de salários), língua e participação política⁵²². Impunha-se o ideal de atenuação da diferença entre brancos, “seja em termos físicos, por meio da miscigenação (...), seja em termos comportamentais, por intermédio de uma série de dispositivos de homogeneização cultural”⁵²³.

⁵²¹ F. Sposito, *Indígenas na formação...*, cit., p. 43-44 e Rita Heloísa de Almeida, *O Diretório dos índios: um projeto de civilização no Brasil do século XVIII*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997.

⁵²² Mauro Cezar Coelho, “A construção de uma Lei: o Diretório dos Índios”, *Revista IHGB*, v. 437, n. a 168, Rio de Janeiro, out/dez, 2007, p. 29-48. Neste artigo o autor procura destacar a singularidade do Diretório através da observação dos meios que levaram a produção da lei. Cezar Coelho descortina a face colonial do Diretório, pois o termo jurídico foi criando como resposta a resistência dos colonos em relação à liberdade indígena e sua regulação. Como a legislação até o surgimento do Diretório era instável e dependia do interesse econômico e estratégico a depender do local e da época, a utilização dos indígenas implicava em várias posturas diferentes da Coroa, ora sendo declarados livres, ora escravos. A oposição aos Jesuítas, o intento de maior controle do território e da população do Império, e o princípio civilizacional foram de encontro à promulgação de tal lei. F. Sposito, *Indígenas na formação...*, cit., igualmente, Ângela Domingues, *Quando os índios eram vassalos: colonização e relações de poder no norte do Brasil na segunda metade do século XVIII*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2000; e, M. C. Coelho, *Do Sertão para o Mar- um estudo sobre a experiência portuguesa na América: o caso do Diretório dos Índios (1751-1798)*. São Paulo: FFLCH/USP, 2006 (Tese de Doutorado).

⁵²³ Elisa Frühauf Garcia, “O projeto pombalino de imposição da língua portuguesa aos índios e sua aplicação na América meridional”, *Tempo*, v.12, n. 23, Niterói/RJ, 2007, p. 24. Acesso: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-77042007000200003&script=sci_abstract&tlng=pt

Os aldeamentos indígenas após o Diretório deveriam ser transformados em freguesias ou vilas, e os nativos passariam aos cuidados de um diretor ou *principal*. Esta medida confrontava-se diretamente com os jesuítas, que tinham maior autonomia que as outras ordens clericais, pois respondiam diretamente ao Papa e à Ordem, e mantinham os índios em um estado que aos olhos da Coroa não era proveitoso: não falavam português, concentravam excessivos poderes autônomos, e a renda do trabalho do nativo era em grande parte retida pelos padres. Com a expulsão dos inicianos em 1759 os espaços a eles pertencentes passaram à Coroa, bem como a jurisdição sobre os nativos destas localidades. Em São Paulo foram criadas vila e freguesias, e as fazendas e aldeias administradas pelos jesuítas passaram a ter diretores seculares ou clérigos. O interesse principal era tornar a maioria das aldeias em freguesias, pois “congregando-se os índios em Freguezias juntos com os brancos se conseguiria melhor a civilização pela mistura de todos (...)”, e “(...) se facilita poderem ter todas as ditas Povoações, Villas pelo tempo adiante perdendo-se o nome de aldeias, e de índios que embaraça os casamentos aos brancos por estarem neste País em muito baixa reputação”⁵²⁴. Os trechos citados são de uma carta do Morgado de Mateus ao Marquês de Pombal em 1766, um ano após a chegada daquele à Capitania. Nela, vemos o desejo do capitão general em aplicar os princípios do Diretório para a “civilização” dos indígenas logo nos primórdios do seu governo, o que demonstra a importância que a lei tinha no governo ilustrado pombalino. Aqui, destaca-se a intenção de dissolver características indígenas agregando-lhes valores ocidentais, por exemplo por meio da mudança da nomenclatura de *aldeia* para *freguesia*. Segundo o documento, isso ajudaria no aumento do interesse nupcial dos brancos em relação aos indígenas, o que cooperaria para o sucesso do projeto civilizacional pombalino; porém, apenas a mudança de nomenclatura não seria suficiente para perder-se o nome de índio. No governo do Morgado, a implantação do Diretório foi estendida às expedições ao oeste e sudoeste, onde eram incluídas a submissão dos autóctones, além da demarcação das fronteiras com a América espanhola. As tentativas de submissão foram frustradas nesse sentido, pois os nativos daquelas localidades resistiram aos avanços dos portugueses, o que em meados do século XIX mudará de situação, pois os indígenas serão enfim subjugados.

⁵²⁴ “N.º 28”. D.I.H.S.P., v. 73, p. 203-204.

Em 1775 o capitão Lobo de Saldanha escreveu ao dirigente da aldeia da Escada, região do rio Barueri Mirim, dizendo que tem muitas notícias de que “a gente dela [aldeia da Escada] está perdida por causa do mau governo de V.M, pois sei com certeza, que nem fazer roças, nem tem que comer nem ouvem Missa, nem obedecem (...)”⁵²⁵. Em 1785, Cunha e Menezes, capitão general de São Paulo, escreveria ao diretor da Aldeia de São Miguel

“para de algum modo se evitarem os males, que podem sobrevir aos índios e índias (...) ordeno a V.M., que aqueles ou aquelas que estiverem em estado livre, os fará casar com as mesmas pessoas que assim andarem concubidados, querendo assim uns, e outros não querendo, os admoestará para que se emendem com pena de serem mudados para Aldeia mais remota (...)”⁵²⁶.

A tentativa de incorporar o indígena à sociedade luso-americana do século XVIII não se apartava da ideia de que estes, para alcançar o grau desejável de “civilização”, precisavam ser tutelados. Mesmo sendo considerados livres, necessitavam ser moldados mediante o trabalho, participar da Missa e estabelecer casamento, rituais estes que marcavam a vida da maioria dos habitantes da capitania daquele período. Imputar aos indígenas estas obrigações, aos olhos da época, os transformaria em súditos; porém os indígenas não estavam habituados a esta forma de vida, e mais uma vez têm-se o suprimento de temporalidades nativas por intermédio da imposição de ritmos ocidentais alheios às culturas ameríndias. A política do Diretório foi revogada com a Carta Régia de 1798, no reinado de D. Maria I: a partir daquele momento os aborígenes não precisariam mais ser “civilizados” para serem incorporados à sociedade, pois passavam a ser iguais em direitos – de acordo, evidentemente, com as lógicas estamentais vigentes - a todos. Já no início do século XIX, muito se cria que a política do diretório pombalino fora inócua e nada benéfica aos indígenas, mas como atesta a historiadora Fernanda Sposito, “a política ofensiva contra os nativos, atribuída ao Diretório, deu-se muito mais devido à falta de uma estratégia bem definida por parte da Coroa portuguesa após a revogação deste projeto em 1798, do que pelo Diretório em si (...)”⁵²⁷. Em muitos sentidos os índios ficaram ainda mais desamparados, e vários daqueles que ainda não

⁵²⁵ “Para o Capitão Mor da Aldeia da Escada, Manoel Dias Maciel”. D.I.H.S.P, v. 74, p. 253.

⁵²⁶ “Para o Diretor da Aldeia de São Miguel”. D.I.H.S.P, v. 85, p. 145-146.

⁵²⁷ F. Sposito, *Indígenas na formação...*, cit., p. 47.

tenham sido conquistados foram, por fim, destituídos de suas terras em nome da Coroa, ou mortos em um novo contexto de “guerra justa”, que voltaria a ser uma realidade nas políticas referentes aos nativos das primeiras décadas do século XIX.

A presença indígena na sociedade paulista sempre foi sensível em vários aspectos, e apesar da documentação aqui trabalhada não permitir a recuperação de seu cotidiano de uma forma mais contundente, buscamos apontar as sucessivas quebras de normalidade que estes povos sentiram ao longo do século XVIII e inícios do XIX. As mudanças repentinas na legislação em relação à liberdade dos nativos, os ataques e guerras justas, a miscigenação voluntária ou coagida, assim como a sujeição pelo trabalho, os colocava em situação de inconstância e fragilidade no tocante a muitos aspectos do controle e desenvolvimento de suas vidas. O contato com o europeu rompeu progressivamente o ideal de movimento que regia estes povos antes de serem subjugados, na medida em que houve aí também a imposição de temporalidades, de ritmos de vida, e de valores temporais do conquistador mediante obrigações laborais, interesses econômicos, formas de religião e de educação – agora “civilizada”. As marcações estáveis de tempo que, em parte, guiavam a sociedade paulista do século XVIII, seriam para os índios motivo de profunda instabilidade, resultando em visões europeias cujo etnocentrismo atribuía ao elemento indígena atitudes como preguiça, ociosidade, ausência de memória, história, etc., e que justificariam atos de controle e dominação sob os nativos, ou até mesmo sua destruição.

O dia a dia da população paulista era também estabelecido por sinais objetivos de marcações regulares. Um destes marcadores foram os sinos. Objetos que serviam à comunicação massiva e de grande proveito em uma sociedade onde a maioria de seus membros não era letrada, mas, no entanto, compreendiam suas badaladas, traduzindo-as nas mensagens que estas queriam expressar⁵²⁸. Na Europa medieval, os sinos originalmente serviam de instrumento de alerta pelos mosteiros, passando em seguida aos espaços urbanos, tanto sagrados como seculares. Transplantada à América portuguesa desde o início do século XVI, essa espécie de comunicação seguia os padrões de sua matriz na Europa: os sinos regulavam abertura e fechamento de mercados, de portas da cidade (no caso europeu), anunciavam assembleias, mortes e festividades, dentre outras coisas. Nos primórdios da colonização portuguesa da

⁵²⁸ R. Uribe, *Las dinámicas del tiempo...*, cit., p. 102. Esta obra refere-se à Nova Granada, na América espanhola.

América, inundavam de sons inclusive os vastos e silenciosos espaços rurais, irradiando suas badaladas de igrejas e capelas erguidas junto a engenhos, plantações e caminhos. Na capitania de São Paulo setecentista, conforme mostrado anteriormente, era proibido o funcionamento das vendas depois do anoitecer, e tomava-se como marco os sinos que ressoassem perto do comércio. A câmara em 1763, antes da chegada do Morgado de Mateus, ordenaria “aos vendeiros desta cidade fecharem as portas das suas vendas até às oito horas da noite pena que todo o que estiver com ela aberta mais tempo de ser condenado em seis mil réis para despesa do concelho e trinta dias de cadeia”⁵²⁹. A pena de cadeia desaparece dos documentos posteriores a 1764 no tocante ao horário de fechamento, mas permanece para as vendas de negociantes que atuassem sem licença do Senado da Câmara⁵³⁰. Para cada tipo de chamado havia um tipo de sinal, e quanto mais os espaços urbanos se complexificavam, maior a proliferação destes sinais⁵³¹. Exemplo evidente de tal comunicação encontra-se na reunião da Câmara de São Paulo em 12 de junho de 1777, quando houve convocação dos camaristas para a leitura da carta de falecimento do rei D. José I:

“sendo todos juntos em acto de vereança ás ditas horas de meia noite para efeito de se abrir uma carta do Ilustríssimo e Excelentíssimo senhor governador e capitão general desta capitania de São Paulo Martim Lopes Lobo de Saldanha, mandou o dito juiz ordinário tocar o sino da cadeia para se ajuntarem os ditos vereadores acima nomeados (...).”⁵³²

Segundo o mesmo documento, após a leitura da dita carta, os vereadores da Câmara ficaram “tão sentidíssimos de tão triste notícia que um quarto de hora não puderam dizer palavra alguma, e logo no dito acto mandaram fazer um edital (...)”; e que dentre outras coisas “logo ordenaram a todas as religiões que pelo tempo de três dias, de dia e de noite, mandassem tocar os sinos às horas que a Sé desta cidade fizesse os seus signaes (...)”⁵³³. Aqui, percebe-se a existência da comunicação através dos sinos e a diferenciação entre eles. Para o comparecimento extraordinário à casa da Câmara,

⁵²⁹ “Termo de vereança feito aos 16 de março de 1763”. A.C.M.S.P., v. 14, p. 468.

⁵³⁰ As *Atas da Câmara* fazem uso constante do termo “Senado” ao invés de “assembléia”. Senado era uma reunião deliberativa, e o termo herdado dos romanos.

⁵³¹ R. Uribe, *Las dinámicas del tiempo...*, cit., p. 85.

⁵³² “Termo de vereança feito aos 12 de junho de 1777 annos pela meia noite do dia em que se recebeu a carta de haver fallecido o senhor rei dom José o primeiro”. A.C.M.S.P., v. 17, p. 33.

⁵³³ *Ibidem*, p. 34-35.

tocou-se o sino da cadeia, e os vereadores compreenderam que deveriam ir ao Senado. Para o ritual fúnebre em homenagem ao monarca falecido, deveriam tocar durante um intervalo de três dias os sinos de todas as igrejas e lugares pios, em conformidade com os toques da Sé da cidade. Nota-se que não havia concordância de toque, pois, neste momento específico (do luto) os sinos deveriam tocar em consonância com o sino da Sé, e durante um tempo determinado tanto de dia quanto de noite, se houvesse concordância de sinais, não haveria necessidade de alertar que o sinal da Sé era o padrão para aquele momento. Na ata da Câmara relativa à morte da rainha Mãe, Dona Mariana Vitória de Bourbon, citada anteriormente neste capítulo, há o mesmo procedimento da Câmara: “mandaram aviso a todas as religiões que por espaço de três dias de dia e de noite mandassem tocar signaes as horas que a Sé desta cidade fizesse os seus”⁵³⁴.

Os sinos transmitiam uma noção de tempo comum, e tinham um alcance importante a depender do tamanho e de onde estavam localizados. Herdeiros da tradição cenobítica monacal, na qual vida e tempo se sobrepuseram intimamente a ponto de quase se coincidir, os sinos tiveram papel fundamental para a organização da vida nestes ambientes, onde havia hora para o trabalho, hora para a oração, hora para a comunhão, hora para o descanso. A mistura dessas atividades recebe o nome, na literatura dos monastérios, de *meditatio*, que não corresponde plenamente ao termo moderno *meditação*. Para que a *meditatio* fosse cumprida fielmente, a observância das horas era fundamental⁵³⁵.

Na cristandade ocidental, a regra beneditina foi a difusora do costume do horário religioso regrado. Nos capítulos regulatórios escritos por São Bento de Núrsia (localidade italiana) aos seus seguidores, possivelmente em meados do século VI, encontram-se determinados todos os horários que os monges deveriam seguir, e como dever-se-ia dar o sinal para que os monges estivessem presentes nos ofícios, orações e demais atividades. No capítulo oito da regra, “Dos ofícios Divinos Durante a noite”, por exemplo, lê-se que o monge deve levantar-se à oitava hora da noite no inverno (europeu, do hemisfério norte), entre Novembro até a Páscoa, para o ofício divino noturno, e nos demais períodos do ano deve organizar a hora para que a Matina (celebrações que deveriam ser feitas quando o dia clareasse) acontecesse logo em

⁵³⁴ “Termo de vereança feito aos 5 de maio de 1781 pelas nove horas da noite...”, cit., A.C.M.S.P., p. 342.

⁵³⁵ Giorgio Agamben, *Altíssima pobreza: regras monásticas e formas de vida*. São Paulo: Boitempo, 2014, p. 64.

seguida aos ofícios da vigília. Há na regra toda uma organização minuciosa do trabalho cotidiano. O capítulo 48, “Do trabalho manual cotidiano”, afirma que por ser a ociosidade inimiga da alma, deveriam os monges se ocupar do trabalho manual, e em outras horas com a leitura espiritual; há as horas nas quais conviriam fazer-se as refeições, horários adequado para o sono, e não deveria o monge deixar de observar as horas e ofícios nem mesmo quando estivesse em viagem ou, por algum outro motivo, longe do monastério, tal qual relata o capítulo 50: “Dos irmãos que trabalham longe do oratório ou estão em viagem”⁵³⁶. *Regra* significa *vida*, e a preocupação central desta e de outras que surgiram posteriormente é o governo da vida humana individual ou coletiva⁵³⁷; e sendo o mosteiro a representação da comunidade dos homens, e o hábito a representação exterior do modo de vida interior, todos os atos são devidamente controlados e altamente regrados. Espelhado na comunidade primitiva cristã em um mosteiro partilha-se a vida e o coração. São Bento, segundo Geraldo Coelho Dias, teve respaldado de outros escritos de natureza semelhante bem como na observação do modo de viver de sua geração para redigir sua regra, que “supõe a experiência de pessoas e situações, maturação pessoal, progressividade diacrônica, reelaboração literária, acréscimos, tudo, com certeza, a partir do contato permanente com a vida vivida dos monges que se propunha dirigir”⁵³⁸. A regra foi baseada no contato com a vida comum, e São Bento e seus seguidores criam que era possível viver nos padrões ditados pela regra; porém, concebia-se que o intento de separação e diferenciação do mundo não era completamente atingível, porque se faz presente nestes locais conjuntamente a oração constante (espiritual) e os trabalhos tipicamente mundanos, como limpeza e subsistência. O mínimo de obrigação acaba por impor a estes locais uma pluralidade de

⁵³⁶ São Bento, *Regra de São Bento*. Tradução e notas de D. João Evangelista Enout, Osb. 3.^a. ed. Rio de Janeiro: Edições Lumem Christi, 2008.

⁵³⁷ G. Agamben, *Altíssima pobreza...*, cit., p. 28.

⁵³⁸ Geraldo J. A. Coelho Dias, “A Regra de S. Bento, Norma de Vida Monástica: sua problemática moderna e edições em Português”, *História*, Revista da Faculdade de Letras, v. 3, III série, Porto, 2002, p. 24. Artigo importante por trazer ao leitor um panorama da produção da regra, contextualização e apresentação de outras obras semelhantes da época, e recepção desta regra na atualidade. O autor esclarece que a máxima beneditina *ora et labora* é uma criação recente, nas palavras do autor, “o tão repetido lema beneditino, verdadeira divisa do espírito da Regra de S. Bento, o célebre — *Ora e Labora* — nunca aparece na *RB* nem em qualquer escrito monástico antigo, mas é criação bastante moderna, com toda certeza de D. Mauro Wolter nos “*Elementas Benedictinas*” (p. 15). D. Mauro Wolter foi um beneditino do século XIX que viveu na Alemanha. Interessante que a máxima está atrelada aos beneditinos justamente por serem estes os progenitores do monaquismo ocidental e aficionados à gestão do tem Para o mesmo assunto,: Jacques Berlioz (Org.), *Monges e religiosos na Idade Média*. Lisboa: Terramar, 1996.

tempos tal qual o mundo temporal, apesar dos esforços dos religiosos em controlar a vida para que vivessem envolvidos apenas pelo tempo espiritual, ou seja, não é possível a primazia de uma única temporalidade em nenhum espaço.

Por influência da Regra de São Bento, esse tipo de valorização do tempo encontra-se também em outras ordens religiosas, que contribuiriam para que a aplicabilidade do tempo em termos de regras estritas fosse pouco a pouco sendo transferida para a vida secular, onde encontraria tempos regrados do trabalho. O objetivo de se ter horário para tantas coisas era de se tirar máximo proveito de uma concepção de preciosidade do presente. A escassez e irrecuperabilidade do tempo presente tornava-o precioso, daí a condenação de atrasos que poderiam causar abreviações nos ofícios coletivos⁵³⁹. Atrasos os ofendiam, pois o tempo concedido por Deus aos homens — em alteridade ao tempo eterno — só poderia ser perfeito e organizado — vide a suposta criação do mundo, segundo o Antigo Testamento, em 7 dias, sendo um reservado ao descanso de Deus; as muitas regras dos livros do Pentateuco, onde encontram-se datas e períodos minuciosos relativos a festas, dízimos, sacrifícios, cultos, descanso, etc., além das regras pessoais a serem seguidas por toda comunidade judaica; o tempo não eterno do mundo dos homens; e a passagem do livro do *Eclesiastes*, onde está registrado que há tempo para todas as coisas debaixo do céu—, e sendo os homens imagens de Deus, deveriam aqueles viver ao máximo de acordo com o exemplo da divindade. As regras monásticas, a partir do século XI passam a levar a sério a questão da disciplina horária, potencializando o advento de instrumentos produtores de sinais mecânicos. Giorgio Agamben infere que a concepção e a percepção horárias, juntamente com a *meditation*, foram dispositivos pelos quais, antes da descoberta kantiana, “o tempo se tornou de fato a forma de sentido interno: à minuciosa regulação de cada ato exterior corresponde uma escansão temporal igualmente meticulosa do discurso interior”⁵⁴⁰. Sendo assim, os beneditinos, e as ordens que os seguiram, disseminaram o uso dos sinos, e foram grandes contribuintes para o surgimento do relógio mecânico na Europa.

⁵³⁹ D. S. Landes, *Revolución en el Tiempo...*, cit., p. 73-74.

⁵⁴⁰ G. Agamben, *Altíssima pobreza...*, cit., p. 36.

Antes dos relógios mecânicos, os relógios de sol foram provavelmente a primeira representação de um tempo controlado pelos homens⁵⁴¹. Ulteriormente foram produzidos outros instrumentos para este fim, como os relógios de água, as *clepsidras*, ou de areia, as *ampulhetas*. O problema em relação a eles, e que também contribuiu para o surgimento do relógio mecânico, era a dependência que tinham do tempo natural, sendo que dias nublados e períodos de inverno com neve, por exemplo, poderiam interromper a contagem do tempo; as ampulhetas, ainda, serviam mais para marcações pontuais, mais curtas. Os monges cistercienses do século XI e XII tinham grande interesse na ampliação das formas de medição dos relógios de água, devido à intensa dedicação ao controle do dia a dia que, como vimos, havia em seus mosteiros. Os avanços técnicos na área hidráulica brindados pelos monges favoreceram o espraio de suas técnicas, e ocasionaram novos inventos; mais um passo em direção ao relógio mecânico, em meio a uma Europa medieval que estava a desenvolver uma mentalidade particular “que tendia cada vez mais em ver na máquina a solução dos problemas planteados pelo ambiente”⁵⁴². Dessa forma, a aparição do relógio mecânico (entre o século XIII e XIV) revoluciona culturalmente a Europa, por seu enorme potencial tecnológico. Foram os relógios, por mais rudes que fossem em seus primórdios, que sentaram as bases para a astronomia moderna, ao oferecer pela primeira vez a possibilidade de mensurar – e, portanto, de se conceber – o tempo com mais precisão⁵⁴³.

⁵⁴¹ O relógio de sol mais antigo que se conserva na atualidade pertenceu aos egípcios, e é datado de VIII A.C. O sol era o astro mais fácil de ser observado, logo, a maioria dos povos antigos dividiam seus dias de acordo com o movimento deste. Os relógios de sol geralmente eram divididos em 12h e considerava-se um dia pelo nascer e se pôr do mesmo. A explicação do porquê dividir-se em 12h o dia, e serem tantos fatos relacionados com o tempo múltiplos de 12, não é precisa ou consensual; porém os astrônomos Alexandre Cherman e Fernando Vieira sugerem, apoiados na história da matemática, que deve-se aos sumérios este tipo de contagem. Os sumérios, reconhecidamente o primeiro grupo populacional a estudar questões celestes para fins práticos, usavam as falanges da mão direita, com exceção do polegar utilizado como uma espécie de marcador, para contar os números de 1 a 12. Os dedos da mão esquerda (todos) eram usados para contar as dúzias, exemplo do que hoje é denominado de aritmética posicional. Em suma, as mãos do sumérios seriam uma espécie de ábaco simplificado. A. Cherman e F. Vieira, *O Tempo que o Tempo Tem...*, cit., s.n. Fernando Muñoz Box, *Las medidas del tiempo en la Historia*. Calendarios y relojes. 2ª. ed. Valladolid: Universidade de Valladolid, Secretaria de Publicaciones e Intercambio Editorial, 2011, p. 99-101.

⁵⁴² C. M. Cipolla, *Las máquinas del tiempo*. México: FCE, 1998, p. 20 e D. S. Landes, *Revolución en el Tiempo...*, cit., p. 82-83.

⁵⁴³ Para David Landes, a Europa deixou de ser vulnerável, débil e periférica para tornar-se um agressor hegemônico, tendo em sua base a medição do tempo que abre espaço ao desenvolvimento do estudo dos astros e das medidas da terra. O aperfeiçoamento do relógio mecânico permitiu o melhoramento nas navegações (cronômetros marinhos, bússolas e etc.), até se chegar à descoberta das menores partículas com o quartzo. Em suas palavras: “a medição do tempo foi ao mesmo tempo um signo de criatividade

Os relógios foram considerados um artigo de luxo até que fosse agregada a mola em sua composição (cerca de 150 anos depois do invento do objeto) e o escape. Seus primeiros possuidores, no século XIII, foram os principados, ducados e episcopados, seguidos de perto pelos centros urbanos em ascensão e os patriciados burgueses. É bem provável que o clero monástico tenha formado o primeiro mercado de relógios mecânicos, mas a Igreja por si mesma, não foi capaz de “originar a popularidade quase instantânea do novo invento que tirou de cena a clepsidra”⁵⁴⁴. As horas ganhariam mais um elemento de contagem no espaço público e no privado, regrando-os, pautando-os, unindo-os. Os relógios públicos mecânicos encontravam-se em torres ou igrejas para que pudessem ser ouvidos a distância, e em pouco mais de um século se tornariam um elemento familiar a muitas paisagens urbanas e rurais europeias. De início, porém, seu funcionamento era irregular e as horas eram marcadas de acordo com a qualidade do mecanismo, às vezes ferro, às vezes bronze.

Os relógios públicos de início custavam caro e sua manutenção também, porém, conforme Cipolla, todas as comunidades possuidoras de relógios se achavam orgulhosas e ávidas por terem em seu meio este invento⁵⁴⁵. Era comum, quando havia mais de um relógio no mesmo espaço público, estes marcarem horas diferentes, assim como havia diferença de horas entre as cidades⁵⁴⁶ em face de serem as mesmas marcadas de forma eletiva, baseando-se no tempo natural ou próprio da cidade, entretanto no decurso do aperfeiçoamento dos usos horários, os Estados passaram a se dedicar na uniformização e padronização das marcações de horas por relógios e por sinos em seus territórios⁵⁴⁷. Muitas cidades contratavam pessoas para que ficassem continuamente a disposição do relógio para sempre atualizá-lo se este travasse, e mesmo assim havia adiantamentos e atrasos frequentemente. Em um momento em que quase não havia relógios privados, um relógio público que tocasse as horas, mesmo que impreciso, era motivo de enorme prestígio e rivalidade entre as cidades.⁵⁴⁸

recém descoberto e um agente catalizador na utilização do saber a serviço da riqueza e poder”. D. S. Landes, *Revolución en el Tiempo...*, cit., p.14.

⁵⁴⁴ Ibidem, p. 83.

⁵⁴⁵ C. M. Cipolla, *Las máquinas del tiempo...*, cit., p. 23-25.

⁵⁴⁶ Vale destacar que os fusos horários são frutos do século XIX, e as cidade faziam suas marcações de acordo com seus governantes.

⁵⁴⁷ D. S. Landes, *Revolución en el Tiempo...*, cit.

⁵⁴⁸ Ibidem, p. 26.

O aspecto visual do relógio público foi um fator importante para sua difusão. Os sinos passaram a coexistir com os relógios, mas naquele momento era, no entanto, possível compará-los e saber quem soava de forma correta, principalmente para os interessados na regulação do trabalho. Todas as partes envolvidas podiam provar os períodos laborais com base no relógio comunal e passaram a controlar de perto o ritmo de trabalho. São, deste modo, as campanas públicas que até o século XIX marcam as *horas certas*, não mais factual, ou de cataclismos ou festas, tal qual Jacques Le Goff sublinha, mas sim o ritmo das atividades cotidianas, “sistema cronológico que aprisiona, que enquadra a vida urbana”⁵⁴⁹.

A introjeção da mola nos mecanismos do relógio mecânico a princípios do século XV, permitiu o transporte para qualquer lugar no espaço privado, e a possibilidade de redução do tamanho que dá à luz a versão para bolsos. Têm-se a partir do relógio mecânico com molas a ampla possibilidade de utilização no âmbito doméstico, o que pode-se considerar um marco por ter ocasionado a gênese da disciplina horária em contraposição ao cumprimento ou adoção do horário. Foi este mecanismo “que deu lugar para o bem e para o mal, a uma civilização atenta ao passo do tempo, e, portanto, a produtividade e ao rendimento”⁵⁵⁰. Desperta-se dessa forma no ocidente a necessidade de conhecer e utilizar o tempo, para além de observá-lo e senti-lo, e principia-se a perseguir formas cada vez maiores de precisão em seu desempenho. Nos séculos XVI e XVII a quantidade de pessoas interessadas e com poder aquisitivo para a compra de relógios aumentou, e conseqüentemente a sua produção se elevou. Isso não significou uma adoção massiva deste dispositivo, significou que a criação de relógios portáteis acrescentou mais uma temporalidade as de antemão existentes, mas é de todo significativo que já no século XIV estes utensílios de interiores apareçam em inventários e testamentos. Os primórdios do uso privado de relógios em meados do século XIII proporcionavam aos seus proprietários a sensação de poder por intermédio do acesso as informações particulares temporais. A diminuição em seu tamanho aumentou o sentimento de posse ao apartar cada vez mais do controle da comunidade o tempo pessoal. A difusão do relógio particular proporcionou às

⁵⁴⁹ J. Le Goff, “O tempo do trabalho...”, cit., p. 68.

⁵⁵⁰ D. S. Landes, *Revolución en el Tiempo...*, cit., p. 8.

“pessoas que em outro tempo dependiam do grito dos vigilantes noturnos, dos toques da igreja ou do relógio de campanário, que dispusessem já da hora em seu domicílio (...) e podiam organizar sua vida e trabalho de maneira que em outro tempo estava reservada as comunidades e a uma regra⁵⁵¹”.

O salto tecnológico em relação a precisão foi dado com o surgimento do pêndulo no século XVII que introduziu a noção de segundos por intermédio do som sequencial do mecanismo. Cria-se a agulha de minutos e depois de segundos: é o despontar de uma era dos instrumentos de alta precisão e descontinuidade na história da relojoaria⁵⁵². O que nos interessa neste estágio é inserção de uma nova experimentação. Acompanhado das unidades temporais está a possibilidade de captação de: “sensações, pensamentos e movimentos que, não é que não existiam antes, senão que ao medi-los adquirem noção de sua presença”⁵⁵³, é neste estágio que o tempo começa a tornar-se uma entidade escorregadia. O relógio individual implicou na subjetivação do tempo, que afinal, deu potente estímulo a tomada de consciência individual, ao embrião da produtividade e individualismo⁵⁵⁴. A Europa setecentista contemplou o período áureo da indústria relojoeira. O século XVIII produziu em massa relógios a baixo custo, mais precisos e confiáveis do que aparecera até então. Mesmo não marcando as mesmas horas entre si, parte da população do ocidente já estava organizando a vida e suas atividades fiando-se em seus relógios⁵⁵⁵, tanto que os relógios mecânicos passam a servir de guia aos relógios solares, o que foi um avanço na emancipação do tempo natural diurno em relação ao cotidiano.

Em Portugal, com o aumento da procura pelos objetos de marcação da hora de forma mecânica, abriu-se uma fábrica de relógios no século XVIII seguindo a tendência

⁵⁵¹ Idem, p. 105.

⁵⁵² O setor manufatureiro de relógios foi o primeiro a colocar em prática o que estava sendo descoberto nas áreas de física e mecânica. Simultaneamente, concorria em ditar a cadência de desenvolvimento da mecânica aplicada que lhe garantiu “um papel de primeira importância na revolução dos instrumentos científicos”. C. M. Cipolla, *Las máquinas del tiempo...*, cit., p. 55.

⁵⁵³ R. Uribe, *Las dinámicas del tiempo...*, cit., p. 37.

⁵⁵⁴ J. Le Goff, “O tempo do trabalho...”, cit. e D. S. Landes, *Revolución en el Tiempo...*, cit., p. 105-106.

⁵⁵⁵ C. M. Cipolla, *Las máquinas del tiempo...*, cit. e D. S. Landes, *Revolución en el Tiempo...*, cit. No século XVIII havia competição entre os países europeus no quesito relojoaria. Os Suíços estavam despontando como referência na técnica e indústria, o que será suplantado no século seguinte pelos Estados Unidos. Nas últimas décadas do século XVIII surgem competições internacionais de invenções para relógios, e é também nas décadas finais deste mesmo século que os oficiais dos exércitos de países europeus levavam bons relógios em suas equipagens.

da Europa⁵⁵⁶. Os relógios mecânicos foram monopólios dos europeus por cerca de 500 anos, e o reino português, através dos jesuítas, contribuiu na divulgação dos mesmos quando apresentou ao Oriente a nova invenção europeia. No século XVI o relógio mecânico chegou à China, via Companhia de Jesus, mas foram precisos dois séculos para que o Oriente se rendesse aos encantos da contagem maquinal do tempo. Até o início do século XVIII, China e Japão não tinham o interesse que os ocidentais devotavam ao objeto, e durante estes dois séculos foram pouco relógios exportados para aquela região, a maioria foi levada como presentes ou cortesias aos nobres locais. Os orientais que poderiam adquirir um relógio os ganhavam, o que cooperou na sua refração em meio a sociedade. A situação ganhou novos ares quando no século XVIII a Inglaterra, e depois a Suíça, começaram a exportar seus relógios de baixo custo para o Cantão. As fontes da época afirmam que neste momento eram vendidos no Oriente os relógios de campainha, de parede, e de repetição ao mesmo preço baixo que eram oferecidos na Europa⁵⁵⁷.

Na América portuguesa são poucos os registros a respeito deste objeto, sabe-se da existência de relógios de sol. Referente à capitania paulista, o sino era quem ditava o ordenamento das atividades nos espaços urbanos, assim como a marcação das atividades pessoais que se repetiam e que outorgava a rotina seu ritmo adequado. Relógios de sol compunham o cenário da capitania, mas não se tem informação segura da quantidade. No entanto isto não quer dizer a impossibilidade da existência de relógios mecânicos ou de sol portáteis em meio privado. Pedro Taques, o autor de *Nobiliarquia Paulistana*, nos oferece pistas que elucidam essa questão na capitania. Dentre tantos personagens paulistas arrolados na genealogia composta por Taques, destaca-se Estanislão de Campos. Era um padre Jesuíta paulista, que fez seus estudos e ordenação no colégio da companhia na Bahia, do qual posteriormente tornou-se reitor, além deste cargo ocupou o de abade provincial do Brasil por duas vezes, a segunda em 1713. Quando se aposentou, por volta de 1722, tornou a capitania paulista, “sua pátria, para com tranquilidade do espírito se entregar todo à oração com Deus”, de acordo com Pedro Taques⁵⁵⁸. Na cidade de São Paulo, o reverendo padre se instala no colégio jesuíta e

⁵⁵⁶ No site <http://www.matriznet.dgpc.pt/matriznet/home.aspx> pode-se vislumbrar os exemplares de relógios que pertenceram aos monarcas portugueses ao longo dos séculos XVII, XVIII e XIX, bem como relógios de outras pessoas privadas ou de espaços públicos.

⁵⁵⁷ C. M. Cipolla, *Las máquinas del tiempo...*, cit., p. 100-101.

⁵⁵⁸ P. T. Almeida Paes Leme, *Nobiliarquia Paulistana...*, cit., t. II, p. 175.

mantêm uma rotina que nos interessa acompanhar. Escreveu Pedro Taques a respeito do padre o seguinte:

“Tinha tão presente os tratados de filosofia paripatética, que estando em idade de mais de 80 anos (...) no triênio 1730, que os estudantes filhos de pessoas principais da cidade o procuravam [ao padre Estanisláo de Campos] para lhes explicar a postila, ele se não negava a este trabalho em todos os dias da classe naquela meia hora que corria das 10 e meia, em que saíam os estudantes do pateo até ás 11 em que tocavam o silêncio (...). Tinha por costume inalterável, porque tinha saúde, celebrar o santo sacrifício da missa ao romper do dia, na hora das cinco, e depois de tomada no seu cubículo uma pequena refeição que ordinariamente era uma chicara (sic) de chocolate, assentava-se no confessional, até que não houvesse mais penitentes que se quizessem confessar; e as tardes passava, depois de quatro horas em oração, em uma tribuna da capela-mór (...). Para tão singular vida ainda foram os anos que durou, muito poucos, chegando á idade de 90. Nesta época faleceu mais debilitado das forças pelas austeridades da vida. Conheceu a hora da sua morte, e depois de haver recebido o sagrado Viático com o sacramento da Extrema-unção (...): pediu com sua brandura que se recolhessem a descansar, e o deixassem só na companhia do seu santo Crucifixo (...); porém que dando o relógio do mesmo colégio as 5 horas da manhã, viessem prontamente, porque esta era a hora última da sua vida. Com saudosa repugnância obedeceram os religiosos e, como tinham muita opinião a santidade do reverendo Estanisláo de Campos, se persuadiram que naquella noite não acabava a vida, visto que ele segurava a final hora era a das 5 da manhã. Antes deste tempo (...) costumavam vir até a porta do cubículo (...) e assim passaram a noite toda, até que dando o relógio as 5 horas acudiram todos; (...) e abrindo-se-lhe a porta do cubículo acharam o servo de Deus (...) já defunto, porque naquelles poucos minutos tinha expirado (...) e revestido com os paramentos sacerdotais, foi depositado [o corpo do padre] na sachristia, como costume praticado em todos os colégios. Já os sinos tinham feito o primeiro sinal quando os oficiais do Senado da Câmara e do Dr. Ouvidor geral, e o corpo político de toda a nobreza e plebe tinha concorrido a beijar-lhe a mão

(...). Nós lhe assistimos também como amante discípulo dos seus santos conselhos (...) e também da sua lição sobre a postila (...) de quem temos referido este trabalho, que com suavidade nos praticou sempre o Revm. Padre-mestre Estanisláo de Campos (...).”.

Na passagem supra há vários elementos pelos quais pode-se recuperar a rotina de um colégio e de um clérigo, e em meio a isto destaca-se a presença de um relógio no local. Sabemos que as ordens religiosas seguiam uma rotina rígida e que por isto contribuíram imensamente para o desenvolvimento da disciplina horária e para a tomada de consciência quanto ao tempo no ocidente, tal qual relatado anteriormente. No colégio de São Paulo realizava-se o ofício da manhã às 5h, o que era a marca do início do dia comunal. Depois refeição, aulas, intervalo de meia hora entre 10:30h e 11h, silêncio, almoço, momentos de oração, jantar e recolhimento. Nota-se que não há destaque para qual horário ou qual seria o sinal externo que representasse o final do dia e início da noite ou vigília, porém na rotina do padre Estanisláo vemos que este depois da refeição passava ao confessionário e as tardes, após as 4h, passava em oração. O rito do colégio estava sendo ordenado por um relógio que dava as horas e possivelmente os quartos de hora ou minutos, de acordo com o que lemos do horário do intervalo e sua duração de meia hora. O autor desta passagem foi um dos estudante do colégio de São Paulo e viveu por um período de sua vida imerso na rotina do mesmo⁵⁵⁹, e é bem provável que ao relatar a pequena história de vida do padre que era de sua estima, o mesmo autor tenha lançado mão de memórias pessoais para recriar aos seu leitores o ambiente do colégio, que dentre outras coisas, destacou o relógio e o regulamento horário porque tanto os locais de ensino quanto as comunidades religiosas têm como marca a disciplina, e a jornada diária marcadamente organizadas. Daí a importância de se ter um relógio norteando as atividades, incluindo os ritos da morte: o padre morre às 5h da manhã à mesma hora que costumava rezar a missa. A leitura do fragmento da morte de Estanisláo de Campos sugere que a hora morte não foi anotada exatamente, mas se levarmos em consideração a vigília que fizeram na porta do cubículo do padre, estima-se que ele morreu já na parte considerada dia, então anotou-se a hora que

⁵⁵⁹ A vida e a obra, *Nobiliarquia Paulistana*, do autor Pedro de Almeida Taques serão analisadas com mais atenção no capítulo 5 desta dissertação.

marcava o início do dia naquele lugar, cinco horas da manhã, para dar como hora da morte do clérigo.

Outro detalhe, que atesta a interação que os frequentadores daquele local tinham com a contagem de tempo objetiva, são os minutos de intervalo das classes e a descrição dos poucos minutos que o padre havia morrido após o relógio do colégio dar às 5. Não há informações se o relógio era mecânico, com pêndulo ou mesmo de sol, mas há indícios de que era um relógio ressoante ainda mais em meio aos jesuítas, a mesma companhia que levou os relógios mecânicos para a China, e que da mesma forma podem tê-los trazido à América portuguesa. Mais um indício é a diferenciação que Pedro Taques faz do sinal dos sinos da cidade, e as horas que são dadas no colégio. Dois ambientes, um urbano e um clerical/educacional, dois sinais diferentes para as chamadas. Na cidade, foram os sinos que chamaram os senadores e demais pessoas para a cerimônia pública do padre; no colégio, o relógio tocava o intervalo e dava horas, ademais de não haver menção alguma a toque de sinos, o que não quer dizer ausência destes naquele lugar. Esse trecho da obra de Taques é importante porque traz elementos para se pensar a existência de mais um aspecto de vivência temporal, o aspecto da quantificação e maior precisão em relação ao controle do tempo. Uma coisa é sentir o curso do tempo, outra é conhecê-lo, utilizá-lo e fragmentá-lo em partes. Em certos setores da sociedade o tempo já era menos estimado e mais estipulado, o que sem dúvida a presença de um relógio cooperava. Há a noção de que o tempo pode-se dividir em pequenos espaços que vão além de uma divisão binária de dia e noite ligada a natureza. Períodos de 12h eram marcados a séculos por relógios de sol, e nesta sociedade tinha-se noção certa tanto das 24h⁵⁶⁰ do dia, e entre alguns da existência dos pequenos intervalos além de quartos de hora, os chamados minutos.

Na carta recebida pela câmara da cidade de São Paulo em 1777 há respeito da morte de D. José I (anteriormente citada), deparamo-nos com a precisão de tempo relativa a morte do monarca, lê-se: “(...) em carta de vinte e cinco de fevereiro do

⁵⁶⁰ Com o avanço dos estudos astronômicos no século XX, provou-se que em média o chamado dia solar (intervalo de tempo entre dois alcances máximos – culminação do sol) tem 24h, e era este, o dia solar, a base geral para a contagem de tempo no século XVIII. O dia sideral, que é o período de rotação da Terra, tem quatro minutos de diferença para o dia solar e mesmo assim não são considerados na contagem comum, em síntese, a noção popular difundida das 24h na atualidade continua tendo a mesma base solar e não sideral. Por trás destes dois tipos de *dia* se tem tipos de temporalidade convivendo na mesma sociedade sendo que uma delas, a do dia solar, perdura até hoje. A. Cherman e F. Vieira, *O Tempo que o Tempo Tem...*, cit.

corrente ano ter Deus chamado à sua santa glória no dia antecedente pela meia-noite e vinte e três minutos depois de muitos, actos de católica resignação ao augustíssimo senhor rei D. José o primeiro (...)”⁵⁶¹, e nesse mesmo Termo de Vereança vemos o horário que o Senado se reuniu, também a meia-noite. Na *Atas* não há menção de minutos, a não ser neste caso, e nem de relógios⁵⁶². A precisão de minutos encontrados na descrição de Pedro Taques do colégio jesuíta, e mais preciso ainda na carta da morte de D. José I, não é encontrado em meios aos vereadores da Câmara. Em abril de 1787 os camaristas se juntam novamente, desta vez para a abertura de uma cara da Rainha expedida pelo Tribunal da Junta da Real Fazenda referente à passagem do rio Pinheiros, o destaque deste documento localiza-se na hora da abertura registrada: “ (...) pelas sete horas pouco mais ou menos e sendo ai todos juntos nas Casas da Câmara se abriu uma carta da Rainha nossa senhora (...)”. A imprecisão é sabida, e por isso foi anotada pelo alerta de que pode ter sido um pouco antes ou pouco depois das sete o início da reunião, mas era perfeitamente aceitável registrar-se um horário impreciso desde que condizente.

O trabalho também poderia ser mensurado por minutos, é o que demonstra a carta já citada de Antônio de Mello e Castro a D. Rodrigo de Sousa Coutinho, o capitão general relatou que é costume “aqui [na capitania] para coisas de pouco momento, como, *verbi gratia*, a mudança de um gênero deste para aquele lugar, que ocupa um preto de cinco até dez minutos de tempo, tomar-se o que se encontra desocupado (...)”⁵⁶³. Claro está que cinco ou dez minutos equivale a um curto período de tempo, e quando relativo ao trabalho realizar algo dentro destes minutos era considerado rápido, se fosse um negro acostumado ao trabalho que realizasse, se fosse o desocupado tomava um tempo maior desnecessário — são noções de produtividade, agilidade, velocidade identificadas através dos minutos. Usar intervalos de hora era comum para se fazer cobranças e para limitar ações ou impor penalidades. Na vereança de 5 de abril de 1788 o escrivão da câmara, João da Silva Machado, registrou o seguinte:

⁵⁶¹ “Termo de vereança feito aos 12 de junho de 1777 annos pela meia noite do dia em que se recebeu a carta de haver fallecido o senhor rei dom José o primeiro”. A.C.M.S.P., v. 17, p. 34.

⁵⁶² A primeira menção a relógios que encontramos nas *Atas da Câmara*, foi em um parecer da Câmara de 1889 que aprovava “que se mande colocar um relógio na frente do edificio da câmara”. Houveram duas propostas para a aquisição de um relógio, uma no valor de 1:500\$00 e outra de 3:300\$000, sendo a mais barata, claro, a vitoriosa. “Pareceres e indicações para a Sessão seguinte”. A.C.M.S.P., v. 75, p. 159 e 172.

⁵⁶³ “Para o Dito Secretário...”, cit., D.I.H.C.S.P., v. 29, p. 96.

“Nesta vereança requereu o procurador deste concelho que eu escrivão dentro de duas horas faça com vista os autos ao procurador do doutor João Moreira da Rocha, e que lhe sejam assinadas quarenta e oito horas para vir com o que tiver que dizer com denegação de mais tempo e pena de lançamento e que findas as ditas quarenta e oito horas cobre o escrivão os autos para serem sentenciados na primeira vereança e que na mesma vereança de hoje seja lançado este requerimento para constar”.⁵⁶⁴

A linguagem burocrática estava permeada pelos intervalos denotados por horas, percebe-se que foi dado ao escrivão um intervalo horário e para o comparecimento do dito João Moreira da Rocha quarenta e oito horas e não dois dias, opta-se por empregar a linguagem vinculado estritamente a matematização ao invés daquela ligada ao tempo natural. A contagem matemática do tempo lentamente afasta a forma natural de contagem do mesmo, e quanto mais a vida se complexificava, mais espaço era dado a este feitio, sobretudo nos meios de trabalho e comércio.

A necessidade de controlar e organizar os ritmos mercantis suscitou entre comerciantes a aspiração de regulamentação cada vez mais minuciosa do tempo. O alargamento das redes comerciais exigia um tempo mais bem medido, um tempo orientado, previsível, racionalizado que não fosse dependente do tempo natural e suas ocasionais imprevisibilidades. Gerenciar os negócios comerciais pelos “quadrantes solares imprecisos e variáveis”, por toques de sinos ou clepsidras já não se mostrava suficiente a alguns comerciantes que se interessavam cada vez mais pela justa medição do tempo⁵⁶⁵. Na Europa desde o século XIV muitos comerciantes mandaram erguer relógios nas cidades mercantes, o mesmo ocorre na região mineradora de Vila Rica por volta de 1760, quando os vereadores daquela localidade deliberam a respeito da utilidade de se fazer “um relógio nesta vila, por ser a capital e frequentada dos muitos moradores e negociantes”⁵⁶⁶. As décadas de cinquenta e sessenta do século XVIII correspondem ao ápice das regiões mineradoras, sendo Minas Gerais responsável por 70% da produção. O comércio da região se mostrou rentável desde o início da ocupação mineira. Muitos comerciantes de outras regiões da colônia vislumbraram a rentabilidade que a região

⁵⁶⁴ “Termo de vereança feito aos 5 de abril de 1788”. A.C.M.S.P., v. 18, p. 499.

⁵⁶⁵ J. Le Goff, “Na Idade Média: tempo da igreja e tempo do mercador”. In: _____. *Para um novo conceito...*, cit., p. 51-53.

⁵⁶⁶ J. F. Furtado, *Homens de Negócio...*, cit., p. 148.

poderia oferecer, logo, nas primeiras décadas do Setecentos, abriram negócios ou deslocaram pessoal para a região acabando muitos destes enriquecidos. Laura de Mello e Souza estima um número de 30.000 pessoas ocupadas em atividades mineradoras, agrícola e comercial, sem contar escravos em 1709⁵⁶⁷. Do reino, ao longo de 60 anos do século XVIII saíram 600.000 indivíduos, em uma média de 8 a 10 mil anual⁵⁶⁸, aliado a esta quantidade populacional o incentivo da Coroa em torno das ações mercantes fez com que surgisse um enorme comércio fixo e volante nos aglomerados urbanos mineiros. O florescimento comercial foi fortemente induzido pela monarquia portuguesa graças às suas atividades serem uma fonte de lucro para a fazenda real detentora do poder de tributação, e a ocupação do território e fixação de pessoas ao local, que garantiria a segurança e posse das Minas.

Os mineradores detinham em suas mãos o equivalente universal de troca e grande facilitador das operações mercantis, em outras palavras: tinham a condição principal para o desenvolvimento desta atividade na região. Paralelamente havia o crescimento de todo um setor terciário que era beneficiário e consumidor destas redes comerciais que Minas atraía, juntamente com os senhores de escravos compunham um pujante mercado consumidor interno. Comerciar com esta parte da colônia era altamente lucrativo e envolvia grandes somas de dinheiro pois os preços finais eram altíssimos, dado que até um produto chegar ao consumidor final a dificuldade de transporte, os intermediários e a cobrança de muitos impostos elevavam em cada etapa o seu valor do⁵⁶⁹. Os homens de negócio mineiros introduziram uma nova temporalidade na região que se mesclava as já existentes, o tempo do lucro comercial. Este dilatou-se de tal maneira que suscitou na Câmara de Vila Rica o desejo já mencionado do pedido de instalação de um relógio para facilitar a prática comercial cujo caráter minucioso impunha-se, incluso ao tempo⁵⁷⁰.

⁵⁶⁷ L. M. Souza, *Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. 2.^a ed. Rio de Janeiro: Graal, 1986, p. 24.

⁵⁶⁸ Ibidem, p. 24.

⁵⁶⁹ J. F. Furtado, *Homens de Negócio...*, cit.; L. M. Souza, *Desclassificados do ouro...*, cit.

⁵⁷⁰ Júnia Furtado aponta o conflito que existia em meio aos homens de negócios mineiros entre o tempo do lucro e o tempo de Deus (religioso). A saída que estes homens encontram para aliviar suas mentes da apropriação de um tempo que até então era exclusivo de Deus, foi dedicar suas transações e negócios às bênçãos divinas. Nas palavras de Júnia Furtado, “no espírito desses homens não operava um distanciamento e uma contradição entre os dois tempos, o de Deus e do comércio, mas, ao contrário, o primeiro confluía para o benefício do segundo. Esta é a razão por que se aproximavam duas ‘perspectivas diversas: o ganho e a salvação. É esta mesma separação que permite pedir a Deus o êxito nos negócios’. Ainda segundo a autora vários testamentos dos comerciantes daquela época transparecem a aproximação

Na capitania de São Paulo muito se diz do reavivamento comercial após 1765 por motivos da restauração e a política econômica da ilustração portuguesa, porém o fato é que neste momento houve uma ampliação do comércio decorrente da dinamização deste e não um renascimento. Antes deste período, comerciantes já estavam estabelecidos na capitania, principalmente na cidade de São Paulo, e já eram considerados afortunados, apesar do prestígio social recair sobre as famílias ligadas a elite agrária. Conforme demonstrado pelo trabalho da historiadora Maria Aparecida Borrego, no censo de 1765 já pode ser assinalada a proeminência dos homens de negócio no contexto paulistano e sua posição de destaque na hierarquia econômica de São Paulo do século XVIII⁵⁷¹. As políticas de fomento agrícola implantadas após 1765, incrementaram os negócios deste grupo social, tornando-os proeminentes não só na cidade, mas também na capitania em fins do período colonial⁵⁷².

No capítulo primeiro desta dissertação apresentamos um panorama geral da economia da capitania entre meados do século XVIII e início do XIX, mas se faz importante novamente destacar o grupo mercantil em decorrência do tempo do comércio. Apesar de não haver na documentação aqui utilizada referência a instalação de relógios públicos seguindo os moldes de Vila Rica, não há dúvida de que havia formas de controle mercantil conduzidas pelo tempo do lucro. A articulação da capitania na primeira metade do século XVIII com as áreas mineradoras propiciou “a acumulação de verdadeiras fortunas nas mãos dos comerciantes que abasteciam as minas com gêneros alimentícios, gado e escravos”⁵⁷³, e eram estes comerciantes em sua maioria paulistas advindos de famílias versadas na produção agrícola, de gado e de muares, e que receberam sesmarias nos principais percursos que levavam às minas⁵⁷⁴, afinal fator de veras propício ao incremento dos negócios destes homens. Na segunda metade do Setecentos e primeiras décadas do Oitocentos (entre 1765-1811) a quantidade de homens de negócios cresceu, e as ocupações ligadas ao comércio passaram de duas dezenas com o surgimento de novas categorias profissionais, sendo

da ética cristã e a do trabalho, e buscavam refúgio na religião católica e nas instituições igualmente católicas, ao mesmo tempo que “faziam aproximação entre a ética cristã e a nova mentalidade burguesa que valorizava o lucro, o trabalho e a competição e que se firmava lentamente com a expansão do comércio”.____. *Homens de Negócio...*, cit., p. 132-148.

⁵⁷¹ M. A. Borrego, *A teia Mercantil...*, cit., p. 232.

⁵⁷² M. A. Borrego, “Senhores do comércio e senhores de terra na capitania de São Paulo (século XVIII)”. *Pequena Nobreza nos Impérios Ibéricos de Antigo Regime*, Lisboa, IICT, maio/ 2011, p. 3.

⁵⁷³ I. Blaj, “Agricultores e comerciantes em São Paulo...”, cit.

⁵⁷⁴ Ibidem.

que até 1767 imperavam quatro tipos de ocupação — mercador, homens de negócio, vive de seu negócio e traficante⁵⁷⁵. O incremento dos negócios só foi possível porque ao longo do Setecentos houve o enraizamento da atividade comercial que possibilitou o acúmulo de fortunas que posteriormente foram reinvestidas no comércio da capitania e na aquisição de bens. Nos primeiros anos do século XIX, na cidade de São Paulo, conjuga-se de forma inédita nas mãos de muitos mercadores “o comércio a varejo com negócios de escravos, de tropas e atividades agropecuária ou, até mesmo, a viver de cobranças dos negócios que haviam tido, dedicando-se a estas novas ocupações”⁵⁷⁶, do qual muitos destes participaram, também, da inserção da capitania no comércio atlântico através da produção de açúcar estimulada após a restauração de 1765, ao ponto de alguns serem proprietários de engenhos em Campinas, Itú, Porto Feliz, ainda que morassem na cidade de São Paulo concentrando a riqueza na região⁵⁷⁷.

Tal qual o espaço das Minas, a capitania de São Paulo possuía uma estruturada rede comercial o que causa estranheza no silêncio das fontes quanto aos instrumentos técnicos de medição e precisão de tempo ao menos em meio a este grupo. Nas Minas Gerais de fins do século XVIII, o relógio pessoal era conhecido e estava proliferando-se,

“abrigado na algibeira de fidalgo ou de alferes, marcava a vitória da civilização sobre o tempo natural e exaltava as concepções burguesas do mundo. Seu uso (...) denotando prestígio, mergulhava nas disputas ideológicas da colonização para assinalar a autoridade do monarca e validade das propostas civilizatórias lusas.”⁵⁷⁸

⁵⁷⁵ I, Blaj, “Agricultores e comerciantes em São Paulo...”, cit., p. 6.

⁵⁷⁶ Ibidem, p. 7.

⁵⁷⁷ Maria Aparecida Borrego traça o perfil dos homens de negócio da cidade de São Paulo entre 1711-1798 e compara a composição de fortuna destes ao de outros grupos localizados em outras partes da América portuguesa, e ao da elite agrária paulista. O Rio de Janeiro apresenta maiores fortunas (dentro de um escopo mais largado de tempo) restritas a alguns casos nos quais os detentores de maiores quantias eram homens vinculados diretamente ao comércio atlântico, no mais, Borrego mostra que o cabedal declarado em São Paulo não correspondia inteiramente a riqueza de fato. Os comerciantes paulistas correspondiam à elite afortunada tanto em comparação aos senhores de terra, quanto em comparação a outros espaços coloniais. Eram em sua maioria vendedores de fazendas secas e molhadas mandadas buscar no Rio de Janeiro, que significava duas possibilidade ou importavam por conta própria ou compravam de um importador o que estabelecia intermediários na transação. Os homens de negócio de São Paulo também estavam envolvidos no comércio de muares, de açúcar e de escravos. _____. *A teia Mercantil...*, cit., cap. 4, “Negócios e fortunas”, p. 191-233.

⁵⁷⁸ Marco Antonio Silveira, *Fama Pública: poder e costume nas Minas setecentistas*. São Paulo: Hucitec, 2015, p.89.

Durante a pesquisa realizada para o século XVII piratiningano, Gustavo Velloso deparou-se com um relógio de agulhão feito de marfim. Tratou-se de um relógio pertencente a um homem de origem hispânica que ao morrer teve tal bem inventariado. Foi avaliado entre os bens rudimentares e não despertou entusiasmo em meio à partilha dos bens do proprietário, o que sugestiona a ausência de interesse em instrumentos técnicos de contagem entre a população paulista do início do século XVII. Velloso associa o uso deste instrumento ao comércio e entende que seu uso não tinha espaço em uma sociedade em que a lógica de seu uso era incongruente com as condições de experiência local e com os tempos do trabalho⁵⁷⁹.

No século XVIII encontramos uma única referência: um relógio pertencente ao tabelião João Inácio de Souza que faleceu em Ubatuba. Prestes a morrer em Setembro de 1791, o declarado noviço da Irmandade de São Francisco do Rio de Janeiro faz seu testamento temendo a morte iminente, e dentre as declarações de posse e dívida enunciou “que deve a um homem cego que mora na rua detrás do Espicio que soca arroz o que constar de uma execução de um relógio que lhe comprei”⁵⁸⁰. O documento é muito longo considerando-se que o noviço tinha muitas dívidas e negócios no Rio de Janeiro. Era solteiro, não tinha filhos, os pais e o próprio eram naturais de Braga em Portugal, e seu processo foi encerrado após quatro anos de sua morte. Na parte que toca ao inventário, encontram-se panos de seda, vestidos, calções, ceroulas, candeeiro de latão, objetos de prata, panos finos para feitura de calções e jalecos, e notadamente o relógio não está arrolado entre os bens. O objeto foi produzido na capitania o que é verossímil suspeitar que já não era algo tão esquisito e tivesse alguma função além do consumo voltado ao exótico. Bem possível que ao tabelião João Inácio a imposição da hora apenas em forma de consciência ou sinais externos públicos já não era suficiente, e sentiu em algum momento a falta de um instrumento de medição mais preciso, e por haver quem o executasse o encomendou. Bem provável que o relógio fosse necessário as suas transações comerciais, que o mesmo declarou que mantinha com a capital da colônia, e que, provavelmente, eram favorecidas por morar João Inácio em uma vila portuária. Percebe-se que mesmo não havendo outras menções a este instrumento em outros testamentos da época, o fato de existir quem o fizesse em Ubatuba já era um sinal

⁵⁷⁹ G. Velloso, *Ociosos e Sedicionários...*, cit., p. 13-15.

⁵⁸⁰ “Registro do testamento com que faleceu o tabelião João Ignacio de Souza”. D.I.H.C.S.P., v. 63, p. 174.

não só de seu alastramento, mas também da propagação da técnica, e em menor grau a introdução daquilo que Carlo Cipolla denominou como “concepção mecanicista da cultura”, em outras palavras, o costume de medir cuidadosamente as atividades que antes não eram medidas, ou eram feitas a base de estimações ou aproximações⁵⁸¹. O relógio, que poderia ser rudimentar, de sol ou mesmo de água, destaca-se pelo fato de que era um relógio privado, o qual seu possuidor poderia consultá-lo a qualquer momento afastando-se pouco a pouco da dependência de um tempo público. Se faz necessário sublinhar mais um adendo, se realmente um relógio privado fosse uma completa excentricidade, não haveria pessoas capazes ou interessadas em executar tais instrumentos. Claramente não era um artigo comum ao homem privado, mas se havia interesse neste tipo de artigo para uso pessoal, sem dúvidas havia a presença destes primeiramente no meio público.

No testamento de João Inácio o executor do relógio não é qualificado como relojoeiro, e não há o registro deste tipo profissional a não ser em 1805 (única menção no escopo temporal desta pesquisa). O capitão general Franca e Horta escreveu ao Ouvidor da comarca de São Paulo, no mês de janeiro de 1805, pedindo-lhe que enviasse no prazo máximo de 15 dias a cópia da devassa da morte do relojoeiro Jerônimo Jozé de Freitas⁵⁸². Não há no documento nenhuma informação a respeito do falecido, sua procedência, como ocorreu sua morte e nem local exato de falecimento, mas há a identificação clara de que este era relojoeiro. Durante o século XIV e XV, nos primórdios do surgimento dos relógios mecânicos, a especialidade de relojoeiro não existia, eram antes ferreiros e artesãos envolvidos com metais que eventualmente produziam ou consertavam relógios. Com o aumento da demanda nos dois séculos seguintes sucede o incremento da formação dos grupos mais voltados ao fabrico de artefatos de medição, grupos que também foram favorecidos pela maior diferenciação que estava ocorrendo naquele momento entre os relógios públicos e os privados. Os materiais usados nos relógios privados eram mais nobres e mais caros, o que fazia do relojoeiro que trabalhava no domínio privado um homem semelhante a um ourives. Nos lugares onde não houveram corporações e grêmios, em geral de serralheiros/relojoeiros, foram onde a profissão se desenvolveu mais rapidamente tendo os britânicos dado o

⁵⁸¹ C. M. Cipolla, *Las máquinas del tiempo...*, cit.

⁵⁸² “Carta do Ouvidor desta cidade. Sobre a remessa de uma cópia da devassa procedida por ocasião da morte de um relojoeiro”. D.I.H.C.S.P., v. 56, p. 125-126.

ponta pé inicial na especialização da atividade nas últimas décadas do século XVII⁵⁸³. No testamento do tabelião de Ubatuba o ofício do executor da peça não foi designado porque da mesma maneira que os primeiros relojoeiros, deveria ter dentre outras funções a de confeccionar peças desta natureza.

A respeito da cidade de São Paulo pode-se inferir que havia relógios porquanto a presença de um especialista nesta matéria se explica pela demanda, mesmo que pequena, por este tipo de profissional, tal assertiva coaduna-se com os levantamentos feitos por Maria Lucíla Viveiros Araújo em inventários da cidade entre 1800 e 1850. Viveiros, analisou 146 amostras do Arquivo do Judiciário de São Paulo e conclui que os relógios de parede, de sala ou de mesa compunham os ambientes desde as primeiras décadas do século XIX, e ainda foram localizados em maior número os relógios de uso pessoal vindos da França e a maioria de seus possuidores eram envolvidos em comércio ou negócios. No mesmo estudo Viveiros aponta que os vendedores e relojoeiros da cidade ofereciam em suas lojas outros tipos de mercadoria ou eram ourives⁵⁸⁴. Maria Aparecida Borrego por sua vez fez levantamentos nos testamentos que encontram-se no Arquivo do Estado e no mesmo arquivo do Judiciário de São Paulo entre 1740-1840 de pessoas de vários segmentos sociais, e os relógios foram, também, localizados no século XIX⁵⁸⁵. Naqueles inventários pesquisados por nós oriundos do século XVIII só foi localizado o caso de Ubatuba.

O tempo constituía-se entre os paulistas em algo que poderia ser desperdiçado e gasto de forma incorreta tanto para os serviços religiosos, como relatamos anteriormente, quanto para as coisas laicas. A regulamentação horária da câmara, os incentivos a otimização da produção agrícola, os ciclos do trabalho, deixa escapar, dentre os amálgamas de tempos existentes na capitania, a reivindicação da não perda de tempo. Tal questão, não exclusiva da capitania, se alastra desde o século XIV do

⁵⁸³ C. M. Cipolla, *Las máquinas del tiempo...*, cit. e D. S. Landes, *Revolución en el Tiempo...*, cit., Terceira parte: “La Fábrica del Tiempo”. Os britânicos tiveram um período de supremacia na fabricação de relógios no século XVIII. David Landes fala em centenas de mestres que empregavam muitos trabalhadores e produziam entre 150.000 e 200.000 relógios no último quarto do século. Grande parte da produção era destinada à exportação, e a quantidade citada era quase a metade da produção europeia. A possível explicação para estes números advém da divisão do trabalho que foi levado mais longe pela relojoaria. Tendo esta cifra em vista não seria improvável que alguma destas fabricações possa ter alcançado a América portuguesa e a capitania de São Paulo, ainda mais sabendo que nas Minas haviam relógios privados e no início do século XVIII há referência ao ofício de relojoeiro na cidade de São Paulo.

⁵⁸⁴ M. L. Viveiros Araújo, “Os interiores domésticos...”, cit., p. 129-160.

⁵⁸⁵ Agradecemos imensamente a professora Maria Aparecida Borrego e sua equipe por terem nos fornecido acesso ao banco de dados de sua pesquisa nos inventários do século XVIII de São Paulo.

Ocidente no qual perder tempo torna-se um pecado sério⁵⁸⁶. São indícios de uma mentalidade calculadora, nacionalizadora e contabilizadora ocidental que se acha entre alguns na sociedade paulista. O Morgado de Mateus remeteu em 1766 carta ao Provedor da Fazenda real pedindo “que tudo quanto vai do Rio de Janeiro mande Vossa Mercê vir para esta Cidade com toda a brevidade por ser prejudicial a demora⁵⁸⁷” para o bom andamento das coisas. Ao escrever que a demora é prejudicial em um contexto reformista ilustrado português, o remetente está frisando as vantagens do andamento em velocidade maior dos empreendimentos, e condenando a lentidão por ser contraproducente. Os lapsos e defasagem de tempo estão a incomodar o capitão general e suas atuações administrativas.

Sete anos se passaram desta carta supra quando D. Luiz Antônio de Souza, o Morgado de Mateus, escreveu ao comandante da Praça de Santos em 1773 pedindo-lhe “que logo que receber esta sem a menor perda de tempo procure todas as cartas que forem para o continente do Sul (...) as remeta (...)pela marinha com a maior brevidade possível [para ele, Morgado]”⁵⁸⁸. O Morgado de Mateus demorou a receber as cartas e reclamou que quando elas chegaram as suas mãos muita coisa já havia sucedido, e conseqüentemente, atrasaram as ordens que deveriam chegar a tempo à Praça de Santos. Pela demora em uma das partes, se fez necessário acelerar, dentro do possível, o processo em que estes estavam envolvidos. Noutra carta ao mesmo comandante de Santos, o Morgado o alerta que “logo que Vossa Mercê receber esta fará sem demora alguma partir a Sumaca a levar estas cartas ao Illmº e Exm. Sr. Marquez Vice Rei, por ser muito importante”⁵⁸⁹. Há neste último trecho o destaque para ser a carta “importante”, o D. Luís Antônio de Souza vale-se deste termo para imputar rapidez a ação seguinte ao recebimento da carta. Se não houvesse a palavra “importante” poderia a carta recair as ações corriqueiras, de velocidade habitual do dia a dia.

Para o capitão mor da Vila de Pindamonhangaba, ainda o Morgado de Mateus, escreveu em dezembro de 1766: “que a resposta desta seja a dos referidos acima, com aquela brevidade que permite a distância sem que haja mais demora que enquanto esta

⁵⁸⁶ J. Le Goff, “O tempo do trabalho...”, cit., p.71

⁵⁸⁷ “Para o Provedor da Fazenda Real”. D.I.H.C.S.P., v. 67, p. 14.

⁵⁸⁸ “Para o Comandante da Praça de Santos”. D.I.H.C.S.P., v. 64, p. 113.

⁵⁸⁹ “Para o Comandante da Praça”. D.I.H.C.S.P., v. 64, p. 16.

chega as mãos de Vossa Mercê”⁵⁹⁰. Mais à frente, lê-se, que este capitão de Pindamonhangaba tem costume de enrolar nas respostas e execuções de ordens, ao ponto do escrivão alertá-lo para cuidar em não atrasar “porque o Senhor General está bastante enfadado e poderá romper, em dar a Vossa Mercê alguma moléstia”⁵⁹¹. O Morgado de Mateus tinha consciência de que o tempo das comunicações era descontínuo e entrecortado por acelerações e atrasos devido as condições tecnológicas da época e do grau de dificuldade que os caminhos impunham. Por outro lado, as distâncias da capitania exerciam influência na forma de sentir o espaço entre seus habitantes. A depender da posição em que o observador das distâncias se encontra a própria distância “filtra as percepções da realidade através de um leque de enganos, ilusões e sobreposições, que inclui, por outro lado, medos, incertezas e prognósticos futuros”⁵⁹². Essa forma de filtrar a realidade acaba impondo o tempo da espera e da ansiedade. Quanto mais se tinha uma noção próxima da realidade das distâncias, mais esta ansiedade aumentava diante das delongas e mais se clamava por acelerações almejando ganhos de tempo. Isso está contido no pedido do capitão general no excerto transcrito, ao escrever a carta este já tem em mente o tempo de espera determinado pela distância, e ressalta sua consciência de quanto tempo seria necessário sem se impacientar durante a espera. As distâncias impunham seus ritmos específicos, e são propriamente estes ritmos que os governos reformistas da capitania de São Paulo, após sua restauração em 1765, buscam adiantar.

O capitão Franca e Horta, em julho de 1806, compartilhava de sentimento análogo ao do Morgado de Mateus anos antes. Escreveu a Câmara de Curitiba, cobrando seus vereadores resposta ao pedido de conferência referente “a fatura do caminho do Sertão que segue da Villa Nova do Príncipe para a Villa de Lages”. O pedido havia sido feito em 22 de fevereiro de 1806, entregue a câmara em abril, e até aquele momento, 31 de julho, não havia tido contestação. Com isso, Franca e Horta determina “sem que se exceda o prazo de 15 dias, tempo assaz suficiente para se congregarem as pessoas principais desse Distrito, e seja qual for o acordo que nela

⁵⁹⁰ “Para o Capitão Mor da Vila de Pindamonhangaba – do Secretário deste Governo”. D.I.H.C.S.P., v. 67, p. 11.

⁵⁹¹ “Para o Capitão Mor da Vila de Pindamonhangaba – do Secretário deste Governo”. D.I.H.C.S.P., v. 67, p. 12.

⁵⁹² Fernando Lobo Lemes, “Governo colonial, distância e espera nas minas e capitania de Goiás”. *Topoi*, v. 13, n. 25, Rio de Janeiro, jul./dez., 2012, p. 119.

tomar, me farão imediatamente saber”⁵⁹³. Este documento nos permite vislumbrar o quanto esse capitão general, Franca e Horta, estava ciente das estruturas sob as quais estas ações se configuravam. O atraso na resposta gera a impaciência e daí o estranhamento, a cobrança e o prazo para que a ação se desenvolva adequadamente. Só está em atraso o que extrapola os limites estimados dos prazos próprios de cada situação. Da mesma maneira, o capitão Franca e Horta, escreve ao Capitão Mor da Vila de Santos em 24 de Dezembro de 1808, intimando-o a cumprir uma ordem sua que

“não obstante ter-lhe ela já sido reiterada; pela terceira vez lhe ordeno, que logo, e logo a cumpra dentro do prefixo termo de oito dias, aliás venha a sala deste Governo dar-me parte da razão porque não tem executado, pois é de admirar que ainda V.M. (doze léguas desta Capital) não achasse tempo de cumprir uma Ordem que tem sido executada pelos Capitães Mores mais distantes dela”⁵⁹⁴.

Os mapas da capitania foram uma das medidas reformistas, bem como a melhora dos caminhos, do qual trataremos adiante, e são os desenhos dos contornos e dos impedimentos naturais ou não dados pelo mapa que assessorava as pessoas a pressuporem o tempo da demora de certos trechos⁵⁹⁵. Desde o século XVI já pairava sobre a sociedade europeia um espírito que compunha a realidade entre agregados de unidades uniformes e elementos de quantificação. Percebe-se a partir desta composição cada vez mais uma realidade visual, o qual Crosby, define como a mais típica cultura do ocidente.⁵⁹⁶ Franca e Horta estimava o tempo de resposta de sua ordem de acordo com a distância visualizada por ele através das descrições das medidas das distâncias. O capitão de Santos não tem escusas para o não cumprimento das ordens, e antes que este possa valer-se da justificativa da distância para um possível atraso, ou algum desvio nas comunicações, Franca e Horta já se antecipou mandando-lhe os dados matemáticos, mostrando que é quase impossível este não estar a par de sua ordem, já que outras localidades, mais distantes, estão. Se anteriormente podia-se aproveitar da demora para

⁵⁹³ “Para a Câmara da Vila de Curitiba, sobre o aumento da contribuição para a construção do caminho entre Vila Nova do Príncipe e Vila das Lages”. D.I.H.C.S.P., v. 57, p. 17-18.

⁵⁹⁴ “Para o Capitão Mor da Vila de Santos”. D.I.H.C.S.P.. São Paulo: Edição do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, 1937, v.58, p. 48.

⁵⁹⁵ R. Uribe, *Las dinámicas del tiempo...*, cit., p. 112.

⁵⁹⁶ A. W. Crosby, *A mensuração da realidade...*, cit., p. 23-24.

procrastinar ou mesmo não cumprir com certos deveres, agora se fazia necessário fiar-se em outras justificativas para tanto.

A capitania de São Paulo convivia com a *expectativa* por estar plena de *experiências*. Um par conceitual que Koselleck afirma não poder existir um sem o outro, e quando utilizado para pensar o tempo histórico se tornam categorias “que entrelaçam passado e futuro”⁵⁹⁷. A *experiência* é o passado próximo onde se incorporaram acontecimentos e assim há como lembrar-se dos mesmos. Os comportamentos inconscientes, “que não precisam mais estar presentes no conhecimento”, e as produções da razão se unem na *experiência*. Nas *experiências* transmitidas de cada um, sempre se terá uma *experiência* alheia contida. A *expectativa*, por sua vez, está vinculada ao pessoal e interpessoal como a *experiência*, mas é esta “futuro presente” voltado ao não experimentado, para o que só pode ser previsto. Esperança, medo, vontade, inquietude, somados a análise racional, visão receptiva ou curiosidade compõem a *expectativa*⁵⁹⁸. A vivência juntamente com a sensação de iminência de algo estar prestes a acontecer — a chegada de uma resposta, a notícia de familiares vivos ou mortos, os problemas suscitados pela natureza, falhas nas comunicações que refletiam nas gestões — suscitavam sentimentos de inquietude, esperança, *expectativa* alimentada ainda mais pela imprecisão das comunicações. O capitão general Francisco da Cunha e Meneses tomou posse do governo na cidade de São Paulo em março de 1782, e permaneceu até 1786. Antevendo sua chegada, a Câmara passa edital para a cidade e arrabaldes, em nove de março de 17782, pedindo para seus moradores se prepararem com luminárias para aplaudir a chegada “que se espera brevemente”⁵⁹⁹. A cidade de São Paulo já tinha *experiência* em recepcionar capitães gerais e outras autoridades, como o Bispo da diocese paulista, e baseando-se nela diante da *expectativa* da chegada no novo capitão se faz uma análise racional e se apronta antecipadamente para a qualquer momento receber com as devidas honras seu novo capitão general.

O ano de 1807 foi um ponto alto nas expectativas para toda América Portuguesa diante dos acontecimentos que se desenrolavam em sua matriz europeia. Como já

⁵⁹⁷ R. Koselleck, *Futuro passado*..., cit., p. 308.

⁵⁹⁸ R. Koselleck, *Futuro passado*..., cit., p. 309-310.

⁵⁹⁹ “Registro do edital que os officiaes da Camara mandaram publicar nesta cidade para as luminarias da vinda do illustrissimo e excelentissimo senhor general Francisco da Cunha e Menezes”. A.C.M.S.P., v.17, p. 433.

assinalado, Portugal encontrava-se neste ano em grave situação por conta das pressões das guerras napoleônicas que atingiam em cheio a península Ibérica. O reino luso foi obrigado a quebrar sua neutralidade em favor da Grã-Bretanha e acatar o conselho de seus ministros pró-britânicos em se transferir para as terras brasílicas antes da invasão de seus territórios por tropas francesas, que já haviam tomado Espanha. A chegada da notícia de que a família real estava deslocando-se para o ultramar foi recepcionada em São Paulo com grande júbilo, mesmo diante da guerra na parte europeia do Império de Portugal. A expectativa de que o futuro iria trazer profundas mudanças para a capitania e América foi generalizado. Os historiadores Andréa Slemian e João Paulo Garrido, citam o depoimento do negociante inglês John Mawe, que se encontrava na cidade de São Paulo em 1807 quando da chegada da grande notícia, diz o negociante a tristeza da invasão francesa era consolada “com a esperança de receber um Príncipe, elogiado por todos, e a cuja causa eram leais”. O Império agora era uma realidade em terras americanas e por tão nobre acontecimento “o bispo consagrou a era auspiciosa ordenando orações diárias na catedral, invocado a Divina Providência, para que a Família Real aportasse a salvo”⁶⁰⁰. A experiência de um novo tempo surge para o habitante de São Paulo, à medida que vai se aproximando a chegada da corte, o ineditismo do tempo de mostra e o futuro se torna cada vez mais desafiador⁶⁰¹.

A vinda da família real foi uma quebra na normalidade que acelerou o tempo de forma única. A câmara recebe o edital do governador Franca e Horta em janeiro de 1808 “de que o Príncipe Regente nosso senhor e sua augusta família estavam proximamente a chegar aquela cidade [Rio de Janeiro]”, e até que recebessem a notícia de que estes se encontravam em solo fluminense, os moradores deveriam concorrer “à catedral da mesma para assistirem às preces que se dessem princípio no dia de hoje rogando a Deus Nosso Senhor pela feliz viagem do mesmo soberano”. As preces de todos os habitantes “se hão de continuar até sua chegada na dita cidade do Rio de Janeiro”⁶⁰². Para que a *expectativa* de esperança, vontade de experimentar novas sensações, a curiosidade e o aplacar da inquietude se concretizasse, era indispensável as preces garantir a realização de um futuro completamente novo. Sabemos que o religioso estava ligado ao temporal e que as pessoas contavam com ajuda do sobrenatural, assim que neste caso ir as missas

⁶⁰⁰ John Mawe, citado por A. Slemian & J. P. Pimenta, *A corte e o mundo...*, cit., p. 92.

⁶⁰¹ R. Koselleck, *Futuro passado...*, cit.

⁶⁰² “Termo de vereança de 27 de janeiro de 1808”. A.C.M.S.P., v. 20, p. 383-384.

era necessário não apenas pelo bem da Coroa, mas para alimentar uma sensação de ruptura em relação ao presente individual e coletiva. Até que isto ocorresse, a normalidade da cidade e da capitania foi modificada, assim como a rotina do homem comum, que passou a ser obrigado a comparecer todos os dias a igreja até que se recebesse a tão esperada notícia.

Franca e Horta, na ânsia de prover a cidade do Rio Janeiro com víveres, “afim de que não se experimente naquela Capital penúria alguma de mantimentos”, pede aos capitães mores que “estimulando os povos a que na pronta concorrência do que deles se exige queiram dar um testemunho do amor e fidelidade que professam ao seu Augusto Soberano” mandem as provisões locais para os portos da capitania, e acrescenta: “Ordeno para tanto que de todos os Portos da Marinha saia o maior número de Embarcações que for possível com todos os víveres, e efeitos que o País produzir”⁶⁰³. A singularidade deste evento altera a percepção de passado, era um momento completamente novo na história da colonização portuguesa na América que se iniciava. Um tempo curto estava sobressaindo, fato bem salientado por João Paulo Pimenta, “como um manancial de concepção de uma história que se torna progressivamente aberta, sem, contudo, deixar de sê-lo também cíclica”⁶⁰⁴. A ideia de que o passado pode se repetir no presente, é interpelado nesse momento diante do ineditismo do acontecimento e passa a coexistir com as formas tradicionais de ideias de passado. A aceleração — que nas concepções Koselleckianas caracterizam a *modernidade* no Ocidente e que se encontra em meio ao afastamento entre “a experiência anterior e a expectativa do que há de vir” em outros termos, entre a diferença de passado e futuro, “de modo que a época que se vive é experimentada como um tempo de ruptura e de transição”⁶⁰⁵ — em direção a um futuro prenhe de concretizações positivas move o pedido de Franca e Horta para o abastecimento do Rio de Janeiro. O capitão general de São Paulo espera prestar devida vassalagem ao seu Soberano e concorre para que a capital não fique desprevenida. Não sabia, Franca e Horta, a data exata da chegada de seu Monarca, mas pressentia que estava perto, devido a todos os sinais externos que vinha recebendo e que o permitia fazer prognósticos: cartas, avisos, notícias, etc., porém

⁶⁰³ “Para o Ouvidor de Paranaguá, sobre a necessidade de abastecer a cidade do Rio de Janeiro por ocasião da chegada do Príncipe Regente”. D.I.H.C.S.P., v. 57, p. 231.

⁶⁰⁴ J. P. Pimenta, *Tempos e Espaços das Independências*: a inserção do Brasil no mundo ocidental (1780-1830). São Paulo: Intermeios Ed. 2017, p. 11.

⁶⁰⁵ R. Koselleck, *Futuro passado*..., cit., 294.

não poderia se arriscar e contar com a demora do Príncipe. A expectativa o moveu a se adiantar, e com ela toda a capitania, alterando, mais uma vez a normalidade de São Paulo. Estes acontecimentos tiveram início na Europa e alcançaram a América portuguesa, impactando as expectativas na capitania paulista, por meio da articulação desta com o Rio de Janeiro. Através da tessitura do Império português há irradiação de experiências políticas, que em última instância, são experiências temporais⁶⁰⁶.

Na Câmara da cidade de São Paulo se passa o mesmo quando ficam sabendo da proximidade da Corte. Os vereadores adiantam-se em escolher um representante paulista para ir à presença do Rei prestar vassalagem, que deveria partir imediatamente ao Rio de Janeiro assim que a notícia da chegada da corte atingisse São Paulo⁶⁰⁷. Exemplos de como a expectativa de algo próximo a advir invadia o cotidiano modificando-o por conta da irradiação de experiências. Sucessão de eventos encadeados em Portugal que quebraram a ordem vigente naquele país e que levaram a mudanças insólitas ao outro lado do Atlântico, e foram espraçando-se para outras partes da América. Acontecimentos ligados uns aos outros que impactam o tempo e o espaço concebidos de forma histórica⁶⁰⁸. A proximidade com os eventos altera a noção que se tem deste, quanto mais perto de seu epicentro, maior sua influência. A capitania estava agora muito próxima do centro do Império do qual a mesma fazia parte, e a partir deste momento as decisões tomadas no Rio de Janeiro a afetaram de forma muito mais rápida do em qualquer outro momento de sua história colonial. Não estamos afirmando que um evento lega a outros seus conteúdos essenciais ou leve a outro sem intermediações, mas queremos destacar o elo possível entre eles onde a resolução é incerta, “porque sempre suscetível de alterações a partir de novos eventos”.⁶⁰⁹

No dia a dia de homens e mulheres da capitania o sentimento de expectativas e de espera eram comuns se levarmos em conta as imprevisibilidades, o desenvolvimento tecnológico daquela época, a mensuração que a realidade da capitania possibilitava, a imprecisão e condições das comunicações. Esta sociedade tem consciência que havia um intervalo para que as coisas ocorressem, mas que não impedia seus habitantes de acelerá-las, caso sentissem necessidade. Estavam cientes da defasagem do tempo e dos lapsos causados por questões naturais, como vias intransponíveis e imprevisibilidade do

⁶⁰⁶ J. P. Pimenta, *Tempos e espaços das independências...*, cit.

⁶⁰⁷ “Termo de vereança de 30 de janeiro de 1808”. A.C.M.S.P., v.20, p. 386-387.

⁶⁰⁸ J. P. Pimenta, *Tempos e espaços das independências...*, cit., p.20.

⁶⁰⁹ Ibidem.

clima, mas ainda assim, percebiam que havia a possibilidade de realizarem tarefas de forma mais ligeira. Conviviam com as expectativas de chegadas, muitas vezes com a ausência total de notícias familiares ou de alguém, fiando-se, assim, ao elo afetivo da memória. Contavam as horas do dia pelo badalar dos sinos, que governavam vivos⁶¹⁰, pela divisão do dia em tarefas, e pelo clima, mas já dispunham de uma mensuração mais precisa do tempo. Têm-se, por um lado, um processo de apoderamento e controle do tempo que significa uma notável complexificação temporal em termos de simultaneidades; por outro, a gestação de âmbitos de individualidade, de engendramento de esferas de privacidade que levarão, posteriormente, à valorização de tempos pessoais em detrimento de tempos comunais que, no entanto, jamais desaparecerão, e jamais deixarão de ser centrais. No século XVIII o tempo não é unificado, mas sua subjetivação psicológica está caminhando até o ponto do indivíduo apossar-se completamente de sua individualidade.

⁶¹⁰ E. S. Bruno, *História e Tradições da Cidade....*, cit., p. 67.

Capítulo 4

Ritmos da política e da administração

As dimensões do Império Português, separadas por grandes distâncias e diferentes partes conquistadas, exigiam uma notável complexidade ao poder que era exercido desde Lisboa, eixo irradiador, em direção a suas prolongações imperiais. O afastamento entre as porções que compunham o todo, “distendia as malhas e as situações específicas”, ganhava tons locais⁶¹¹. Os administradores da América portuguesa se viam as voltas com a consciência do espaço que os separava do reino, e que conferia certa liberdade em fazer valer ou não suas obrigações. As distâncias condicionavam as existências dos homens e das coisas, definindo o ritmo da vida. Os desígnios desenhados pela Monarquia portuguesa na Europa não estavam imunes ao Atlântico, as intempéries dos caminhos americanos e ao sertão. O historiador Fernando Lobo Lemes resume:

“nas três dimensões da geografia do império percebidas a partir da América — o reino de Portugal, as cidades voltadas para o Atlântico e os espaços interiores dos sertões —, as distâncias foram sempre decantadas como fator de dificuldade para a consecução dos projetos da monarquia”⁶¹².

Da mesma maneira que as distâncias mostravam-se adversas estas não paralisaram os negócios da Coroa, nem tão pouco desanimaram aqueles que se embrenhavam pelos interiores da América, ao contrário, instigavam muitos com espírito arrojado, e “servia de combustível para a execução dos projetos de Lisboa”.⁶¹³

As distâncias e a qualidade da comunicação interna e externa da capitania de São Paulo, eram uma realidade a ser vencida e aprimorada, e esteve na pauta de todos os capitães gerais que estiveram à testa do governo entre 1765, após a retomada de sua autonomia frente ao governo do Rio de Janeiro, e 1808. O conhecimento técnico disponível à época era fator limitante, mas não determinante para a precariedade das relações de comunicabilidade, tanto em relação a outras partes da América portuguesa,

⁶¹¹ L. M. Souza, *O sol e a sombra...*, cit., p. 11.

⁶¹² F. L. Lemes, “Governo colonial, distância...”, cit.

⁶¹³ Ibidem, p. 114.

quanto com o reino. A comunicabilidade dependia das condições das estradas, tornando a conservação destas algo importantíssimo para a eficiência na troca de mensagens, do mesmo modo que favorecia a ligação com as vias marítimas, circulação de pessoas, bens e informações. Melhorar antigas vias e abrir novas, tornou-se recorrente na capitania durante as gestões modernizadoras ilustradas após 1765.

Quando o Morgado de Mateus assume o governo, veio incumbido pelo Marquês de Pombal de modernizar o território paulista aos moldes da época. Além da questão bélica, devido as temíveis invasões dos espanhóis ao Sul e Oeste — o que o levou a fundar o presídio de Iguatemi, localidade ao Oeste visando povoar e assegurar a conquista do território português na América frente aos castelhanos, e promoção de recenseamentos para criação de um corpo militar —, questões de urbanização, comércio e agricultura compunham sua agenda governista. O capitão general tinha urgência em colocar a capitania em forma, não apenas para corresponder aos apelos bélicos que a Metrópole fazia, mas também para torná-la economicamente, socialmente, e administrativamente capaz. Para tanto, teria o Morgado de Mateus que transpor as condições vigentes impostas.

Um exemplo, era o investimento em melhorias na estrada entre São Paulo e Santos, cujo importante porto esteve em péssimas condições por muitos anos. Uma estrada que se fazia a pé, inundável a maior parte do ano — em virtude das cheias dos Rios Cubatão e das Pedras—, e sob o clima úmido da Serra do Mar que contribuía para que este caminho se mantivesse encharcado⁶¹⁴. Inclusive, este é um dos motivos pelo qual o capitão general D. Luiz de Souza Botelho não passou a São Paulo depois que chegou do Rio de Janeiro. O Morgado de Mateus atracou na Baía de Guanabara no dia 20 de junho de 1765, vindo de Lisboa de onde saiu em 27 de março do mesmo ano. Um mês depois de sua chegada à América desembarca na vila de Santos, em 23 de julho. Permaneceu em terras santistas por nove meses, até 23 de abril de 1766, de onde escreveu muitas cartas dizendo o quão ansioso estava para tomar posse de seu cargo na cidade de São Paulo, mas as condições da estrada não favoreciam⁶¹⁵. As viagens empreendidas pelo novo capitão general nos oferecem um pequeno panorama a respeito das distâncias, e do tempo da espera imposto pelas condições da estrada e do clima.

⁶¹⁴ “Memória sobre a comunicação da Vila de Santos com a cidade de São Paulo, assim por mar como pelo caminho projectado por Terra”. D.I.H.C.S.P., v. 29, p. 112-114.

⁶¹⁵ H. L. Bellotto, *Autoridade e conflito...*, cit., p. 77-78.

Pelos *Documentos Interessantes* referentes à povoação do Iguatemí vemos a dificuldade que o território impunha aos homens da capitania. Era necessário contornar morros e serras, navegar rios, ziguezaguear dentro de uma mesma região por não haver passagens diretas, para por fim, chegar à rota que levava ao Paraguai, e de lá alcançar a parte Oeste⁶¹⁶. No volume sexto dos *Documentos Interessantes*, dedicado ao Iguatemí, há vários pedidos para aqueles que estivessem voltando da região, voltassem na posse de mapas do território, dos rios navegáveis, e pontos de abrigo. Essas anotações eram para o melhor desenvolver da localidade, mas também eram fontes de cálculo tempo, como já salientamos previamente, e que alimentavam a pressa e a impaciência.

Assim, São Paulo retoma sua autonomia em ritmo acelerado de acordo com as possibilidades da época, e quanto mais as reformas se concretizavam, mais se mensurava a realidade visualmente (através de desenho de mapas), mais se presumia o tempo gasto entre as distâncias, mais se tinha noção da aceleração e do encurtamento das distâncias entre as causas e os efeitos⁶¹⁷. Mas em torno do cotidiano tais transformações, como ressalta Braudel, necessitam atravessar espessuras de tempos silenciosos e duradouros que englobam os acontecimentos⁶¹⁸, não se dando, portanto, tão rapidamente. O desejo de que as reformas aconteçam rápido, se faz presente no governo de todos os capitães gerais do período aqui contemplado, e encontra respaldo em todo um arcabouço intelectual do Iluminismo português, o que não invalida a existência de sentimentos análogos em outros períodos anteriores ao reformismo lusitano de meados do século XVIII. Ao longo das correspondências oficiais, são recorrentes cartas com pedidos de agilidade e rapidez na construção de estradas, nas notícias do Sul, nos correios e outros pormenores. Estas são amostras do quanto a disciplina do tempo estava interiorizada em certas camadas sociais, e que vem se espelhando pela sociedade ocidental desde da invenção do relógio mecânico e, consequentemente, da cultura de controle do tempo que nasceu e difundiu-se junto com este objeto, como vimos no capítulo anterior.

As iniciativas de melhoras começaram em 1766, e se desdobraram ao longo do restante do século XVIII e início do XIX. D. Luiz de Souza Botelho, o Morgado de Mateus, iniciou sua administração tentando melhorar a estrada que ligava Santos a São

⁶¹⁶ “Yguatemy”, cit., D.I.H.C.S.P., v. 6.

⁶¹⁷ R. Uribe, *Las dinámicas del tiempo...*, cit.

⁶¹⁸ F. Braudel, *Civilização material...*, cit., p. 494.

Paulo. Tal iniciativa era de suma importância, pois por via dela chegavam notícias vindas da Corte e do Rio de Janeiro, além das mercadorias, que por sua maioria vinham dos barcos que aportavam no Porto de Santos. A restauração do caminho tiraria São Paulo de seu habitual *rizoma* temporal e a vincularia de forma mais pujante ao restante da América portuguesa e mesmo à Corte. A “todos os generais” a “comunicação da capital com o porto de Santos” foi digna de atenção, e por ordem do Morgado de Mateus, se fizeram os aterros no Rio Cubatão⁶¹⁹. Seu sucessor, Martim Lopes Lobo de Saldanha, aperfeiçoou o caminho fazendo “o grande aterro junto ao Rio grande que pelas inundações, fazia invariável aquela Estrada”. Entretanto, foi Bernardo José de Lorena quem terminou, entre 1791-1792, a passagem que ficou assim conhecida como “Calçada do Lorena” por ter este capitão general pavimentado a parte da descida da serra com pedras trazidas de lugares remotos.⁶²⁰

O trabalho de reformulação, executado por Bernardo de Lorena, foi um grande avanço na qualidade do caminho, “que ainda que em Zig-zag, e que não pode servir por ora para carros, contudo é muito cômodo para as conduções em Bestas, e por este modo se transportarão todos os efeitos [comerciais] de Serra a cima”⁶²¹, escreveu o sucessor de Lorena, Antônio de Mello e Castro em 1799 ao Secretário de Estado, D. Rodrigo de Souza Coutinho. Esta carta é bastante longa, e seu conteúdo é composto com as intenções de reformas, não só da estrada de São Paulo-Santos, mas dos caminhos que cortavam as vilas ditas de “Serra acima”, além dos esforços para o aumento da produção econômica. Ainda sobre a estrada que ia a Santos, apesar de toda melhora feita pelos antecessores de Antônio de Mello e Castro, ainda se utilizavam canoas para se passar de Cubatão a Santos. Sendo assim, este sugere a implantação de “uma Barca. [cujo] o serviço desta é sem comparação menor” que o das canoas, pois “é sem risco, vai-se sempre por terra e com toda a comodidade até a vila de Santos”. O caminho também deveria “ter pontes boas de madeira sobre pilares de pedra e cal, em todos os rios e braços pequenos de mar que atravessa”⁶²² para poupar tempo de viagem, o que possibilitaria o transporte eficaz do açúcar e outros gêneros alimentícios.

⁶¹⁹ “Memória sobre a comunicação da Vila de Santos com a cidade de São Paulo, assim por mar como pelo caminho projectado por Terra”, cit., D.I.H.C.S.P., v. 29, p. 112- 123.

⁶²⁰ E. S. Bruno, *História e Tradições da Cidade...*, cit., p. 226.

⁶²¹ “Memória sobre a comunicação da Vila de Santos...”, cit., v. 29.

⁶²² Ibidem, p. 118-119.

A necessidade de reformar a estrada era urgente, desde o governo do Morgado de Mateus e, portanto, foram empreendidos esforços para que a velocidade dos reparos fossem a mais rápida possível, de acordo com as condições de possibilidade apresentadas para aquela época. Até os governos reformistas de meados do século XVIII, o caminho até Santos partindo de São Paulo era praticamente uma trilha indígena, e em alguns anos foi possível torná-lo apto à passagem de bestas. Em pouco tempo o ritmo de mobilidade entre São Paulo e Santos foi alterado, o que por seu turno, alterou a cadência do tempo da espera tão presente nas relações colonias. O ideal para o transporte de mercadoria seriam carros puxados por animais, como se lê no trecho aludido, porém, para que a estrada atingisse este patamar, o da passagem de carros, se levaria mais tempo do que o já despendido. Como visava-se o reavivamento econômico da capitania, esperar para que a estrada ficasse pronta para veículos de transporte colocaria em risco tal intento, o que só aconteceu 50 anos depois com o estabelecimento da chamada “Estrada da Maioridade”, sendo abandonada a calçada do Lorena em favor da nova via mais eficiente⁶²³. A resolução necessária ocorre de acordo com as condições impostas.

O primeiro governador pós-restauração da capitania, Dom Luiz de Souza Botelho, deu início as reformas da estrada São Paulo-Santos projetando a pressa em melhorar as comunicações, mas a conclusão só foi alcançada depois de sua morte, o que não representa anomalia quanto ao ritmo de execução na visão da época. O capitão Antônio de Mello e Castro, fez questão de identificar quem iniciou as importantes modernizações do caminho ao litoral santista para o Secretário de Estado Português, Dom Rodrigo, porque sabia que não seria possível este feito ser concretizado em um único mandato. Na descrição da cronologia das obras executadas na estrada, Antônio de Mello e Castro está apresentando a rapidez e condições com que tal obra chegou até seu governo, pois tal caminho remonta ao século XVI, e bastou três décadas para que deixasse de ser uma trilha, a qual foi por séculos. Para mostrar o quão “antiquíssimo” era aquele caminho por onde:

“subiu o Padre José de Anchieta, e por isso era chamado ‘o caminho do Padre José’ e que já em 1560, mandou Mem de Sá, Governador

⁶²³ Ricardo Felipe di Carlo, *Exportar e abastecer: população e comércio em Santos, 1775-1836*. São Paulo: FFLCH/USP, 2011 (Dissertação de Mestrado), p. 11.

Geral do Estado que por ele se frequentasse deixando o antigo por onde Martinho Afonso de Souza em Outubro de 1532 tinha passado com João Ramalho, português que ali se achou casado com um filha de Tabareycá, principal cacique do continente, contudo, só achava o caminho em estado de só se poder andar a pé ou com bastante risco⁶²⁴.”

A relevância deste caminho não estava apenas na comunicação entre São Paulo e Santos, outrossim, na antiguidade e importância histórica do mesmo. Por ele passou o Padre jesuíta fundador de São Paulo de Piratininga no século XVII, o padre Anchieta, e por conta deste fato o caminho foi elevado à principal via de acesso a São Paulo. Antônio de Mello e Castro está historicizando o caminho, e a menção de personagens que compõem o passado da capitania, como João Ramalho, em conjunto com a descrição de seu feito naquele lugar, valorizavam o caminho e, conseqüentemente, a ação de reestruturação do mesmo. Em fins do século XVIII o caminho punha finalmente, ainda que em Zig-zag — o que causava atraso nas viagens (consciência de que poderia ser mais rápido) e feito para passagem de bestas e não de carros — ao menos, fim nas “tão escabrosas” estradas que “não animava o comércio dos gêneros de Serra acima⁶²⁵”.

Lobo de Saldanha, o sucessor do Morgado de Mateus, interessado nas condições de viagem que as vias da capitania ditavam, decidiu pela abertura de uma nova estrada entre São Paulo e Rio de Janeiro, uma vez que o caminho que servia à esta viagem, o caminho da Parahyba, infligia muitos contratemplos, principalmente no “tempo das águas”, quando era preciso fazer “tantas pontes como nela se declaram e que em algumas partes se não podiam fazer e era preciso haver canoas e nadarem os cavalos”. Então, se abriu uma nova via com tanta facilidade, “que em poucos dias se fez pelas cabeceiras dos ribeirões e por excelentes paragens, livre quanto pode de ser de morros e voltas que se davam no caminho da Parahyba que por esse novo caminho se hão de atalhar três dias de viagem⁶²⁶”. O evento da natureza — as chuvas — desencadeou o desenvolvimento de um novo episódio: economia do tempo através de um caminho novo e mais rápido até o Rio de Janeiro. O tempo natural surpreendeu a vida cotidiana e

⁶²⁴ “Memória sobre a comunicação da Vila de Santos...”, cit., D.I.H.C.S.P., v.29, p. 118-119.

⁶²⁵ Ibidem.

⁶²⁶ “Para o mesmo Vice Rei sobre a abertura do novo caminho de São Paulo ao Rio de Janeiro”. D.I.H.C.S.P.. São Paulo: Escola Typographica Salesiana, 1903, v. 42, p. 160.

alterou o ritmo de viagem dos viajantes⁶²⁷. Este tempo foi determinante para o encurtamento da duração das viagens e do tempo da espera dos que se valiam daquela rota. O mesmo tempo que causa delongas, pode ser também primordial para ação humana em favor próprio.

Anos à frente, em fevereiro de 1790, Antônio de Mello e Castro, escreveu ao capitão mor da vila de Ubatuba, fazendo cobranças referentes à reforma da estrada entre aquela vila e de São Luiz do Paraitinga, importante para o comércio de açúcar. Na carta ordenou que:

“faça aperfeiçoar o referido Caminho, pondo-o no melhor estado, que for possível, para sua mesma conservação; ordenando imediatamente aos moradores, por cuja as terras passar a estrada, que tenham as suas testadas limpas, e desembaraçadas, com os consertos precisos, quando pela ruína do tempo necessitarem de ser reparadas⁶²⁸”.

O capitão exigia melhoras rápidas no caminho entre aquelas vilas, ao mesmo tempo que alertava para o fato de que os consertos deveriam ser constantes, sempre que necessitar, para não atrapalhar a dinâmica e atrasar o comércio. Não devia-se perder tempo lembrando aos moradores a necessidade de serem feitas manutenções constantes nos caminhos para que estes tivessem sempre em sua melhor forma. A atitude antecipada de Antônio de Mello e Castro, ao relembrar das devidas conservações, transmitia horizontalmente a sua pressa e sua impaciência aos habitantes do entorno da estrada. O capitão general estava ciente das condições que um caminho deveria apresentar e tentava, por seu lado, conscientizar os moradores da essencialidade da não perda de tempo.

Em 1803, a câmara de São Sebastião foi notificada pelo então capitão Franca e Horta, que “sem perda de tempo” iniciasse as obras de parte da estrada que seguia de “Serra acima por Caraguatatuba para essa Vila⁶²⁹”. A estrada passava por Jacaré, e até aquela parte já se encontrava transitável, faltando a parcela do caminho que cabia à São Sebastião, e que por conta da inércia de seus moradores, estava interrompendo a

⁶²⁷ F. L. Lemes, “Governo colonial, distância...”, cit., p. 121.

⁶²⁸ “Ao Capitão Mor da Vila de Ubatuba”. D.I.H.C.S.P., v. 46, p. 64-65.

⁶²⁹ “Para a Câmara de São Sebastião, extranhando não ter a Camara dado inicio ás obras da estrada de Caraguatatuba e apontando-lhe o exemplo de Jacaré”. D.I.H.C.S.P.. São Paulo: Edição do Instituto Geográfico e Histórico de São Paulo, 1937, v. 55, p. 156-157.

circulação dos gêneros produzidos em parte da capitania, e as tropas de viandantes. O torpor dos moradores causou estranheza ao capitão, pois este não compreendeu como não houve adiantamento de parte da gente da vila litorânea para concluírem a estrada, como havia feito Jacareí. Nem toda a capitania partilhava dos mesmos ímpetos de aceleração de Franca e Horta, a sua impaciência era um elemento de intromissão no tempo alheio em busca de colocá-lo em consonância com o ritmo por ele vivido. Franca e Horta está impondo sua celeridade à vila de São Sebastião, que talvez não sentisse a necessidade, ou não quisesse, a mudança que estava ocorrendo ou, simplesmente, não queria fazer parte de um ritmo de trabalho sob o qual os moradores seriam submetidos. A cadência das políticas modernizantes esbarrava, não apenas nas condições em que a época a submetia, mas também nas formas de vivências dos habitantes das localidades da capitania.

Os moradores do bairro de Santa Ana na cidade de São Paulo, em 1804, se recusaram a consertar o caminho que vai para Juqueri⁶³⁰. Foram advertidos e lembrados que era obrigação deles arrumar suas testadas (isto é o *trabalho compulsório dos homens livres* que apresentamos no capítulo três desta dissertação), no entanto não o fazem. O motivo para tal recusa não está especificado no documento, mas há explícita demonstração de descompasso entre os ritmos da política e os ritmos dos habitantes do bairro. Podemos observar esta discrepância em outro documento enviado à câmara de São Paulo no mesmo ano, pelo mesmo capitão general em exercício, Franca e Horta, felicitando e elogiando o Senado por conservarem suas estradas, enquanto as outras câmaras da capitania agiam com “frouxidão, e desmazelo com que as ditas câmaras tem procedido, esquecendo-se por uma parte do cuidado com que devem promover a causa pública, e por outra de animar, e facilitar por meio de bons Caminhos (...) o transporte dos efeitos do país”. Desta forma, são enviadas carta circulares a tantas outras câmaras da capitania lembrando-as de suas negligências e obrigações⁶³¹. É evidente a percepção dos capitães gerais referente aos benefícios que tais aprimoramentos traziam. Chocar-se com a morosidade da população, com a cadência de suas vidas, deixava os capitães gerais aflitos. Ainda que a principal justificativa fosse o fomento do comércio, é inegável que tais desenvolvimentos favoreciam a circulação de pessoas e ideias, bem

⁶³⁰ “Ao Capitão mor desta Cidade[sobre a recusa dos moradores de Santa Anna em consertar o caminho do Juqueri”. D.I.H.C.S.P., v. 55, p. 245.

⁶³¹ “Para a Câmara desta Cidade, felicitando-a pelo zelo com que tem conservado as estradas”. D.I.H.C.S.P., v. 55, p. 241-243.

como aumentavam as chances de diminuir o tempo das informações, sobretudo, no espaço da capitania onde as distâncias condicionavam os ritmos das informações em seu espaço. Os capitães gerais estavam empenhados, no que fosse possível, em agilizar esse ritmo. Nos registros da câmara de São Paulo levantados para o período, localizam-se muitos pedidos para melhorias de caminhos da cidade, e desta entre os bairros; feitura ou reparo de pontes; endireitamento e limpeza das ruas — como quando da chegada do Morgado de Mateus em 1766⁶³². Tais pedidos desvelam o interesse na melhoria da circulação dentro da cidade, nas partes dela com os bairros, dela com partes da capitania, e por fim, da capitania com outras partes da América.

Melhorar a sintonia da capitania com o mundo de então era também agilizar os correios. Por muito tempo a defesa das fronteiras, ameaçadas pelos castelhanos no sul e oeste de São Paulo, colocou a rapidez dos correios em cheque. Depois da militarização da capitania, que refletiu em ações em outros setores tais quais a defesa do litoral e povoamento dos caminhos do Sul⁶³³, o estabelecimento de comunicações entre as partes era primordial para os sucessos, não apenas militares, mas de trocas de notícias entre os habitantes de São Paulo. O bom andamento da administração dependia dos correios, por onde os ofícios chegavam às localidades paulistas, e os capitães ficavam a par do que se passava no território e na Europa. Vale ressaltar que não havia imprensa na América portuguesa, veículo que serviria de informe à população através de jornais e folhetos. Após a vinda da família real à América em 1808, foi quando o príncipe Regente, D. João, estipulou a Imprensa Régia, por decreto em 13 de maio do mesmo ano. De acordo com os historiadores Slemian & Pimenta, a criação da Imprensa Régia implicou em mudanças relevantes na vida dos habitantes da América portuguesa. Em um mundo convulsionado, como o de 1808, a circulação de notícias, e escritos pela imprensa, era de suma importância, até mesmo para a monarquia, “que pretendia sempre reforçar o vínculo entre ela e seus súditos”. Por outro lado, a maior circulação destes escritos “implicaria, forçosamente, alterações nos padrões de sociabilidade existentes, o que incluiria discutir política em tempos de revolução”.⁶³⁴ Na cidade de São Paulo, apenas

⁶³² “Termo de vereança feito aos 22 de março de 1766 annos”. A.C.M.S.P., v. 15, p. 145-146.

⁶³³ H. L. Bellotto, *Autoridade e conflito...*, cit., p. 93.

⁶³⁴ A. Slemian & J. P. Pimenta, *A corte e o mundo...*, cit., p. 69-70. O primeiro livro impresso na América portuguesa foi o de José da Silva Lisboa, *Observações sobre o comércio franco no Brasil*.

em 1827 começa a circulação do primeiro jornal impresso da cidade, *O Farol Paulistano*, fundado por José da Costa Carvalho natural da Bahia⁶³⁵.

Quando se observa a correspondência entre a capitania de São Paulo e o reino, vemos que apesar de menções à recebimentos ou atrasados destas ou daquelas correspondências, há um conformismo em relação ao tempo que decorria para que uma informação chegasse à uma das partes. A temporalidade da espera condicionava a natureza entre a cadência do tempo local com o ritmo dos projetos da Coroa. As grandes distâncias que separavam o Ultramar de Portugal davam às decisões tomadas na Metrópole um compasso próprio, que refletia em um intervalo longo de espera na capitania de São Paulo. Neste intervalo, a vida é interceptada em algo como um “entre-dois” onde cada uma das partes deve fazer face às incertezas e espera de decisões distantes que são desejadas ou temidas.⁶³⁶ Os correspondentes com Portugal tinham consciência deste tempo específico e já estavam habituados com tempo que se levava para uma correspondência chegar a Portugal, ser analisada, respondida, e enviada de volta à América. Levava-se se meses para se obter uma resposta, e a depender da parte que se encontrava da capitania, até um ano. O Morgado de Mateus em carta ao Vice-Rei do Brasil, Conde da Cunha, datada de 14 de Julho de 1767, dizia que enviou à sua Majestade um pedido de instruções a respeito das fronteiras no Sul e como deveria agir frente aos espanhóis. Escreveu ele:

“Porém enquanto não sei se Sua Majestade aprova esta determinação (...) não sei se fui venturoso, ou infeliz nela, e por esta causa mandei que tudo se aquietasse, e que a tropa tomasse quartel de inverno, assim para não trabalhar em estação tão rigorosa, como para que neste intervalo de tempo me possam vir positivas Ordens del Rei nosso Senhor que me determinem o que devo obrar.”⁶³⁷

Este tempo de espera era um tempo em que se relacionava com o transitório, com o indefinido, com o hipotético. Em contrapartida, poderia dar-se “com grande mobilidade, aflorando à superfície da história como momentos de precipitação”⁶³⁸. Assim, havia a possibilidade de ser um momento onde a criatividade aflorava e/ou as

⁶³⁵ E. S. Bruno, *História e Tradições da Cidade...*, cit., p. 411.

⁶³⁶ F. L. Lemes, “Governo colonial, distância...”, cit., p. 121.

⁶³⁷ “N. 124/ Cópia”. D.I.H.C.S.P.. São Paulo: Typographia da Industrial de São Paulo, 1895, v. 14, p. 137.

⁶³⁸ F. L. Lemes, “Governo colonial, distância...”, cit., p. 121.

leituras dos prognósticos eram bem-vindas. Nessa situação, os agentes poderiam se antecipar ou mesmo, eventualmente, violar os desígnios da Coroa. Foi o que disse ter feito o Morgado ao Vice-Rei do Brasil, adiantou-se à resposta de Sua Majestade, e mandou as tropas descansarem no tempo de inverno. Bem provável que quando a resposta chegasse já fosse verão, e as tropas estivessem de volta à ativa, mas essa tomada de atitude só foi possível inspirada na temporalidade da espera que entrecortava a vida cotidiana.

A câmara de São Paulo recebe a notícia da morte de D. Pedro III em 28 de janeiro de 1787, tendo a morte ocorrido oito meses antes, em 25 de maio de 1786. Mesmo em face deste hiato de tempo, era obrigatório tomar luto, no caso deste falecimento de seis meses, e fechamento das casas por três dias⁶³⁹. Há o cumprimento dos protocolos fúnebres e ritos litúrgicos funerários nesse exemplo, mas não deixa de ser interessante que a distância no tempo e no espaço não tenha influenciado na vivência do luto e cumprimento das regras. Os camaristas não deixam transparecer, nas linhas de suas atas, nenhum estranhamento quanto ao intervalo de tempo até a chegada da má notícia. Passados os oitos meses até que se recebesse a o informe da morte, viveu-se como se o acontecimento tivesse tido lugar dias antes, fosse algo recente. Nesse caso, o tempo da espera e da incerteza que o acompanha se inverte em direção ao reino. É no reino que estão a esperar que a notícia chegue em terra americanas e que, mesmo depois de um grande intervalo do acontecimento, se façam as devidas homenagens e celebrem as missas em favorecimento da alma do consorte de D. Maria I.

Voltando os olhares à comunicação interna, há uma evidente inquietação quanto à demora que gera ansiedade e impaciência. Existe uma boa quantidade de documentos no escopo desta dissertação, onde se lê reclamações a respeito da demora em se receber notícias e contestações das partes pertencentes à capitania, ou das demais localidades das terras brasílicas. O capitão general Martim Lopes Lobo de Saldanha, entabulou vasta correspondência em que trata, dentre outros temas, dos correios. Em uma delas, escreveu ao Vice-Rei do Brasil, o Marquês de Lavradio, em 17 de Dezembro de 1775,

⁶³⁹ “Termo de vereança feiro aos 28 de janeiro de 1787 em que se recebeu uma carta de haver Deus Nosso Senhor chamado a sua santa glória el rei dom Pedro nosso senhor”. A.C.M.S.P., v. 18, p. 382-383.

descreveu minuciosamente o transporte de cartas e notícias oficiais entre São Paulo, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro, e o tempo que levavam de parte a outra ⁶⁴⁰.

Em resposta a um pedido do Marquês do Lavradio que desejava “que desta Capitania houvesse uma parada tão pronta (...) para o General daquele exército [que está no Rio Grande do Sul] fazer a Vossa Ex.^a os avisos precisos sem a dependência incerta das viagens de mar”, Lobo de Saldanha se diz adiantado a tal demanda, porque “antevendo as necessidades” já tinha estabelecido paradas pelo imenso caminho de São Paulo ao Rio Grande, o que fez com que a comunicação e a marcha da tropa se tornassem “ligeira”. O capitão general aproveitou-se do correio preexistente na costa — que era feito a pé, e foi estabelecido por D. Luiz de Souza Botelho, o Morgado de Mateus —, e o interligou com o mar, e com o novo caminho terrestre. Desta maneira, dá as informações precisas ao Vice-Rei quanto ao tempo tomado, e o tamanho dos novos caminhos. Partindo-se do rio de São Francisco, agora “vai por terra a parada da Santa Catarina em menos de oito dias, e desta, em dia ou noite pode ir por mar ou por terra (...) em 10 ou 11 dias” subindo para São Paulo.

Em outra passagem da mesma carta aludida acima, Lobo de Saldanha refere-se ao aumento de vinte e duas léguas que mandou realizar em um caminho que inicialmente possuía trezentas, conectando-o, através da adição das ditas vinte e duas léguas, a um ponto da costa. Apesar de ser um caminho mais longo, diminuía o tempo de trajeto, em razão de o anterior passar boa parte do tempo inundado por um rio caudaloso. A iniciativa de Lobo de Saldanha contribuiu para a melhora na comunicação e circulação naquelas partes da capitania, pois sentia a necessidade de acelerar a troca de informações diminuindo os tempos de trajeto. A ansiedade por notícias vindas do Sul, e a necessidade de demonstração de eficiência à frente do governo de São Paulo, fez com que o capitão general se precavesse, e prognosticasse os resultados futuros de sua empreitada relacionada às reformas nas comunicações. Lobo de Saldanha previu as exiguidades no âmbito de possibilidades dos acontecimentos locais. Intentando controlar melhor o tempo e a política, valeu-se do prognóstico, ato de desenhar o futuro baseando-se nos enunciados do presente (um tempo inédito que escapa de si mesmo ao se concretizar ou não no presente)⁶⁴¹. O capitão general percebia a carência das redes de

⁶⁴⁰ “Para o mesmo Vice rei, sobre o estabelecimento de correios para o Rio Grande do Sul”. D.I.H.C.S.P., v. 42, p. 69-71.

⁶⁴¹ R. Koselleck, *Futuro passado*..., cit., p. 33.

transmissões de informações do sul da América, e antes que o Vice-Rei fizesse o pedido para uma melhor conexão, Lobo de Saldanha já havia realizado os intentos que seriam propostos.

Para que o ganho de tempo fosse efetivo a rede de correios precisava estar bem conectada, o que envolvia a qualidade dos meios para esta comunicação. O capitão do Rio Grande, remeteu ao capitão general Cunha e Menezes “sem perda de tempo (...) a bolsa de Cartas que nesta ocasião lhe dirige o General do Rio da Prata⁶⁴²”. Se as vias que levassem a tal bolsa de cartas estivessem obstruídas, de nada adiantaria o capitão do Rio Grande ter remetido-as de pronto não as detendo em seu poder, se estas fossem perder tempo no caminho. Portugal em comparação à América tinha território muito menor, além de já possuir imprensa, o que facilitava a distribuição das informações pelo país. Nos espaços coloniais portugueses era o oposto. Grandes, sem imprensa, e com precária rede de correspondências, os espaços brasílicos causavam em um representante reinol desassossego, pois não facilitava o fluxo ordinário de ordens e ofícios, dentre outras questões de cunho burocrático. Em territórios tão extensos como os da América, era natural que, face à gestão reformista, tal avidez surgisse. Se as vias por onde tais documentos circulassem fossem muito deficientes — para os novos padrões da gestão modernizante da capitania — comprometia-se o bom andamento do governo e aumentasse o intervalo da temporalidade da espera.

Os correios estavam suscetíveis a serem fraudados ou roubados. Antônio de Mello e Castro, recebe o correio vindo do Rio de Janeiro com a mala arrombada em janeiro de 1799. Durante a carta que manda ao Vice-Rei pedindo que examine os correios fluminenses, podemos retirar informações a respeito da forma como eram feitas essas atividades na capitania. O capitão general de São Paulo, relata que o correio era exercido por soldados, índios, ou homens comuns a pé. As cartas vinham em malas e maços. A pessoa que representava o correio precisava ser de confiança, pois andaria em posse de informações e notícias que só tinham uma única via de transmissão por cartas, e poderia ocupar por bastante tempo o cargo. No caso do arrombamento, relatado por Antônio de Mello e Castro ao Vice-Rei do Estado do Brasil, o correio era Francisco Lourenço e estava atuando há onze anos. Não existia horário predeterminado para a entrega das cartas, como se vê quando Francisco chegou à cidade de São Paulo “a uma

⁶⁴² “Carta do Governador do Rio Grande remetendo a mala do correio de Buenos Ayres”. D.I.H.C.S.P.. São Paulo:Typographia Andrade & Mello, 1901, v. 31, p. 46.

hora da noite” e foi apresentar a mala ao administrador — a capitania contava com um chefe dos correios, de acordo com a carta de Antônio de Mello e Castro, que zelava pelo bom andamento de seus funcionários, e que recebia as malas e as conferia. As estradas por onde passavam os homens que faziam o correio eram muitas vezes inseguras, e os carregadores corriam o risco de serem subornados em troca das correspondências, ou roubados por não manterem as malas em segurança. Antônio de Mello e Castro julgou:

“com razão que faltam muitas cartas, eu apenas tive uma de Lisboa, e quase todos nãos as tiveram. As poucas cartas que vieram não vinham em maço, e falta a guia, que certamente as acompanhava, o que são novas provas do atentado. (...) eu rogo a V. Ex.^a que queira sobre este importante negócio dar as providências necessárias afim que se restabeleça a fé pública assaz atacada com este sucesso”⁶⁴³

O correio era aguardado com sofreguidão, pois custava a chegar, e quando este surgia ou partia, criava-se circunstâncias de aceleração que emanava dos que recebiam ou depositavam cartas nos malotes. O não recebimento de cartas aguardadas poderia prolongar as expectativas ou frustrá-las, provocando no indivíduo uma inflexão em seu tempo pessoal mediante o desfecho do tempo da espera, que dava definição aos sentimentos hipotéticos que surgiam enquanto se aguardava uma correspondência. Uma carta que se extraviasse poderia mudar seriamente os rumos de qualquer situação, caso não se conseguisse protestar a falta, a depender da distância. Neste momento, o tempo e o espaço influenciavam de modo intrínseco nas notícias podendo tornar irreversíveis muitas decisões.

Os desejos por notícias e o encurtamento do curso dos caminhos mudavam em alguma medida a vida do homem comum. Mesmo em meio a uma sociedade de baixo índice de alfabetizados, o melhoramento nas vias favorecia o fluxo de notícias repassadas boca a boca. Se as estradas e os correios iam sendo melhorados para uso governamental, isso acarretava consequências, mesmo que menores, para outros setores da população. Junto com novas estradas e os novos povoamentos, vinha o recenseamento e o serviço militar. Por vezes as notícias destes chegariam mais rápido

⁶⁴³ “Para o Ex.^{mo} Vice Rei do Estado”. D.I.H.C.S.P.. São Paulo: Typographia do “Diário Oficial”, 1902, v. 39, p. 15.

que os recrutadores, o que possibilitava fugas⁶⁴⁴. Nas vilas de Atibaia e Nazaré, as pessoas abandonaram suas roças, e assim as duas localidades estavam correndo o risco do desabastecimento por causa do recrutamento. A câmara de Bragança, perante a situação, pediu ao capitão general Franca e Horta em dezembro de 1808, que suspendesse o alistamento da região temendo a carestia. O capitão disse “que só podem recorrer a S.A.R. que é quem nas atuais circunstâncias lhes pode atender”⁶⁴⁵. As notícias estão um passo à frente dos recrutadores; além disso, tais comunicações, em aprimoramento, facilitariam o que poder-se-ia chamar de correios populares. As fontes não esclarecem o tipo específico de pessoas que os usavam, mas vemos cartas pedindo aos homens à frente do governo das vilas da capitania para não proibirem os correios particulares, e em outras, há permissões para os moradores o usarem.

O correio oficial foi estabelecido em 1800 no governo de Antônio de Mello e Castro, tendo as distâncias demarcadas, o peso das cartas abalançado e o expediente regulamentado⁶⁴⁶. De início não foi implantado em todas as vilas: só naquelas em que foram testados com sucesso. Isso possibilitou, por exemplo, as cartas circulares, que foram muito usadas por José de Franca Horta (1802-1811), sucessor de Melo e Castro, e a expansão das formas de comunicação. Desde meados do século XVIII o correio da capitania ia superando cada vez mais as dificuldades físicas, e o sistema estabelecido de informações se acelerava.

O aperfeiçoamento de caminhos alavancou o fluxo de notícias, informações e documentos, mas também favoreceu o comércio, o protagonista destas iniciativas. A ocupação do cargo de secretário de Estado por Pombal durante o reinado de D. José I, significou políticas de melhoramento econômico e diversificação da agricultura, as quais nem sempre obtiveram o sucesso desejado, mas que lançaram as sementes para transformações futuras⁶⁴⁷. Houve um estímulo maior, não só do comércio interno, já fortemente consolidado, mas também do externo da capitania. A reforma do caminho entre São Paulo e Santos, a qual aludimos anteriormente, muito contribuiu para o tônus

⁶⁴⁴ M. B. Nizza da Silva (Org.), “Do Morgado de Mateus à Independência”. In: _____. *História de São Paulo...*, cit. cap. 3, p.242-243.

⁶⁴⁵ “A Câmara desta Cidade, sobre o abandono das roças pelos lavradores receiosos do recrutamento”. D.I.H.C.S.P..São Paulo: Edição do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, 1937, v. 58, p. 42.

⁶⁴⁶ “Para o Secretário de Estado sobre remetter por copia, e seus Documentos o Off. Que dirige a Junta da Fazenda a S.A., dando conta do estabelecimento do Correio, rendimento, etc.”. D.I.H.C.S.P., v. 29, p. 198-199.

⁶⁴⁷ S. Schwartz, *Segredos Internos...*, cit., p. 347.

do desempenho comercial de São Paulo, tornando a mercancia no porto santista ainda mais efetiva na década de noventa do século XVIII.⁶⁴⁸ Antes disso, os negócios eram muito mais intensos com o porto do Rio de Janeiro, capital do vice-reino desde 1763⁶⁴⁹, o que limitava o tipo e tamanho da mercadoria — devido ao tempo dilatado e à forma de transporte —, além de dificultar o comércio entre Europa e São Paulo.

Santos se beneficiou bastante do açúcar da capitania, que alavancou as relações em seu porto tanto para importação quanto exportação. A feitura da *Calçada do Lorena*, e a lei do porto único favoreceram ainda mais o escoamento via porto santista, e consequentemente, gerou um desenvolvimento avultado à vila de Santos. As atividades relacionadas ao comércio passaram a ser ali a principal fonte de renda, potencializando o aumento populacional no fim do XVIII, principalmente de homens livres⁶⁵⁰. Entre 1765 e 1766 foram lançados dois alvarás, já mencionados anteriormente, estimulando o comércio entre o porto de Santos e a metrópole⁶⁵¹, permitindo a participação de Santos, via porto, no comércio Atlântico. No entanto, enquanto a estrada de Santos-São Paulo não foi reformada, o comércio não pode ser tão beneficiado quanto gostaria a Coroa. A despeito de vermos em algumas cartas oficiais os homens que passaram pelo governo da capitania afirmarem que na capitania só se via pobreza, letargia e decadência (ideia que foi comprada passivamente inclusive por parte da historiografia)⁶⁵², não parece ser exatamente esta a realidade da época. De quê serviria a liberação de alvarás se não houvesse quem deles se beneficiasse? Já mencionamos os homens de negócio da capital e da capitania com suas fortunas adquiridas por meio do comércio, sendo a própria

⁶⁴⁸ M. B. Nizza da Silva (Org.), “Do Morgado de Mateus à Independência”. In: _____. *História de São Paulo...*, cit., cap.3, p. 191.

⁶⁴⁹ M. I. B. Celia, *Economia mercantil...*, cit., p. 36.

⁶⁵⁰ R. F. di Carlo, *Exportar e abastecer...*, cit.. O autor ressalta que Santos já tinha vocação portuária no século XVI em meio ao comércio com o planalto e com as zonas açucareiras que encontravam problemas de abastecimento. O trigo também contribuiu, sobretudo no comércio para o Rio de Janeiro, para a vocação portuária santista, uma vez que era este porto a sua porta de saída.

⁶⁵¹ M. B. Nizza da Silva (Org.), “Do Morgado de Mateus à Independência”. In: _____. *História de São Paulo...*, cit., cap.3, p. 190.

⁶⁵² Ana Paula Medicci analisa, em sua tese de doutoramento, os conflitos inerentes ao exercício do poder na capitania de São Paulo e posteriormente província. Relaciona os interesses públicos e privados em um movimento de injunção. Mostra como grupos de poder locais buscaram influenciar os governos desde sua reorganização autônoma política até 1822, depois do Governo Provisório. Ao longo de sua tese Medicci observa que os capitães gerais que passaram pelo governo da capitania, exageravam em suas queixas junto à Coroa, e que não havia como separar as relações político-administrativas dos governantes e dos grupos privados ligados a produção e ao comércio. In: _____. *Administrando conflitos...*, cit.

estrada de Santos melhorada com contribuições de mercadores⁶⁵³ de olho nas possibilidades comerciais.

Da mesma maneira, a estrada de Sorocaba ao Iguatemi detinha financiamento de origem semelhante. Ao nos depararmos com o capitão mor da vila de Sorocaba sendo elogiado pelo Morgado de Mateus em 1771, por aquele propor abrir, com recursos próprios, dita estrada⁶⁵⁴. Nota-se claramente que o capitão de Sorocaba era detentor de posses, pois além de faltar “palavras próprias para encarecê-lo [o capitão de Sorocaba]”, o Morgado o assegurou “que ainda que vossa mercê o oferece a sua custa, eu estou pronto a ajudá-lo e favorecê-lo com tudo que me for possível”, como forma de gratidão. Atentando ao fato de que em Sorocaba existia um importante centro comercial, é provável que parte dos cabedais do capitão desta vila fosse advindos dos negócios. A vila de São Sebastião, onde havia um importante porto, diante do exemplo de Santos, também requereu ao capitão general, Mello e Castro em 1799, a liberdade de comércio, sendo este plenamente autorizado⁶⁵⁵, já que, segundo o governador, “tem sido um dos meus primeiros cuidados, logo que tomei posse deste governo, o promover a agricultura e comércio”. Em 1806, Franca e Horta autoriza os senhores de engenho e negociantes de Vila Bela e São Sebastião a construírem uma estrada, pedida e bancada pelos mesmos, e os libera para exportarem livremente todo açúcar de suas safras⁶⁵⁶, lembrando que neste momento o açúcar é o principal produto de exportação paulista.

O fomento do comércio demandava estradas para escoamento, e as estradas eram viabilizadas pelo comércio. Os tempos da administração eram permeados pelo comércio e pelo desembaraçar das vias da capitania para que houvesse rapidez nas decisões e nas ações governamentais. Os moldes das políticas modernizadoras da capitania já eram, por princípio de compasso acelerado que diminuí os “campos da experiência” e furta ao presente as possibilidades de se vivenciar como presente, que antecipa o tempo histórico⁶⁵⁷. É uma administração repleta de prognósticos que implicavam em “diagnóstico[s] capaz de inscrever o passado no futuro. Por essa

⁶⁵³ M. B. Nizza da Silva (Org.), “Do Morgado de Mateus à Independência”. In: _____. *História de São Paulo...*, cit., cap.3, p. 191.

⁶⁵⁴ “Para o Capitão Mor de Sorocaba”. D.I.H.C.S.P., v.6, p. 156-157.

⁶⁵⁵ “Para o dito Secretario de Estado por ter facilitado o comércio interior da Capitania”. D.I.H.C.S.P., v. 29, p. 135-136.

⁶⁵⁶ “Para o Capitão Governador de São Sebastião, construção de estrada e fomento do comercio do assucar”. D.I.H.C.S.P., v. 57, p. 56-57.

⁶⁵⁷ R. Koselleck, *Futuro passado...*, cit., p. 36-37.

qualidade futura continuamente garantida ao passado é possível tanto assegurar quanto limitar o espaço de manobra do Estado”⁶⁵⁸.

Indiretamente, os impulsos acelerados dados à economia pelos governos da capitania interferiam no tempo do trabalho e alternavam a dinâmica do consumo. O aumento das trocas comerciais fez com que surgissem interesses em objetos que antes não eram consumidos e facilitavam o cotidiano, como artefatos de cozinha, de higiene pessoal, dentre outros⁶⁵⁹. Assim como surgem novos grupos de trabalhadores, como os fabricantes de anil e algodão, que começaram como um pequeno ramo de comércio, mas que expandiu-se na capitania. Segundo Lobo de Saldanha, “em breve tempo [o fabrico do anil e algodão será], grande, pelos muitos habitantes que não cuidam mais do que em estabelecer dilatadas plantações da erva”, e a busca de “negociantes que prontamente o paguem”⁶⁶⁰. Nas áreas urbanas a administração dos capitães gerais procurava criar mercados para que não só o comércio externo fosse animado, mas o interno mantivesse seu dinamismo. O Morgado de Mateus, passa à Câmara de São Paulo uma ordem para a edificação de casinhas que funcionariam como mercado, para nelas se venderem ao povo víveres e mantimentos “que de várias partes conduzem os moradores desta Capitania”. Além de trazer lucro à Câmara, o mercado daria sossego aos moradores que ofereciam suas casas para “venderem os ditos mantimentos”⁶⁶¹, pois passariam a vendê-los em local próprio para o comércio. A concentração dos vendedores de mantimentos em uma área estruturava o comércio da cidade, favorecia seu controle, e o impulsionava.

Em outro documento produzido no governo de Antônio de Mello e Castro, temos uma narração das atividades comerciais à D. Rodrigo de Souza Coutinho, feita

⁶⁵⁸ Ibidem, p. 36.

⁶⁵⁹ P. Zanettini, *Maloqueiros e seus...*cit. (Especialmente o capítulo “As coisas”). Por meio de escavações arqueológicas em casas bandeiristas, o autor propõe uma reconstrução do ambiente doméstico paulista por meio dos artefatos. Uma de suas conclusões, além da existência de comércio e do dinamismo da capitania, é o surgimento de uma atividade profissional mercantil: os oleiros. De acordo com Zanettini, no início na colonização no planalto paulista, esta atividade era ligada aos indígenas; com o passar do tempo e o aumento da população e comércio (em suas escavações encontra muitas louças portuguesas que foram trazidas pelos colonos e outras que sugerem terem sido compradas do Brasil) a demanda por alguns produtos aumentou, e deu-se a oportunidade para que esta atividade nascesse. Os objetos escavados possuem em seus formatos influência indígena. O tipo de material e precisão técnica demonstraram serem advindos da região do rio Tietê, coincidindo com a informação da existência de olarias ao longo do rio. Reunindo estas informações a outras escavações, comprovou-se a existência deste tipo de trabalho e circulação e comércio de louças.

⁶⁶⁰ “N.6”. D.I.H.C.S.P., v. 28, p. 367.

⁶⁶¹ “Ordem a Câmara desta Cidade sobre o mercado que se abriu nesta Cidade”. D.I.H.C.S.P., v. 33, p. 116.

em 16 de Junho de 1800, em cumprimento às ordens do reino para que “anime o comércio interior e exterior desta Capitania”. Intentando mostrar sua obediência e eficiência, Mello e Castro apresenta algumas provas de sua dedicação lançando “mão senão do conhecido aumento da Agricultura, que bem se manifesta já pelo acréscimo do rendimento dos dízimos, já pelos mapas da exportação, que vou igualmente dirigir a V. Ex.^a”⁶⁶². No momento em que o capitão general escreve a D. Rodrigo, a capitania de São Paulo já exportava para o reino arroz, algodão, café, couros, madeira e, principalmente, açúcar e derivados da cana. Tal feito teve início no governo de Bernardo de Lorena, que alterou a navegação de cabotagem criando novas oportunidades para empreendimento comercial com o além-mar. Esta medida manteve-se no governo de seu sucessor, Antônio de Mello e Castro, que por fim, concedeu a liberdade de comércio nos portos, o que acarretou a consolidação do mesmo em Santos e São Sebastião.⁶⁶³ Isso posto, não é de se estranhar o aumento da agricultura, comprovado, segundo Mello Castro, “pelos mapas da exportação” que estava remetendo a D. Rodrigo.

Na continuação de sua carta, o capitão general contou que estabeleceu “um mercado público, ou Feira [no passeio público defronte o Jardim Botânico e Praça da Luz], na qual se vendessem e permutassem todos os gêneros do país, e os de fora.” Há uma diferença quanto ao mercado do tempo do Morgado de Mateus citado anteriormente: a venda de gêneros de fora, o que mostra que a participação da capitania no mercado Atlântico estava expandindo novos gêneros de consumo entre os paulistas, e abrindo uma brecha para a dinamização do comércio interno. Tal feira fora realizada na melhor ocasião do ano, segundo o capitão, que se dá:

“desde a Dominga da santíssima Trindade até a que se lhe segue (...) por ser a época do estio deste clima , por então parada a agricultura, cujos trabalhos começam de Julho em diante e por ser a única vez que concorrem à cidade todos os Povos circunvizinhos, a assistirem a Festa de *Corpus Christi*, vindo igualmente os soldados Milicianos

⁶⁶² “Para o Secretário de Estado respeito a Feira, etc”. D.I.H.C.S.P., v. 29, p. 213-216.

⁶⁶³ O algodão brasileiro neste momento substituiu o que vinha da Índia, e a produção açucareira fomentou não só as atividades portuárias, mas também aumentou o número de negociadores de todo tipo: de escravos a tropas. O que deu origem a grupos mercantis que terão grande expressividade em São Paulo, e demais partes da América portuguesa e Brasil ao longo do século XIX. N. G. Monteiro, “A viragem do século (1777-1807)”. In: R. Ramos (Org.), *História de Portugal...*, cit., cap. 9, p. 409-435; M. I. B. Celia, *Economia mercantil...*, cit, p. 114; M. B. Nizza da Silva (Org.), *História de São Paulo...*, cit., p. 190-197.

fazer a sua mostra anual, os seus exercícios, e por fim cobrirem as ruas na Procissão com que termina aquela solenidade.”⁶⁶⁴

Esta passagem fornece-nos importantes elementos de análise. Têm-se os tempos ordinários se entrecruzando e originando um momento extraordinário. O tempo religioso é o que possibilitou a festa de *Corpus Christie*, o motivo principal para reunião da população de São Paulo. Sendo assim, o capitão general se aproveita da oportunidade para produzir uma feira e deixa para a posteridade, por meio de sua correspondência, registros dos tempos da natureza e vida daquela região. Mais adiante, o documento fornece o resultado da feira, e mostra que os esforços do capitão general em animar o comércio supostamente surtiram tanto efeito, que até mesmo “os índios, que são os que fazem a louça ordinária” tiveram que ir buscar mais produtos umas três ou quatro vezes, devido ao volume de suas vendas. Há que se descontar o desejo do narrador de maximizar os resultados de sua gestão, mas parece indubitável que tal feira mexeu com a capitania ao ponto de a população pedir para que esta se repetisse duas vezes ao ano, ou que se prorrogasse em dias, porém “nem a uma, nem a outra súplica [o governador deferiu por lhe parecer] que ela [a feira] não deve ser repetida senão no tempo” que o capitão havia arbitrado previamente⁶⁶⁵.

A feira promovida por Antônio de Mello Castro é um exemplo da quebra da normalidade na cidade de São Paulo de fins do século XVIII. Um espaço de sociabilidade embasado no comércio, que foi indiretamente estimulado pelas políticas reformistas, e que se mostrou como alternativa à diversão ligada à religião. Não há uma separação completa, ainda, entre as esferas temporal e espiritual — pois como já salientado, foi devido às marcações de um tempo religioso que o governador viu a oportunidade de realizar a feira —, mas de toda forma a ideia de que este momento comercial se tornasse parte do cotidiano foi lançada, como se vê no pedido do governador ao Secretário de Estado para que este “se digne confirmá-la para sempre, mandando assim “que os sucessores de Antônio de Mello e Castro “devam dar conta do que obrarem para a sua execução”⁶⁶⁶.

Por fim, é oportuno destacar que a vinda da família real favoreceu ainda mais a aceleração das comunicações. D. João preocupou-se com a ocupação dos territórios ao

⁶⁶⁴ “Para o Secretário de Estado respeito a Feira, etc”. D.I.H.C.S.P., v. 29, p. 214.

⁶⁶⁵ Ibidem, p. 215.

⁶⁶⁶ “Para o Secretário de Estado respeito a Feira...”, cit., D.I.H.C.S.P., v.29, p. 216.

sudoeste da capitania de São Paulo logo após sua chegada à América. Com a Corte instalada no Rio de Janeiro, a produção de víveres era assunto de grande importância para a manutenção dos que ali viviam, e, havia o temor de uma crise de abastecimento. A solução sugerida foi a abertura de uma estrada que ligasse as capitanias de São Paulo e Rio Grande a qual passaria pelo sertão de Guarapuava, local que já havia sido alvo de tentativas de povoamento, mas que não lograram sucesso pela resistência do indígena. A ocupação dos sertões de Guarapuava está estritamente ligada, para além da produção de víveres, “a tentativa de construção da plena hegemonia portuguesa em terras americanas — e fronteiriças — em um momento em que, nas possessões espanholas, multiplicavam-se as alternativas políticas frente à acefalia daquele Império”⁶⁶⁷.

Desta maneira, D. João decretava a guerra justa contra os povos indígenas da localidade pertencente a capitania de São Paulo, e ordenava o povoamento daquela região ao capitão general Franca e Horta. Com a presença da Corte na América, a capitania foi agitada pelas novas questões agora relacionadas diretamente à Monarquia. Ganhou novas estradas para aumentar ainda mais a rapidez no transporte de víveres, novas áreas de povoação, bem como modificou a vivência dos indígenas que viviam no Guarapuava naquele período. Internamente, a dinâmica política foi alterada. A câmara de São Paulo deveria direcionar suas questões diretamente ao capitão general, e este ao secretário de Estado. Com a sede do Império transferida para a América, os camaristas transpõem a hierarquia, e passam a fazer contanto sem intermediários, como no caso de um representante escolhido pela câmara para ir visitar a Corte no Rio de Janeiro em nome dos moradores de São Paulo. O representante é barrado pelo capitão-general Franca e Horta, que alegou que o tal representante tinha serviços a cumprir na capitania, conquanto os camaristas escrevem diretamente a D. Rodrigo, em 09 de Abril de 1808⁶⁶⁸, e já tiveram a resposta a 7 de maio de 1808. Este episódio é um demonstrativo do encurtamento das comunicações com a sede do Império na América, diminuição sensível do tempo da espera, surgimento de nova perspectiva de ação. A nova realidade da América produzia nos homens da capitania atitudes audazes, os prognósticos estavam ganhando uma ampliação do horizonte de expectativas, já que este acontecimento, a vinda da Corte, era algo fundamentalmente novo na realidade da

⁶⁶⁷ A. Slemian & J. P. Pimenta, *A corte e o mundo...*, cit., p. 107.

⁶⁶⁸ “Termo de vereança de nove de abril de 1808”. A.C.M.S.P., v. 20, p. 406-407.

América portuguesa. Os camaristas nessa ocasião estão indo contra o futuro esperado que se vale de elementos estruturalmente iguais⁶⁶⁹.

Em outro momento, em julho de 1808, os camaristas de São Paulo encontravam-se dirigidos pelo bispo, que estava substituindo o capitão general Franca Horta por este se encontrar no Rio de Janeiro. Na mesma reunião de vereança onde se colocam a par da ausência do capitão general, recebem o ordenamento da lei de manufatura das fábricas enviada por D. João VI⁶⁷⁰. Não foi necessário aguardar o retorno do capitão general para receberem o ordenamento da nova lei, as relações entre as partes do Império estavam se tornando mais descomplicadas, por conta do encurtamento do espaço entre elas. Era um momento em que estava ocorrendo muitas inovações, e em maior velocidade que até então. O presente estava se consumindo mais rápido diante de um futuro que estava apresentando novidades continuamente. A *modernidade*, conforme Koselleck, é concebida como um tempo novo a partir do momento em que as *expectativas* passam a distanciar-se cada vez mais das *experiências* feitas até então⁶⁷¹. A presença da Corte estava, portanto, provocando esse afastamento, na medida em que parcela do que se havia experimentado até então não estava se encaixando no que se esperava do futuro. Algumas esferas da vida estão se acelerando e aumentando o espaço para politização, como se viu do exemplo da carta que a Câmara de São Paulo dirige diretamente a D. Rodrigo. Nem todas as esferas de vivência serão colocadas neste ritmo mais acelerado, contudo, nosso interesse neste capítulo é mostrar que a política que provinha de uma agenda reformista acelerada, acelera-se um pouco mais com a presença da Corte, e com as consequências posteriores desta presença na América portuguesa nas décadas seguintes do século XIX.

⁶⁶⁹ R. Koselleck, *Futuro passado...*, cit., p. 238.

⁶⁷⁰ “Termo de vereança de 9 de julho de 1808”. A.C.M.S.P., v. 20, p. 425-426.

⁶⁷¹ R. Koselleck, *Futuro passado...*, cit. 314-322.

Capítulo 5

História, memória e projeto: conceitos de tempo

Diante de tudo que vimos analisando nesta dissertação até aqui, há mostras que no século XVIII da capitania de São Paulo estava ocorrendo o prenúncio da concepção de mudanças de tempo em direção à uma *modernidade* (que não rompe com as temporalidade existentes, mas é acrescida dentre as múltiplas formas de vivência), não apenas aquela que qualifica o tempo como novo — que com o avanço das ciências e suas propostas de novas descobertas, juntamente com o encontro com o Novo Mundo e seus povos, “repercutiram, de início lentamente, ajudando a criar a consciência de uma história universal, que como um todo estaria entrando em um novo tempo [no século XVI]”⁶⁷², — mas também uma *modernidade* que surge no final do Setecentos no Ocidente, onde a *experiência* torna-se cada vez mais objeto de reflexão, da mesma forma que os processos históricos ganham interpretações reflexivas. Os séculos passam a ser conceitualizados em experiências históricas temporais, sendo difícil substituí-los como unidades de acontecer por conta de suas singularidades⁶⁷³. Na *modernidade*, há uma temporalização da vida e da história, que confere ao passado como um todo “uma qualidade de história universal”, que é reescrita continuamente, porque com o crescente distanciamento do presente do passado, a história passada se modifica, ou como Koselleck aponta, a história se revela em sua verdade.⁶⁷⁴ Na *modernidade*, surge a consciência de que o tempo presente pode ser experienciado como um momento de transição, e não apenas como começo ou fim; um tempo onde a aceleração das mudanças, que absorve as experiências, passa a compor os pontos comuns argumentativos da história mais recente.⁶⁷⁵

Assim, é pertinente determo-nos em alguns conceitos que eram presentes no vocabulário de meados do século XVIII e início do XIX, e que são relevantes do ponto de vista social e político por conterem em si aspectos da sociedade e de sua ação política⁶⁷⁶. Os conceitos são portadores de informações que nos dizem muito a respeito do tempo histórico no qual a sociedade paulista, aqui analisada, estava inserida. Pois,

⁶⁷² R. Koselleck, *Futuro passado...*, cit., p. 278.

⁶⁷³ Ibidem, p. 284.

⁶⁷⁴ R. Koselleck, *Futuro passado...*, cit., 287.

⁶⁷⁵ Ibidem, p. 289.

⁶⁷⁶ R. Koselleck, *Futuro passado...*, cit., p. 103.

através da linguagem apreendida pelos conceitos (é através da mediação da linguagem que as experiências são adquiridas e os acontecimentos históricos são transmitidos⁶⁷⁷), pode-se avaliar o espaço da experiência e, também, da expectativa em meio social. Como vimos, a capitania politicamente estava vibrando em ritmo acelerado, e com a chegada da Corte, torna-se inevitavelmente mais rápida diante de um horizonte de expectativa que se coloca a expandir cada vez mais.

Ao longo do século XVIII, observa-se no mundo ocidental um movimento em direção a um novo conceito de história, aquele que se refere à história *em si*, a história sem um objeto a ela coordenado ou um sujeito a ela atrelado primordialmente.⁶⁷⁸ Sobretudo após 1750 os indícios de uma nova temporalidade tornam-se mais latentes. O tempo passa a ter uma qualidade histórica, onde passado e futuro se distanciam cada vez mais e se realinham um ao outro de forma alternada e contínua, e é no hiato subsequente a este movimento que conforma-se algo determinado como tempo histórico⁶⁷⁹, o tempo criado socialmente como forma de racionalização a respeito das experiências e singularidades vividas no tempo presente.

A história feita no ocidente, e que situava-se no centro das mudanças ocorridas no século XVIII, era a história baseada em sequências cronológicas, que possuía um viés pedagógico e moralizante, tendo como ponto de partida o presente ou passado mais recente, sem distinção muito clara quanto as épocas. Esta história era regida pela ideia de se contar várias histórias, mas não várias interpretações destas tendo em mente uma verdade histórica, no sentido de união destas várias histórias em uma única história. Ao mesmo tempo surge dois sentidos para a história, um entendido como a história *do que aconteceu*, e outro como a história *narrativa do que aconteceu*.

Antes de 1789, quando do início da Revolução Francesa, encontrava-se vigente o princípio da repetição dos eventos que não conferia singularidade a estes, bem como uma constante das premissas e pressupostos que poderiam ser aplicados no futuro, já

⁶⁷⁷ R. Koselleck, *Futuro passado...*, cit. Koselleck, adverte que apesar da dependência que os elementos extralinguísticos dos acontecimentos, passando pelas instituições, até os modos de comportamento, têm da mediação da linguagem, não são totalmente restritos a ela. Pois, as “estruturas pré-linguísticas e a comunicação linguística, graças à qual os acontecimentos existem, permanecem entrelaçados, embora jamais coincidam inteiramente” (p. 267).

⁶⁷⁸ Ibidem.

⁶⁷⁹ R. Koselleck, *Futuro passado...*, cit. ., p. 16. Também do mesmo autor, *Historias de Conceptos...*, cit., p. 105-106.

que o passado se repetia no presente e era feito de exemplos⁶⁸⁰. Era uma concepção cíclica da história que permitia que o entendimento do futuro pudesse ser buscado no passado, local onde situava-se os exemplos para compreensão da história. Conjuntamente a *exemplaridade* da história, pairavam as expectativas do Juízo Final para o universo cristão, com a consequente extinção do mundo físico e a chegada da eternidade — onde o tempo se dissiparia por não haver mais sucessão de instantes, tudo seria um eterno hoje, uma vez que, nas palavras de Santo Agostinho a “eternidade [é] perpetuamente imutável”⁶⁸¹. Por conseguinte, colocava-se constantemente à história um teto, onde o horizonte de expectativa não se alargava, sendo um período em que nada de relativamente novo poderia suceder até a chegada do tempo da eternidade, mas que não descartava expectativas de acelerações que foram de fato materializadas como força transformadora da realidade apenas no século XVIII com o avanço do mundo técnico, antes disso tinha-se a aceleração como intenção de abreviar os tempos em direção ao seu fim⁶⁸², ou em momentos específicos anteriores ao século XVIII que foram acelerados, mas que não resultaram em um novo conceito de história, e também, não foram atrelados a esses momentos uma aceleração dos tempos progressiva.⁶⁸³ A aceleração, de toda forma, não é sinônimo de *modernidade*, pois antes do avanço tecnológico homens e mulheres vivenciavam acelerações e/ou momentos acelerados em um mundo em transformação que nem sempre era moderno.

A predominância da história tida como *mestra da vida* começava a decrescer, e passava a conviver com a noção da singularidade dos eventos (que no século XIX terá seu triunfo no que se chamou de “historicismo” na França e na Alemanha); com a diferenciação entre passado, presente, futuro; com a noção de *aceleração* relacionada ao sentimento de esperança e de um futuro desejado e que portando deveria ser acelerado; com a noção de aceleração progressiva dos tempos, até se alcançar o conceito de história, indicado por Reinhart Koselleck como marcado por um tempo sempre inédito,

⁶⁸⁰ R. Koselleck, *Futuro passado...*, cit.

⁶⁸¹ Santo Agostinho, *Confissões...*, cit., p. 142 e 243.

⁶⁸² R. Koselleck, *Futuro passado...*, cit., p. 24. Também do mesmo autor, *Historia de Conceptos*. Estudio sobre semántica y pragmáticas del lenguaje político y social. Madrid: Editorial Trotta, 2012, p. 100-101, e *Estratos do Tempo...*, cit., sobretudo parte I. Koselleck atribui a história da cristandade uma história de esperança por conta da contínua expectativa da volta do Cristo, uma história que aguarda sempre sua conclusão com os olhos voltados permanentemente no futuro.

⁶⁸³ Guillermo Padilla Zermeño, “Modernidad, revolución e historiografía. Hacia una historia del concepto *modernidad*”. In: _____. *La cultura moderna de la historia: una aproximación teórica e historiográfica*. México: El Colegio de México, Centro de Estudios Históricos, 2004, 2002, cap. 2/ 2.1, p., 41-55.

onde o futuro aparenta ser cada vez mais desafiador, onde a narrativa histórica se torna ciência e passa a reflexionar a respeito de si mesma⁶⁸⁴.

Neste período de mudanças importantes no ocidente muitos intelectuais na Europa e na América estavam produzindo obras acerca do passado e da história em meio aos ventos que apontavam para o surgimento de algo novo em relação a forma do fazer histórico. Na passagem do século XVII para o XVIII no continente europeu há a consolidação do método crítico de pesquisa em meio às academias e sociedades de eruditos⁶⁸⁵. Tal prática fomentou o abandono progressivo da reconstrução do passado pelas formas tradicionais de escrita, de memória e de tradição oral⁶⁸⁶, liberou o futuro de permanecer retrospectivamente ligado ao passado por conta do desejo de perpetuar a tradição, e contribuiu para a categorização do espaço de experiência e horizonte de expectativa⁶⁸⁷. A separação epistemológica entre ciência e história, história narrativa e história factual, e o surgimento do historicismo, que não representou uma ruptura definitiva “com a representação decorosa da verdade”⁶⁸⁸, se fazia presente no ambiente intelectual de Portugal e de sua colônia americana. Em 1720 é fundada a *Academia Real de História Portuguesa* a qual, segundo Iris Kantor, representa uma novidade no âmbito das academias europeias por se tratar de uma agremiação exclusiva de história⁶⁸⁹. Nesta

⁶⁸⁴ R. Koselleck, *Futuro passado...*, cit. Koselleck inscreve este novo conceito de história dentro da concepção de tempo advinda pós 1780 e concretizada durante o século XIX. Este novo conceito de tempo associa-se também aos novos conceitos de revolução e progresso. Javier Fernández Sebastián denomina essa passagem do século XVIII para o XIX como um “um novo tempo de mudanças aceleradas”, sobretudo, na esfera política. Em seus estudos relacionados ao mundo hispânico durante este momento, Javier Fernández mostra os esforços que as elites políticas faziam para compreender este período não usual de aceleração constante que resultava nos agentes da época em esperança, ou pânico, ou preocupação, ou mesmo indiferença. J. Fernández Sebastián, “‘Riding the Devil’s Steed’. Politics and Historical Acceleration in the Age of Revolutions”. In: ____ (Ed.), *Political Concepts and Time*. New Approaches to Conceptual History. Santander: Cantabria University Press/McGraw-Hill Interamericana de España, D.L. 2011, p. 369-411.

⁶⁸⁵ I. Kantor, *Esquecidos e Renascidos*. Historiografia Acadêmica Luso-Americana (1724-1759). São Paulo: Hucitec; Salvador, BA: Centros de Estudos Baianos/UFBA, 2004, p. 23.

⁶⁸⁶ R. Koselleck, *Futuro passado...*, cit., p. 174.

⁶⁸⁷ François Dosse, “Reinhart Koselleck entre semântica histórica y hermenéutica crítica”. In: Christian Delacroix, François Dosse & Patrick Garci (Dirs.), *Historicidades*. Buenos Aires: Waldhuter Editores, 2010, p. 136.

⁶⁸⁸ Taíse Tatiana Quadros da Silva, *Maquinações da Razão Discreta: Operação Historiográfica e Experiência do Tempo na Classe de Literatura Portuguesa da Academia Real das Ciências de Lisboa (1779-1814)*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2013 (Tese de Doutorado), p. 72,.

⁶⁸⁹ I. Kantor, *Esquecidos e Renascidos...*, cit., p. 44. Kantor destaca que haviam outras academias particulares e estatais que se dedicavam à história, mas não restritamente à ela. Estavam incluso nos interesses acadêmicos a literatura, teologia, questões jurídicas, dentre outros, daí o ineditismo quanto à Academia Real de História Portuguesa. A despeito da novidade portuguesa, a História como disciplina independente não encontrava-se institucionalizada em Portugal e nem nas mais importantes universidades europeias, mesmo sendo um dos domínios mais antigos do conhecimento humano.

academia criada por D. João V, o campo historiográfico torna-se um meio pelo qual a escrita da história pôde ser livremente executada e incorporada aos objetivos da academia⁶⁹⁰, que eram principalmente o de escrever uma história da Igreja em Portugal e das nobres famílias do reino, ou seja, da fé e da nobreza portuguesa. Nestes objetivos situam-se o desejo de centralização do poder em torno da figura do monarca, e uma diminuição da importância da imagem papal diante da imagem real⁶⁹¹. Simbolicamente, a Academia Real de História Portuguesa já demonstrava disposição, mesmo que timidamente, em diminuir a perspectiva profética e providencialista na história que se propunha a produzir de Portugal, o que ia de encontro a tendências vistas em meio aos movimentos acadêmicos em outras partes da Europa.

No século XVIII ocorre uma “individualização” das histórias sagradas e seculares, circulando entre os eruditos publicações que ensinavam a demarcar as diferenças, convergências e fronteiras entre ambas⁶⁹². Em Portugal, a separação entre a história canônica e a civil se dá com o projeto historiográfico de outra academia portuguesa estabelecida em 1779 em Lisboa, nomeada *Academia Real das Ciências de Lisboa*. Esta academia de ciências encontrava-se na esteira da renovação em torno da narrativa histórica que incorporou o jusracionalismo na segunda metade do século XVIII, e que afastou os fatos referentes a Igreja da história portuguesa possibilitando, assim, a secularização. A *Academia Real das Ciências* tinha como objeto, fruto de sua concepção vigente de história, as leis compostas pelos monarcas de Portugal. O intuito da produção que se fazia na academia lisboeta era suprimir eventos bíblicos e milagrosos da pesquisa histórica, o que acabou por circunscrever a temporalidade histórica ao período das monarquias e dos fatos legislativos que tivessem importância segundo a visão da época, além de suprimir referências a quaisquer fatos destituídos de comprovação por documentos, ou de origem documental duvidosa⁶⁹³. A prova, portanto, colocava-se naquele momento acima das questões de fé, e de maneira menos direta acima das tradicionais visões dos fatos.

⁶⁹⁰ T. Q. Silva, *Maquinações da Razão Discreta...*, cit., p. 54.

⁶⁹¹ T. Q. Silva, *Maquinações da Razão Discreta...*, cit., p. 119.

⁶⁹² I. Kantor, *Esquecidos e Renascidos...*, cit., p. 71.

⁶⁹³ T. Q. Silva, *Maquinações da Razão Discreta...*, cit., p. 120. Taís ressalta que mesmo em meio a secularização da narrativa histórica o catolicismo continuava sendo de extrema importância ao universo monárquico português, ou seja, havia a convivência entre a religião formal do Estado e o desejo de autoafirmação deste mesmo Estado como elemento temporal, não só providencialista, onde o soberano era a figura central detentor de toda autoridade possível.

O reformismo ilustrado português não estava, portanto, apartado do interesse referente à produção dos conteúdos históricos. Entre 1772 a 1820, a secularização propiciada por este movimento expandiu o significado da história, demonstrado nas reformas pombalinas através do desejo de escrever uma narrativa que conectasse diversos componentes da história portuguesa e produzisse interpretações que afirmassem o poder absoluto, e que tornassem compreensível o futuro pátrio que as reformas estavam fomentando⁶⁹⁴, um futuro que se distanciava das visões providencialistas e religiosas, mas que ao mesmo tempo se valia da institucionalização das práticas eruditas que acabavam sendo controladas pelo Estado. Como exemplo desta postura, pode-se citar a criação da Real Mesa Censória em Abril de 1768, que substituiu a Inquisição na fiscalização e seleção dos livros que seriam publicados em Portugal e suas possessões⁶⁹⁵, e atuava como um tribunal régio que estendia seu poder em torno da promoção do conhecimento.

Com a chegada de D. Maria I ao trono (1777) há continuidade no projeto reformista relacionado à divulgação da produção historiográfica, contudo, reconfigurado para o estímulo da economia e das reformas administrativas de seu reinado, onde o passado deveria ser conhecido como chave para o encaminhamento das remodelações marianas, o que desembocaria em uma maior integração junto ao reformismo ilustrado apoiado nos desdobramentos do processo de reforma do governo anterior⁶⁹⁶. Pombal preocupava-se com a centralização do poder, donde o empenho em controlar as interpretações das fontes históricas, enquanto D. Maria I interessava-se em manter equilibrado o poder entre monarquia e os estamentos da sociedade, o que não impediu que em seu reinado houvesse condutas voltadas ao controle da produção histórica específica⁶⁹⁷. Tanto no período de D. José I, no qual Sebastião de Carvalho Melo era o primeiro-ministro, quanto no reinado de Maria I, soberania e legitimidade política eram pontos cruciais, mesmo quando D. Maria I restituiu as relações entre Estado e Santa Sé,

⁶⁹⁴ T. Q. Silva, *Maquinações da Razão Discreta...*, cit.

⁶⁹⁵ Tal organização foi extinta em 1794 por D. Maria I e em seu lugar foi criada a *Direção Geral dos Estudos*, uma tentativa de contraponto a política pombalina. A. Cloquet da Silva, *Inventando a Nação...*, cit., p. 75.

⁶⁹⁶ F. A. Novais, *Portugal e Brasil...*, cit., p. 224. Quanto a isto, Fernando Novais, não atribui à *viradeira* importância efetiva. Entende que a virada do momento é em direção a uma maior abertura ao pensamento ilustrado, e não uma negação ao “consulado pombalino”. Para Novais, a *Academia Real das Ciências de Lisboa* representa por excelência a assimilação e adequação dos influxos da Ilustração europeia em Portugal, e todo um movimento intelectual é estimulado direta ou indiretamente por ela.

⁶⁹⁷ T. Q. Silva, *Maquinações da Razão Discreta...*, cit.; A.R.C. da Silva, *Inventando a Nação...*, cit.

reatribuindo a esta o papel de censora, o viés estatizante regalista da época do Marquês de Pombal continuou se fazendo presente em seu reinado⁶⁹⁸.

A dialética entre *tradição* e *modernidade* era, segundo Ana Rosa Cloclet, o que dava o tom ao reformismo ilustrado português⁶⁹⁹, o que corrobora com a multiplicidade de tempos existentes: no plano político, continuidades e rupturas se reconfiguram diante das condições de possibilidade do momento. Os tempos da história são compostos por vários estratos que remetem um ao outro, mas não necessariamente sujeitos uns aos outros no sentido de dependerem do movimento do todo para que haja ação em um destes estratos⁷⁰⁰. O desejo de manter as tradições e ao mesmo tempo incluir novas formas de pensar a história durante o período do reformismo português, exprime que não apenas as singularidades e os fatos em suas unicidades são os que produzem mudanças, mas estruturas de maior extensão que parecem estáticas, também mudam⁷⁰¹. Os diferentes ritmos encontrados em mudanças e continuidades, acelerações e atrasos, exprimem a complexidade temporal do século XVIII em Portugal e na América portuguesa, mais precisamente na narrativa histórica produzida em ambos os espaços, pois na dialética entre *modernidade* e *tradição* torna-se visível que a singularidade — cada obra, cada narrativa, cada autor — repousa sobre estruturas de repetição⁷⁰².

Na esfera das academias supracitadas, a América portuguesa teve papel importante. Os intelectuais participantes das agremiações em Portugal tinham interesse na escrita da história eclesiástica e secular do ultramar e para tanto passaram a acessar documentos advindos de partes muito variadas das colônias portuguesas. Os visitantes eclesiásticos e magistrados ultramarinos eram os principais coletores em meio ao fluxo de dados entre reino e possessões americanas, estabelecendo vias de conexão das partes do Império e encadeando informações⁷⁰³. As ordens religiosas estabelecidas desde fins do século XVI na América portuguesa eram agentes importantes de coleta e produção

⁶⁹⁸ Ibidem, p. 26-31.

⁶⁹⁹ A. Cloclet da Silva, *Inventando a Nação...*, cit., p. 24.

⁷⁰⁰ R. Koselleck, *Los estratos del tiempo...*, cit., p. 36.

⁷⁰¹ Ibidem, p. 38.

⁷⁰² Taíse Quadros da Silva reafirma o que Ana Cloclet da Silva nomeia como dialética. Para Taíse Quadros a especificidade da historiografia portuguesa, durante o século XVIII, reside na manutenção dos valores da aristocracia somados as novas concepções científicas que resultam em uma mudança significativa na percepção da história, e sobre a forma de empreender o seu estudo. Segundo a autora tal fato conjuntamente a uma mudança de percepção sobre o tempo, é visível, principalmente, nas publicações da *Real Academia de Lisboa* e no discurso de seus participantes. T. Q. Silva, *Maquinações da Razão Discreta...*, cit.

⁷⁰³ I. Kantor, *Esquecidos e Renascidos...*, cit., p. 64, 143, 145.

de dados, graças a seu trânsito pelos territórios e que envolvia visitas a seminários, colégios, missões e aldeias, dentre outras funções; consequentemente, deixavam material escrito a respeito desta circulação em tantos meios que porventura serviriam de documentação histórica⁷⁰⁴. Assim, alguns eruditos da América portuguesa estabeleceram intercâmbios com a *Academia Real de História Portuguesa*, o que conforme Iris Kantor, dá início ao esboço de uma rede internacional de trocas intelectuais, alargando fronteiras culturais, concomitantemente a fixação das fronteiras políticas nos territórios da Conquista⁷⁰⁵.

A vontade dos colonos em escrever uma história da América Portuguesa, aliada a essas trocas culturais, propicia a criação também na América de academias eruditas do tipo das existentes na Europa. Na Bahia é criada em 1724 a *Academia Brasílica dos Esquecidos*, com curta duração (suas atividades não passaram de 1725), porém com o posto de “primeira academia com vocação historiográfica das Américas”⁷⁰⁶. Seus membros eram em sua maioria nascidos na América portuguesa, tendo em seu rol alguns que cursaram a Universidade de Coimbra, embora a maior parte tenha recebido instrução primária no colégio dos jesuítas da Bahia na cidade de Salvador. Alguns eram membros supranumerários da *Academia Real de História Portuguesa*, como Sebastião da Rocha Pita, autor de panegíricos, do *Tratado Político* de 1715, o qual foi exposto nas audiências da academia baiana, mostrando que havia interesse em uma parcela dos colonos em questões geopolíticas internacionais e imperiais. Após o fim das atividades da academia baiana, Rocha Pita publicou em 1730, *História da América Portuguesa*, um marco na historiografia setecentista a respeito do passado colonial. Obra que influenciou toda a historiografia que veio depois, inclusive a nacional brasileira. Nas palavras de João Paulo Garrido, a obra de Rocha Pitta de 1730 contribuiu “para que, já no século XVIII, os contornos de um campo autônomo do saber se vislumbraassem no seio da literatura em geral”⁷⁰⁷. Os *Esquecidos*, formam-se pensando em uma maior aproximação entre os vassalos da colônia e seu monarca, o que traria maior visibilidade

⁷⁰⁴ Iris Kantor, inclusive, alega que as ordens regulares americanas (beneditinos, franciscanos, carmelitas e jesuítas) poderiam reivindicar no século XVIII um *lugar historiográfico* na gesta da colonização por reunirem um patrimônio material e imaterial muito vasto. Ibidem, p. 147.

⁷⁰⁵ I. Kantor, *Esquecidos e Renascidos...*, cit., p. 64.

⁷⁰⁶ Ibidem, p. 94.

⁷⁰⁷ J. P. Pimenta, “Literatura e condição colonial na América portuguesa (século XVIII)”. In: J. R. Fragoso & M. F. Gouvêa (Orgs.), *O Brasil Colonial*. 1.^a ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017, v.3, p. 506 (versão eletrônica).

das elites coloniais entre a corte em Lisboa, na medida em que estas elites buscavam inclusão como bons servidores da coroa, e assim poderiam receber mercês régias. Tais aspirações moviam o comportamento dos participantes da academia “de tal maneira que a escrita da história podia ser transformada em moeda de barganha no jogo político entre os colonos e os poderes centrais”.⁷⁰⁸

Após o término das reuniões dos *Esquecidos*, tiveram lugar outras academias consideradas como permanentes (com sede, mesmo que provisória, presidente, secretário e censores)⁷⁰⁹ em território ultramarino, e merece destaque o surgimento de outra academia em Salvador em 1759. A *Academia dos Renascidos* foi criada no interior do reformismo pombalino com a chegada de José Mascarenhas Pacheco Pereira Coelho de Melo, enviado pelo futuro Marquês de Pombal à América portuguesa em 1758, para cuidar dos negócios referentes à expulsão dos jesuítas na conjuntura das animosidades entre o ministro real e os inicianos⁷¹⁰. Os *Renascidos* representariam formação intelectual alternativa aos seminários jesuíticos, o que garantiria ao governo pombalino a transmissão de padrões culturais, informativos e tecnológicos⁷¹¹. A expulsão dos jesuítas do Império Português (1759) provocou uma crise de governabilidade devido ao fato da Companhia de Jesus ter importância indispensável não apenas na formação intelectual da elite luso-americana⁷¹², mas também na institucionalização do conhecimento do território brasílico e de seus habitantes. Com isso, a criação da *Academia dos Renascidos* tornava-se um canal de afirmação das políticas pombalinas, uma vez que seus membros eram da elite dirigente e econômica, sendo alguns integrantes da antiga academia dos *Esquecidos*— atestado de continuidade nos interesses históricos entre as agremiações, posto que os *Renascidos* realmente tinham um programa estabelecido de escrita da história brasílica em um momento de redefinição da soberania territorial⁷¹³.

⁷⁰⁸ I. Kantor, *Esquecidos e Renascidos...*, cit., p. 98. O próprio nome da academia dos *Esquecidos* já contém uma ironia quanto ao desejo de inclusão dos colonos eruditos ao orbe literário metropolitano.

⁷⁰⁹ José Aderaldo Castello, *A Literatura Brasileira: Origens e Unidade (1500-1960)*. São Paulo: EdUSP, 2004, p. 93.

⁷¹⁰ José Mascarenhas Pacheco Pereira Coelho de Melo fazia parte de uma comissão especial enviada à América portuguesa por Sebastião José de Carvalho e Melo.

⁷¹¹ J. A. Castello, *A Literatura Brasileira...*, cit., p. 119.

⁷¹² Ibidem, p. 118. A livraria dos jesuítas na Bahia era muito provavelmente o acervo mais importante da América portuguesa em meados do século XVIII.

⁷¹³ I. Kantor, *Esquecidos e Renascidos...*, cit., p. 102.

A agenda da agremiação dos *Renascidos* retomava o antigo interesse em reconhecimento de vassalos beneméritos pelos doutos serviços prestados ao Monarca tal qual os *Esquecidos*. As ideias dos intelectuais *Renascidos* perpassavam pelo desejo de instalar um centro de formação intelectual e pela divisão do território em partes distintas das oficiais — tendo em vista o desejo de pensar o espaço americano como unidade geopolítica e econômica. Tal desejo abria uma brecha para a expressão dos interesses locais frente aos do reino, de forma a dar oportunidade à autonomização intelectual e política das elites locais. Os *Renascidos* também se importavam com uma escrita da história universal da América portuguesa, o que asseguraria as memórias dos antigos vassalos, e também traria à baila reivindicações quanto às regularizações das posses de sesmarias e sedimentações das linhagens familiares mais antigas. Os interesses nos antigos vassalos foram estimulados pelas deliberações pombalinas a partir de 1766 a respeito das leis de herança, sucessão, morgados, que moveram as famílias mais antigas a comprovarem suas propriedades e manutenção de seus privilégios estamentais.

Os estudos do comércio colonial faziam parte da agenda da academia dos *Renascidos* em um estágio onde o reformismo empenhava-se em diversificar e regionalizar a economia colonial, o que veio a criar expectativas de ascensão social dos grupos mercantis luso-americanos da mesma maneira que criou integração e/ou maior expressão nas redes mercantis metropolitanas⁷¹⁴. Com isso a produção de memórias genealógicas, nobiliárquicas e, comerciais, tais como dissertações e tratados, foi estimulada neste período em decorrência das reformas econômicas fomentadas tanto por D. José I quanto por seu filha D. Maria I, e podem ser vistas como tradução dos interesses de uma parte da população luso-americana, que englobava desde as famílias mais antigas na América até os comerciantes e negociantes que buscavam na narrativa do passado, distinção hierárquica.

Na Capitania de São Paulo não se tem notícias de associações literárias nos moldes das academias europeias ou mesmo baianas no período desta investigação; entretanto, há o registro de pelo menos duas academias classificadas como ocasionais — que correspondiam a um ato com programa específico e que poderia durar um dia ou semanas, sendo que nessas ocasiões convidava-se intelectuais de centros urbanos para a realização de uma sessão que correspondia às sessões das agremiações acadêmicas

⁷¹⁴ I. Kantor, *Esquecidos e Renascidos...*, cit., particularmente capítulo 2: “Academias Brasília: elites intelectuais e práticas corporativas”, p. 89-165.

permanentes⁷¹⁵. A primeira deu-se em razão da festa de Sant'Anna em agosto de 1770 na cidade de São Paulo, e cujos sermões, textos e poemas produzidos para o festejo foram reunidos sob o título de *Academia dos Felizes*. O título foi escolhido, conforme Alfredo Bosi, em referência a agremiação de mesmo nome que existiu no Rio de Janeiro entre 1736-1740⁷¹⁶. A segunda ocorreu em 1791 em homenagem ao então capitão general da capitania paulista, Bernardo José de Lorena, quando uma sessão foi promovida pela câmara da Cidade de São Paulo e, ao contrário da primeira, não contou com uma maioria de clérigos, que eram os que tinham maior acesso à cultura letrada⁷¹⁷.

Apesar de não haver academias formalmente constituídas na capitania paulista ao longo do século XVIII, sabe-se que a rede de sociabilidade produzida por grupos a elas associados tanto no reino quanto na América portuguesa tinha alcance significativo, e chegou a agregar eruditos paulistas tais como Frei Gaspar da Madre de Deus, eleito em 1759 membro supranumerário⁷¹⁸ dos *Renascidos* quando estava no Rio de Janeiro como definidor-geral no mosteiro dessa cidade⁷¹⁹. Frei Gaspar indicou para o rol de inscritos da mesma academia seu primo, também paulista, Pedro de Almeida Taques. Ambos correspondiam-se com outros intelectuais na Colônia, como por exemplo o advogado e poeta Cláudio Manoel da Costa, e em Portugal, onde Pedro Taques esteve em 1755 e encontrou-se em Lisboa com Diogo Barbosa Machado (membro da *Academia Real de História Portuguesa*) e com outros que participavam desta vivência erudita literária⁷²⁰. Os dois paulistas compuseram obras importantes a respeito da Capitania de São Paulo e que se inserem no contexto da produção historiográfica do século XVIII, onde os colonos estavam interessados em escrever uma história (ou várias histórias, de acordo com o sentido plural de história ainda vigente) da América portuguesa através da construção de um olhar retrospectivo sobre o processo colonial⁷²¹. É neste momento que, em diversas partes do mundo colonial, está se esboçando “uma

⁷¹⁵ J. A. Castello, *A Literatura Brasileira...*, cit., p.92.

⁷¹⁶ Alfredo Bosi, *História Concisa da Literatura Brasileira*. 43ª Ed. São Paulo: Cultrix, 2006, p. 51. Ver também Antônio Cândido, *Formação da Literatura Brasileira*. Momentos decisivos (1750-1836). 9.ª Ed. Belo Horizonte-Rio de Janeiro: Editora Itatiaia Ltd., 2000, v.1.

⁷¹⁷ Marisa Saenz Leme, “Vivências culturais paulistas na Ilustração Luso-brasileira”. *História*, v.31, n.1, Franca-SP, jan/jun., 2012, p. 250-251. Acesso: <http://www.scielo.br/pdf/his/v31n1/a12v31n1.pdf>

⁷¹⁸ Supranumerário eram os membros que não residiam na mesma cidade onde encontrava-se a academia em questão.

⁷¹⁹ I. Kantor, *Esquecidos e Renascidos...*, cit., p. 146.

⁷²⁰ M. S. Leme, “Vivências culturais paulistas...”, cit., p. 254 e I. Kantor, *Esquecidos e Renascidos...*, cit., p. 146.

⁷²¹ I. Kantor, *Esquecidos e Renascidos...*, cit., p. 15 e p. 144.

unificação segundo a lógica de uma identidade americana, mais abrangente que as identidades regionais, mas, em geral, perfeitamente localizada na identidade portuguesa”⁷²². O crescente interesse pelo passado político e instrumental levou à produção de obras de caracteres variados, desde historiográficos até ficcionais e poéticos, que em conjunto não representavam apenas diversas histórias do decorrer da colonização portuguesa em terras americanas, mas sim eram mostras “de formulações que tendiam a lidar com a ideia de unidade do continente”⁷²³. Essas manifestações intelectuais acabaram por ganhar sentido por meio do crescimento e politização de identidades coletivas, junto ao interesse por visões e narrativas do passado no qual componentes específicos colaborassem para a produção de uma história luso-americana⁷²⁴. São exemplos de obras de caráter historiográficos: *Desagravos do Brasil e glórias e Pernambuco* (1757) de autoria de Frei Domingos do Loreto Couto, e *Novo orbe seráfico e brasílico* (1761) de autoria de Frei Antonio de Santa Maria Jaboatão. Podemos citar as obras ficcionais, *Etíope resgatado, empenhado, sustentado, corrigido, instruído e libertado* (1758) escrito pelo jesuíta Manuel Ribeiro Rocha, e *Viola de Lereno* (1798) de Domingos Caldas Barbosa. As poéticas, temos como exemplo as famosas obras: *O Uruguay* (1769) de José Basílio da Gama; *Obras poéticas* (1768) e *Vila Rica* (1773) ambas de Cláudio Manuel da Costa; *Caramuro* (1781) de autoria de Santa Rita Durão.⁷²⁵

Nesse movimento de formulação de proposições quanto ao pretérito e consequente escrita de uma história, podemos subtrair elementos para o entendimento de como aquela sociedade pensava e se comportava, pois, “as letras coloniais transformam e encenam matérias do seu referencial, os discursos do seu presente, aplicando preceitos técnicos retoricamente determinados”⁷²⁶. Na Capitania de São Paulo na segunda metade do século XVIII, a relação com seu próprio passado encontra-se em

⁷²² J. P. Pimenta, “Pasado y Futuro en la Construcción de una ‘Historia de Brasil’ en el siglo XVIII”. *Procesos- Revista Ecuatoriana de Historia*, Quito, n. 37, ene/jun., 2013, p.88-89. Acesso: <http://revistaprocesos.ec/ojs/index.php/ojs/article/view/20/47>

⁷²³ J. P. Pimenta, “Pasado y Futuro...”, cit., p. 88.

⁷²⁴ Pimenta adverte que, independentemente do século XVIII lusoamericano ter elaborado premissas que representavam um passado comum em torno de uma coesão histórica, tal fato encontrava-se distante de prever a ruptura revolucionária do XIX, senão estavam tipificando “uma dimensão importante da história da colonização da época”. “Pasado y Futuro...”, cit., p. 89.

⁷²⁵ Para mais exemplos de títulos de obras da época ver: J. P. Pimenta, “Literatura e condição colonial...”, cit.; I. Kantor, *Esquecidos e Renascidos...*, cit.

⁷²⁶ J. A. Hansen, “Para uma história dos conceitos das letras coloniais luso-brasileiras dos séculos XVI, XVII e XVIII”. In: João Feres Júnior & Marcelo Jasmim (Orgs.), *História dos Conceitos: diálogos transatlânticos*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio/Ed. Loyola/IUPERJ, 2007, p. 254.

construção, apoiado em questões próprias do local, no entanto, estabelecidas no âmbito maior da construção de relatos a respeito das atividades coloniais portuguesas em terras americanas. Dessa maneira, o desejo de apropriar-se de seu próprio passado, elaborando-o e projetando-o para o futuro, é latente em território paulista. Acompanhando a dinâmica de produções a respeito do interesse generalizado pela história que há na segunda metade do século XVIII⁷²⁷, têm-se na capitania de São Paulo obras que permitem vislumbrar a dinâmica de identidades coletivas e a produção historiográfica, e também, por intermédio de conceitos presentes em tais trabalhos, pode-se sublinhar e compreender experiências e vivências do tempo histórico em uma dimensão fundamentalmente intelectual, distinta, portanto, das até aqui analisadas nos capítulos anteriores. Destacamos, para tanto, três autores: Frei Gaspar da Madre de Deus, Pedro de Almeida Taques (ambos mencionados anteriormente) e Marcelino Pereira Cleto.

Frei Gaspar da Madre de Deus publicou sua obra, *Memórias para a História da Capitania de São Vicente* em 1797, três anos antes de falecer em Santos no mosteiro de Monserrate. Frei Gaspar nasceu em 1715 na freguesia de Santos, em uma fazenda nomeada de Sant'Ana, tendo sido batizado de Gaspar Teixeira de Azevedo⁷²⁸. Membro de uma família antiga da capitania de São Paulo e que possuía propriedades consideráveis, alguns de seus parentes, incluindo irmãos e irmãs, ocupavam cargos relevantes entre os cleros seculares e regulares, como por exemplo seu tio-avô, João Batista da Cruz, que em 1720 era o Abade Provincial do Brasil⁷²⁹. Na Bahia, tomou o hábito beneditino em 1732 — momento em que recebe o nome monástico — passando em seguida ao mosteiro do Rio de Janeiro. De lá partiu para a Corte, onde deteve-se por algum tempo, voltando novamente ao Rio de Janeiro em 1743⁷³⁰. Foi indicado abade de São Paulo no ano de 1752, cargo de alta graduação entre a ordem beneditina, mas por recusar-se a sair do Rio de Janeiro, declinou da indicação. Affonso de Taunay atribuiu essa recusa à suposta vontade de Frei Gaspar de querer manter-se no Rio por viver entre arquivos e cartórios existente naquela cidade, já que era um pesquisador⁷³¹; há também

⁷²⁷ I. Kantor, *Esquecidos e Renascidos...*, cit., p. 27.

⁷²⁸ A. de Taunay, “Súmula Biográfica”. In: Frei Gaspar da Madre de Deus, *Memórias para a História da Capitania de São Vicente*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1975, p.7.

⁷²⁹ Rodrigo da Silva, *Sobre taipas e textos: um estudo sobre as narrativas a respeito da cidade de São Paulo (1722 e 1753)*. São Paulo: FFLCH/USP, 2009 (Dissertação de Mestrado), p. 36.

⁷³⁰ M. S. Leme, “Vivências culturais paulistas...”, cit., p. 253.

⁷³¹ A. Taunay, “Súmula Biográfica”, cit., p. 10. 36

que se considerar que o Rio de Janeiro, juntamente com localidades em Pernambuco e Bahia, articulava-se com a *Academia Real de História*, sendo assim um espaço propenso a sociabilidade política e intelectual⁷³², logo profícuo aos homens de letras e estudiosos da época. Vale ressaltar que Frei Gaspar da Madre de Deus circulou por parte da América Portuguesa como visitador, mestre de noviços, abade dos conventos de Salvador, Rio de Janeiro e São Paulo⁷³³, ademais de ter estudado em Portugal, fato que o fez conhecido na vida acadêmica da corte⁷³⁴. Foi eleito cronista mor da ordem de São Bento na América portuguesa em 1774, reelegendo-se ininterruptamente até 1798, pouco antes de falecer em janeiro de 1800.

A composição de memórias históricas — gênero pelo qual Frei Gaspar optou para adentrar no passado da capitania de São Paulo — era um trabalho considerado anterior à escrita da história em si, “uma pré-condição para a elaboração de uma história verosímil”⁷³⁵. O método crítico empregado no decorrer do século XVIII possibilitava a separação entre o que era uma verdade considerada histórica e uma verdade tida como revelada. Esta divisão era, em boa medida, viável por conta dos novos procedimentos de autenticação documental que tiveram como resultado o apartar entre história e ficção. As memórias tinham na sua essência a compilação documental ou, em alguns casos, resumos de informações. O trabalho investigativo que integrava as memórias era posto à prova, e “por meio da validação dos resultados obtidos (...) fazia-se a passagem da glosa à crítica”⁷³⁶, sempre tendo em mente a busca pelo que era uma verdade histórica. Embora houvesse o crescimento gradual de novas concepções científicas, que acabaram por ocasionar mudanças importantes na compreensão sobre a história e nos procedimentos para realização de seu estudo⁷³⁷, as visões que se tinha a respeito do escopo documental e do que poderia ser considerado verídico eram ainda, muitas vezes, fiado em tradições repassadas entre gerações por meio de lembranças comuns, como veremos mais adiante. A história que as memórias apresentavam, eram verdades históricas e para tanto não poderia pairar sobre as memórias “mais nenhuma controvérsia ou desentendimentos, isto é, quando seus conteúdos específicos já foram

⁷³² M. S. Leme, “Vivências culturais paulistas...”, cit., p. 253.

⁷³³ I. Kantor, *Esquecidos e Renascidos...*, cit., p. 146.

⁷³⁴ A. Taunay, “Súmula Biográfica”..., cit.

⁷³⁵ I. Kantor, *Esquecidos e Renascidos...*, cit., p. 77.

⁷³⁶ I. Kantor, *Esquecidos e Renascidos...*, cit., p. 193.

⁷³⁷ T. Q. Silva, *Maquinações da Razão Discreta...*, cit.

disputados, em muitos casos pelas formas dissertativas”⁷³⁸ — modalidade que discutiremos ainda neste capítulo — e que encaixam-se perfeitamente na forma da escrita da história setecentista.

As *Memórias para a História da Capitania de São Vicente* vieram a público sob o selo da *Academia Real das Ciências de Lisboa*, mostra do profícuo alargamento das trocas intelectuais entre os espaços americanos coloniais e a sede europeia do reino português durante o século XVIII⁷³⁹. A obra é dividida em dois livros, reunidos em um único volume, sendo o primeiro a respeito da fundação da capitania de São Vicente, que engloba a fundação das vilas de Santos e de Nossa Senhora da Conceição de Itanhaém, assim como da cidade de São Paulo; o segundo, trata da fundação da capitania de Santo Amaro. Nas primeiras linhas de sua obra, Frei Gaspar apresenta ao seu leitor o motivo pelo qual escreveu a respeito da antiga capitania de São Vicente:

“(…) muito famigerada noutro tempo e agora tão desconhecida que nem o nome primitivo conserva para memória de sua antiga existência, foi maior entre as dez grandes Províncias em que El-Rei D. João III dividiu a *Nova Lusitânia* e também a primeira que se povoou, não obstante se satisfazerem alguns historiadores com a porem na classe das três mais antigas.”⁷⁴⁰

Percorrendo os dicionários portugueses do século XVIII e XIX a *memória* é definida, em 1728 por Bluteau, como “faculdade da alma na qual se conservão as espécies das coisas faladas, e por meio da qual nos lembramos do que vimos e ouvimos”. Um pouco mais adiante da longa definição dada por Raphael Bluteau, há uma citação de Platão que resume o que o dicionarista entendia por *memória*: “que serão os homens Divinos, se podera a memória guardar quanto podem os olhos ver e

⁷³⁸ Fernando Nicolazzi, “Entre ‘letras & armas’, a história como disputa. Considerações sobre a historiografia luso-brasileira no século XVIII”. *Almanack Braziliense*, São Paulo, n.11, maio, 2010, p. 51. Acesso: <https://www.revistas.usp.br/alb/article/download/11737/13512>

⁷³⁹ O historiador Rodrigo da Silva, em sua dissertação de mestrado, aloca Frei Gaspar como importante figura da ilustração luso-brasileira. Baseado nas ideias de Fernando Novais a respeito desta ilustração, Silva entende que Frei Gaspar produziu sua obra envolto nas “mudanças de procedimentos, tanto de pesquisa, quanto nos da escrita, da forma e do objetivo, sem desconsiderar, é claro, toda uma tradição de uma ‘ilustração eclesiástica’ que lhe fazia diverso de outros da ilustração luso-brasileira.”. In: *Sobre taipas e textos...*, cit., p. 39-40.

⁷⁴⁰ F. G. da Madre de Deus, *Memórias para a História...*, cit., p. 29. (Itálicos do autor)

ler”⁷⁴¹. Moraes Silva, em 1789, definiu *memória* como “a faculdade que a alma tem de lembrar-se das coisas que vieram ao seu conhecimento com advertência dessa circunstância”⁷⁴². No século XIX, Silva Pinto reitera que *memória* é “faculdade pela qual a alma se lembra das coisas que conhece”⁷⁴³. A *memória*, por definição dos três dicionaristas, é o poder da alma de guardar o que se viu ou ouviu, e trazer à luz mediante uma circunstância que faça a memória se lembrar de algo que está guardado. A obra de Frei Gaspar logo em seu título, *Memórias para a História*, indica que o autor tem a intenção de dar à história a “faculdade da alma” de armazenar o que foi dito a respeito da capitania de São Vicente. Juntando a isso a questão de que as memórias eram uma literatura baseada no método crítico e em trabalho investigativo, Frei Gaspar pretende reunir pesquisas e documentação para compor uma história verdadeira da capitania de São Vicente, do qual até a denominação “São Vicente” já estava no esquecimento. Ou seja, há muito que a sociedade não se lembrava mais do antigo nome da capitania, que naquele momento se chamava São Paulo, e por este motivo se fazia de suma importância reunir e guardar a história da capitania enquanto ainda havia lembranças sobre ela.

A capitania de São Vicente, segundo nos informa o frei beneditino, foi a maior na época de sua demarcação, a primeira a receber povoadores, e a mais famosa das partes da América. Seu fundador foi Martim Afonso de Souza (homem da nobreza e personagem conhecido na história de Portugal) e apenas por este fato já haveria motivos suficientes para se elaborar memórias a respeito de sua história. Ao longo do texto, o passado da capitania de São Vicente, posteriormente de São Paulo em 1710 após a compra por D. João V, é preenchido com cores nobres assim como eram seus fundadores e povoadores. Pode-se afirmar que em Portugal, a nobreza se dividia entre a natural, que se assentava na linhagem, e a civil ou política, que era adquirida por meio de mercês régias. Na América portuguesa, a maioria da nobreza era derivada do tipo civil e concedida devido aos serviços prestados à Coroa, à vista disso, “conceder a condição de nobre a alguém significava a nobilitação de plebeu pelos serviços ao

⁷⁴¹ R. Bluteau, *Vocabulario Portuguez...*, cit., v.5, p. 414. Acesso: <http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/1/mem%C3%B3ria>

⁷⁴² A. M. Silva, *Diccionario da lingua...*, cit., v.2, p. 286. Acesso: <http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/2/mem%C3%B3ria>

⁷⁴³ L. M. Silva Pinto, *Diccionario da Lingua Brasileira...*, cit., p. 89. Acesso: <http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/3/mem%C3%B3ria>

monarca”⁷⁴⁴. Nuno Gonçalo Monteiro, atesta que durante o século XVI em Portugal houve uma progressiva desqualificação da fidalguia, e emergência da categoria da *nobreza civil ou política*, a qual era adquirida através de funções que davam nobilitação, como vereador ou capitão de ordenanças, por exemplo. Este tipo de nobilitação, estava assegurada pela literatura jurídica portuguesa e na prática das instituições. Em consequência disto, “progressivamente, a gente que governava as câmaras foi sendo reputada nobre e mudando por isso o seu modo de vida (...), tal como o foi quem, simplesmente, vivia nobremente há várias gerações”⁷⁴⁵.

Em uma sociedade de Antigo Regime a nobilitação tinha sua importância para a manutenção da hierarquia social, de modo que Frei Gaspar não hesitou em assinalar a fidalguia⁷⁴⁶ dos antigos fundadores e demais povoadores que deram continuidade à empresa da colonização. Eram estes homens personificação do passado supostamente glorioso da capitania, do qual ainda era possível, na época de Frei Gaspar, farejar resquícios, pois “na Capitania de São Paulo podem muitos naturais dela mostrar a nobreza e fidalguia de seus (...) avós”⁷⁴⁷. Com isto a capitania é enobrecida mediante a visão de seu passado, que estava sendo elaborado em meados do século XVIII, circunscrito a lógica de complementaridade entre a Europa, sede da corte portuguesa, e as demais partes do Império. Narrar a história da capitania é narrar do mesmo modo parte da história portuguesa, aliás, tal concepção, conforme a historiadora Cristiane Camacho, foi “compreendida como necessária pela política reformista do Estado português, e implicava, necessariamente, uma diferenciação de perfis que se desdobraria no reconhecimento de autonomia da História do Brasil em relação à portuguesa” no século XIX.⁷⁴⁸ A literatura produzida na capitania no século XVIII era detentora da ciência da especificidade da colônia em relação ao restante do Império mediante a distinção entre metrópole e colônias, pois assim havia o fomento da complementaridade de funções que eram recíprocas. Nesta perspectiva é importante destacar que a produção

⁷⁴⁴ M. B. Nizza da Silva, *Ser nobre na Colônia*. São Paulo, Editora Unesp, 2005, p. 18.

⁷⁴⁵ N. G. Monteiro, “O Reino Quinhentista”. In: Rui Ramos (Coord.), *História de Portugal...*, cit., cap.2, p. 247-248.

⁷⁴⁶ A fidalguia era um título que poderia ser usado para designar genericamente a nobreza, no entanto, só o fidalgo era um nobre, mas nem todo nobre ascendia a fidalguia. No caso de Martim Afonso de Sousa, era este além de fidalgo, conselheiro do rei, o que o colocava acima de outros fidalgos. M. B. Nizza da Silva, *Ser nobre na Colônia...*, cit.

⁷⁴⁷ F. G. da Madre de Deus, *Memórias para a História...*, cit., p. 84. M. B. Nizza da Silva, *Ser nobre na Colônia...*, cit.

⁷⁴⁸ Cristiane Camacho dos Santos, *Escrevendo a História do Futuro: a leitura do passado no processo de Independência do Brasil*. São Paulo: FFLCH/USP, 2010 (Dissertação de Mestrado), p. 28.

literária da América portuguesa é uma literatura portuguesa que “carrega consigo a lógica geral de constituição do Império”⁷⁴⁹, podendo assim, ser pensada como letras especificamente coloniais.

Nas linhas compostas por Frei Gaspar da Madre de Deus, a construção da narrativa histórica encontra-se entremeada pela formação de um passado coletivo paulista encaixado na aspiração luso-americana de construção de um olhar em torno do passado colonial que, em conjunto, dava sentido a uma América portuguesa. Para que sua obra fosse composta, Frei Gaspar percorreu arquivos de São Paulo e das capitanias da Bahia e Rio de Janeiro⁷⁵⁰, debruçou-se sobre as *Atas da Câmara de São Paulo* e, arquivos beneditinos, e manteve-se atento às produções eruditas a respeito da América e da própria capitania, demonstrando o cuidado em dialogar e criticar algumas obras em seu texto, sendo as principais: a obra do jesuíta Simão de Vasconcelos, *Notícias curiosas, e necessárias das cousas do Brasil* (1668); *Novo orbe seráfico e brasílico* (1761) de Frei Antonio de Santa Maria Jaboatão (em alguns trechos Frei Gaspar se remete também ao *Preâmbulo digressivo* de Jaboatão); e a obra de Rocha Pitta, *História da América Portuguesa* (1730).

O gênero do tipo memórias impunha aos seus autores a busca pela suposta história verdadeira e, para este trabalho, era fundamental ter intimidade com a bibliografia que se tinha sobre o tema escolhido a ser desenvolvido na literatura memorialística. Frei Gaspar, vale-se das obras citadas, dentre outras, usando-as como fonte historiográfica no tocante a América portuguesa e São Vicente, e para confrontá-las com o que ele acredita ser a *verdade* histórica. *Verdade* é um conceito vigente para a escrita da história naquele momento, e sem dúvidas percorre toda a obra do frei beneditino que aqui contemplamos, não só a verdade é conceituada, mas o homem de São Paulo, o *paulista*, o que é *antigo* e o que é *moderno*, *lembrar*, *lembrança*, como veremos mais à frente.

Pedro Taques de Almeida Paes Leme era natural da cidade de São Paulo. Seu nascimento data de junho de 1714, e por ocasião do seu batismo foi apadrinhado pelo frei carmelita Luiz dos Anjos, o qual de acordo com Affonso de Taunay, era muito

⁷⁴⁹ J. P. Pimenta, “Literatura e condição colonial...”, cit., p. 494.

⁷⁵⁰ R. da Silva, *Sobre taipas e textos...*, cit., p. 38.

versado na arte genealógica⁷⁵¹, o que sugere que Pedro Taques, desde sua infância, estava familiarizado com esta qualidade de material, tendo confirmado sua predileção pelos saberes históricogenealógicos ao estudar com os jesuítas em São Paulo, especialmente sob influência do padre José Mascarenhas. Em 1737 torna-se sargento-mor do Regimento de Auxiliares das Minas de Paranapanema, um ano antes da morte de seu pai, Bartholomeu Paes, um dos descobridores das minas de Goiás e que em vida teve negada as mercês que lhe cabiam, deixando a família de Taques endividada. Um irmão de Taques morreu em Lisboa tentando reparar essa situação enquanto Pedro mudou-se para a Vila Boa de Goiás na tentativa de obter sucesso na mineração. Foi nomeado escrivão, guarda-mor, tesoureiro da Intendência de Pilar, ainda na região mineradora de Goiás. Os estudos genealógicos se iniciaram quando Taques ainda estava em São Paulo e as pesquisas eram mantidas em paralelo aos cargos que ocupou. Na mudança para Goiás, Pedro manteve o interesse pela área, mas até aquele momento era preocupação secundária em sua vida. Regressou a São Paulo em 1754 quando foi procurado pelo Conde de Vimieiro interessado nas querelas a respeito dos direitos sobre a capitania de São Vicente, os quais o sobrinho do Conde alegava por ser suposto descendente legítimo de Martim Affonso de Sousa.

Devido aos interesses do Conde de Vimieiro e de seus próprios, Taques foi a Lisboa e acabou por perder grande parte dos documentos por ele coletados, por causa do terremoto que abalou a cidade em primeiro de novembro de 1755. Em sua estada na Corte encontrou-se com importantes escritores do círculo lusitano. Esteve Taques com Monterreyo Mascarenhas em virtude dos trabalhos deste na *Gazeta de Lisboa*. Taunay considera Mascarenhas o escritor “verdadeiro fundador do jornalismo português”⁷⁵², sendo também membro assíduo da academia do *Generosos*. Além deste, Pedro Taques acercou-se a D. Antônio Caetano de Sousa — autor de *História Genealógica* e de *Memorial dos Grandes de Portugal* — e de Diogo Barbosa Machado — dono de importante acervo bibliográfico e geográfico⁷⁵³, e autor de duas afamadas obras, a *Biblioteca Lusitana* e *História de D. Sebastião* — ambos eram membros da *Academia*

⁷⁵¹ A. Taunay, *Pedro Taques e Seu Tempo*. Estudo de uma personalidade e de uma época. São Paulo: Oficinas do Diário Oficial, 1923, p. 14. Digitalizada e disponível por Biblioteca Brasileira em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/6966>

⁷⁵² A. Taunay, *Pedro Taques e Seu Tempo...*, cit., p. 65.

⁷⁵³ Diogo Barbosa Machado doou sua biblioteca, mapas e gravuras à D. José I para que se pudesse repor as perdas da biblioteca régia, em razão do terremoto lisboeta. Ibidem, p. 65.

Real de História. Retornou a São Paulo dois anos após sua ida a Lisboa e foi nomeado tesoureiro-mor, cargo que trouxe muitos infortúnios à carreira de Taques por ter este emprestado dinheiro público a particulares. Em sua chegada à cidade de São Paulo, acrescentou ao seu nome o apelido “Leme”, resultado de seus afãs nobiliárquicos, e possivelmente pela convivência na Corte. Após ser rechaçado do cargo de tesoureiro, voltou a Lisboa em 1774 na tentativa malograda de reconhecimento de mercês régias de seu falecido pai em razão dos já mencionados descobrimentos auríferos goianos, e procurou acrescentar informações aos seus estudos nobiliárquicos. Escreveu a Frei Gaspar, com quem se correspondia com frequência⁷⁵⁴, queixando-se de não poder imprimir sua *Nobiliarquia*, disse-lhe Pedro Taques:

“porém assim vai traçando o destino para verificar-se o próprio prognóstico, de que por minha morte hão de ter os rapazes, nas noites de São João, papel para traques, se antes disto não produzirem as melancolias da minha pobre vida a resolução de reduzir tudo a cinzas, desenganando assim aos meus inimigos, que eu mesmo reconheço, que os meus escritos são mais dignos de fogo, que de luz. Seja o que for; e deixemos o tempo que produza, ou estrago pela resolução, ou benefício pela providência”⁷⁵⁵

Pedro Taques tinha esperança de que a providência divina interviesse nas questões para publicação de sua obra, o que de fato não ocorreu em vida. Acabou por retornar à sua cidade natal, onde morreu em 1777, na pobreza.

Muitos de seus manuscritos e cópias se perderam, outros encontravam-se em mãos alheias tanto em Portugal como no Brasil, como sucedeu ao Marechal Arouche, possuidor de 59 cadernos em 1834 copiados da *Nobiliarquia*. Estas cópias passaram a sua filha, que por fim as doou ao Visconde de S. Leopoldo, que as guardou até sua morte em 1847. Seu filho acabou por oferecê-las ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1855, onde passaram a ser publicadas na *Revista do Instituto* em 1869 de forma esparsa. O Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo se dispôs a reimprimir a obra de Taques incluindo capítulos inéditos, no entanto tal iniciativa não chegou a ser

⁷⁵⁴ Um exemplo destas correspondências encontra-se no capítulo 2 desta dissertação.

⁷⁵⁵ “Carta de Pedro Taques”. D.I.H.C.S.P., v. 4, p. 11.

concluída⁷⁵⁶. Por fim, a reunião dos 24 títulos nobiliárquicos (Taunay relata o sumiço de outros 77) decorreu em 1980, por iniciativa das editoras da Universidade de São Paulo e Itatiaia.

Os trabalhos genealógicos são antigos e gozam do estatuto de serem, de certo modo, o “antepassado da história. Foi enumerando as gerações que o homem aprendeu a medir a longo prazo; foi estabelecendo a realidade dos laços familiares que os chefes fundaram as antigas dinastias”, conforme o verbete *genealogia* presente no *Dicionário das Ciências Históricas*⁷⁵⁷. Na medida em que o homem voltava seus olhos ao passado em busca de sua ancestralidade, penetrava de pouco em pouco na noção de distanciamento e alteridade em relação ao seu presente. Praticamente quase todas as culturas antigas se interessaram por este tipo de relação, no entanto, foi o século XIV que apresentou ao Ocidente tratados genealógicos configurados de forma tal qual a genealogia de Pedro Taques. Dentre os países europeus, Portugal foi pioneiro neste quesito, com um tratado das grandes famílias portuguesas que só foi publicado em 1640.⁷⁵⁸ Na América portuguesa, algumas famílias interessadas em mercês e em títulos de nobreza possuíam suas genealogias, porém, após a metade do século XVIII, passam a existir composições que abarcavam toda uma capitania, extrapolando os limites familiares. Pernambuco, Bahia e São Paulo são exemplos de locais com produções deste mote, principalmente em uma “época em que a memória dos fidalgos e nobres dos séculos XVI e XVII se ia já apagando”⁷⁵⁹. As bases documentais físicas começam a se sobrepôr à história oral, mas como veremos adiante, não é ainda seu momento proeminente.

Pedro Taques afasta-se de escritores seus contemporâneos dedicados a este trabalho, mediante o seu intuito de compor uma genealogia de caráter histórico⁷⁶⁰ e de reconstruir o passado por meio das linhagens onde o espaço da família se coloca como

⁷⁵⁶ A. Taunay, “O Historiador dos Bandeirantes, Pedro Taques e sua Obra”. In: P. T. Paes Leme, *Nobiliarquia Paulistana...*, cit.

⁷⁵⁷ Verbetes “Genealogia”. In: Jayme Salomão (Dir.) & André Burquière (Org.), *Dicionário das Ciências Históricas*. Rio de Janeiro: Imago, 1993, p. 345.

⁷⁵⁸ Verbetes “Genealogia”...cit., p. 345.

⁷⁵⁹ M. B. Nizza da Silva, *Ser nobre na Colônia...*, cit., p. 33.

⁷⁶⁰ Maria Beatriz Nizza da Silva, expressa que a intenção de Pedro Taques na produção de elementos para a história de Piratininga foi coroada com a sua obra *História da capitania de São Vicente*, composta em decorrência dos serviços prestados ao Conde de Vimieiro por seu interesse de reparação ante a perda dos direitos à Capitania de São Vicente. Nizza da Silva, também, destaca que a *Nobiliarquia Paulistana* é muito mais narrativa que as obras análogas da época, o que para autora demonstra o feito de produção histórica de Taques. *Ser nobre na Colônia...*, cit., p. 36.

um local de *memória*. A *memória* da família é o lugar de permanência da *lembrança*, portanto os feitos de seus componentes, que podem ser vistos entre históricos e mitológicos, são peça central de sua obra. Como Frei Gaspar, Taques dialoga com a bibliografia de sua época, sobretudo, com a de Rocha Pitta, *América Portuguesa*, sobre o qual escreveu: “o coronel Sebastião da Rocha Pitta, levado de informações erradas e conduzido do natural genio lisongeiro, claudicou muito da verdade dos fatos, que relata no livro (...) da sua *América Portuguesa*”⁷⁶¹. Veremos o sentido do conceito de *verdade* para estes autores mais adiante, contudo, se faz pertinente destacar que a forma pelo qual estes autores compunham o passado da capitania, passava pela confrontação do que eles achavam serem informações enganosas, pois estas acabavam criando imagens que compunham memórias irreais da capitania.

Pedro Taques, como seu primo Frei Gaspar, agrega nobreza ao passado por intermédio da “alta qualidade” das famílias, “honra e nobrezas [dos] ascendentes”, “nobre família dos seus apelidos” dos paulistas, e delonga-se no intento de caracterizar os habitantes da capitania. Conquanto a formação social tenha sido empreendida pela mestiçagem e miscigenação sanguínea⁷⁶², não são revelados nas linhas da *Nobiliarquia Paulistana* tais traços, salvo quando algum ancestral indígena era computado dentre a “nobreza” dos naturais da terra, como no caso de Salvador Pires, que casou-se pela segunda vez com Messia, vulgo *Messiuçu*⁷⁶³, e com ela teve descendência. Messia era filha de Antonia Rodrigues e neta da homônima Antonia Rodrigues. Esta última Antonia foi batizada pelo padre Anchieta no século XVI, e era filha do maioral Piquirobí e esposa do companheiro de João Ramalho, Antonio Rodrigues.

Desta maneira, Pedro Taques salienta que o expurgo da casa de Salvador Pires sobreveio dos primeiros povoadores portugueses de São Paulo que tipificam o passado louvável, e da anuência do maioral indígena na linhagem familiar.⁷⁶⁴ Na tarefa de elaboração de sua *Nobiliarquia*, Pedro Taques consulta as *Atas da Câmara*, testamentos

⁷⁶¹ P. T. Paes Leme, *Nobiliarquia Paulistana...*, cit, t. III, p. 22.

⁷⁶² J. Monteiro, *Negros da Terra...*, cit.

⁷⁶³ P. T. Paes Leme, *Nobiliarquia Paulistana...*, cit, t. II, p. 73.

⁷⁶⁴ Affonso de Taunay relata que o mote de Pedro Taques era “guerra ao ‘mecanismo’ e mestiçagem”, para que desta forma não houvesse a mistura de sangues, tidos como nobres, aos de mulatos e bastardos. Maria Beatriz Nizza da Silva, informa que os que eram chamados de “mecânicos” (trabalhavam com as mãos) eram vistos como plebeus, mesmo que estes fossem senhores de escravos, e já não se servissem das próprias mãos para o trabalho. Assim, compreende-se o desejo expresso por Taunay de Pedro Taques ao apagar os traços “mecânicos” da população formadora da capitania de São Paulo. A. Taunay, *Pedro Taques e Seu Tempo...*, cit., p. 82; M. B. Nizza da Silva, *Ser nobre na Colônia...*, cit.

e inventários, arquivos da capitania e em Portugal, transcreve cartas régias de atestação de nobreza, critica as obras que depreciavam os paulistas e narra as peripécias destes homens e mulheres que dão forma a parte do tecido social da região. Não resta dúvidas, portanto, que Pedro Taques está interessado na conceituação do *paulista*, desde suas origens portuguesas até a chegada das nobres famílias as terras de Piratininga. Para Taques, conceituar o *paulista* é o mesmo que conceituar a capitania de São Paulo, e assim ter elementos de elaboração de seu passado e de sua história, que para este autor também deve ser imbuída da *verdade*, o mesmo conceito presente em Frei Gaspar da Madre de Deus, e que também é caro a Pedro Taques.

Além das *Memórias para a História*, e da genealogia de Pedro Taques, a capitania de São Paulo foi brindada com outra obra de diferente gênero literário, que prestou-se a produzir um passado histórico para a capitania. Foi esta a obra de Marcelino Pereira Cleto, *Dissertação a respeito da Capitania de São Paulo, sua decadência e o modo de restabelecê-la*, datado de 25 de Outubro de 1782. Cleto era português de Barreira, local pertencente a Leiria na época de seu nascimento, em torno de 1745. Filho de família nobre da terra, estudou em Coimbra, e tendo concluído seu curso, instalou-se na Corte em Lisboa em busca do ingresso nos quadros do serviço régio. Seu intento foi alcançado em 1778, na fase da *viradeira*, o que segundo Marco Antônio Silveira, sugere que Pereira Cleto não obtivera a simpatia de Pombal, pois durante o governo deste havia Cleto tentado nomeação ao serviço régio, o que só ocorreu após a queda da administração pombalina, treze anos depois de sua primeira tentativa⁷⁶⁵. Veio à América como magistrado, nomeado em 1778 juiz de fora da Vila de Santos. Logo em seguida foi nomeado juiz conservador do contrato do sal da mesma vila, chegando a juiz da Alfândega da Praça de Santos em 1779. Na mesma localidade esteve à frente da câmara municipal entre 1779 e 1787, de onde acabou sendo transferido para o Rio de Janeiro, no mesmo ano de 1787, como ouvidor e provedor de defuntos e ausentes, capelas e resíduos, cargo que já havia ocupado previamente na vila santista. Na capital do Império português na América, foi escrivão da devassa referente à Inconfidência Mineira, e atuou na cena política devido aos seus contatos de magistrado. Deixou outros escritos em formato epistolar a respeito dos abusos do clero,

⁷⁶⁵ M. A. Silveira, “Nativismo por adoção: letras e percurso do doutor Marcelino Pereira Cleto (1778-1794)”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, v. 172, n. 452, Rio de Janeiro, julho/setembro, 2011, p. 5.

os quais foram observados de perto, sobretudo, no Bispado de Mariana e no próprio Rio de Janeiro.

Pereira Cleto acreditava na possibilidade de reformas nos domínios portugueses ancoradas no regalismo, e em seu modo de ver tais reformas não se opunham à valorização dos costumes locais e ao nativismo. Marco Antonio Silveira explica que o nativismo de Pereira Cleto era um esforço, do qual outros magistrados lusos se valiam, de valorização das “pequenas pátrias” — no caso pequenas pátrias coloniais — com a intenção de inseri-las em um modelo imperial de grande amplitude.⁷⁶⁶ Desse modo, a visão de Cleto em favor de ajustes locais na conjuntura imperial foi consolidada pelo episódio da Inconfidência Mineira, no qual Cleto foi escrivão da devassa ocorrida e era simpático aos interesses dos mineiros. Acabou, por conta do episódio nas Minas, por entrar em conflito com ministros, clérigos e governadores locais, dentre eles com o Vice-Rei, Conde de Resende. Cleto acreditava que o Vice-rei favorecia pessoas e passava por cima da ordem e da justiça, além terem diferentes visões referentes à forma de administração brasílica (Cleto via nas atitudes do Vice-Rei despotismos e falta de caráter). Acabou por falecer na Bahia em 1794, para onde tinha se mudado em 1791 em razão da posse da Relação da Bahia⁷⁶⁷.

Quando em Santos, é bem provável que Pereira Cleto tenha mantido contato com Frei Gaspar da Madre de Deus, pois o frei beneditino àquela época já era morador do mosteiro de Monserrate, e Marcelino Pereira Cleto foi compilador e outrossim inspirou-se nas obras de Frei Gaspar⁷⁶⁸. Marco Antonio Silveira faz a comparação dos dois parágrafos iniciais da obra de Frei Gaspar da Madre de Deus e de Marcelino Pereira Cleto, e enxerga semelhante retórica e contrapontos nas obras do frei e do magistrado respectivamente. Frei Gaspar inicia sua obra com as seguintes palavras (já transcrita acima): “A Capitania de São Vicente, muito famigerada noutro tempo e agora tão desconhecida que nem o nome primitivo conserva (...)”⁷⁶⁹. Pereira Cleto dá início a sua *Dissertação* da seguinte maneira: “Sendo a Capitania de São Paulo, denominada antes de São Vicente, a mais antiga da América (...)”⁷⁷⁰. Por estas duas passagens

⁷⁶⁶ M. A. Silveira, “Nativismo por adoção...”, cit., “nativismo”, p. 124.

⁷⁶⁷ M. A. Silveira, “Nativismo por adoção...”, cit.

⁷⁶⁸ Ibidem, p. 9-10.

⁷⁶⁹ F. G. da Madre de Deus, *Memórias para a História...*, cit., p. 29.

⁷⁷⁰ Marcelino Pereira Cleto, *Dissertação a respeito da Capitania de São Paulo, sua decadência e modo de restabelece-la*. In: *Roteiros e Notícias de São Paulo Colonial: 1751-1804*. São Paulo: Governo do Estado, v.1, p. 17.

citadas, percebe-se que Cleto tenciona mostrar que tem total consciência da origem da capitania de São Paulo, pois inicia sua obra apresentando ao leitor o nome atual e o antigo da capitania. Aparenta uma resposta favorável ao esforço de Frei Gaspar na medida em que Cleto não oculta o antigo nome de “São Vicente” capitania, o mesmo que Frei Gaspar diz que está em esquecimento na sociedade.

Exponente de um grupo distinto, Pereira Cleto se voltava à erudição e ao conhecimento crítico dos problemas administrativos do Império — o qual compreendia como um sistema que se articulava e equilibrava-se em suas diversas partes⁷⁷¹ —, Pereira Cleto escolhe o gênero dissertativo para tratar de questões ligadas à administração e economia da capitania paulista. Apesar da aproximação com Frei Gaspar, a dissertação histórica não tinha o mesmo caráter que as memórias históricas. As dissertações eram disputas em torno de temas variados, e que segundo a concepção da época, remetem à Antiguidade⁷⁷². Nas memórias, cada parte compilada é verdadeira e se sustenta por si só; eram uma elaboração trabalhosa de seleção documental que conferia caráter de *verdade* à história que a memória estava compondo. As dissertações eram competições desenroladas por palavras, característica “que a distingue, por exemplo, dos jogos e das batalhas”⁷⁷³. As dissertações do tipo históricas figuraram até o século XIX como mecanismos de comparações entre histórias e eram uma etapa fundamental “que oferecia os elementos principais para uma escrita da verdadeira história”⁷⁷⁴. Em seu centro estava a resolução de um problema que poderia surgir antes, durante ou depois da composição do material histórico, e que após ser posto à prova, era incorporado como elemento de produção da “verdade histórica”. Situava-se entre as memórias e a história como uma modalidade de disputa pelo passado⁷⁷⁵, e serviu como meio retórico e persuasivo para a escrita da história do reino português e de suas possessões coloniais, o que contribuiu para a formação da visão retrospectiva sobre o passado dos domínios na América portuguesa em voga no século XVIII⁷⁷⁶.

⁷⁷¹ M. A. Silveira, “Nativismo por adoção...”, cit.

⁷⁷² Pedro Telles da Silveira, *O Cego e o Coxo: Crítica e retórica nas dissertações históricas da Academia Brasileira dos Esquecidos (1724-1725)*. Mariana: UFOP/ ICHS, 2012 (Dissertação de Mestrado), p. 116.

⁷⁷³ F. Nicolazzi, “Entre ‘letras & armas’...”, cit., p. 43

⁷⁷⁴ Ibidem, p. 47.

⁷⁷⁵ F. Nicolazzi, “Entre ‘letras & armas’...”, cit., p. 51.

⁷⁷⁶ Os partícipes da *Academia dos Renascidos* se debruçaram sobre esse tipo de escrita. Deixaram vários trabalhos neste formato, onde se propunham temas variados, mas que estavam atrelados as realidades coloniais. Tais atividade promoveram a pesquisa histórica e o debate em torno do passado, e tiveram nas dissertações um importante critério para definição dos métodos de investigação históricos, que tinha

O problema que se encontra no cerne da *Dissertação* de Pereira Cleto é o restabelecimento econômico da capitania de São Paulo através do deslocamento do centro administrativo da cidade de São Paulo para Santos, onde esta retomaria seu protagonismo que outrora possuía quando da época da sujeição da capitania ao governo do Rio de Janeiro. Durante o período que morou em Santos, Marcelino Pereira Cleto conviveu com o declínio da mineração, com a militarização da capitania de São Paulo em socorro às fronteiras com os territórios espanhóis, com o fomento à agricultura promovido pelo reformismo ilustrado, e com as crises do mercado externo. Para o autor da *Dissertação Sobre a Capitania de São Paulo*, era oportuno retomar o desenvolvimento da capitania incentivando a agricultura e reduzindo os gastos com atividade militares, e isto só ocorreria quando o porto de Santos fosse totalmente integrado ao mercado Atlântico, cujas consequências seriam o incremento das vilas e aglomerados urbanos, dos caminhos e transportes da capitania, e do espaço americano como um todo. Nota-se no texto de Pereira Cleto pressupostos mercantilistas que concebem benefícios no comércio entre Portugal e sua colônia na América. Como já dito anteriormente, Cleto percebia o Império como um conjunto articulado; sua concepção compreendia “tanto a conexão mercantil entre produtores e partes do Império, quanto a inserção das instâncias políticas locais nas estruturas mais amplas da burocracia e da economia” de mercês e gratificações do Antigo Regime⁷⁷⁷. Pereira Cleto teve acesso a planilhas da Alfândega de Santos, o que em parte lhe serviu de fonte para seu trabalho, e considerando suas elucubrações no tocante ao passado da capitania de São Paulo e seus habitantes, infere-se que além de Frei Gaspar, esteve em contato com outros documentos e produções referentes à localidade paulista.

As obras de Frei Gaspar, Pedro Taques e Pereira Cleto se aproximam por identificarem o passado da capitania de São Paulo como algo propício ao presente, manancial de exemplos impulsionadores para um futuro que parte de um passado louvado e glorificado, mas que ao mesmo tempo inova, se distingue, e afasta suavemente desse passado. A pujança do presente destes autores onde as elites paulistas estão se afirmando, demanda obras genealógicas e históricas requeridas por essa afirmação dos grupos sociais mais abastados do espaço colonial da capitania de São

como objetivo final: a verdadeira história. Para esta questão, ver: P.T. Silveira, *O Cego e o Coxo...*, cit.; F. Nicolazzi, “Entre ‘letras & armas’...”, cit.

⁷⁷⁷ M. A. Silveira, “Nativismo por adoção...”, cit., p. 14.

Paulo. Os três autores operam sob o conceito da *historia magistra vitae*, onde as experiências pretéritas poderiam servir de parâmetro de interpretação ao presente ao futuro, contudo deve-se ressaltar que tal forma de se pensar a história não era um todo homogêneo que ao ser usado no século XVIII paulista se insere no entendimento detalhado das novas formas da escrita da história durante aquele período que não se limitava apenas à uma imitação simplista dos feitos do passado, mas impunha a esses autores o entendimento mais detalhado da história conjectural. Frei Gaspar da Madre de Deus exalta Martim Affonso, ou primeiro donatário da capitania vicentina, e através das atitudes tomadas por Affonso, Frei Gaspar mostra aos seus contemporâneos como a história pode ensinar a respeito da situação atual da capitania de São Paulo. Escreveu Frei Gaspar:

“Com suas vistas, ambas muito próprias dos olhos de Martim Affonso, fez este Donatário aquela proibição utilíssima ao bem comum do Reino e conducente ao aumento da sua Capitania. Ele penetrou os verdadeiros interesses do Estado melhor do que alguns modernos e seu fim era não só evitar guerras, mas também fomentar a povoação da costa”⁷⁷⁸

Mais adiante concluiu que os intentos de Martim Affonso, por terem sido acertados, poderiam ser repetidos no lugar das resoluções que estavam sendo tomadas na época de Frei Gaspar. Disse o frei beneditino que:

“o estado miserável a que se acha reduzia toa a costa da Capitania de S. Paulo, depois que os Generais modernos se empenharam em aumentar a cidade e terras do sertão onde habitam, têm comprovado com evidência o acerto da proibição feita por Martim Affonso.”⁷⁷⁹

Pedro Taques se vale da *história mestra da vida* em todas as descrições das famílias que povoaram a capitania de São Paulo. Os primeiros homens que vieram as terras da América portuguesa, além de transplantarem seus sobrenomes, eram homens cujas atitudes durante a vida deveriam servir de exemplo para os *paulistas* da atualidade em que Taques estava envolvido. Juntamente com o passado repleto de exemplos, a *história* que Taques estava compondo tinha algo de providencialista. Ao descrever a

⁷⁷⁸ F. G. da Madre de Deus, *Memórias para a História...*, cit., p. 92.

⁷⁷⁹ F. G. da Madre de Deus, *Memórias para a História...*, cit., p. 93.

família dos “Buenos de Ribeira”, por exemplo, Taques destaca o ramo de D. Maria de Ribeira e seu marido João Ferreira Pimentel. Essa Maria da Ribeira era irmã de Amador Bueno, que foi declarado “rei” em São Paulo por parte de um grupo simpatizante de Castela quando do fim da União Ibérica, e restauração da dinastia de Bragança em Portugal em 1640. Taques afirma que os descendentes constituídos por D. Maria da Ribeira e João Pimentel tinham “grande respeito, estimação e autoridade, que se difundiu e derramou por todos os seus descendentes, que souberam sempre com honra e fidelidade acreditar este feliz destino, que se conserva inalterável até o presente.”⁷⁸⁰ O destino de alguns homens e mulheres de São Paulo era tão promissor que aqueles que fossem premiados com tal providência deveriam ser fiéis para honrar tal fato.

A *história* que estes autores estavam elaborando mostrava aos habitantes da capitania de São Paulo que o presente poderia ser muito melhor aprazível se voltassem os olhos às referências passadas, tal qual Pereira Cleto exemplifica: “parece pedir a razão, que seguindo-se o sistema antigo debaixo do qual foi sempre mais feliz, e abundante a capitania (...)”⁷⁸¹. Cleto examina o passado à luz de sua racionalidade a qual comprova que o sistema antigo era melhor que o praticado na atualidade, e que se deveria voltar a utilizá-lo para que a capitania se desenvolvesse. No entanto, há que se considerar que as mudanças provocadas pelas políticas reformistas após 1750 trouxeram aceleração temporal em algumas esferas de vivência coloniais, logo, movimentaram o passado para uma nova perspectiva de futuro que não mais se encaixava plenamente nos moldes preestabelecidos.

Alguns conceitos presentes nestas três obras nos serão válidos para compreendermos a elaboração de visões de história e de tempo vigentes à época. Os homens de letras coloniais produziam suas obras firmados em conceitos figurados e em metáforas, “uma vez que eles [conceitos] e suas figurações exteriores por meio de signos são produzidos como substituição e condensação de imagens fornecidas à imaginação dos autores pela memória dos usos socialmente autorizados dos signos”.⁷⁸² A compreensão de visões de história por conceitos, é possível porque as expectativas, as esperanças e os prognósticos são transmitidos à superfície da linguagem — ambiente propício à percepção da elaboração de experiências históricas temporais por abarcar

⁷⁸⁰ P. T. Paes Leme, *Nobiliarquia Paulistana...*, cit., t. I, p. 110.

⁷⁸¹ M. P. Cleto, *Dissertação a respeito da Capitania...*, cit., p. 22.

⁷⁸² J. A. Hansen, “Para uma história dos conceitos ...”, cit., p. 262.

uma diversidade de tempos históricos sobrepostos⁷⁸³. Afora o fato da linguagem e sua articulação social nunca serem perfeitamente correspondentes à realidade por meio da qual foram geradas, os conceitos são desenvolvidos para possibilitar linguisticamente a expressão de múltiplas experiências passadas que são materializadas, por estes mesmos conceitos, em razão de todo feito social e toda diversidade de suas relações serem baseadas em premissas comunicativas e no subsídio da comunicação linguística⁷⁸⁴.

No contexto em que foram produzidos os escritos de Frei Gaspar, Pedro Taques e Pereira Cleto, a coletividade identitária mais abrangente, que era a da *nação portuguesa* amplamente difundida no Império, acabava por determinar condições identitárias específicas em meio à lógica da configuração regional da própria colonização portuguesa em solo americano⁷⁸⁵; assim, não é inusitado que por toda a extensão das referidas obras seja recorrente o uso do termo *paulista*. Repousava sobre os detentores deste título no século XVIII uma ideia ambígua. De acordo com Laura de Mello e Souza, a visão propagada a respeito dos que habitavam o planalto ora era de matadores de índios bravios ou negros fugidios, cheios de vícios, indômitos e que se deixavam governar por seus gostos e conveniência; ora de bons vassalos que desbravavam terras, deixando famílias para trás em busca do alargamento das fronteiras da coroa, a descobrir e abrir caminhos em direção às regiões auríferas. Homens que “garantiam, portanto, o avanço da colonização na América⁷⁸⁶”, na visão de alguns funcionários do reino.

Perspectivas positivas eram requeridas pelo Estado quando se fazia necessário animar os ânimos locais em favor das direções reformistas, como se pode extrair, por exemplo, de uma longa carta de 1775 do Vice-Rei Marquês do Lavradio ao capitão general de São Paulo, Lobo de Saldanha. Com o intuito de persuadir os habitantes da capitania a socorrem de bom grado a fronteira do Rio Grande de São Pedro, em guerra com os espanhóis, o Vice-Rei instrumentaliza o passado glorioso por supostamente ser a capitania “berço em que se criaram aqueles valorosos homens que fizeram tão conhecido na Europa o nome Português”, posto que com “o seu valor acrescentaram muito aos Domínios de El-Rey”. Em outra passagem da mesma carta, afirmou:

⁷⁸³ R. Koselleck, *Futuro passado...*, cit.

⁷⁸⁴ R. Koselleck, *Historias de Conceptos...*, cit., p. 13-29.

⁷⁸⁵ V. L. de Araujo & J. P. Pimenta, “História”..., cit.

⁷⁸⁶ L. M. Souza, “Vícios, virtudes e sentimento regional: São Paulo, da lenda negra à lenda áurea”. *Revista de História*, v. único, n. 142-143, São Paulo/Usf, 2000, p. 269.

“Se eu fosse encarregado de fazer o Elogio destes nossos honrados compatriotas, eu teria de que formar um grandíssimo discurso; porém como devo reduzir-me a tratar só do estado presente, e prevenir alguns inconvenientes para o futuro (...) não faço que dar uma leve ideia do que estes homens foram, para segundo as esperanças bem fundadas, que podemos ter, de que os que existem hoje, poderão ser o mesmo que foram seus Avós, possamos digo, fundados nestas esperanças, estabelecer o nosso Sistema.”⁷⁸⁷

A visão negativa também atribuía ao *paulista* a mestiçagem (o que autores como Pedro Taques procuravam esconder, como vimos) e à vista disso, sangue impuro. Eram designados como brutos, truculentos e violentos. Muitas dessas concepções foram tributárias do século XVII e reverberaram no século XVIII por conta dos conflitos que os paulistas tiveram com os padres da Companhia de Jesus no Setecentos relacionado aos indígenas que viviam sob proteção dos padres, conflitos que muitas vezes foram levados até à Coroa e acabaram cooperando para a formação da imagem negativa do paulista. A propósito, cabe igualmente destacar a Guerra dos Bárbaros, como ficaram conhecidos os embates dos paulistas entre 1651-1704 na região dos sertões das capitanias do nordeste, tendo em vista a brutalidade e matanças dos índios daquelas regiões pela gente de São Paulo.⁷⁸⁸

Além da questão indígena, o descobrimento de ouro que abalou a economia e sociedade açucareira também conferiram má fama aos paulistas. Muitos homens, tanto escravos como livres, se direcionaram para as zonas mineradoras e causaram temor na medida em que sua presença “dragava a escravaria dos canaviais e atraía para o Sudeste o centro político da América portuguesa”⁷⁸⁹. Concomitantemente, os paulistas ganhavam fama no Nordeste no trato com escravos e descobridores de ouro⁷⁹⁰, sendo, portanto, partícipes da baixa da economia do açúcar na zona canavieira devido à fuga de mão de obra para a região mineradora. Por outro lado, a Guerra dos Emboabas (1707-

⁷⁸⁷ “Cartas do Senhor Marquez do Lavradio, Vice-Rey do Estado Brazil, escritas ao Ill.mo e Ex.mo Senhor Martim Lopes Lobo de Saldanha, Governador e Capitão-General da capitania de São Paulo”. D.I.H.C.S.P.. São Paulo: Typographia Paulista, 1895, v. 17, p. 3.

⁷⁸⁸ Sobre este assunto ver: Pedro Puntoni, *A Guerra dos Bárbaros: povos indígenas e a colonização do Brasil (1650-1720)*. São Paulo: Hucitec, 2002.

⁷⁸⁹ L. M. Souza, “A conjuntura crítica no mundo luso-brasileiro de inícios do século XVIII”. In: _____. *O Sol e a Sombra...*, cit., p. 144.

⁷⁹⁰ Ibidem.

1709) foi mais um dos episódios que cooperaram para a má fama política envolvendo os habitantes da capitania de São Paulo. “Emboabas” era a designação dada pelos paulistas a “forasteiros” que chegavam nos arraiais do ouro já dominados pelos seus descobridores, isto é, pelos originários de São Paulo, e acabavam por disputar as melhores terras da mineração, o que gerava vários conflitos, inclusive armados. Notícias desses confrontos espalharam-se pelo território americano português avultando a imagem dos paulistas como irascíveis e ingovernáveis.

Visto que as obras dos autores aqui analisados partilham do interesse por sublinhar e justificar positivamente o lugar do passado dos moradores das possessões de São Paulo na história portuguesa, promovendo, desta maneira, um passado que se diria paulista, ao mesmo tempo, tais obras eram também, “uma resposta à má fama dos sertanistas, e uma tentativa de mostrar virtudes onde quase só se viam vícios⁷⁹¹”. Frei Gaspar, em comparação a Pedro Taques e Pereira Cleto, foi mais enfático em repugnar os escritos negativos a respeito da região paulista que a descreviam como uma república sem regras⁷⁹², e alega que os indivíduos da Companhia de Jesus foram alguns dos responsáveis por tamanha difamação. Afirmou o beneditino que

“os seus indivíduos [jesuítas] não se descuidaram de encobrir as verdadeiras causas do seu extermínio e de representarem nos seus escritos os *paulistas* como iníquos e depravados, para que somente sobre eles recaísse todo o opróbrio”⁷⁹³

A conjuntura identitária do *paulista* está desenvolvendo-se ao lado de várias identidades políticas no seio da América portuguesa durante o século XVIII, “cada qual expressando trajetórias coletivas, que reconhecendo-se particulares, balizam alternativas

⁷⁹¹ L. M. Souza, “A conjuntura crítica...”, cit., p. 139. Esta postura é nítida em Frei Gaspar da Madre de Deus e em Pedro Taques. Pereira Cleto coaduna-se à ambos por lançar mão de elementos comuns ao discurso em torno do *paulista* à época, como a guerra do Emboabas revestida com a roupagem dos bons vassalos e que integrava a justificava de ter a capitania combustível para se reabastecer em meio a sua decadência.

⁷⁹² M. A. Silveira, “Nativismo por adoção...”, cit., p.125.

⁷⁹³ F. G. da Madre de Deus, *Memórias para a História...*, cit., p. 105. Frei Gaspar citou durante seu texto o jesuíta francês — Pierre Charlevoix — como um destes responsáveis pela difamação dos paulistas. Charlevoix escreveu o livro *Histoire du Paraguay* no século XVII e tratou, em algumas passagens, das incursões dos paulistas pelas paragens das fronteiras com a América espanhola. R. da Silva, *Sobre taipas e textos...*, cit., P. 39.

de seu futuro”⁷⁹⁴. O *paulista* não era apenas possuidor de “honrosos estímulos de sangue que lhe anima as veias”⁷⁹⁵ na visão dos autores aqui contemplados; era gente honrada, nobre cidadã, católica, em sua maioria “cheio (...) de espíritos para o zelo da utilidade e bem comum da pátria”, possuidores de “virtudes morais”, “bons vassalos”⁷⁹⁶, respeitáveis e veneráveis.

No entanto, nota-se uma clara distinção entre os *antigos* e os *modernos* habitantes da capitania. Há em várias passagens dos textos a designação de *antigo* conjuntamente com *paulista*: “(...) falso e escandaloso fundamento de que os *paulistas antigos* se recreavam e faziam gosto de discorrer pelas brenhas e terras incultas”⁷⁹⁷, assim nos diz Frei Gaspar. Os homens daquele momento estão se percebendo diferente de seus antecessores. O passado não parece ser um todo completamente homogêneo, uma vez que se distingue “diferentes tempos daquele século para o presente”⁷⁹⁸. Pereira Cleto emprega *antigo* como algo melhor, mais confiável, exemplar: “tornou a adotar-se o sistema antigo, e novamente se principiaram a nomear-se gerais para esta capitania”⁷⁹⁹; mas também para empregar a *historia mestra da vida* claramente exposta no seguinte trecho: “não lhe servindo de exemplo a inutilidade, com que nos tempos antigos se tinham feito semelhantes despesas com a Fazenda Real, fez ao povo um extraordinário vexame [refere-se ao governo do Morgado de Mateus]”⁸⁰⁰, os erros cometidos no passado da capitania não foram utilizados como exemplo no presente, e por isso a capitania está em decadência, na visão de Cleto.

O afastamento no tempo entre *antigo* e *moderno*, quer seja para o tempo ou para os *paulistas*, é favorecido pela mensuração das distâncias temporais. Isso se dá em boa medida por ter sido estabelecido o tempo matemático, e este acaba por adiantar a relação social com o mesmo, o que deu condições para esta noção métrica em relação aos acontecimentos anteriores⁸⁰¹. No presente é onde existem os *paulistas modernos*

⁷⁹⁴ I. Jancsó & J.P. Pimenta, “Peças de um mosaico: ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira”. *Revista de História das Ideias*, v. 21, Coimbra/Instituto de História e Teoria das Ideias, 2000, p. 392.

⁷⁹⁵ P. T. Paes Leme, *Nobiliarquia Paulistana...*, cit., t.I, p. 177.

⁷⁹⁶ P. T. Paes Leme, *Nobiliarquia Paulistana...*, cit.

⁷⁹⁷ F. G. da Madre de Deus, *Memórias para a História...*, cit., p. 135.

⁷⁹⁸ P. T. Paes Leme, *Nobiliarquia Paulistana...*, cit., t. II, p. 120.

⁷⁹⁹ M. P. Cleto, *Dissertação a respeito da Capitania...*, cit., p. 17

⁸⁰⁰ *Ibidem*, p. 18.

⁸⁰¹ T. Q. Silva, *Maquinações da Razão Discreta...*, cit., p. 76.

que nem sempre dão continuidade ao passado, mas convivem com os *paulistas* tradicionais, que mantêm o passado no presente por meio de tradições,

“Pela tradição constante entre todos os *antigos* e alguns *modernos* desta Capitania, sabem-se as mais circunstâncias principais do mencionado sucesso o qual eu me refiro com gosto, não pela honra de contar entre os meus terceiros avós ao dito Amador Bueno, mas sim para propor ao mundo um exemplo da mais heróica fidelidade (...)”⁸⁰²

Frei Gaspar, autor do trecho supracitado, é também um *paulista* tradicionalista, dado que é com grande satisfação que registra a tradição da Capitania, e tal qual Pereira Cleto, tem neste intuito o de tornar a tradição um exemplo histórico, para que a “heróica fidelidade” de seu antepassado sirva de exemplo para ações futuras. Mais uma vez a história exemplar é manifestada nos escritos do historiador beneditino.

Aqueles homens estão demarcando seu momento, entendem que antes deles antecederam outros homens honrados, e que sobretudo, apesar de terem um passado comum, não são os *paulistas* daquele momento os mesmos *paulistas* de outrora, o que abre a possibilidade de um futuro novo, na medida em que o próprio presente não é o exato reflexo do passado. No presente os *antigos* são revividos: “a notícia difundida dos *antigos* que se conserva na memória dos *modernos*”⁸⁰³. É do presente que os homens e mulheres da época identificam os *antigos*, mas também, vale refrisar, vivem o *antigo* através do que foi repassado pela tradição.

Mesmo existindo o desejo de repetição, presentificação, de um passado supostamente louvável, repleto de pessoas de atributos igualmente dignas de louvor, as obras deixam escapar que o futuro não tem a mesma silhueta que o passado, e, por conseguinte não é completamente replicado. Quando Pereira Cleto trata da *antiguidade* da capitania e seus povoadores, pretende dar fôlego à sua argumentação recorrendo a exemplos da própria capitania, para que desta forma pudesse se promover reformas que iriam beneficiá-la. O intento de Cleto é o melhoramento da capitania paulista, o que acaba por defrontar na mentalidade dos homens da sua época, sendo, mais uma vez, a demonstração de alteridade em relação às eras. Pereira Cleto percebe que para se voltar a ter o desenvolvimento que a capitania teve no passado, o presente teria que repetir as

⁸⁰² F. G. da Madre de Deus, *Memórias para a História...*, cit., p. 142.

⁸⁰³ P. T. Paes Leme, *Nobiliarquia Paulistana...*, cit.. t. II, p. 288.

ações do passado (*história mestra da vida*, novamente), todavia os homens seus contemporâneos não tinham a mesma mentalidade que tinha os homens pretéritos, donde a sensação de diversidade em relação ao passado.

Táise Silva identifica, em meio aos letrados portugueses do século XVIII, um movimento em direção à percepção de que nem todas as coisas nos *antigos* servem de modelo aos *modernos*, assim como nem tudo que é *moderno* pode ser apontado como sensato ou adequado. Isso tudo porque “as posições modernas são plurais, não compõem um conjunto congruente de ideias”⁸⁰⁴, tais quais representadas por Pereira Cleto, sempre havendo uma sobreposição de camadas temporais que comportam vários tempos diferentes. Os *paulistas* daquele momento não são, segundo Frei Gaspar, exatamente “os antigos habitantes da dita capitania [que] foram até certo tempo repreensíveis (...) e não o foram menos os outros portugueses das outras colônias brasílicas, principalmente os do *Maranhão* e *Pará*”⁸⁰⁵. Como demonstrado pelo excerto, são os *paulistas* portugueses que estão diferenciando-se em meio ao viver em colônias das demais regiões, construindo, portanto, um discurso histórico de seu passado para que assim sejam possuidores do mesmo em direção a um futuro almejado.

Quando a história abre-se a uma visão que não se limita à uma sucessão de acontecimentos cronológicos (ou aproximadamente sequenciais) e cumulativos organizados em torno da concepção de *história mestra da vida*, o que veio antes deixa de ser contemporâneo ao agora, daí a possível sensação de gradação — e historicização — dos tempos. É o que se vê em uma passagem no qual se faz referência à família Góis, Frei Gaspar lembra ao seu leitor que existiram “Góis mais *antigos*, da Capitania de São Vicente” e salienta: “digo *mais antigos*, por haver outros também *antigos* e muito nobres, cujo tronco veio da Ilha da Madeira” e que deixaram descendentes “desta geração que aqui assistiram”; porém “a pobreza os fez desconhecidos, depois de riscar das suas *memórias* a *lembança* do nome de seu progenitor”⁸⁰⁶. Pelo exemplo dos “Góis”, pode-se ver uma historicização da ocupação da capitania, apesar de não ter sobrado quem se lembre do tronco familiar mais recente.

Com isso são colocados dois outros conceitos importantes: *memória* e *lembança/lembrar*. Tal qual destacado anteriormente, a *memória*, de acordo com

⁸⁰⁴ T. Q. Silva, *Maquinações da Razão Discreta...*, cit., p. 80.

⁸⁰⁵ F. G. da Madre de Deus, *Memórias para a História...*, cit., p. 135. (Itálico do autor)

⁸⁰⁶ F. G. da Madre de Deus, *Memórias para a História...*, cit., p. 70.

Bluteau (1728), é “a faculdade da alma (...) é a tesoureira, e guarda de tudo o que se lê, e vê, e ouve”⁸⁰⁷. A *memória* não é seletiva conforme o dicionarista, armazena tudo no “terceiro ventrículo do cérebro donde os espíritos vitais (...) imprimem as imagens, ou figuras, dos objetos que entraram pelos olhos ou pelos ouvidos”⁸⁰⁸; a *memória* guarda tudo na forma de imagens. Os dicionaristas Moraes Silva (1789) e Luiz Maria Silva Pinto (1832), acrescentam à *memória* um adendo, a *lembrança*, para ambos a *memória* é a capacidade de lembrar-se de algo. Em suma, a *memória* armazena tudo que se vê, lê e ouve em forma de figuras (se materializa no cérebro), mas só tem utilidade mediante a *lembrança*.

A *lembrança*, por sua vez, é “a ação de se lembrar (...) tomar, ou por alguma coisa em lembrança. Fazer algum rito, ou sinal para se lembrar”, assim é apresentada por Bluteau (1728)⁸⁰⁹. Moraes Silva (1789) diz que *lembrança* é “ato da *memória* [portanto, uma ação] (...). Apontamento para ajudar a *memória* a conservar de alguns fatos ou sucesso (...) aviso”⁸¹⁰. Até aqui a *lembrança* é um ato que mostra à *memória* o que é preciso ser lembrado. É um ato que atua no espaço de armazenamento da *memória* e seleciona a imagem que a *memória* deve visualizar. Para haver *lembrança*, ou para a *memória* sempre ter em vista a mesma imagem, a *lembrança* é repetitiva, é um “ritual”. Na definição de Moraes Silva há algo importante, a *memória* pode perder suas imagens, que são os fatos ou sucessos, e por isso a *lembrança* ritualística é importante para que não haja tais perdas. No século XIX, *lembrança* permanece “ato da *memória*. Apontamento para fazer lembrar”, segundo Silva Pinto (1832).⁸¹¹

Isso posto, a *memória* é a guardiã de um espaço de armazenamento onde pode-se armazenar tudo proveniente da visão e audição — não é seletiva — em forma de imagens, mas para se ter acesso a qualquer uma das imagens produzidas pela *memória* se faz necessário a presença da *lembrança*. Para que a *lembrança* se direcione ao espaço de armazenamento da *memória*, e retire uma imagem deste local, a *lembrança* precisa

⁸⁰⁷ R. Bluteau, *Vocabulario Portuguez...*, cit, v.5, p. 414. Acesso: <http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/1/mem%C3%B3ria>

⁸⁰⁸ Ibidem.

⁸⁰⁹ R. Bluteau, *Vocabulario Portuguez...*, cit, v.5, p. 75. Acesso: <http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/1/lembra%C3%A7a>

⁸¹⁰ A. M. Silva, *Diccionario da lingua...*, cit., v.2, p. 214. Acesso: <http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/2/lembra%C3%A7a>

⁸¹¹ L. M. Silva Pinto, *Diccionario da Lingua Brasileira...*, cit., p. s.n. Acesso: <http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/3/lembra%C3%A7a>

ser estimulada por algo externo, que pode ser um ritual ou um sinal. Se não houverem esses estímulos, as figuras contidas na *memória* podem ser perdidas.

Frei Gaspar, Pedro Taques e Pereira Cleto constroem *memórias* por meio da valorização de fatos que, em última instância, são conteúdos históricos. Isto é, os autores não atentam-se apenas aos fatos, mas com qualquer imagem (nos termos que colocamos acima) do passado que sirva aos seus propósitos no presente, em direção a um futuro proveitoso. As *Memórias*, as caixas de armazenamento para a história, que Frei Gaspar está escrevendo contém apenas “figuras” do passado que o tornem digno de ser para sempre *lembrado*. Frei Gaspar tem um objetivo com suas *Memórias*: “porque a minha empresa só tem por objeto expurgar a História das Capitâneas de *São Vicente e Santo Amaro*”⁸¹². “Expurgar”, conforme os dicionários aqui consultados, é o ato de limpar uma ferida, mas também é emendar os erros contidos em livros, livrá-los dos erros. É exatamente esta última a intenção de Frei Gaspar, livrar a história da capitania dos erros para que esta se torne uma *memória* limpa, livre imagens erradas. Por isso a preocupação tanto de Frei Gaspar, quando de Pedro Taques em limpar a imagem que se tinha do *paulista* no século XVIII, pois estas imagens negativas compunham uma *memória* ruim. Se fazia necessário, então, apagar tais *lembranças* para que estas imagens desfavoráveis fossem esquecidas, sumissem da *memória*.

A *memória* possui também feições documentais, ainda que no período aqui analisado o método crítico tenha propiciado a redução do escopo de fontes tradicionais. Os fatos materializados pela *memória* são usados tanto por Frei Gaspar quanto por Pedro Taques, e por Pereira Cleto. As histórias repassadas por meio da oralidade eram válidas desde que os autores reconhecessem distinção em seus interlocutores⁸¹³, ou seja, havia pré-requisitos para que a *memória* pudesse servir como fonte. Um destes era ter a qualidade de *verdade*⁸¹⁴, como vemos Frei Gaspar a destacar que certa carta (que o autor entende ser documental) só é “*memorável* pelas verdades que noticiaram ao dito Conde”⁸¹⁵, ou seja: só vale ser guardada tal carta porque seu conteúdo é verdadeiro, lembrando que é próprio Frei Gaspar quem julga o que é verdade ou não. Pedro Taques atesta por meio de *memórias* os episódios por ele descritos, como vemos neste trecho: “Este sucesso, que temos narrado, só tem por documento a *memória* dos velhos,

⁸¹² F. G. da Madre de Deus, *Memórias para a História...*, cit., p. 148. (Itálico do autor)

⁸¹³ P. T. Silveira, *O Cego e o Coxo...*, cit., p., 22.

⁸¹⁴ Ideia que discutiremos ainda neste capítulo.

⁸¹⁵ F. G. da Madre de Deus, *Memórias para a História...*, cit., p. 192.

comunicada de pais a filhos”⁸¹⁶ e que por isso pode ser compreendida como vestígio de situações experienciadas que foram guardadas pela ação mnemônica. Como nos lembra Santo Agostinho,

“ainda que se narrem os acontecimentos verídicos já passado, a memória relata, não os próprios acontecimentos (...), mas sim as palavras concebidas pelas imagens daqueles fatos, os quais ao passarem pelos sentidos, gravam no espírito uma espécie de vestígios”⁸¹⁷

Santo Agostinho escreveu estas palavras no século IV (c.396), logo estava a muito tempo de distância do século XVIII luso-paulista, porém muitas de suas concepções teológicas — inclusive sobre o tempo — ainda estavam inseridas no contexto cristão ocidental que envolvia Frei Gaspar, Pedro Taques e Pereira Cleto. O conceito de *memória* armazenadora de imagens se mantém desde Santo Agostinho e está sendo usado pelos autores para produção de um passado da capitania que se transfigure no presente em uma imagem verdadeiramente boa para que se tenha um futuro promissor.

Sendo assim, os vestígios precisam estar disponíveis para que tenham serventia, e isto é possibilitado por terem as estruturas das experiências potencial de repetição, de maneira que dão inteligibilidade aos eventos passados que no presente podem ser transformados à luz da semântica⁸¹⁸. O que foi repassado oralmente é transmutado em imagens pelos autores aqui analisados de acordo com o conceito de *representação*, o qual João Adolfo Hansen assevera ser o conceito “nuclear que articula as apropriações dos modelos retórico-poéticos e teológico-políticos e das matérias formais e informais, antigas e contemporâneas”⁸¹⁹. A *representação* fazia com que as letras do século XVIII paulista e americanoportuguês não presumissem a iniciativa autoral individualizada, e de uma autonomia crítica de quem as produzia, e nem “prescrevem apropriação e crítica estética, não pressupondo a contemplação desinteressada de seus públicos”⁸²⁰. Assim

⁸¹⁶ P. T. Paes Leme, *Nobiliarquia Paulistana...*, cit., t. II, p. 82.

⁸¹⁷ Santo Agostinho, *Confissões...*cit., p., 247.

⁸¹⁸ J. Leonhard, “Language, Experience and Translation...”, cit., p. 265. Leonhard argumenta que a experiência pode se referir tanto a cadeia de eventos passados quanto à vários níveis de percepção e interpretação subjetiva desses eventos.

⁸¹⁹ J. A. Hansen, “Para uma história dos conceitos...”, cit., p. 255.

⁸²⁰ Ibidem, p. 266.

que a subjetividade de Frei Gaspar, Pedro Taques, e Pereira Cleto é limitada, o que os aproxima, além dos objetivos comuns da escrita da história.

Pereira Cleto emprega *lembrança* e *lembrar*, e vale-se da *memória* da mesma maneira que Frei Gaspar e Pedro Taques: algo que pode atestar um fato. *Lembrar* é a ação de reconhecer uma *lembrança* que só é possível, se esta estiver disponível e acessível⁸²¹. *Lembrar* é usado por Pereira Cleto com o sentido de notar, observar, fazer sabido: “não deixa de *lembrar* que crescendo a capitania de São Paulo debaixo das sábias providências (...)seja necessário haver na capitania fundição⁸²²”; e *lembrança* com o habitual sentido de movimento que dá acesso ao armazenamento da *memória*, e como a propulsora da *memória*. Quando faz referência ao engenho de ferro fundado por Afonso Sardinha, o velho, na região de Itú no século XVII, por exemplo, Cleto declara que “passou à coroa este engenho, ou pelo ceder nela o dito Afonso Sardinha, como dizem, ou por qualquer outro título, o certo é, que no ano de 1605 existiam entregues ao almoxarife de Santos peças de ferramenta, que tinham sido do dito engenho”⁸²³. A *memória* é sinônimo de “como dizem” — pois esta absorve tudo que se vê ou ouve —, do que as pessoas sabem a respeito do caso, e por isso é digno de nota no texto, além de que há a comprovação de que no passado foram entregues as peças do engenho, adicionando ao fato maior veracidade.

O conceito de *memória* e suas variantes são encontrados nos textos destes autores como parte de reviver a experiência de agentes passados. Como bem ressalta Koselleck ao escrever que “experiência se adquire, conceitos se desenvolvem para possibilitar linguisticamente o infinito número de experiências passadas e seu recordar”⁸²⁴. Frei Gaspar, Pedro Taques, e Pereira Cleto estão conceituando a *memória* para que possam trazer aos seus leitores as experiências da capitania de São Paulo, as quais são armazenadas pela *memória*, e por fim apresentar-lhes o passado ressignificado de acordo com o intuito final de cada obra, o que acentua novamente um traço da mudança na visão de história que o século XVIII vinha sofrendo. Começa-se a perceber que por haver diferenças entre as épocas, se faz possível as questões do presente

⁸²¹ P. Ricoeur, *A memória, a história, o esquecimento...*, cit. Ricoeur também entende que o oposto de lembrar-se, no caso “esquecer-se”, é impedir a memória, apagar os rastros e desconectar as vias que levam e que colocam diante da memória a lembrança.

⁸²² M. P. Cleto, *Dissertação a respeito da Capitania...*, cit., p. 37.

⁸²³ Ibidem, p. 24.

⁸²⁴ R. Koselleck, *Historia de conceptos...*, cit., p. 29.

mudarem as perspectivas de passado, onde este passa a ser reescrito de acordo com os interesses do momento, direcionando para o rompimento de um horizonte histórico comum que circundava presente e passado. O passado não apenas ilumina o futuro de forma pedagógica, mas o próprio presente passa a ter papel na construção do porvir que não se limita somente aos exemplos históricos.

Guardar a memória de algo e ter a oportunidade de lembrá-lo ou ter lembrança de tal é deveras importante para a elaboração da história que necessita ser sustentada pela verdade. Pedro Taques lamenta-se por não haver quem tenha *memórias* diante da ausência de documentos, o qual acaba por atravancar seu trabalho. Em dado momento de sua pesquisa a respeito da família Gaya, Taques escreveu:

“É lamentável a falta que há de documentos, que sirvam de fio verdadeiro para a genealogia do nobiliário que pretendemos dar à luz; e até as notícias dos velhos não descobrimos; porque dependendo de exame, com zelo da verdade, o trabalho de procurar semelhantes memórias, não temos achado um só sujeito que nos queira ajudar nesta empresa, que toda se dirige ao fim do bem público e utilidade dos descendentes, que todos vivem amortecidos na ignorância dos seus nobres progenitores, e das suas honrosas virtudes e ações, para lhes imitem com crédito do mesmo sangue, que lhes adorna as veias.”⁸²⁵

A falta de interesse pelos ascendentes da família, simboliza, nesta passagem, a falta de interesse pela própria *história* tal qual concebida pelo autor. A não conservação de *memórias* nessa família acaba por prejudicar a escrita da história de pessoas que compõem o passado da capitania, e de modo consequente, a composição de parcela da história colonial daquela parte da América. Temos, assim, mais dois outros conceitos importantes, *história* e *verdade*, que conforme o mesmo Pedro Taques, ao criticar Rocha Pitta, escreveu que “além de muitos outros descuidos em que caiu [Rocha Pitta em sua obra], que são erros grandes para a *verdade* que é a alma da *história*”.⁸²⁶ *História* no início do século XVIII era por definição na língua portuguesa, “narração de coisa memoráveis” acrescentada de “*indagação de coisas curiosa, e desejo de*

⁸²⁵ P. T. Paes Leme, *Nobiliarquia Paulistana...*, cit., t. II, p., 120.

⁸²⁶ P. T. Paes Leme, *Nobiliarquia Paulistana...*, cit., t. III., p. 22.

*saber*⁸²⁷”, ao fim do mesmo século e no seguinte, as indagações e desejos de conhecimento, tornam a história apenas narração de sucessos (entendidos como acontecimentos sucedidos), que poderiam ser civis, militares ou políticos⁸²⁸. A *história* era movida pela curiosidade de saber o que se passou antes do tempo presente, e para isso, deveria andar sempre junta com a *verdade* que era vista de acordo com os interesses do presente, era uma *verdade* formada, construída de acordo com a forma que a história deveria possuir, no caso aqui analisado, um passado de São Paulo com pessoas supostamente corajosas, leais, e nobres.

A profissão de fé do historiador comporta normas que o obrigam a se utilizar sempre da verdade, para deste “modo resguardá-lo de adentrar o reino dos fabulistas. A verdade deve irromper pura e imediatamente sob a abstração da própria pessoa”⁸²⁹. Com o alvorecer de uma história *do que aconteceu* e da história *narrativa do que aconteceu*, ou, de uma *história narrativa* que está se separando da *história imagética* no século XVIII, transpõem-se a barreira entre história e poética, sendo exigido da história narrativa uma unidade épica que possibilitasse aos fatos históricos a tradução para a realidade histórica através da consciência. Mais que sequências cronológicas, as motivações e experiências iam sendo trazidas a superfície com uma elevada exigência de verdade para a produção da história, o que não anulou o seu caráter moralizante.⁸³⁰

Frei Gaspar da Madre de Deus preocupa-se veementemente em não ser arrolado no rol de *fabulistas*. Em sua obra tem o cuidado de descrever primeiro as “fábulas” para então apresentar, ao seu leitor, a “História verdadeira”. Frei Gaspar deprecia a fábula por ser originária de quimeras a partir “de algum fato verdadeiro”, ou seja, por trás da fábula há uma verdade que o autor busca apresentar, como por exemplo “a rebelião dos *Guaianazes* contra seu Príncipe *Tibiriça* deram ocasião à fábula: agora vou expor os fundamentos da minha conjectura”⁸³¹. Esta *fábula* a qual Frei Gaspar se refere foi, ainda segundo o mesmo autor, uma confederação em que os índios “*Tupins*” se levantaram contra os portugueses em 1562. Uniram-se a esta confederação os

⁸²⁷ R. Bluteau *Vocabulário Português...*, cit., v. 4, p. 39. Acesso: <http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/1/historia>

⁸²⁸ Para tanto, ver Moraes Silva e Luiz Maria da Silva Pinto, verbete *história*. Acesso: <http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/edicao/1>

⁸²⁹ R. Koselleck, *Futuro Passado...*, cit., p. 163.

⁸³⁰ Ibidem, p. 48-51. Koselleck identifica nesta necessidade de certificação da verdade, que não limitou-se as obras históricas estendendo-se a romances, contos e novelas que passaram a receber em suas edições subtítulos “história verdadeira”, a nova consciência da realidade histórica.

⁸³¹ F. G. da Madre de Deus, *Memórias para a História...*, cit., p. 107. (Itálicos do autor)

“vassalos de *Tibiriçá*, os quais se rebelaram contra ele e, incorporados no exército contrário, vieram sobre a Vila de São Paulo e a cercaram por não querer desistir *Tibiriçá* da amizade dos portugueses, aos quais defendeu valorosamente até conseguir a vitória e afugentar os seus inimigos.”⁸³²

Mais adiante, Frei Gaspar conta-nos que,

“Muitas vezes tenho advertido que as *fábulas* respectivas à Capitania de *S. Vicente*, publicadas pelos estrangeiros nas suas *histórias*, todas, ou a maior parte delas, se originaram de algum fato verdadeiro, viciado pelos escritores. A esta classe pertence a impostura de que os mamelucos sacudiram o jugo da autoridade Divina e humana, como se explica Charlevoix. É bem natural que esta *fábula* tivesse a sua origem de um dos sucessos mais notáveis da *História* antiga de *S. Paulo*, o qual, por me parecer interessante, vou relatar em substância como se passou”.⁸³³

Frei Gaspar faz troça “por ser cousa impossível” incondizente com a verdade, ao ponto de trechos “da *fábula* [serem] para mim [Frei Gaspar] muito engraçado[s]”. Portanto, a *história* que seria digna de confiança estaria totalmente atrelada à *verdade*, e se faria necessário lançar mão das “luzes intelectuais necessárias para discernir o *verdadeiro* do falso” para não cair no erro de “nunca dizer a *verdade* pura” ou acabar por “desfigurar a *verdade*”⁸³⁴ ao escrever *história*. Frei Gaspar compreende que aquilo que denomina “fato verdadeiro” se origina de demandas que em último caso seriam históricas, mas ao mesmo tempo, não está preocupado em averiguar os fatos em si, apesar de estar em busca da *verdade* histórica. A *verdade* tem vários níveis que envolvem a dimensão moral, subserviente, e é o que autor acredita ser condizente com aquele passado que ele está elaborando, se não couber na elaboração que está construindo, o autor rebaixa o “fato verdadeiro” e sua consequente interpretação a condição de *fábula*, aquilo que pode ser interpretado como quase que exclusivamente uma falta de informação correta. É interessante que a *memória* era um artefato para a *verdade* por ter valor de evidência mediante seu feitio de depósito, bem como ser

⁸³² F. G. da Madre de Deus, *Memórias para a História...*, cit., p. 108.

⁸³³ Ibidem., p.137-138.

⁸³⁴ F. G. da Madre de Deus, *Memórias para a História...*, cit.

elemento coadunado com a tradição. A tradição é um reflexo da *memória*, desde que a imagem produzia por ela possa ser compreendida no presente.

A *história* não poderia ser produzida sem que a *verdade* na qual esta se apoiava não fosse posta à prova e com isso os autores convenciam seus leitores através do benefício da dúvida. Ao relatar que Martim Affonso tomou posse de margens do Rio da Prata, Frei Gaspar apresentou um homem de nome Sebastião Caboto que “vira chegar a seu campo um capitão português chamado Diogo Garcia, o qual ia reconhecer o país, por ordem do Capitão Geral do *Brasil*, e tomar posse em nome d’El-Rei de Portugal”. Continua relatando que diziam que Caboto não tinha forças suficientes para impedir os portugueses de tomarem posse da região, e que por isso, Caboto, “tomara a resolução de fazer alguns presentes a Diogo Garcia e hospedá-lo no Forte do Espírito Santo”. Frei Gaspar, diz que Martim Affonso não encontrou com Caboto em 1526, porque ainda se encontrava em Portugal nesta data, e concluiu: “bem pode ser que as ações de Caboto(...) sejam supostas e inventadas por política: isto persuade o silêncio dos historiadores portugueses e a falsidade da época em que, dizem, sucedera o fato.”⁸³⁵

O gênero memorialístico contribuiu para a busca da procedência atribuída ao registro histórico, e para tanto, regrediu ao passado mais distante possível. Frei Gaspar nos diz isso quando afirma: “Eu vou procurar mais longe a origem das referidas Capitânias [São Vicente, Santo Amaro]”, mas ainda não é um gênero que busca a exatidão na sua escrita. As memórias poderiam se valer de suposições, como no caso de Caboto, e isto não afetava a confiabilidade da obra pelo leitor, já que as literaturas da época colonial modelavam seus destinatários nas formas dos estilos da obra, propondo-lhes “a posição interpretativa que deve assumir para receber adequadamente os efeitos representados”.⁸³⁶

O século XVIII não inovou por ter o historiador que buscar a verdade e repassá-la; inovou no sentido de adoção de um ponto fixo⁸³⁷, e deste ponto têm-se o filtro para o julgamento da *verdade*, o que acaba por suscitar ao historiador a tomada de partido, como faz tanto Frei Gaspar como Pedro Taques. Ambos tomam o partido da *história*, e acreditam ser indispensável advertir aos que se interessam pela *História verdadeira* a

⁸³⁵ F. G. da Madre de Deus, *Memórias para a História...*, cit., p. 57-58.

⁸³⁶ J. A. Hansem, “Para uma História dos conceitos...”, cit., p. 254.

⁸³⁷ R. Koselleck, *Futuro Passado...*, p. 161.

não confiar em autores, que na visão deles, não buscam examinar os fatos por facilidade ou partido oposto. Frei Gaspar alertou,

“Julgo necessário advertir a quem escrever a *História* desta Capitania, que se não fie no autor da ‘América Portuguesa’, o qual muitas vezes claudica, em saindo fora da sua Pátria, e são mais frequentes os seus lapsos quando chega a S. Vicente e Santo Amaro (...)”⁸³⁸

Pedro Taques a respeito do mesmo autor de *América Portuguesa*, escreveu,

“Não há mais expressar! Tudo acontece aos que tomam por fio da história qualquer informação sem mais exame para a credulidade do que o necio conceito de serem verdadeiros todos os fatos que lhe comunica ou a paixão odiosa ou a facilidade lisongeira.”⁸³⁹

Sebastião da Rocha Pita escreveu sua obra, *América Portuguesa*, no contexto da *Academia dos Esquecidos*. Segundo João Paulo Garrido, a obra de Pita foi produzida “na perspectiva reformista de complementaridade entre metrópole e colônias, de acordo com as convenções encomiásticas da escrita da época, mas certamente de um ponto de vista luso-americano”⁸⁴⁰. Rocha Pita, escreveu sobre a fauna, flora, a abundância de variedade de gêneros produzidos pelas regiões coloniais, a questão dos indígenas (os tinha como bárbaros), dentre outras. Acreditava que a Divina Providência foi quem fez com que a América se tornasse portuguesa, sendo a natureza das terras brasílicas produto desta Providência. Pita atribuíu sucesso a formação do corpo político na América pelos lusitanos, e através “dos elogios aos seus contemporâneos luso-americanos por suas conquistas nas letras e nas armas, afirma[va] com isso a existência, no Brasil, de uma sociedade equiparável à do reino”⁸⁴¹. Para Rocha Pita, as várias “pátrias” — a de Pita era a Bahia — constituíam o Império português. O autor de *América portuguesa*, assim como Frei Gaspar e Pedro Taques, era *português*, conceito que portava “diversas identidades locais, regionais, eventualmente étnicas, coexistentes

⁸³⁸ F. G. da Madre de Deus, *Memórias para a História...*, cit., p. 162.

⁸³⁹ P. T. Paes Leme, *Nobiliarquia Paulistana...*, cit., t. III, p. 27.

⁸⁴⁰ J. P. Pimenta, “Literatura e condição colonial...”, cit., p. 506.

⁸⁴¹ Marcelo Kochenborger Scarparo, “*A justiça do nosso domínio*”: a dimensão geopolítica na cultura historiográfica luso-americana da primeira metade do século XVIII. São Paulo: FFLCH/USP, 2015 (Dissertação de Mestrado), p. 127.

entre si e articuladas em torno da identidade portuguesa”⁸⁴². Nas críticas de Frei Gaspar e Pedro Taques a Rocha Pita, não está colocada em questão a *história* da América em si, mas as coisas que este disse a respeito da pátria que não a sua — cabe lembrar que *pátria* no século XVIII não estava ligada às unidades nacionais nem vinculada às divisões políticas, mas sim a região, cidade natal ou reino que cada um pertencia e que constituía, assim, sua pátria.⁸⁴³ Rocha Pita por não ser *paulista* claudica da verdade por não saber muitas coisas a respeito da região que não é sua pátria, portanto, acaba produzindo uma *história* que foge da *verdade* que estes autores acreditam em relação a pátria deles, que é São Paulo. Pita não possui *memórias* verdadeiras a respeito da capitania paulista, antiga São Vicente; o que o mesmo ouviu e/ou leu a respeito formou um conjunto de arquivos na *memória* falsos, e que produziram figuras igualmente falsas as quais Pita imprimiu em sua obra. Pedro Taques afirmou isso quando disse

“é lástima grande que o coronel Sebastião da Rocha Pitta, sem mais exame da *verdade*, que umas falsas informações que talvez lhe daria o mesmo Manoel Nunes Vianna, quando ocorrido e homisiado pelos seus delitos fugia pelo recôncavo da Bahia, escrevesse afastado de toda a *verdade* uns fatos de tanta ponderação como de graves circunstâncias, sem o *verdadeiro* conhecimento da natureza deles!”

Era a *verdade* quem criava os fatos e não estes que falavam por si só, os fatos não eram cobertos pela *unicidade* dos acontecimentos que são irreversíveis e pontuais, e que eventualmente podem se repetir⁸⁴⁴; os fatos atribuídos por esses autores do século XVIII, formavam na *memória* imagens, e se essas imagens/figuras se encaixassem no passado que estes homens estavam criando, eram, então os fatos, *verdadeiros*.

Marcelino Pereira Cleto distribui no decorrer de seu texto informações históricas sem deter-se no estabelecimento crítico de uma *verdade* histórica. Aparentemente, tais informações já seriam conhecidas pelo senso comum, e desta forma prescindiria o autor de reafirmar sua veracidade. Cleto cita alguns pontos da fundação da Capitania por Martim Affonso e elogia seu passado por ter sido fonte das capitanias da América portuguesa. Em suas palavras: “A capitania de São Paulo foi das primeiras, que se descobriu, e principiou a povoar-se na América, dela se fizeram (...) todos os

⁸⁴² J. P. Pimenta, “Literatura e condição colonial...”, cit., p. 495.

⁸⁴³ M. K. Scarparo, “*A justiça do nosso domínio*”..., cit., p. 123-124.

⁸⁴⁴ R. Koselleck, *Los estratos do tiempo*..., cit.

descobrimientos que hoje formam diferentes capitanias”⁸⁴⁵. Porém como seu “intento [é] dar uma ideia da capitania de São Paulo e modo de restabelecê-la, não devo entrar na averiguação (...)”⁸⁴⁶ e no papel de juiz de alguns fatos históricos. Deste modo, acrescenta ainda mais alguns eventos históricos a respeito dos descobrimientos e estabelecimento da economia mineradora, à qual credita a decadência da capitania por provocar a negligência com a agricultura face ao ouro. Cleto também retoma a história recente desde a passagem da capitania para o controle do Rio de Janeiro em 1748, até o capitão general em exercício no momento em que produzia sua dissertação, Martim Lobo de Saldanha.

O autor da *Dissertação a respeito da Capitania de São Paulo* usa a *história* para validar seu argumento decadentista em prol da agricultura. Não parece interessante ao autor, um aprofundamento no passado colonial paulista que vá muito além das questões econômicas que ratifiquem seu argumento. Pereira Cleto faz uso da *história* como aquela que dá exemplos para o futuro — *história magistra vitae* —, e é no passado agrícola, anterior aos descobrimientos auríferos, que se encontra a chave para o reestabelecimento da economia da capitania de São Paulo. Para o cumprimento de seu propósito, Cleto elabora um passado em que as partes da “marinha” (regiões litorâneas), sempre foram mais férteis e proveitosas para a agricultura. Disse Cleto sobre isto, que “parece conclusão inegável, que na marinha se deve cuidar principalmente da agricultura, e mais gêneros, que se navegam para a Europa; porque com este se aumentam as rendas Reais”. Relata ao leitor que o “atual sistema tem-se seguido diminuição de agricultura na marinha, parte em que é útil, e aumento de muitas e grandes despesas à Fazenda Real”, e lembrou que

“logo no ano de 1535, em que Sua Majestade fez mercê a Martim Affonso de Souza de cem léguas de costa na América, nas quais entra a maior parte da capitania, lhe permitiu, que pudesse fazer vila todas as povoações, que se fizessem na dita capitania, com declaração porém, que essa liberdade se estenderia, pelo que respeitava as povoações, que tivessem ao longo da costa, e dos rios que se navegassem; porque dentro de terra firme, e sertão se não poderiam fazer vilas (...); nesta restrição, que o Sr. D. João III fez a respeito de

⁸⁴⁵ M. P. Cleto, *Dissertação a respeito da Capitania....*, cit., p. 27.

⁸⁴⁶ Ibidem, p. 30.

criação de vila no sertão, e ampla liberdade de se erigirem na marinha, parece se deduz bem, que ele conheceu já a utilidade incomparavelmente maior de se povoar a marinha, que o sertão.⁸⁴⁷ “

Para Pereira Cleto é inegável que as partes da costa da capitania sempre foram a melhor parte para o desenvolvimento humano e econômico, e por isso, o passado da capitania de São Vicente serve aos seus propósitos de validação das zonas costeiras paulistas, em razão da antiga capitania vicentina ser a mais antiga da América portuguesa, “e o povo dela, o que melhor tem servido a sua Majestade”⁸⁴⁸.

Diante do exposto até aqui, resta-nos abordar mais um importante conceito para a escrita da história setecentista paulista, o *tempo*. De acordo com Raphael Bluteau em 1728, o *tempo* para além do tempo do tipo objetivo, que fluí, é aquele

“que tudo descobre, só se encobre a si de forma que ninguém pode bem compreender a sua natureza, tão extraordinária e caprichosa, que se compõe de um ser passado e outro futuro, atados um e outro a um momento presente. É assim o tempo pai e parricida de si mesmo, com o futuro se faz presente, com o passado se destrói (...).”⁸⁴⁹

Bluteau definiu o tempo tal qual Santo Agostinho séculos antes, que declarou “sem receio de contestação, que, se nada sobreviesse, não haveria tempo futuro, e se agora nada houvesse, não existiria o tempo presente”; e, indagou-se o mesmo Santo: “mas se o presente para ser tempo, tem necessariamente de passar para o pretérito, como podemos afirmar que ele existe, se a causa da sua existência é a mesma pela qual deixa de existir?”⁸⁵⁰ As concepções temporais de Santo Agostinho eram ainda comuns aos homens e mulheres do século XVIII, como é demonstrado através do verbete transcrito de Bluteau. Em 1789, Moraes Silva significou o *tempo* como objetivo, como medida de duração, de espaço, e como “conjuntura; ocasião”⁸⁵¹. O *tempo* é, assim, um meio onde as coisas se desenrolam, e também combinação de acontecimentos ou eventos em um dado momento. No século XIX, a definição de *tempo* encurta-se para “a medida de

⁸⁴⁷ M. P. Cleto, *Dissertação a respeito da Capitania...*, cit., p. 21.

⁸⁴⁸ M. P. Cleto, *Dissertação a respeito da Capitania...*, cit., p. 17.

⁸⁴⁹ R. Bluteau, *Vocabulario Portuguez...*, cit., v. 8, p. 81. Acesso: <http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/1/tempo>

⁸⁵⁰ Santo Agostinho, *Confissões...*, cit., p., 244.

⁸⁵¹ Moraes Silva, *Diccionario da Lingua Portuguesa*, v. 2, p. 763. Acesso: <http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/2/tempo>

duração das coisas. O estado da atmosfera [tempo natural]. Estação. Ocasão. Dilação”.⁸⁵²

Entre Frei Gaspar, Pedro Taques e Pereira Cleto, encontram-se abundantes referências ao *tempo* que corre, que ordena e circunda a vida cotidiana. Palavras tais quais: “acelerar”, “aceleradamente”, “breve”, “brevemente”, “conservar”, “eternizar”, “existir”, “pretérito”, “perpetuar”, “predestinado”, “demora”, “saude/saudosa”, “hoje”, “amanhã”, “ano”, “dia”, dentre outras, são usadas em abundância nos textos. No entanto, para além destes termos, há também metáforas, que nos dão pistas de como tais autores pensavam e sentiam o tempo histórico. As metáforas vão além dos conceitos porque são mais que representações; são elas sinais colocados nas lacunas discursivas e que conferem inteligibilidade ao mundo, seu valor está em si mesma e no que elas dão forma. Assim como os conceitos, as metáforas sobrepõem a imediata vivência por ligarem-se as estruturas significantes, que abarcam e articulam uma totalidade de significados que podem ser historicizados⁸⁵³. Assim, o *tempo* em Frei Gaspar é comumente substituído por “infância”. Como ao tratar das origens da cidade de São Paulo, “eu tenho mostrado que os únicos habitantes da Cidade de *S. Paulo* na sua infância foram *Guaianazes, Piratininganos e* religiosos da companhia de Jesus”⁸⁵⁴, assim compara o beneditino o *tempo* de existência da cidade de São Paulo, em um dado momento da história, a uma das fases da vida. O *tempo* desta maneira não é estático, pode ser periodizado, e não é sempre igual, o que aponta para a ideia que viemos até aqui arguindo de que estes escritores dão conta de que o momento em que estão vivendo difere de outras épocas e se abre, ainda que por vezes timidamente, ao futuro.

Há um trecho interessante de Frei Gaspar quando este está racionalizando o ano em que chegou a primeira mulher branca à “Nova Lusitânia”. Frei Gaspar afirmou que foi esta a mulher do Meirinho João Gonçalves, e transcreveu uma frase da petição que o Meirinho fez (não especifica a quem) onde lemos: “Visto como era casado, com mulher, e filhos em a dita terra, passa um ano”. Logo em seguida, Frei Gaspar, analisou a frase dizendo: “Quem diz: *passa de um ano*, quer indicar menos de dois”⁸⁵⁵. Frei Gaspar,

⁸⁵² L. M. Silva Pinto, *Diccionario da Lingua Brasileira...*, cit., p. s.n. Acesso: <http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/diccionario/3/tempo>

⁸⁵³ Elías Palti, “From Ideas to Concepts to Metaphors: The German Tradition of Intellectual History and the Complex Fabric of Language”. In: J. Fernández Sebastián (Ed.), *Political Concepts and Time...*, cit., p. 58-65.

⁸⁵⁴ F. G. da Madre de Deus, *Memórias para a História...*, cit., p. 133.

⁸⁵⁵ Ibidem, p. 64.

amparando-se na documentação e escritos da época da fundação de São Vicente, racionalizou no tocante a duração do intervalo que as terras brasílicas levaram até receberem a primeira mulher branca. Na análise da frase da petição do Meirinho, Frei Gaspar pensou na probabilidade da vinda da mulher branca baseado em um dizer metafórico de tempo inexato. O beneditino está pensando nesse caso na unicidade, pois está procurando demarcar a data deste fato, tal qual ele mesmo atesta: “não é verossímil que viessem casais na primeira esquadra: como nesse tempo ainda não havia colônia alguma regular de portugueses no Brasil”⁸⁵⁶.

Em outro momento, frei Gaspar se sentiu felicíssimo por haver encontrado o Alvará “do qual ninguém tinha notícia”, que concedeu D. João III a Martim Affonso atribuindo-lhe o poder de “passar sesmarias”. Diz, Frei Gaspar, que este Alvará “é um monumento preciosíssimo; serve de Norte para se conhecer o ano em que Martim Affonso saiu de Lisboa para o *Brasil*”⁸⁵⁷. O documento, tal qual um monumento, é algo que deve durar e ser exposto para se construir uma *memória* verdadeira deste fato que deve sempre ser rememorado, por ser monumental. Assim, para Frei Gaspar o *tempo* mescla tradição com um pouco de matematização. Em uma passagem de seu texto, Frei Gaspar questiona se a marcação corrente na época do tempo que Martim Affonso permaneceu na América portuguesa é correta. Faz isso comparando duas cartas, uma que El-Rei mandou para que Martim Affonso recolhesse a Armada, e outra que foi enviada através de João De Sousa contendo ordens contrárias a primeira. Com isto, Frei Gaspar refletiu

“e o tempo de seis meses, pouco mais ou pouco menos é espaço muito breve para sair de Lisboa João Sousa, chegar a *S. Vicente*, desta Vila avisarem ao Soberano que estava enganado, mandar ele recolher o enganador, ir este explorar a costa até o *Rio da Prata*, voltar para *S. Vicente*, e daí fazer viagem para a Corte”.⁸⁵⁸

Mais à frente em sua obra, Frei Gaspar se perguntou como os moradores de São Paulo não desconfiaram que João Ramalho estava equivocado quanto à sua idade. Na leitura do testamento de João Ramalho, Frei Gaspar não compreendeu como

⁸⁵⁶ F. G. da Madre de Deus, *Memórias para a História...*, cit.

⁸⁵⁷ Ibidem, p. 36-37 (Itálicos do autor).

⁸⁵⁸ F. G. da Madre de Deus, *Memórias para a História...*, cit., p. 59.

“Ele [João Ramalho] duas vezes repetiu que tinha alguns noventa anos de assistência nesta terra, sem que alguns dos circunstantes lhe advertisse que se enganava, o que certamente fariam se o velho por caduco errasse a conta porque bem sabiam todos que, em 1580, ainda não chegava a 50 anos a assistência dos portugueses na Capitania de S. Vicente, (...) e este fato tão notável não podia ignorar morador algum de S. Paulo, por ainda existirem nesse tempo alguns povoadores que vieram na armada, com suas mulheres e seus filhos.”⁸⁵⁹

Neste momento a mensuração da vida participava da escrita da história tendo em vista a busca pela *verdade*. No trecho transcrito acima, Frei Gaspar fez uma distinção dos tempos, concomitantemente aplicou os critérios de seu tempo para julgar o testamento, e as pessoas da época de João Ramalho. Frei Gaspar, estava apartando-se do tempo de João Ramalho, mas não enxergava as especificidades da época da qual escrevia.

A mensuração, tal qual vimos falando ao longo desta dissertação, ganhava cada vez mais espaço no Ocidente desde o século XVI, porém não era, naquele momento, um fator completamente difundido no dia a dia dos homens e mulheres ocidentais. Frei Gaspar racionalizava algumas questões por meio de medidas de tempo e distância, mas não compreendia que as épocas diferem entre si, inclusive, na forma que dimensionam suas realidades. Sendo, portanto, um escritor imerso nas formas tradicionais de visualização da história do Setecentos ocidental. Pedro Taques, não se vale dessas indagações específicas, e Pereira Cleto matematiza, através dos livros de “despesas de Sua Majestade”, os lucros que a capitania poderia obter caso voltasse sua produção para a Marinha. Calculou as rendas do Real Quinto, e da Junta de Fazenda, os quais foram expostos, ao final de sua *Dissertação*, em cinco mapas nomeados de “Relações”, da “Fazenda”, da “Alfândega”, do “Dízimos”, do “Gêneros”, de “Algumas despesas”, das “Rendas Reais”⁸⁶⁰.

Pedro Taques, se valeu de metáforas que compara o tempo a objetos que consomem a outros objetos. O *tempo*, em seus escritos, é como uma lima, uma

⁸⁵⁹ F. G. da Madre de Deus, *Memórias para a História...*, cit., p. 232.

⁸⁶⁰ M. P. Cleto, *Dissertação a respeito da Capitania...*, cit., p. 42-52.

ferramenta metálica que serve para polir e desbastar metais ou materiais duros⁸⁶¹. É também segredo: coisa oculta, que não se revela, o que existe de escondido em maior profundidade, “coisa que se quer encoberta, e não sabido de alguém”⁸⁶². O *tempo* é consumidor, é agente ativo, “porque o segredo do tempo fez consumir aquela ação digna de se perpetuar”; “não consumirá o tempo o grande nome”; “aos quais a lima do tempo consumiu”, disse Pedro Taques em seus escritos⁸⁶³. Mais que consumidor e segredo o *tempo*, em Pedro Taques, é destruidor, como vemos na passagem que o autor relata o destino de uma fazenda na vila de Parnaíba pertencente a D. Catharina de Almeida: “o tempo que tudo destroe veio a deixar em decadência esta grande fazenda⁸⁶⁴”, foi o *tempo* que não exime nada de sua ação, e avança sobre tudo e todos, quem provocou o desandar da fazenda, e não seus administradores.

Em outro momento, a respeito do futuro, Taques compara o *tempo* a “prevenção”, e quanto ao passado, a “saudades”. O futuro, desta forma, é algo que pode ser estimado de acordo com as previsões do presente, e assim, há precaução. Como já dito anteriormente, fazer prognóstico era algo comum, e portanto, a leitura de futuro de Pedro Taques está de acordo com a visão tradicional do século XVIII, onde os homens anteviam seus futuros e tentavam viver de acordo com suas previsões. Porém, como foi diagnosticado por Koselleck, conforme o horizonte de expectativa foi se alargando na *modernidade* ocidental em fins do Setecentos — *modernidade* caracterizada por ele como um momento onde a vida se acelera entre múltiplos tempos distintos —, o futuro passa ter opções novas de prognósticos disponíveis que nunca antes foram feitos, pois o homem começa a se conscientizar de que pode fazer a história, no sentido de ter a história um campo de ação no qual o homem atua⁸⁶⁵. De volta as metáforas, Pedro Taques equipara o *tempo* a dilapidação de coisas em segredo. Sua ação é oculta, o *tempo* que “só se encobre a si” — na definição de Bluteau —, mas não é indelével; é cadenciado como o agir da lima e passível de ser recuperado através da *memória*. O *tempo* caracterizado por Pedro Taques, previne em relação ao futuro, por ter condições

⁸⁶¹ De acordo com os dicionaristas consultados nesta pesquisa, Bluteau, Moraes Silva e Silva Pinto. Para acessar os verbetes: <http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario>

⁸⁶² Moraes Silva, *Diccionario da Lingua Portuguesa*, v. 2, p. 677, verbete “segredo”. Acesso: <http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/2/segredo>

⁸⁶³ P. T. Paes Leme, *Nobiliarquia Paulistana...*, cit., t. I, p. 119, t. II, p. 121 e t. III, p. 123.

⁸⁶⁴ Ibidem, p. 228.

⁸⁶⁵ R. Koselleck, *Futuro passado...*, cit., p. 238.

de servir de exemplo, e também é caracterizado como saudade, ou seja, é algo de que se sente falta no presente e que não pode ser repetido.

O *tempo* é algo que tem medida e extensão, como nos demonstra Pereira Cleto, “de mostrar dentro do tempo”, porque pode ser penetrado. É “experiência”, na medida em que pode ser comparado a um conhecimento obtido previamente por meio dos sentidos, e que pode ser repetido, mas não necessariamente copiado. É a “experiência” adquirida pelo próprio Pereira Cleto que o certificava que a atualidade em que vivia poderia ser mudada: “porque, servindo a mais de dois anos de juiz da Alfândega de Santos, a experiência tem me mostrado, que é muito mais o cômputo de fazenda, que por ela tem passado vindo do Rio de Janeiro, do que trariam os ditos navios”.⁸⁶⁶ O tempo experimentado poderia ser, na contemporaneidade de Cleto, retomado tendo em vista mudanças no tempo futuro, que seria o reavivamento da capitania.

O *tempo* é um exemplo para Cleto (e também para Frei Gaspar, e Pedro Taques) e por esta condição ainda pode ser reavido no presente — apesar da realidade de experiências primordiais de indivíduos serem únicas e, assim, não terem poder de repetir-se⁸⁶⁷, a não ser por meio da *memória*. De toda forma, este tipo de experiência através da *memória* não se acha entre estes autores, a *memória* que eles estão criando se fazem de imagens supostamente verdadeiras de um passado que tem possibilidade de repetir-se no presente. Por fim, o *tempo* também pode ser em sua percepção algo de futuro — apesar de passado e futuro serem/existirem sempre no presente, na medida em que o futuro se tornará presente e o passado já fora uma vez futuro, em outras palavras, “presente das coisas passadas, presente das coisas presentes e esperança presente das coisas futuras”⁸⁶⁸.

A concepção de que alguém está adiante de seu tempo existe no século XVIII. Quando Pedro Taques descreve Bento do Amaral da Silva, retrata aos seus leitores o talento que este possuía para montarias. Diz Taques que Bento do Amaral “excedeu a todos do seu tempo na arte de andar a cavalo, obrando com airoso gentileza (...). Era tão destemido que passou a ser temerário, porque montava o mais manhoso cavalo sem perder o assento da sela”, mantinha o corpo ereto e nunca perdia as estribeiras do cavalo. Era tão admirável e excelente cavaleiro que “sem as lições das picarias da

⁸⁶⁶ M. P. Cleto, *Dissertação a respeito da Capitania...*, cit., p. 23.

⁸⁶⁷ J. Leonhard, “Language, Experience and...”, cit.

⁸⁶⁸ Santo Agostinho, *Confissões...*, cit., p. 248.

Europa, merecia o louvor que muitos, dentro da mesma corte de Lisboa, instruídos por excelente mestres e muito peritos, não executavam o que Bento do Amaral fazia (...).”⁸⁶⁹ Pedro Taques estava mostrando ao seu leitor que na época de Bento do Amaral, era este único dentre seus contemporâneos, não havia quem o superasse. Para as habilidades de Bento do Amaral serem julgadas como excepcionais, deveriam ser essas atitudes que superavam seu tempo, de onde se retira a concepção de que esse personagem era alguém “a frente do seu tempo”, na concepção de Pedro Taques. Isso faz sentido, porque é no passado que se encontram os *paulistas* de grande estima, destreza e também excepcionalidade, e que legaram aos homens do presente inspiração para a repetição dos atos daqueles tempos.

Os autores aqui analisados estavam elaborando seu passado e produzindo uma história através de conceitos que eram importantes para constituição de uma história verdadeira. Quando se faz análise de conceitos, pode-se “ter uma ideia das esperanças e anseios, das angústias e sofrimentos dos contemporâneos de então”⁸⁷⁰. Para estes homens havia a esperança da constituição de uma *verdade* histórica na construção de um passado virtuoso dentro das perspectivas coloniais do Império português; estavam reelaborando suas identidades “a partir do movimento que traça uma diferença com o passado. Rompe[m], nesse sentido, a sequência natural da lembrança ao transformá-la em história. [Re]Cria[m] sua[s] identidade[s] no âmbito da temporalidade”⁸⁷¹. Para estes autores o *tempo* ainda não era conjuntura, onde o arranjo dos eventos de um dado momento dá caráter único a uma época, a despeito de como foi mostrado no verbete de Moares Silva (1789), o *tempo* englobar em sua definição a ideia de conjuntura. A consciência da unicidade das épocas é algo que surge com a *modernidade* e neste ponto, os autores, são tradicionais. A história que estavam praticando ainda tinha ares providencialistas que podem ser atribuído ao que Iris Kantor designou como “retórica de afirmação da identidade americanista”⁸⁷², a qual via no passado um que de profético, ou louvável por ser nobre, como é atestado por Pedro Taques quando escreveu que Manoel Affonso Gaya “deixou em Santos memórias dos seus grandes merecimentos,

⁸⁶⁹ P. T. Paes Leme, *Nobiliarquia Paulistana...*, cit., t. I, p. 140.

⁸⁷⁰ R. Koselleck, *Futuro passado...*, cit., p. 268.

⁸⁷¹ Guillermo Zermeno Padilla, “História, experiência e modernidade na América Ibérica, 1750-1850”. *Almanack Braziliense*, São Paulo, n.7, 2008, p.11. Acesso: <http://www.revistas.usp.br/alb/article/view/11679/13449>

⁸⁷² I. Kantor, *Esquecidos e Renascidos...*, cit., p. 219.

porque soube conciliar um geral aplauso, respeito e veneração de todos os moradores do seu tempo”⁸⁷³; ou, quando disse que o respeito e a nobreza das pessoas elegiam postos na capitania, e exclamou: “que diferente tempo daquele século para o presente na eleição de semelhantes postos!”⁸⁷⁴. Taques percebeu que o espaço de experiência não se reconhece por completo em seu passado, e que há diferença entre sua época e a pretérita, mas seu desejo é regido pela *história mestra da vida*, de que no presente pudesse haver os mesmos exemplos de honradez e respeitabilidade, que supostamente havia no passado. Com a temporalização da história e da vida saem de cena a antecipação providencial, e a exemplaridade das histórias antigas⁸⁷⁵, o que é uma das características da *modernidade*.

Por outro lado, estes autores estavam se valendo da documentação acessível a época para começarem a escrever suas histórias, amparados pelo método crítico, em busca de verdades de acordo com a concepção da época. Era uma forma tradicional de se fazer história no século XVIII, mas não se pode negar uma evolução a caminho da cientificidade da história. No século XVIII estava em vigor a consciência de que, a pelo menos três séculos, já se vivia um tempo novo, “que, não sem ênfase, se distingue dos anteriores como um novo período”⁸⁷⁶. Frei Gaspar, Pedro Taques e Marcelino Cleto compartilhavam deste sentimento, mas não se valiam, ainda, de conceitos políticos que eram antecipações, no sentido da experiência não abarcar todo contingente de expectativas. Estes autores estavam escrevendo valendo-se de conceitos históricos que eram caracterizados por reunir toda a experiência acumulada até então, e não através de alto grau de generalidade de conceitos, pois a realidade não demandava essa crescente generalidade para que se pudesse apreender a realidade acelerada, como a da *modernidade*.

Essa articulação entre tradição e inovação vista nestes letrados do século XVIII, não era exclusividade dos autores sobre a capitania, mas alcançava outras partes da América portuguesa e do reino. No entanto, tal articulação é vista em outras dimensões da vida social de São Paulo na segunda metade do Setecentos. Nas esferas religiosas, por exemplo, convivem as formas tradicionais de vivência com as inovações por conta da crescente *privatização* da sociedade, desenvolvimento dos saberes médicos,

⁸⁷³ P. T. Paes Leme, *Nobiliarquia Paulistana...*, cit., t. II, p. 116.

⁸⁷⁴ Ibidem, p. 120.

⁸⁷⁵ R. Koselleck, *Futuro passado...*, cit., p. 290.

⁸⁷⁶ Ibidem, p. 280.

sícretismo com outras religiões, etc. Mas não só, as formas aceleradas de administração da capitania, a diminuição do tempo da espera, a vinda da família real, são mostras de tempos novos, entrecruzados aos tempos tradicionais; ou *rizomas*⁸⁷⁷, onde há conexão entre eles, sem haver dominação de um único *rizoma* sobre os demais, mantendo as diferenças temporais que se ligam horizontalmente e verticalmente, no qual as matizes temporais simultâneas são mantidas.

⁸⁷⁷ J. C. Bentivoglio, “Desconstruindo o Tempo Saquarema...”, cit.

Considerações finais

Velhos tempos, novos tempos?

A capitania de São Paulo, diante de tudo que nos propusermos em expor até aqui, sem dúvida convivia com uma multiplicidade de tempos, distribuídos em várias camadas de vivência na esfera cotidiana entre meados do século XVIII e inícios do XIX. A aceleração de práticas e procedimentos administrativos, implementada pelos governos reformistas, estava lado a lado com ritmos de vida lentos do homem do campo; já o homem religioso depositava sua fé no mundo espiritual, e deste esperava soluções para problemas mundanos, da mesma maneira que os avanços dos saberes médicos interceptavam sua vivência religiosa, impondo pouco a pouco ao seu cotidiano, alternativas seculares a questões que antes eram primazia da religião. O poder na capitania era partilhado entre esferas espirituais e temporais, e com a transferência da sede do Império português para a América, em 1808, tais realidades foram transformadas em novas perspectivas de condução da política, e de um futuro que se mostrava promissor – ao menos para os desígnios de fortalecimento do império e da monarquia. São Paulo, a exemplo de outros espaços coloniais, estava se transformando, em certos sentidos se acelerando, aprimorando seus meios de comunicação, diminuindo suas distâncias, e participando mais ativamente do comércio Atlântico, em conjunto com uma sociedade que se complexificava ainda mais. Uma diversidade social, padrões de acúmulo de capital e de enriquecimento de homens de negócio, e um fortalecimento da elite agrícola que colocariam a capitania – logo província - de São Paulo no século XIX em condição de maior inserção no cenário político e econômico da América portuguesa; posteriormente, também do Império do Brasil.

A presença de instrumentos de medição e de contagem do tempo, a implantação oficial dos correios, o aprimoramento de rotas e de meios de transporte, e a releitura de padrões inovadores de concepção da vida e da morte, do indivíduo, e da história, incluindo uma parcial dessacralização do mundo, colocaram a capitania em consonância com vivências de tempo do ocidente. Outros fatores menos evidentes, como o aumento dos compartimentos nos interiores domésticos, a mudança no gosto na forma de uso dos objetos, a separação dos espaços de trabalho e residência nos espaços urbanos, dentre outros, reforçam esse processo que, de dimensões ocidentais, não excluía São Paulo.

Porém, cabe ainda investigar como esse processo se desenvolve após 1808, na capitania de São Paulo e também em outras partes da América. Se parece certo que, a partir de então, o tempo histórico – síntese de vários tempos sociais - se acelera de forma inédita, há que se assinalar que a capitania paulista seria agraciada com novos impostos para a arrecadação de Erário Régio, bem como novos caminhos conectando a sede da Corte aos espaços do interiores da capitania e do continente seriam criados, aumentando o fluxo de pessoas e de comércio (inclusive estrangeiros), e expandindo ainda mais sua rede de comunicações. Tudo isso parece convergir para uma ruptura parcial, mas ainda mais significativa, nas formas de vivência e experiência de tempo em São Paulo. Todavia, a análise específica das rupturas e permanências no cotidiano e na política; do surgimento de novos ritmos temporais criados de acordo com as novas experiências vividas, a interagirem com ritmos e experiências que se mantêm; e da criação ou transformação de conceitos diante das novas possibilidades de apreensão e formulação do tempo histórico após 1808, precisa ainda ser realizada. Tratar-se-ia de um estudo de duração mais longa, complementar a este, acerca do advento, de fato, da *modernidade* nos termos que apresentamos nessa dissertação.

Outros espaços da América portuguesa também podem ser estudados, no mesmo período e nos mesmos termos desta investigação. Tendo em vista que um dos marcos essenciais para essas possíveis pesquisas é 1808, Bahia e Rio de Janeiro seriam opções óbvias, por se tratarem das duas localidades que de forma mais direta e imediata vivenciaram a presença da corte em solo americano — como sedes, ainda que a Bahia provisoriamente. No entanto, a opção por essas duas localidades não deve obscurecer a observação de outras regiões, uma vez que, a partir de 1808, a aceleração do tempo parece se articular a um jogo contraditório e dinâmico de divergências e convergências de interesses, expectativas, e projetos políticos, do qual resultará, em última instância, a independência e a formação do Império.

Contudo, o estudo das transformações do tempo histórico a partir da chegada da Corte em 1808 não pode prescindir de diagnósticos de situações anteriores, de como vivem-se os tempos que virão a ser modificados com a aceleração do tempo histórico, bem como aqueles que continuarão a ser experienciados sem alterações significativas entre parcelas populacionais de dados espaços. Este estudo pretendeu, assim, dar uma contribuição a esse diagnóstico.

Bibliografia

Fontes

Dicionários:

BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico...*. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712 – 1728, 8. v.

MORAES E SILVA, António. *Diccionario da Lingua Portuguesa, composto pelo Padre D. Rafael Bluteau, reformado, e acrescentado...* Lisboa, Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789.

SILVA PINTO, Luiz Maria da. *Diccionario da Lingua Brasileira*. Ouro Preto, Typographia de Silva, 1832.

Documentos

Atas da Câmara da Câmara Municipal de São Paulo

Atas da Câmara da Câmara Municipal de São Paulo, v.2. São Paulo: Duprat & Cia., 1915.

“Sem título”, p. 407-410.

Atas da Câmara da Câmara Municipal de São Paulo, v.3. São Paulo: Duprat & Cia., 1915.

“Termo de como se obrigou Manoel João Branco a dar carne a este povo este ano de mill seis sentos e vinte e sete até o dia de entrudo que vem”, p. 265-266.

Atas da Câmara da Câmara Municipal de São Paulo, v.15. São Paulo: Typographia Piratininga, 1919.

“Termo de ajuntamento feito aos dezeseis [sic] dias do mez de março de 1765”, p. 31.

“Termo de vereança feito aos 22 de março de 1766 anos”, p. 145-146.

“Termo de vereança feio aos 9 de abril de 1770”, p. 556-557.

“Termo de vereança feito aos quatorze do mês de maio de 1766 annos”, p. 157-158.

“Termo de vereança feito aos 16 de dezembro de 1767 annos”, p. 302.

“Termo de vereança feito aos nove dias de fevereiro de 1768 annos”, p. 348-349.

“Termo de vereança feito aos 26 de março de 1768 annos”, p. 355-356.

“Termo de vereança feito aos 16 de julho de 1768 annos”, p. 374-375.

“Termo de ajuntamento feito aos 14 de outubro de 1769 annos”, p. 495.

“Termo de vereança feito aos 6 de setembro de 1770 annos”, p. 602-604.

Atas da Câmara da Câmara Municipal de São Paulo, v.16. São Paulo: Typographia Piratininga, 1920.

“Termo de vereança feito aos 27 de junho de 1772 annos”, p. 145-148.

“Termo de vereança de 25 de dezembro de 1773”, p. 286.

“Termo de aprovação e licença do excelentíssimo senhor dom Luiz Antonio de Sousa governador e capitão general desta capitania da á Câmara desta cidade para fundamentar o recolhimento de Nossa Senhora dos Prazeres no Campo da Luz”, p. 347-351.

“Termo de vereança de 02 de novembro”, p. 489-490.

Atas da Câmara da Cidade de São Paulo, v.17. São Paulo: Typographia Piratininga, 1920.

“Termo de vereança feito aos 12 de junho de 1777 annos pela meia noite do dia em que se recebeu a carta de haver fallecido o senhor rei dom José o primeiro.”, p. 33-36.

“Termo de ajuntamento feito aos 26 de setembro de 1778”, p. 122.

“Termo de vereança feito a primeiro de abril de 1780”, p. 256-258.

“Termo de vereança feito aos 5 de maio de 1781 pelas nove horas da noite em que se recebeu uma carta do ilustríssimo e excelentíssimo senhor general desta capitania de haver faltado a fidelissima senhora rainha mãe no dia 15 de janeiro do corrente anno pelas sete horas da manhã”, p. 340-343.

“Registro do edital que os officiaes da Camara mandaram publicar nesta cidade para as luminarias da vinda do illustrissimo e excelentissimo senhor general Francisco da Cunha e Menezes”, p. 433-434.

Atas da Câmara Municipal de São Paulo, v.18. São Paulo: Typographia Piratininga, 1920.

“Termo de vereança feito aos 18 de janeiro de 1783”, p. 14-15.

“Termo de vereança feito aos 30 de agosto de 1783”, p. 57.

“Termo de vereança feito aos 24 de janeiro de 1787”, p. 378-381.

“Termo de vereança feiro aos 28 de janeiro de 1787 em que se revebeu uma carta de haver Deus Nosso Senhor chamado a sua santa glória el rei dom Pedro nosso senhor”, p. 382-386.

“Termo de vereança feito aos 12 de dezembro de 1787”, p. 460-462.

“Termo de vereança feito aos 5 de abril de 1788”, p. 498-500.

Atas da Câmara Municipal de São Paulo, v.19. São Paulo: Typographia Piratininga, 1921.

“Termo de vereança feito em sábado 18 de junho de 1791”, p. 221-222.

“Termo de vereança que fez o juiz presidente e oficias da Câmara em terça feira 24 de dezembro de 1793”, p. 418-421.

“Termo de vereança que fez o juiz presidente e oficias da Câmara em sábado 1 de agosto de 1795”, p. 511-512.

“Termo de vereança de 7 de maio de 1796”, p. 573-574.

Atas da Câmara da Câmara Municipal de São Paulo, v. 20. São Paulo: Typographia Piratininga, 1921.

“Termo de como este Senado foi assistir em corpo de tribunal coberto com o real estandarte á primeira entrada do excelentíssimo e reverendíssimo bispo Dom Matheus de Abreu Pereira como abaixo se declara”, p. 36-38.

“Termo de vereança de 2 de setembro de 1797”, p. 52-54.

“Termo de Vereança de 10 de maio de 1800”, p. 235-239.

“Termo de vereança de 25 de outubro de 1800”, p. 273.

“Termo de vereança feito de 21 de agosto de 1802”, p. 365-366.

“Termo de vereança de 27 de janeiro de 1808”, p. 383-384.

“Termo de vereança de 26 de março de 1808”, p. 402-403.

“Termo de vereança de nove de abril de 1808”, v. 20, p. 406-407.

“Termo de ajuntamento dos juizes ordinários e mais oficiais da Câmara para irem á Catedral assistirem o primeiro triduo que se faz em ação de graças pela feliz chegada do Príncipe Regente nosso senhor e sua augustíssima família ao Rio de Janeiro”, p. 409-410.

“Termo de vereança de 9 de julho de 1808”, p. 425-426.

Atas da Câmara da Câmara Municipal de São Paulo, v. 21. São Paulo: Typographia Piratininga, 1921.

“Termo de Vereança de 21 de agosto de 1809”, p. 43-44.

Atas da Câmara da Câmara Municipal de São Paulo, v. 42. São Paulo: Departamento de Cultura, 1940.

“Sessão ordinária de 11 de junho de 1856”, p. 55-61.

Atas da Câmara da Câmara Municipal de São Paulo, v. 61. São Paulo: Departamento de Cultura, 1940.

“Sessão ordinária de 20 de fevereiro de 1874”, p. 32-39.

Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo

Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo, v. 3. São Paulo: Typographia Cardozo Filho e Cia., 1913.

“Benção do ar”, p. 58.

Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo, v. 4. São Paulo:

Typographia da Companhia Industrial de São Paulo, 1896.

“Separação de São Paulo e Minas da Capitania do Rio de Janeiro. Carta Régia de 23 de novembro de 1709”, p. 3-5.

“Carta de Pedro Taques”, p. 10-20.

“Carta de Pedro Taques”, p. 21-24.

Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo, v. 6. São Paulo: Typographia da Casa “Ao Mercurio”, 1894.

“Cópia da Lincença de que acusa a carta supra”, p. 3.

“Bando”, v. 6, p. 71-72.

Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo, v. 14. São Paulo: Typographia da Industrial de São Paulo, 1895.

“N. 124/ Cópia”, p. 136-139.

Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo, v. 15. São Paulo: Escola Typographica Salesiana, 1904.

“Termo de Junta que se fez na presença do Ill.º e Ex.º Senhor General Dom Luiz Antonio de Souza Botelho Mourão Governador e Cap. General desta capitania sobre a providência que se deve dar para efeito de sossegarem as discordias que há entre os religiosos de Nossa Senhora do monte do Carmo da Vila de Santos e o Prior e mais Irmãos da ordem Terceira do mesmo convento”, p. 26-29.

“Termo da Junta que se fez sobre o que se devia obrar a respeito de ter vindo preso um soldado Auxiliar por culpas graves”, p. 65-67.

Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo, v. 17. São Paulo: Typographia Paulista, 1895.

“Cartas do Senhor Marquez do Lavradio, Vice-Rey do Estado Brazil, escritas ao Ill.mo e Ex.mo Senhor Martim Lopes Lobo de Saldanha, Governador e Capitão-General da capitania de São Paulo”, p. 1-20.

Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo, v. 28. São Paulo: Typographia Andrade, Mello & c., 1898.

“N. 18”, p. 54-55.

“Para o Ill.mo e Ex.mo Senhor Marques do Pombal, felicitando-o por ter escapado de ser assassinado”, p. 207-209.

“N. 6”, p. 367.

“N. 8”, p. 367-368.

“N. 4” (oficio), p. 380-381.

Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo, v.29. São Paulo, Typographia do “Diário Oficial”, 1899.

“Carta ao Secretário de Estado”, p. 40-41.

“Para o Dito Secretário sobre se não obrigarem os Lavradores a dar Negros, e Carros para o Real Serviço, etc.”, p. 96-98.

“Memória sobre a comunicação da Vila de Santos com a cidade de São Paulo, assim por mar como pelo caminho projectado por Terra”, p. 112-114.

“Para o Secretário de Estado sobre remetter por copia, e seus Documentos o Off. Que dirige a Junta da Fazenda a S.A., dando conta do estabelecimento do Correio, redimento, etc.”, p. 198-199.

Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo, v. 30. São Paulo: Typographia do “Diário Oficial”, 1899.

“Sobre a escolha de um terreno para o cemitério nesta cidade”, p. 141-143.

Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo, v. 31. São Paulo: Typographia Andrade & Mello, 1901.

“Carta do Governador do Rio Grande remetendo a mala do correio de Buenos Ayres”, p. 46.

Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo, v. 33. São Paulo: 1901.

“Portaria mandando prevenir desordens durante a festa de São Gonçalo, em Santos”, p. 82-83.

“Ordem a Câmara desta Cidade sobre o mercado que se abriu nesta Cidade”, p. 116.

Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo, v. 39. São Paulo: Typographia do “Diário Oficial”, 1902.

“Para o Ex.mo Vice Rei do Estado”, p. 14-16.

Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo, v. 42. São Paulo: Escola Typographica Salesiana, 1903.

“Para o mesmo Vice rei, sobre o estabelecimento de correios para o Rio Grande do Sul”, p. 69-71.

“Para o mesmo Vice Rei sobre a abertura do novo caminho de São Paulo ao Rio de Janeiro”, p. 159-162.

Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo, v. 43. São Paulo: Typographia Andrade & Mello.

“Para o mesmo Secretario de Estado, sobre as desordens existentes na Igreja desta Capitania”, p. 253-254.

“Para o bispo Diocesano, sobre as desordens de clérigos desta Capitania”, p. 319-322.

Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo, v. 46. São Paulo: Duprat & Comp., 1924.

“Para o Capitão Mor Manoel Lopes da Ressureição”, p. 7.

“Ao Capitão Mor da Vila de Ubatuba”, p. 64-65.

“Bando pelo qual concede o Ill. e Ex. Sr. General o poder de mascarar-se nesta cidade qualquer pessoa, durante as festas que se celebrão pelo Feliz Nascimento do Serenissimo Snr. D. Antonio Principe da Beira”, p. 304.

Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo, v. 55. São Paulo: Edição do Instituto Geográfico e Histórico de São Paulo, 1937.

“Para a Câmara de São Sebastião, extranhando não ter a Camara dado inicio ás obras da estrada de Caraguatatuba e apontando-lhe o exemplo de Jacareí”, p. 156-157.

“Para a Câmara desta Cidade, felicitando-a pelo zelo com que tem conservado as estradas”, p. 241-242.

“Ao Capitão mor desta Cidade, sobre a recusa dos moradores de Santa Anna em consertar o caminho do Juqueri”, p. 245.

Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo, v. 56. São Paulo: Edição do Instituto Histórico e Geográfico, 1937.

“Para o tenente Coronel Comandante da Vila de Santos, sobre as medidas a serem tomadas para o isolamento dos bexiguentos”, p. 37-38.

“Para o Sargento Mor de Cananéa, sobre as dissensões entre o vigário da vila e o sargento mor e a necessidade de um entendimento”, p. 68-69.

“Carta do Ouvidor desta cidade. Sobre a remessa de uma cópia da devassa procedida por ocasião da morte de um relojoeiro”, p. 125-126.

“Para o Capitão Mor de Cananéa, sobre a observância dos preceitos religiosos durante a quaresma”, p. 195.

“Para o Capitão Mor de Porto Feliz, com instruções sobre a vacinação preventiva a que se deve proceder na Capitania”, p. 227-228.

Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo, v. 57. São Paulo: Edição do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, 1937.

“Para a Câmara da Vila de Curitiba, sobre o aumento da contribuição para a construção do caminho entre Vila Nova do Príncipe e Vila das Lages”, p. 17-18.

“Para o Capitão Governador de São Sebastião, construção de estrada e fomento do comércio do açúcar”, p. 56-57.

“Para o Sargento Mor de São José, Violência da cobrança do dízimo”, p. 64.

“Para o Capitão Mor da Vila de São Sebastião, sobre as obras da estrada de São Sebastião”, p. 159-160.

“Para o Ouvidor de Paranaguá, sobre a necessidade de abastecer a cidade do Rio de Janeiro por ocasião da chegada do Príncipe Regente”, p. 230-231.

“Para Je. Venceslão Orives, Joaquim, Je. Da Sá Entalhador, Manoel Joaquim e João Rodrigues dos Santos taberneiros, Agostinho dos Santos e Jacinto dos Santos Ferreiros, Francisco de Paula Çapateiro, e Jozé Lopes Alfaiate”, p. 254-255.

Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo, v. 58. São Paulo: Edição do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, 1937.

“A Câmara desta Cidade, sobre o abandono das roças pelos lavradores receiosos do recrutamento”, p. 42-43.

Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo, v. 62. “Recenseamento de 1765”. São Paulo: Edição do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, 1937.

Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo, v. 63. “Inventários e testamentos setecentistas de Ubatuba”. São Paulo: Edição do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, 1937.

“Testamento de Antonio Barbosa Pereira”, p. 129-135.

“Registro do testamento com que faleceu o tabelian João Ignacio de Souza”, p. 170-294.

Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo, v. 64. São Paulo: Typographia do Globo, 1939.

“Para o Comandante da Praça”, p. 16.

“Para o Comandante da Praça de Santos”, p. 112-113.

“Para o Juiz de Fora de Santos satisfazendolhe S. EX.^a a queixa de querer castigar hum cabo”, p. 132-133.

“Para o provincial de São Bento de Jundiah”, p. 168-169.

“Para D. Inácia Buena moradora em Araçariguama”, p. 202-203.

Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo, v. 67. São Paulo: Typographia do Globo, 1943.

“Para o Capitão Mor da Vila de Pindamonhangaba - Do Secretário deste Governo”, p. 11-12.

“Para o Provedor da Fazenda Real”, p. 14-15.

“Para o Juiz de Fora de Santos”, p. 129.

Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo, v. 73. São Paulo: Gráfica JOÃO BENTIVEGNA, 1952.

“N. 28”, p. 202-205.

Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo, v. 74. São Paulo: Departamento do Arquivo do Estado de São Paulo, 1954.

“Para o Capitão Mor da Aldeia da Escada, Manoel Dias Maciel”, p. 253.

Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo, v. 85. São Paulo: Departamento do Arquivo do Estado de São Paulo, 1961.

“Para o Diretor da Aldeya de São Miguel”, p. 145-146.

Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo, v. 89. São Paulo: Departamento do Arquivo do Estado de São Paulo, 1967.

“Do Referido Secretario d’Estado sobre introduzir maior facilidade, e melhor methodo na cultura, e preparo das producções do Paiz, e outros objectos”, p. 51.

“Carta de S.A.R. sobre ordenar que o General procure de acordo com o Bispo desta Dioceze fazer construir em Sitio Separado da Cidade, hú ou mais Cemeterios para se Sepultarem os Cadáveres sem excepção etc.”, p. 232-233.

Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo, v. 95. São Paulo: Edições do Arquivo do Estado de São Paulo, 1990.

“Representação da Câmara da Vila de Castro”, p. 62-65.

Historiadores do Século XVIII

ALMEIDA PAES LEME. Pedro Taques de., *Nobiliarquia Paulistana Histórica e Genealógica*. 5ª. ed. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia/São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1980, 3.t.

CLETO, Marcelino Pereira [et al.]. *Roteiros e notícias de São Paulo colonial, 1751-1804*. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo, 1977.

MADRE DE DEUS, Frei Gaspar da. *Memórias para a História da Capitania de São Vicente*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1975.

Jornais

O Panorama. Jornal Literario e instructivo da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Uteis, n. 39, Lisboa, 1839.

Referências bibliográficas

AGAMBEN, Giorgio. *Altíssima pobreza: regras monásticas e formas de vida*. São Paulo: Boitempo, 2014.

AGOSTINHO, Santo. *Confissões*. 10.^a ed. Porto: Livraria Apostolado da Imprensa, 1981.

ALMEIDA, Rita Heloísa de. *O Diretório dos índios: um projeto de civilização no Brasil do século XVIII*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997.

ARIÈS, Philippe. *História Social da Criança e da Família*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1981.

_____. & DUBY, Georges (Dirs.). *História da vida privada*. Da Renascença ao Século das Luzes. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, v. III.

_____. & DUBY, Georges (Dirs.). *História da vida privada*. Da Revolução Francesa à Primeira Guerra. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, v. IV.

_____. “Por uma história da vida privada”. In: ARIÈS, Philippe & DUBY, Georges (Dirs.). *História da vida privada*. Da Renascença ao Século das Luzes. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, v. III, p. 9-25.

ALGRANTI, Leila Mezan. “‘Dias Gordos’ e ‘Dias Magros’: Calendário Religioso e Práticas Alimentares Católicas em São Paulo e no Rio de Janeiro (Séculos XVIII e XIX)”. In: FEITLER, Bruno & SOUZA, Evergton Sales (Orgs.), *A Igreja no Brasil: Normas e Práticas durante a Vigência das Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*. São Paulo: Editora Unifesp, 2011, parte III “As Contistuições e a Sociedade Colonial”, p. 269-288.

_____. “Famílias e vida doméstica”. In: NOVAIS, Fernando Antônio (Dir.). & SOUZA, Laura de Mello e (Org.). *História da Vida Privada no Brasil*. Cotidiano e vida privada na América Portuguesa. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, v. I., p. 83-154.

_____. *Honradas e Devotas: Mulheres da Colônia*. Rio de Janeiro: José Olympio Ed., 1993.

ARAÚJO, André de. *Dos livros e da leitura no Claustro: elementos de história monástica, de história cultural e de bibliografia histórica para estudo da Biblioteca-Livraria do Mosteiro de São Bento de São Paulo (Sécs. XVI-XVIII)*. São Paulo: FFLCH/USP, 2008 (Dissertação de Mestrado).

ARAÚJO, Maria Lucília Viveiros. “Os interiores domésticos após a expansão da economia exportadora paulista”. *Anais do Museu Paulista*, v. 12, n.1, São Paulo, jan/dez., 2004, p. 129-160.

AUGUSTO, Maria Helena Oliva. “Tempo, indivíduo e vida social”. *Ciência e Cultura*, v.54, n.2, out/dez., 2002, p. 30-33.

AVENI, Anthony. *The Book of the Year*. A brief History of our seasonal holidays. New York: Oxford University Press, 2004.

AYMARD, Maurice. “Amizade convivialidade”. In: ARIÈS, Philippe & DUBY, Georges (Dir.). *História da vida privada*. Da Renascença ao Século das Luzes. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, v. III, parte III “A Comunidade. O Estado e a família. Trajetórias e tensões”, p. 439-481.

AZEVEDO, Aroldo de. *Vilas e Cidades do Brasil Colonial*. Ensaio de geografia urbana retrospectivo. São Paulo: FFLCH/USP, Boletim n.28, Geografia n.11, 1956.

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. “Arrolando os habitantes do passado: as listas nominativas sob um olhar crítico”. *Locus*, v. 14, n. 1, Juíz de Fora, 2008, p.113-131. Disponível em: <http://www.ufjf.br/locus/files/2010/02/55.pdf>

_____. *Viver e sobreviver em uma vila colonial: Sorocaba, séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Annablume/ Fapesp, 2001.

BECKER, Ítala Irene Basile. “Formas de enterramento e ritos funerários entre as populações pré-históricas”. *Revista de Arqueologia*, v.8, n.1, São Paulo, jul., 1994, p. 61-74. Disponível em: <https://revista.sabnet.com.br/revista/index.php/SAB/article/view/464/434>

BELLOTTTO, Heloísa Liberalli. *Autoridade e conflito no Brasil colonial: o governo do Morgado de Mateus em São Paulo (1765-1775)*. 2ª. ed. São Paulo: Alameda, 2007.

BENTACOR, Andrea; BENTACUR, Arturo & GONZÁLEZ, Wilson. *Muerte y Religiosidad en el Montevideo Colonial*. Uma historia de temores y esperanzas. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 2008.

BENTIVOGLIO, Julio Cesar. “Desconstruindo o Tempo Saquarema: perspectivas para o entendimento da vida política no Brasil durante o Império: rizomas, indivíduos, facções, partidos e linhas de fuga da política imperial”. Texto apresentado durante a conferência de abertura da *IX Semana de História Política: Política, Conflitos e Identidades na Modernidade/ VI Seminário Nacional de História: Política, Cultura e Sociedade*, Rio de Janeiro/UERJ, 2014. Disponível em: https://www.academia.edu/26629799/Desconstruindo_o_Tempo_Saquarema_perspectivas_para_o_entendimento_da_vida_pol%C3%ADtica_no_Brasil_durante_o_Imp%C3%A9rio_rizomas_indiv%C3%ADduos_fac%C3%A7%C3%B5es_partidos_e_linhas_de_fuga_da_pol%C3%ADtica_imperial

BENTO, São. *Regra de São Bento*. Tradução e notas de D. João Evangelista Enout, Osb. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Edições Lumem Christi, 2008.

BERLIOZ, Jacques (Org.). *Monges e religiosos na Idade Média*. Lisboa: Terramar, 1996.

BERTO, João Paulo. *Liturgias da Boa Morte e do Bem Morrer: Práticas e Representações Fúnebres na Campinas Oitocentista (1760-1880)*. Campinas/SP: IFCH/Unicamp, 2014 (Dissertação de Mestrado).

BERVENAGE, Berber. “Time, Presence, and Historical Injustice”. *History and Theory*, v. 47, n.2., Middelton-Connecticut, 2008, p. 149-167.

BLAJ, Ilana. “Agricultores e comerciantes em São Paulo nos inícios do século XVIII: o processo de sedimentação da elite paulistana”. *Revista Brasileira de História*, v. 18, n. 36, São Paulo, 1998, s.n. (formato eletrônico). Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01881998000200012

_____. *A Trama das tensões: o processo de mercantilização de São Paulo colonial (1681-1721)*. São Paulo: Humanitas/Fapesp, 2002.

_____. “Mentalidade e sociedade: revisitando a historiografia sobre São Paulo”. *Revista de História, Humanitas/FFLCH/USP*, n. 142-143, São Paulo, 2000, p. 239-259.

BORREGO, Maria Aparecida de Menezes. *A teia mercantil*. Negócios e poderes em São Paulo Colonial (1711-1765). São Paulo: Alameda, 2010.

_____. “Senhores do comércio e senhores de terra na capitania de São Paulo (século XVIII)”. *Pequena Nobreza nos Impérios Ibéricos de Antigo Regime*, Lisboa, II CT, maio/ 2011, p. 1-20.

BOSI, Alfredo Bosi. *História Concisa da Literatura Brasileira*. 43ª Ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo*. Séculos XV-XVIII. As Estruturas do Quotidiano. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009, v. I.

_____. *Escritos sobre a História*. São Paulo: Perspectiva, 1976.

BRAGA, Douglas de Araújo Ramos. “A infância como objeto da história: um balanço historiográfico”. *Revista Angelus Novus*, ano VI, n.10, São Paulo, 2015, p. 15-40. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/ran/issue/view/9262>

BRAVO, Milra Nascimento. “A morte hierarquizada: os espaços dos mortos no Rio de Janeiro Colonial (1720-1808)”, *Revista do Arquivo Geral do Rio de Janeiro*, n. 28, 2014, p. 307-329. Disponível em: http://wpro.rio.rj.gov.br/revistaagcrj/wp-content/uploads/2016/11/e08_a18.pdf

BRUNO, Ernani Silva. *História e Tradições da Cidade de São Paulo*. Arraial de Sertanistas (1554-1828). São Paulo: Hucitec, 1984, v.I.

BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. “Sistema de produção da arquitetura colonial brasileira –Mestres de ofício, ‘riscos’ e ‘traças’”. *Anais do Museu Paulista*, v.20, n. 1, São Paulo, Jan/Jun, 2012, p.321-361. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/39816/42680>

CÂNDIDO, Antônio. *Formação da Literatura Brasileira*. Momentos decisivos (1750-1836). 9.ª Ed. Belo Horizonte-Rio de Janeiro: Editora Itataia Ltd., 2000, v.1.

CAMPOS, Adalgisa Arantes. *Arte Sacra no Brasil Colonial*. Belo Horizonte: C/Arte, 2011.

CAPEL, Ronaldo. *O Governo de Bernardo José de Lorena na Capitania de São Paulo: aspectos políticos e econômicos (1788-1797)*. São Paulo: FFLCH/USP, 2015 (Dissertação de Mestrado).

CAPONERO, Maria Cristina. *Festas paulistanas em perspectiva histórica de longa duração: produção e apropriação social do espaço urbano, permanências e rupturas (1711-1935)*. São Paulo: FAU/USP, 2014 (Tese de Doutorado).

CARDIM, Pedro. “Entradas Solenes: rituais comunitários e festas políticas, Portugal e Brasil, século XVI e XVII. In: JANCSÓ, István & KANTOR, Iris (Orgs.). *Festa:*

Cultura & Sociabilidade na América Portuguesa. São Paulo: Hucitec/Edusp/Fapesp/Imprensa oficial, 2001, v. I, p. 97-124.

CARLO, Ricardo Felipe di. *Exportar e abastecer: população e comércio em Santos (1775-1836)*. São Paulo: FFLCH/USP, Março 2010 (Dissertação de Mestrado).

CASTAN, Nicole. “O público e o particular”. In: ARIÈS, Philippe & DUBY, Georges (Dir.). *História da vida privada*. Da Renascença ao Século das Luzes. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, v. III, parte III “A Comunidade. O Estado e a família. Trajetórias e tensões”, p. 402-438.

CASTELLO, José Aderaldo. *A Literatura Brasileira: Origens e Unidade (1500-1960)*. São Paulo: EdUSP, 2004.

CELIA, Maria Isabel Basílico. *Economia mercantil de abastecimento e rede tributária: São Paulo, séculos XVIII e XIX*. Campinas:IE/UNICAMP, 2006 (Tese de Doutorado).

CHARTIER, Roger. “Conclusão”. In: ARIÈS, Philippe & DUBY, Georges (Dir.). *História da vida privada*. Da Renascença ao Século das Luzes. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, v. III, p.595-597.

CHERMAN, Alexandre & VIEIRA, Fernando. *O tempo que o tempo tem: por que o ano tem 12 meses e outras curiosidades sobre o calendário*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

CIPOLLA, Carlo. *Las máquinas del tiempo*. México: FCE, 1998.

CIRCERCHIA, Ricardo. *Historia de la vida privada en la Argentina*. Buenos Aires: Troquel, 1998.

CLOCLET DA SILVA, Ana Rosa. *Inventando a Nação: intelectuais ilustrados e estadistas luso-brasileiros na crise do Antigo Regime Português, 1750-1822*. São Paulo: Hucitec/FAPESP, 2006.

COELHO, Mauro Cezar. “A construção de uma Lei: o Diretório dos Índios”. *Revista IHGB*, v. 437, n. a 168, Rio de Janeiro, out/dez, 2007, p. 29-48.

_____. *Do Sertão para o Mar- um estudo sobre a experiência portuguesa na América: o caso do Diretório dos Índios (1751-1798)*. São Paulo: FFLCH/USP, 2006 (Tese de Doutorado).

CROSBY, Alfred W., *A mensuração da realidade*. A quantificação e a sociedade ocidental, 1250-1600. São Paulo: Editora UNESP, 1999 (UNESP/Cambridge).

DELACROIX, Christian; DOSSE, François; GARCI, Patrick (Dirs.). *Historicidades*. Buenos Aires: Waldhuter Editores, 2010.

DIAS, Geraldo J. A. Coelho. “A Regra de S. Bento, Norma de Vida Monástica: sua problemática moderna e edições em Português”. *História*, Revista da Faculdade de Letras, v. 3, III série, Porto, 2002, p. 9-48.

DOMINGUES, Ângela. *Quando os índios eram vassalos: colonização e relações de poder no norte do Brasil na segunda metade do século XVIII*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2000.

DONATO, Hernâni. *História do Calendário*. São Paulo: Melhoramentos, 1976.

DOSSE, François. “Reinhart Koselleck entre semântica histórica y hermenéutica crítica”. In: Christian Delacroix, François Dosse & Patrick Garci (Dirs.), *Historicidades*. Buenos Aires: Waldhuter Editores, 2010, p. 127-163.

ELIADE, Mircea. *O Mito do Eterno Retorno*. Cosmo e História. São Paulo: Mercuryo, 1992.

_____. *O sagrado e o profano: a essência das religiões*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

ELIAS, Norbert. *Sobre o tempo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

ELLIS JÚNIOR, Alfredo. *A evolução da economia paulista e suas causas*. São Paulo: Nacional, 1937.

EUGÊNIO, Danielle de Fátima. *Arrematantes de Obras Públicas em Vila do Carmo e Cidade de Mariana (1711-1808)*. Mariana: ICHS/UFOP, 2013 (Dissertação de Mestrado).

FLANDRIN, Jean-Louis. “A distinção pelo gosto”. In: ARIÈS, Philippe & DUBY, Georges (Dirs.). *História da vida privada*. Da Renascença ao Século das Luzes. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, v. III, parte II “Formas de privatização”, p. 263-304.

FEITLER, Bruno & SOUZA, Evergton Sales (Orgs.), *A Igreja no Brasil: Normas e Práticas durante a Vigência das Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*. São Paulo: Editora Unifesp, 2011.

_____. “Estudo Introdutório”. In: Sebastião Monteiro da Vide, *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*. São Paulo: Edusp, 2010, p. 7-75.

_____. *Nas malhas da consciência: Igreja e Inquisição no Brasil. Nordeste 1640-1750*. São Paulo: Alameda/Phoebus, 2007.

FERES JÚNIOR, João & JASMIM, Marcelo (Orgs.). *História dos Conceitos: diálogos transatlânticos*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio/Ed. Loyola/IUPERJ, 2007.

FERLINI, Vera Lúcia Amaral. “A Subordinação do Lavradores de Cana aos Senhores de Engenho: Tensão e Conflito no Mundo dos Brancos”. *Revista Brasileira de História*, v. 6, n. 12, São Paulo, mar./ago., 1986, p. 151-168.

_____. “Folguedos, feiras e feriados: aspectos socioeconômicos das festas no mundo dos engenhos”. In: JANCSÓ, István & KANTOR, Iris (Orgs.). *Festa: Cultura & Sociabilidade na América Portuguesa*. São Paulo: Hucitec/Edusp/Fapesp/ Imprensa oficial, 2001, v. I, p. 449-464.

_____. “Uma capitania dos novos tempos: economia, sociedade e política na São Paulo restaudara (1765-1822)”, *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*. v. 17, n. 2, São Paulo, Jul/Dez, 2009, p. s/n (formato eletrônico). Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-47142009000200012#back17

FERNÁNDEZ SEBATIÁN, Javier (Ed.). *Political Concepts and Time*. New Approaches to Conceptual History. Santander: Cantabria University Press/McGraw-Hill Interamericana de España, D.L. 2011.

_____. “Riding the Devil’s Steed”. Politics and Historical Acceleration in na Age of Revolutions”. In: FERNÁNDEZ SEBATIÁN, Javier (Ed.). *Political Concepts and Time*. New Approaches to Conceptual History. Santander: Cantabria University Press/McGraw-Hill Interamericana de España, D.L. 2011, p. 369-411.

FLANDRIN, Jean-Louis. “A distinção pelo gosto”. In: ARIÈS, Philippe & DUBY, Georges (Dir.). *História da vida privada*. Da Renascença ao Século das Luzes. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, v. III, parte II “Formas de privatização”, p. 263-304.

FLEXOR, Maria Helena Ochi. *Mobiliário baiano*. Brasília: IPHAN/Programa Monumenta, 2009.

FRAGOSO, João Ribeiro & GOUVÊA, Maria de Fátima Silva (Orgs.). *O Brasil Colonial, 1720-1821*. 1.ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017, v. 3 (formato eletrônico).

_____.; _____.; BICALHO, Maria Fernanda Baptista. “Uma leitura do Brasil colonial: bases da materialidade e da governabilidade no Império”. *Penélope: revista de história e ciências sociais*, n. 23, Portugal, 2000, p. 67-88.

FRANCO, Renato Júnio. “O modelo de assistência e a dinâmica das Santas Casas de Misericórdia na América Portuguesa”. *Estudos Históricos (Rio de Janeiro)*, v. 27, n. 53, Rio de Janeiro, jan./jun., 2014, p. s.n. (formato eletrônico). Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-21862014000100005

FREITAS, Marcos Cezar de. (Org.). *História Social da Infância no Brasil*. São Paulo: Cortez Ed., 2003.

FREYRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala*. 51ª ed. São Paulo: Global, 2006.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Nacional, 1980.

FURTADO, Júnia Ferreira. *Homens de Negócio*. A interiorização da Metrópole e do Comércio nas Minas Setecentistas. São Paulo: Hucitec, 1999.

GARCIA, Elisa Frühauf. “O projeto pombalino de imposição da língua portuguesa aos índios e sua aplicação na América meridional”. *Tempo*, v.12, n. 23, Niterói/RJ, 2007, p. 24. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-77042007000200003&script=sci_abstract&tlng=pt

GÉLIS, Jacques. “A individualização da criança”. In: ARIÈS, Philippe & DUBY, Georges (Dirs.). *História da vida privada*. Da Renascença ao Século das Luzes. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, v. III, parte II “Formas de privatização”, p. 305-320.

GRUART, Agnes; DELGADO, José Maria, ESCOBAR, Carolina; AGUILAR, Raúl. *Los relojes que gobiernan la vida*. México: FCE, 2002.

GUILHAUMOU, Jacques. “The Temporality of Historical Formes of Individualization in Modern Times”. In: FERNÁNDEZ SEBATIÁN, Javier (Ed.). *Political Concepts and Time*. New Approaches to Conceptual History. Santander: Cantabria University Press/McGraw-Hill Interamericana de España, D.L. 2011, p. 345-367.

HANSEN, João Adolfo. “A categoria ‘representação’ nas festas coloniais do século XVII e XVIII”. In: JANCÓS, István & KANTOR, Iris (Orgs.). *Festa: Cultura & Sociabilidade na América Portuguesa*. São Paulo: Hucitec/Edusp/Fapesp/ Imprensa oficial, 2001, v. I, p. 735-756.

_____. “Para uma história dos conceitos das letras coloniais luso-brasileiras dos séculos XVI, XVII e XVIII”. In: FERES JÚNIOR, João & JASMIM, Marcelo (Orgs.). *História dos Conceitos: diálogos transatlânticos*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio/Ed. Loyola/IUPERJ, 2007, p. 253-266.

HEIDEGGER, Martin. *Ser e Tempo*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 4º ed., 2009.

HELLER, Agnes. *O Cotidiano e a História*. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

HOLANDA, Sérgio Buarque de (Org.). *História geral da civilização brasileira*. A Época Colonial. 6.^a ed. São Paulo-Rio de Janeiro: Difel, 1985, t.I, vol. 2.

_____. “Metais e pedras preciosas”. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (Org.). *História geral da civilização brasileira*. A Época Colonial. 6.^a ed. São Paulo-Rio de Janeiro: Difel, 1985, t.I, vol. 2, p. 259-310.

_____. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HUIZINGA, Johan. *O Declínio da Idade Média*. Um estudo das formas de vida, pensamento, e arte em França e nos Países Baixos nos séculos XIV e XV. Lisboa/Rio de Janeiro: Editora Ulisseia, s.d.

JANCÓS, István. “A Sedução da Liberdade: cotidiano e contestação política no final do século XVIII”. In: NOVAIS, Fernando Antônio (Dir.). & SOUZA, Laura de Mello e (Org.). *História da Vida Privada no Brasil*. Cotidiano e vida privada na América Portuguesa. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, v. I. cap. 8, p. 387-437.

_____. & KANTOR, Iris (Orgs.). *Festa: Cultura & Sociabilidade na América Portuguesa*. São Paulo: Hucitec/Edusp/Fapesp/ Imprensa oficial, 2001, v. I.

_____. & PIMENTA, João Paulo Garrido. “Peças de um mosaico: ou apontamentos para o estudo da emergência da indetidade nacional brasileira”. *Revista de História das Ideias*, v. 21, Coimbra/Intituto de História e Teoria das Ideias, 2000, p. 389-440.

KANTOR, Iris. *Esquecidos & Renascidos: Historiografia acadêmica luso-americana (1724-1759)*. São Paulo: Hucitec/Centros de Estudos Baianos, 2004.

KOK, Glória Porto. *O Sertão itinerante: expedições da capitania de São Paulo no século XVIII*. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 2004.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado*. Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto/ Ed. PUC-Rio, 2006.

_____. *Historias de Conceptos*. Estudios sobre semántica y pragmática del lenguaje político y social. Madrid: Editorial Trotta, 2012.

_____. *Los estratos del tiempo: estudios sobre la historia*. Barcelona: Paidós I. C. E. /U. A. B., 2001.

LAGE, Lana. “As Constituições da Bahia e a Reforma Tridentina do Clero no Brasil”. In: FEITLER, Bruno & SOUZA, Evergton Sales (Orgs.), *A Igreja no Brasil: Normas e Práticas durante a Vigência das Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*. São Paulo: Editora Unifesp, 2011, parte II “O contexto”, p. 147-177.

LANDES, David Saul. *Revolución en el Tiempo*. El Reloj y la Formación del Mundo Moderno. Barcelona: Crítica, 2007.

LEFEBVRE, Henri. *A vida cotidiana no mundo moderno*. São Paulo: Editora Ática, 1991.

LE GOFF, Jacques & NORA, Pierre (Dirs). *História: Novas Abordagens*. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora S.A., 1976.

_____. & _____. *História: Novos Problemas*. 2.^a ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora S.A., 1979.

_____. & _____. *História: Novos Objetos*. 4.^a ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora S.A., 1995.

_____. *Para um novo conceito de Idade Média*. Tempo, Trabalho e Cultura no Ocidente. Lisboa: Editorial Estampa, 1993.

_____. *O Nascimento do Purgatório*. Lisboa: Editorial Estampa, 1995.

LEITE, Lorena. *Déspota, tirano e arbitrário: o governo de Martim Lopes Lobo de Saldanha na capitania de São Paulo (1775-1782)*. São Paulo: FFLCH/USP, 2013 (Dissertação de Mestrado).

LEME, Marisa Saenz. “Vivências culturais paulistas na Ilustração Luso-brasileira”. *História*, v.31, n.1, Franca-SP, jan/jun., 2012, p. 233-265. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/his/v31n1/a12v31n1.pdf>

LEMES, Fernando Lobo. “Governo colonial, distância e espera nas minas e capitania de Goiás”. *Topoi*, v. 13, n. 25, Rio de Janeiro, jul./dez., 2012, p. 112-129.

LEONHARD, Jörn. “Language, Experience and Translation: Towards a Comparative Dimension”. In: FERNÁNDEZ SEBATIÁN, Javier (Ed.). *Political Concepts and Time*.

New Approaches to Conceptual History. Santander: Cantabria University Press/McGraw-Hill Interamericana de España, D.L. 2011, p. 245-272.

LUNA, Francisco Vidal & Herbert Klein, *Evolução da sociedade e economia escravista de São Paulo, de 1750-1850*. São Paulo: Edusp, 2005.

MACHADO, Alcântara Machado. *Vida e morte do bandeirante*. São Paulo: Edusp/ Belo Horizonte: Itatiaia, 1980.

MARCÍLIO, Maria Luíza. *A cidade de São Paulo*. Povoamento e população (1750-1850). São Paulo: Pioneira/Edusp, 1974.

MATRANGOLO, Breno Henrique Selmine. *Formas de bem morrer em São Paulo: trabsformações nos costumes fúnebres e a construção do cemitério da Consolação (1801-1858)*. São Paulo: FFLCH/USP, 2013 (Dissertação de Mestrado).

MATTOS, Renato de. *Política, administração e negócios: a capitania de São Paulo e sua inserção nas relações mercantis do Império Português (1788-1808)*. São Paulo: FFLCH/USP, 2009 (Dissertação de Mestrado).

MAXWELL, Kenneth. *A Devassa da Devassa*. A Inconfidência Mineira: Brasil e Portugal 1750-1808. Rio Janeiro: Paz e Terra, 1978.

MEDICCI, Ana Paula. *Administrando Conflitos: o exercício do poder e os interesses mercantis na capitania/província de São Paulo (1765-1822)*. São Paulo: FFLCH/USP, 2010 (Tese de Doutorado).

MENDES, André Oliva Teixeira. *Os “Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo”*: subsídeos para a construção de representações. São Paulo: FFLCH/USP, 2010 (Dissertação de Mestrado).

MESGRAVIS, Laima. *A Santa Casa de Misericórdia de São Paulo (1559-1884)*. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1976.

MONTEIRO, John Manuel. et al. *Índios em São Paulo: Resistência e transfiguração*. São Paulo: Yankatu Ed., 1984.

_____. *Negros da Terra*. Índios e Bandeirantes nas origens de São Paulo. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

_____. “Vida e morte do índio: São Paulo Colonial”. In: MONTEIRO, John Manuel. et al. *Índios em São Paulo: Resistência e transfiguração*. São Paulo: Yankatu Ed., 1984, p. 21-44.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo. “A monarquia barroca (1668-1750)”. In: RAMOS, Rui (Coord.), *História de Portugal*. 3.^a ed. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2010, II parte “Idade Moderna (Séculos XV-XVIII)”, cap. 6, p. 331- 356.

_____. “A viragem do século (1777-1807)”. In: RAMOS, Rui (Coord.), *História de Portugal*. 3.^a ed. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2010, II parte “Idade Moderna (Séculos XV-XVIII)”, cap. 9, p. 409-435.

_____. “O Antigo Regime (Século XVIII)”. In: RAMOS, Rui (Coord.), *História de Portugal*. 3.^a ed. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2010, II parte “Idade Moderna (Séculos XV-XVIII)”, cap. 8, p. 379-407.

_____. “O tempo de Pombal”. In: RAMOS, Rui (Coord.), *História de Portugal*. 3.^a ed. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2010, II parte “Idade Moderna (Séculos XV-XVIII)”, cap. 7, p. 357-377.

_____. “O Reino Quinhentista”. In: RAMOS, Rui (Coord.), *História de Portugal*. 3.^a ed. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2010, II parte “Idade Moderna (Séculos XV-XVIII)”, cap. 2, p. 227-249.

MOTT, Luiz. “Cotidiano e vivência religiosa: Entre a capela e o calundu”. In: NOVAIS, Fernando Antônio (Dir.) & SOUZA, Laura de Mello e (Org.). *História da Vida Privada no Brasil*. Cotidiano e vida privada na América Portuguesa. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, cap. 4, p.155-220.

MUÑOZ BOX, Fernando. *Las Medidas del Timepo en la Historia*. Calendarios y Relojos. Valladolid: Universidad de Valladolid, Secretariado de Publicaciones e Intercambio Editorial, 2011.

NICOLAZZI, Fernando. “Entre ‘letras & armas’, a história como disputa. Considerações sobre a historiografia luso-brasileira no século XVIII”. *Almanack Braziliense*, São Paulo, n.11, maio, 2010, p. 40-51. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/alb/article/download/11737/13512>

NOVAIS, Fernando Antônio. “Condições da Privacidade na Colônia”. In: NOVAIS, Fernando Antônio (Dir.). & SOUZA, Laura de Mello e (Org.). *História da Vida Privada no Brasil*. Cotidiano e vida privada na América Portuguesa. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, v. I.

_____(Dir.). & SOUZA, Laura de Mello e (Org.). *História da Vida Privada no Brasil*. Cotidiano e vida privada na América Portuguesa. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

_____. & SILVA, Rogério Forastieri da. “Introdução”. In: _____. & _____.(orgs.), *Nova História em perspectiva*. São Paulo: Cosac & Naify, 2011, v.1, p. 7-70.

_____. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1802)*. São Paulo: Hucitec, 1979.

OLIVEIRA, Marcelo Almeida. “Os conventos e/ou mosteiros na paisagem colonial brasileira: contribuição ao entendimento de seus espaços abertos ou suas cercas”, *RHAA*, n. 21, Campinas/SP, jan./jun., 2014, p. 72-86. Disponível em: <http://www.unicamp.br/chaa/rhaa/downloads/Revista%2021%20-%20artigo%205.pdf>

PALTÍ, Elías. “From Ideas to Concepts to Metaphors: The German Tradition of Intellectual History and the Complex Fabric of Language”. FERNÁNDEZ SEBATIÁN, Javier (Ed.). *Political Concepts and Time*. New Approaches to Conceptual History. Santander: Cantabria University Press/McGraw-Hill Interamericana de España, D.L. 2011, p. 45-72

PERROT, Michelle. “A Família Triunfante”. In: ARIÈS, Philippe & DUBY, Georges (Dirs.). *História da vida privada*. Da Revolução Francesa à Primeira Guerra. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, v. 4, parte II “Os Atores”, p. 79-90.

_____. “À margem: solteiros e solitários”. In: ARIÈS, Philippe & DUBY, Georges (Dirs.). *História da vida privada*. Da Revolução Francesa à Primeira Guerra. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, v. 4, parte II “Os Atores”, p. 268-282.

_____. “Maneiras de Morar”. In: ARIÈS, Philippe & DUBY, Georges (Dirs.). *História da vida privada*. Da Revolução Francesa à Primeira Guerra. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, v. 4, parte III “Cenas e locais”, p. 284-301.

PIMENTA, João Paulo Garrido & ARAUJO, Valdei Lopes de Araujo. “História”. *Ler história [on line]*, v.55, Lisboa, 2008. Disponível em: <https://journals.openedition.org/lerhistoria/2231#tocto1n2>

_____. “Literatura e condição colonial na América portuguesa (século XVIII)”. FRAGOSO, João Ribeiro & GOUVÊA, Maria de Fátima Silva (Orgs.). *O Brasil Colonial, 1720-1821*. 1.ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017, v. 3 (formato eletrônico), p. 491-523.

_____. “Notions and concepts of time in late eighteenth-century Brazil”. Paper apresentado ao 13º *Internationaler Kongress zur Erforschung des 18. Jarhunderts*, Graz, Julho de 2011.

_____. “Pasado y Futuro en la Construcción de una ‘Historia de Brasil’ en el siglo XVIII”. *Procesos- Revista Ecuatoriana de Historia*, Quito, n. 37, ene/jun., 2013, p.81-95. Disponível em: <http://revistaprocesos.ec/ojs/index.php/ojs/article/view/20/47>

_____. *Tempos e Espaços das Independências: a inserção do Brasil no mundo ocidental (1780-1830)*. São Paulo: Intermeios Ed. 2017.

PIMENTEL, Helen Ulhôa. “O casamento no Brasil Colonial: em ensaio historiográfico”. *Em Tempos de História*, n. 9, Brasília/UNB, 2005, p. 20-38. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/emtempos/article/viewFile/2641/2191>

PIZA, Toledo. “Chronicas dos tempos coloniaes. A miséria do sal em S. Paulo”. *Revista do Instituto Historico e Geographico de São Paulo*. São Paulo, v.4, 1889.

PORTA, Paula (Org.). *História da Cidade de São Paulo*. A cidade Colonial (1554-1822). São Paulo: Paz e Terra, 2005, v. I.

PORTO, Costa. *O sistema sesmario no Brasil*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, s.d.

PRIORE, Mary Lucy Murray del. (Org.). *História das Crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2010.

_____. “Ritos da vida privada”. In: NOVAIS, Fernando Antônio (Dir.). & SOUZA, Laura de Mello e (Org.). *História da Vida Privada no Brasil*. Cotidiano e vida privada na América Portuguesa. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, cap. 6, p. 275-330.

PUNTONI, Pedro. *A Guerra dos Bárbaros: povos indígenas e a colonização do Brasil (1650-1720)*. São Paulo: Hucitec, 2002.

RAMOS, Rui (Coord.), *História de Portugal*. 3.^a ed. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2010.

RANUM, Oreste. “Os refúgios da intimidade”. In: ARIÈS, Philippe & DUBY, Georges (Dirs.). *História da vida privada*. Da Renascença ao Século das Luzes. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, v. III, parte II “Formas de privatização”, p. 211-262.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. *História da Educação Brasileira*. A organização escolar. São Paulo: Cortez Editora, 1987.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. São Paulo: Editora Unicamp, 2007.

ROSENBERG, Daniel & GRAFTON, Anthony. *Cartographies of Time*. Hudson NY: Princeton Architectural, 2013.

SAIA, Luís. *Morada Paulista*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1972.

SALOMÃO, Jayme (Dir.) & BURQUIÈRE, André (Org.). *Dicionário das Ciências Históricas*. Rio de Janeiro: Imago, 1993.

SALVADOR, Frei Vicente do. *História do Brasil, 1500-1627*. Livro I “Em que se trata do descobrimento do Brasil, costumes naturais, aves, peixes, animais, etc., do mesmo Brasil”. Brasília: Editora UNB /Fundação Darcy Ribeiro, 2014.

SAMARA, Eni de Mesquita. *Lavoura Cafeeira*. Trabalho Livre e Cotidiano. São Paulo: EDUSP, 2005.

SANTOS, Amália Cristovão dos. *Em Obras: os trabalhadores da cidade de São Paulo entre 1775-1809*. São Paulo: FAU/USP, 2013 (Dissertação de Mestrado).

SANTOS, Beatriz Catão Cruz. “Unidade e diversidade através da festa de *Corpus Christi*”. In: JANCSÓ, István & KANTOR, Iris (Orgs.). *Festa: Cultura & Sociabilidade na América Portuguesa*. São Paulo: Hucitec/Edusp/Fapesp/ Imprensa oficial, 2001, v. I, p. 521- 541.

SANTOS, Cristiane Camacho dos. *Escrevendo a história do futuro: a leitura do passado no processo de independência do Brasil*. São Paulo: FFLCH/USP, 2010 (Dissertação de Mestrado).

SCARATO, Luciene Cristina. *Caminhos e descaminhos do ouro nas Minas Gerais: administração, territorialidade e cotidiano*. São Paulo: FFLCH/USP, 2009 (Dissertação de Mestrado).

SCARPARO, Marcelo Kochenborger. *“A justiça do nosso domínio”*: a dimensão geopolítica na cultura historiográfica luso-americana da primeira metade do século XVIII. São Paulo: FFLCH/USP, 2015 (Dissertação de Mestrado).

SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos*. Engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *História de São Paulo Colonial*. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

_____. *Ser nobre na Colônia*. São Paulo, Editora Unesp, 2005.

SILVA, Rodrigo da. *Sobre taipas e textos*: um estudo sobre as narrativas a respeito da cidade de São Paulo (1722 e 1753). São Paulo: FFLCH/USP, 2009 (Dissertação de Mestrado).

SILVA, Sergio Serafim Monteiro da. *Arqueologia das Práticas Mortuárias em Sítios Pré-históricos do Litoral do Estado de São Paulo*. São Paulo: FFLCH/USP, 2005 (Tese de Doutorado).

SILVA, Taíse Tatiana Quadros da. *Maquinações da Razão Discreta*: Operação Historiográfica e Experiência do Tempo na Classe de Literatura Portuguesa da Academia Real das Ciências de Lisboa (1779-1814). Rio de Janeiro: UFRJ, 2013 (Tese de Doutorado).

SILVEIRA, Marco Antonio. *Fama Pública*: poder e costume nas Minas setecentistas. São Paulo: Hucitec, 2015.

_____. “Nativismo por adoção: letras e percurso do doutor Marcelino Pereira Cleto (1778-1794)” *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, v. 172, n. 452, Rio de Janeiro, julho/setembro, 2011, p.1-49.

SILVEIRA, Pedro Telles da. *O Cego e o Coxo*: Crítica e retórica nas dissertações históricas da Academia Brasileira dos Esquecidos (1724-1725). Mariana: UFOP/ ICHS, 2012 (Dissertação de Mestrado).

SIMONSEN, Roberto. *História econômica do Brasil (1500-1820)*. São Paulo: Nacional, 1978.

SLEMIAN, Andréa & PIMENTA, João Paulo Garrido. *A corte e o mundo*: uma história do ano em que a família real portuguesa chegou ao Brasil. São Paulo: Alameda, 2008.

SOUZA, Laura de Mello e. “Conclusão”. In: NOVAIS, Fernando Antônio (Dir.) & _____. (Org.). *História da Vida Privada no Brasil*. Cotidiano e vida privada na América Portuguesa. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, v. I, p. 439-445.

_____. *Desclassificados do ouro*: a pobreza mineira no século XVIII. 2.^a ed. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

_____. *O diabo e a Terra de Santa Cruz*. Feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

_____. *O sol e a sombra*. Política e administração da América Portuguesa do século XVIII. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

_____. “Formas Provisórias de existência: a vida cotidiana nos caminhos, nas fronteiras e nas fortificações”. In: NOVAIS, Fernando Antônio (Dir.) & _____. (Org.). *História da Vida Privada no Brasil*. Cotidiano e vida privada na América Portuguesa. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, v. I, p. 41-81.

_____. “Vícios, virtudes e sentimento regional: São Paulo, da lenda negra à lenda áurea”. *Revista de História*, v. único, n. 142-143, São Paulo/USP, 2000, p. 261-276.

SPOSITO, Fernanda. *Indígenas na formação do Estado nacional brasileiro e conflitos na província de São Paulo (1822-1845)*. São Paulo: FFLCH/USP, 2006 (Dissertação de Mestrado).

_____. *Santos, Heróis ou Demônios?* Sobre as relações entre índios, jesuítas e colonizadores na América Meridional (São Paulo e Paraguai/Rio da Prata, séculos XVI-XVII). São Paulo: FFLCH/USP, 2012 (Tese de Doutorado).

STERN, Sacha. *Calendars in Antiquity*. Empires, States, and Societies. Oxford: Oxford University Press, 2012.

STREVEENS, Leofranc Holford. *The History of Time*. A Very short introduction. Oxford: Oxford University Press, 2005.

TAUNAY, Affonso de. “O Historiador dos Bandeirantes. Pedro Taques e a sua obra”. In: ALMEIDA PAES LEME. Pedro Taques de. *Nobiliarquia Paulitana Histórica e Genealógica*. 5ª. ed. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia/São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1980, t. I, p. 37-69.

_____. *Pedro Taques e Seu Tempo*. Estudo de uma personalidade e de uma época. São Paulo: Oficinas do Diário Oficial, 1923.

_____. “Prefácio”. In: ALMEIDA PAES LEME. Pedro Taques de. *Nobiliarquia Paulitana Histórica e Genealógica*. 5ª. ed. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia/São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1980, t. I, p. 11-36.

_____. “Súmula Biográfica”. In: MADRE DE DEUS, Frei Gaspar da. *Memórias para a História da Capitania de São Vicente*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1975, p. 7-23.

URIBE, Ricardo. *Las dinámicas del tiempo*. Relojes, calendarios y actitudes en el Virreinato de la Nueva Granada. Medellín: La Carretera Editores E.U., 2016.

VAILATI, Luiz Lima. *A morte menina*. Infância e morte infantil no Brasil dos oitocentos (Rio de Janeiro e São Paulo). São Paulo: Alameda, 2010.

VELLOSO, Gustavo. *Ociosos e Sedicionários*. Populações indígenas e os tempos do trabalho nos Campos de Piratininga (século XVII). São Paulo: FFLCH/USP, 2016 (Dissertação de mestrado).

VIDE, Sebastião Monteiro da. *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*. Brasília: Edições do Senado Federal, v. 79, 2007.

_____. *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*. São Paulo: Edusp, 2010.

VIEIRA, Padre Antônio. *Cartas do Brasil*, 1626-1697. Estado do Brasil e Estado do Maranhão e Grã Pará. São Paulo: Hedra, 2003.

VILADARGA, José Carlos. *São Paulo na Órbita do Império dos Felipes: Conexões Castelhanas de uma Vila da América Portuguesa durante a União Ibérica (1580-1640)*. São Paulo: FFLCH/USP, 2010 (Tese de Doutorado).

VILLALTA, Luiz Carlos. “O que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura”. In: NOVAIS, Fernando Antônio (Dir.). & SOUZA, Laura de Mello e (Org.). *História da Vida Privada no Brasil*. Cotidiano e vida privada na América Portuguesa. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, v. I., p. 331-385.

WITHROW, G. J. *O tempo na história*. Concepções sobre o tempo da pré-história aos nossos dias. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993.

ZAMELLA, Mafalda. *O abastecimento da Capitania das Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo: Hucitec/Edusp, 1990.

ZANETTINI, Paulo Eduardo. *Maloqueiros e seus Palácios de Barro: O Cotidiano doméstico na casa Banderista*. São Paulo: MAE/USP, 2005 (Tese de Doutorado).

ZANON, Dalila. *O Poder dos Bispos na Administração do Ultramar Português: O Bispado de São Paulo entre 1771 e 1824*. Campinas/SP: IFCH/Unicamp, 2014 (Tese de Doutorado).

ZERMEÑO PADILLA, Guillermo. *La cultura moderna de la historia: una aproximación teórica e historiográfica*. México: El Colegio de México, Centro de Estudios Históricos, 2004, 2002.

_____. “Modernidad, revolución e historiografía. Hacia una historia del concepto *modernidad*”. In: ZERMEÑO PADILLA, Guillermo. *La cultura moderna de la historia: una aproximación teórica e historiográfica*. México: El Colegio de México, Centro de Estudios Históricos, 2004, 2002, cap. 2/ 2.1, p., 41-55.

_____. “História, experiência e modernidade na América Ibérica, 1750-1850”. *Almanack Braziliense*, São Paulo, n.7, 2008, p.5-46. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/alb/article/view/11679/13449>

ZERON, Carlos Alberto de Moura Ribeiro. *Linha de Fé: a Companhia de Jesus e a Escravidão no Processo de Formação da Sociedade Colonial (Brasil, séculos XVI e XVII)*. São Paulo: Edusp, 2011.